

Ernesto Daniel Chambisse  
José Francisco Cossa

# Fil11

Filosofia 11.ª Classe



Texto Editores



# f i c h a t é c n i c a

título	<b>Fil11 • Filosofia 11.ª Classe</b>
autores	<b>Ernesto Daniel Chambisse • José Francisco Cossa</b>
coordenação	<b>Célia Rodrigues</b>
editor	<b>Texto Editores, Lda. – Moçambique</b>
capa	<b>Darlene Mavale</b>
ilustrações	<b>Darlene Mavale</b>
arranjo gráfico	<b>Darlene Mavale e Dércio Simango</b>
paginação	<b>Darlene Mavale • Rui Manganhele</b>
pré-impressão	<b>Texto Editores, Lda. – Moçambique</b>
impressão e acabamentos	<b>Texto Editores</b>



**Texto Editores**

Av. Para o Palmar Q. 35, n.º 141A • Sommerchild II • Maputo • Moçambique  
Tel: (+258) 21 49 73 04  
Fax: (+258) 21 49 73 05  
Cels: (+258) 82 326 1460 • (+258) 84 326 1460  
E-mail: info@me.co.mz

**© 2010, Texto Editores, Lda.**

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito da Editora, abrangendo esta proibição o texto, a ilustração e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no Código do Direito de Autor. D.L. 4 de 27 de Fevereiro de 2001.

MAPUTO, MARÇO de 2017 • 2.ª EDIÇÃO • 2.ª TIRAGEM • REGISTADO NO INLD SOB O NÚMERO: 6446/RLINLD/2010



Ernesto Daniel Chambisse  
José Francisco Cossa

# Fil 11

Filosofia 11.ª Classe

ESG - JAC  
BIBLIOTECA  
2017



Texto Editores

# Prefácio

Caro estudante

Tem nas suas mãos o manual da 11.ª classe, de acordo com o Programa de Ensino em vigor (revisto). Esta classe faz parte de um conjunto de conteúdos da disciplina de Filosofia, a iniciação ao filosofar – *Introdução à Filosofia* – que de uma maneira sumária tenta definir o que é Filosofia, as disciplinas que com ela se relacionam, a sua pertinência no ensino e na vida social do cidadão. *A Pessoa como Sujeito Moral* é um outro leque de conteúdos programáticos que o seu manual lhe oferece. Nesta Unidade 2 discute-se o conceito de pessoa, a questão da relação com os outros e com o meio ambiente, os aspectos ligados à ética individual social e ambiental, ou seja, questões ligadas à relação entre o Homem e a Natureza no tempo e no espaço.

A unidade 3 do seu manual, *Teoria do Conhecimento*, vai debruçar-se sobre o processo da construção do conhecimento; para além das perspectivas do acto de conhecer, vai discutir e/ou conhecer os grandes problemas e correntes filosóficas da teoria do conhecimento. Aí explora-se uma visão histórica e sistémica. O maior destaque vai para as mais célebres correntes da idade moderna, nomeadamente, o empirismo e racionalismo, onde Kant, filósofo alemão, aparece com proposta de superação da controvérsia através do criticismo. A discussão sobre os níveis do conhecimento vai abrir-lhe horizontes, no sentido do domínio da hierarquização do conhecimento humano. A questão da verdade e dos estados de espírito perante o verdadeiro, é outro espaço da confrontação entre diferentes teorias sobre a mesma matéria. A unidade 3 fecha com o tema *Epistemologia Contemporânea*, abordando-se o problema da possibilidade ou não do conhecimento; aqui reservam-se muitas novidades no mundo do conhecimento.

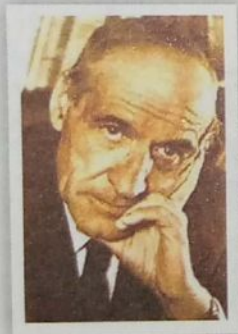
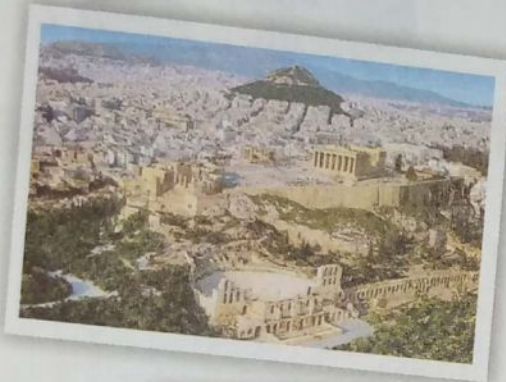
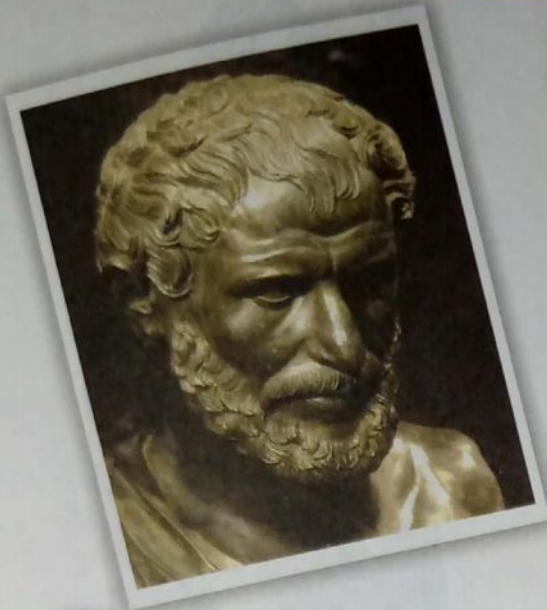
O seu manual termina com um conteúdo importante para o seu processo do ensino e aprendizagem; – *Introdução à Lógica*. Começa por clarificar os aspectos da linguagem, assim como os da sua importância na facilitação da comunicação social e no processo da construção do conhecimento. Ao discutir sobre as três dimensões do discurso, vai compreender melhor a necessidade da clarificação do discurso humano. Os novos domínios da Lógica são uma nova possibilidade para compreender os milagres do pensamento lógico e terminam com a lógica do conceito.

Caro estudante, o manual foi elaborado pensando em si e na simplificação do seu processo de ensino-aprendizagem que os autores disponibilizaram muitos exercícios de aplicação e consolidação para o seu auto-estudo no final do manual.

Procure ser o mais fiel possível para consigo mesmo no tratamento dos exercícios, procurando resolvê-los apenas com os conhecimentos adquiridos em cada unidade e confrontando depois as respostas dadas com as soluções que constam no final do manual.

Os autores

## Unidade 1: Introdução à Filosofia



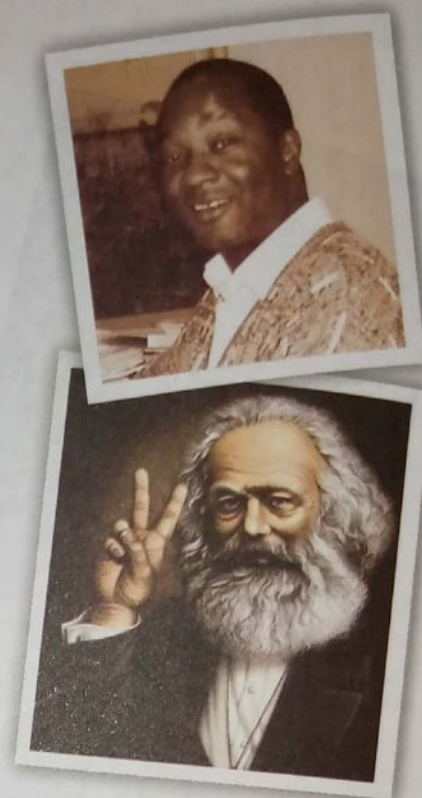
A emergência do filosofar .....	8
Os filósofos naturalistas e a Natureza como objecto e método de investigação .....	8
Tales de Mileto .....	8
Anaximandro de Mileto .....	9
Anaxímenes de Mileto .....	10
Heráclito de Éfeso .....	11
A Escola Eleática: Parménides da Eleia .....	12
As condições sociopolíticas e económicas que contribuíram para o nascimento da Filosofia.....	14
Tentativas de definição da Filosofia .....	15
Abordagem do conceito «Filosofia» pela vida etimológica .....	16
Abordagem do conceito «Filosofia» pelo seu objecto – a vocação de totalidade inerente à Filosofia ..	18
Abordagem do conceito «Filosofia» pelo seu método – a reflexão crítica .....	19
A universalidade e a particularidade da Filosofia .....	20
Funções da Filosofia .....	20
Métodos da Filosofia .....	21
A natureza das questões filosóficas: a insatisfação com todas as respostas.....	23
Disciplinas da Filosofia .....	24
Filosofia da Natureza .....	24
Antropologia Filosófica .....	24
Metafísica: Ontologia e Teodiceia.....	25
Ética.....	25
Teoria do conhecimento .....	26
Lógica .....	26
Filosofia Política.....	27
A Filosofia no universo das outras ciências .....	27
Questões para a reflexão.....	30
Questões para a reflexão.....	31
Questões para a reflexão.....	32
Questões para a reflexão.....	32
Exercícios de consolidação .....	33

## Unidade 2: A Pessoa como Sujeito Moral

A pessoa como sujeito moral.....	36
O conceito de «pessoa» .....	36
Quem sou eu?.....	36
A consciência .....	37
Acção humana e valores.....	38
De onde vem a ideia do «bem» para o meu íntimo?.....	39
A relação com os outros e com o meio ambiente.....	40
Aspectos da ética individual .....	41
Aspectos da ética social .....	43

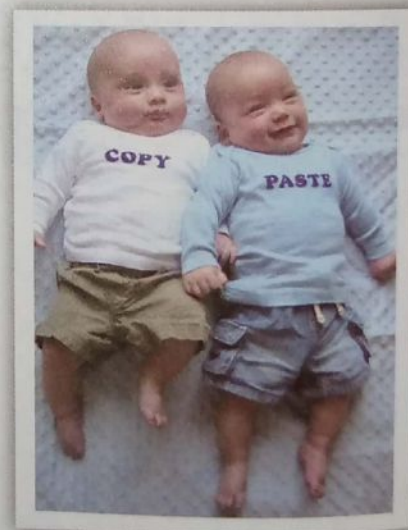
# Índice

A justiça na perspectiva personalista, marxista e existencialista .....	47
Aspectos da ética ambiental .....	47
A relação do homem com a natureza na história.....	48
Os problemas do meio ambiente na actualidade .....	49
Consequências dos problemas do meio ambiente pela acção do homem .....	53
A necessidade de um contrato natural .....	53
Aspectos da bioética .....	55
Antecedentes históricos .....	55
Alguns abusos na experimentação dos seres humanos.....	55
O sugerir das novas tecnologias .....	56
A percepção da insuficiência das referências ético-tradicionais.....	56
Objecto e objectivo da bioética .....	56
Questões morais relativos ou abordo e a eutanásia.....	57
Questões para a reflexão .....	59
Questões para a reflexão .....	60
Exercícios de consolidação .....	61



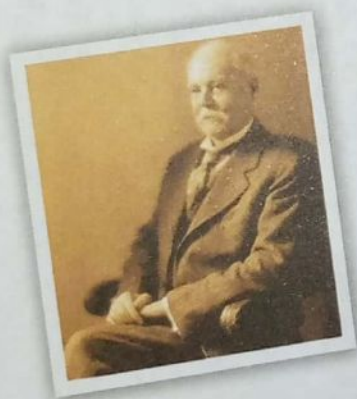
## Unidade 3: Teoria do Conhecimento

Noções básicas: conhecimento, conceito e realidade, elementos do conhecimento, faculdade de conhecimento...	64
Conhecimento e seus elementos .....	64
Conceito de realidade .....	64
faculdades do conhecimento .....	65
perspectivas de análise do conhecimento .....	66
Perspectiva ontogenética .....	67
perspectiva fenomenológica do acto de conhecer: a dicotomia sujeito-objecto no processo do conhecimento .....	69
Fenomenologia do acto de conhecer.....	69
Problemas e correntes filosóficas da teoria do conhecimento .....	71
A (im)possibilidade de conhecimento: Capitalismo e Dogmatismo .....	72
A origem do conhecimento: empirismo e racionalismo/ intelectualismo e construtivismo .....	73
Divergência entre o empirismo e o racionalismo quanto à origem do conhecimento .....	74
A superação da divergência através do criticismo kantiano .....	75
A revolução copernicana.....	75
A natureza do conhecimento: o Realismo e idealismo ...	76
O valor do conhecimento: Absolutismo e Realismo .....	77
Níveis do conhecimento.....	78
Senso comum.....	78
Conhecimento científico .....	79



Conhecimento filosófico .....	80
Importância limites e perigos do conhecimento científico .....	81
Importância do conhecimento científico .....	81
Limites e perigos do conhecimento científico .....	82
Divisão e classificação da ciência segundo Augusto Comte .....	84
A questão da verdade e dos estudos do espírito face ao verdadeiro .....	84
Quanto ao fundamento, a certeza pode ser .....	85
Epistemologia contemporânea e o problema da possibilidade ou não do conhecimento .....	86
Questões para a reflexão .....	87
Questões para a reflexão .....	88
Exercícios de consolidação .....	89

## Unidade 4: Introdução à Lógica



Introdução à Lógica .....	92
Conceito e objecto da Lógica .....	92
A linguagem como fundamento da condição humana .....	92
Linguagem e comunicação .....	92
As dimensões do discurso humano .....	94
Dimensões sintáctica, semântica e pragmática .....	94
Os novos domínios da Lógica e as suas implicações .....	97
Noções básicas da Lógica .....	98
Validade formal e validade material .....	99
Princípios da razão .....	99
Princípios de identidade .....	100
Princípios de contradição e a negação das Proposições .....	100
Princípios de terceiro excluído (ou meio excluído) e a rejeição dos conceitos .....	100
Lógica formal .....	101
Lógica do conceito .....	101
Propriedades lógicas do conceito .....	101
Relação entre a compreensão e extensão .....	102
Classificação dos conceitos e termos .....	102
A definição de conceitos .....	104
Conceitos indefiníveis .....	105
regras de uma difinição correcta .....	105
Questões para a reflexão .....	106
Questões para a reflexão .....	107
Exercícios de consolidação .....	108
Anexos .....	109
Textos e avaliação final .....	110
Glossário .....	122
Soluções .....	135
Bibliografia .....	136

# UNIDADE

# 1

## CONTEÚDOS

### Introdução à Filosofia

- **A emergência do filosofar**
- **Tentativas de Definição da Filosofia**
- **Universalidade e particularidade da filosofia**
- **Funções da Filosofia (aspectos práticos e teóricos)**
- **Métodos da Filosofia: justificação lógico-racional e análise crítica.**
- A atitude filosófica e a demanda da verdade
- A natureza das questões filosóficas
- **Disciplinas da Filosofia: Psicologia Experimental, Lógica, Moral/Ética, Estética, Teoria do Conhecimento, Metafísica Geral (Ontologia) e Especial (Cosmologia, Psicologia racional e Teodiceia) e Antropologia Filosófica.**
- **A Filosofia e outras ciências**
- **Breve contextualização histórica da filosofia**
  - Do Mito à reflexão racional
  - Etapas da Filosofia Grega clássica: a Cosmológica e a Antropológica

## A emergência do filosofar

A emergência do filosofar é um resultado directo do desenvolvimento do pensamento do Homem. Deste modo, constitui uma resposta à necessidade de o Homem explicar uma série de fenómenos à sua volta e que influenciam, de certo modo, a sua própria vida.

Os estudiosos da Filosofia e da sua história concordam com o facto de que diferentes formas da vida grega, na Antiguidade, teriam preparado as condições para o seu nascimento.

De todas as fontes que teriam dado origem à Filosofia apontam-se três como tendo sido de maior contribuição para este milagre grego, nomeadamente:

- A arte
- A religião
- O conjunto de condições sociopolíticas e económicas do povo grego

## Os filósofos naturalistas e a Natureza como objecto e método de investigação

### Tales de Mileto

#### Vida

Não se conhece com exactidão o período em que viveu. No entanto, os autores são unânimes em afirmar que viveu aproximadamente entre os anos 624 a 546 a.C. (último quartel do séc. VII a meio do séc. VI a.C.), na colónia grega de Mileto, território da actual Turquia.

Pouco se sabe sobre os pormenores da sua vida privada, sabe-se apenas que vivia mais consumido pelos assuntos da Natureza que estudava do que com o lugar onde vivia e por onde caminhava. Conta a lenda que, por causa dessa distração com a vida e o quotidiano, teria caído no fundo de um poço distraído pela observação do movimento das estrelas.

A sua dedicação à investigação é nos confirmada pelas diferentes áreas em que era especialista: Política, Astronomia e Matemática, sendo ainda filósofo. Além disso, o seu nome é mencionado entre os sete sábios gregos.



Fig. 1 A Academia de Atenas, obra de Rafael, representando vários filósofos gregos.

### Obra ou produções científicas

Como astrónomo, Tales teria previsto um eclipse do Sol; como matemático, criou o chamado teorema de Tales associado ao estudo dos ângulos e dos triângulos.

### Pensamento filosófico sobre a origem do universo

Tales foi o primeiro filósofo a não se contentar com a explicação mítica da Natureza, do universo, das coisas e procurou com esforço próprio uma explicação baseada na observação da própria Natureza. Esse descrédito e insatisfação com respostas míticas, foi consequência do seu espírito investigador já exercitado na Matemática, na Política e na Astronomia.

Assim, para Tales, o princípio originário de todas as coisas e pelo qual todas as coisas se unem, isto é, a *arkhé* de todas as coisas é a água.

## Síntese

O que nos é relevante no pensamento de Tales não é a veracidade ou falsidade do seu pensamento, pois dificilmente esse pensamento nos parece verdadeiro actualmente, mas sim o facto de ter sido a primeira tentativa de o Homem explicar a Natureza recorrendo à sua observação e à capacidade da sua inteligência, da sua razão; a primeira tentativa de uma resposta verdadeiramente científica que marcou a ruptura com anteriores explicações assentes em deuses e seres sobrenaturais.

## Anaximandro de Mileto

### Vida

Tal como o que se sucedeu com Tales, não há certeza do período em que Anaximandro viveu. Sabe-se, apenas que foi conterrâneo e contemporâneo de Tales, ou seja, era originário da mesma terra (daí a designação Anaximandro «de Mileto») e terá vivido na mesma época, aproximadamente entre os anos 610 a 545 a.C (morreu um ano antes de Tales).

Porém, pouco se sabe sobre pormenores da sua vida privada, bem como, do seu contributo nas outras áreas do saber.

### Pensamento filosófico sobre a origem do universo

Como Tales, Anaximandro nutria descrédito e insatisfação pelas explicações míticas, no entanto, partilha a «fé» de que deveria existir um princípio originário causador e unificador de todas as coisas na Natureza.

Todavia, Anaximandro já não concordava com a designação desse princípio dada por Tales. A água, para Anaximandro, é já, por si, uma das coisas concretas e originadas como as outras; pelo que não pode originar outras coisas concretas e originadas (ar, fogo, terra e outras substâncias físicas). Ou seja, a água juntamente com o ar, o fogo e a terra fazem parte de todas as substâncias físicas concretas e derivadas que se pretende explicar, ou descobrir a causa e, por isso, não podem ser a *arkhé*.

Para Anaximandro, o princípio originário, ou *arkhé*, das coisas concretas ou físicas não pode ser algo originado, causado, físico, finito ou determinado (concreto). Pelo contrário, deve ser algo não originado, não causado, mas que seja causador e origem de todas as coisas concretas e finitas; deve ser infinito, indeterminado (isto é, não finito e não concreto), algo indestrutível, imóvel, infinitamente criador (de coisas finitas) e em movimento perpétuo (sem fim). Ou seja, deve ser algo que não existe e é diferente de todas as coisas que existem no mundo físico, concreto. A tal princípio chamou de *ápeiron*, que se traduz por o indeterminado, indefinido.



**Fig. 2** Anaximandro de Mileto (c. 610–545 a.C.), pormenor de *A Academia de Atenas*.

## Síntese

A importância do pensamento de Anaximandro está no facto de, pela primeira vez, ter reconhecido a insuficiência da Natureza na explicação da mesma Natureza. Através desta reflexão apercebe-se da necessidade de se admitir um princípio superior, diferente das coisas concretas, mas que seja originário de todas as coisas concretas. Isto é, a explicação última das coisas finitas, concretas, físicas está no não físico, no não concreto mas sim no universal e infinito. Anaximandro foi, deste modo, o iniciador da Filosofia no sentido metafísico que, ganharia uma forma madura em Parménides.

Anaximandro representava uma evolução qualitativa em relação a Tales. Enquanto Tales seguia um espírito científico (observação da Natureza), Anaximandro passava assim para a Filosofia.

## Anaxímenes de Mileto

### Vida

Mais novo que os dois filósofos anteriores, Anaxímenes foi conterrâneo e contemporâneo de Tales e Anaximandro, tendo vivido aproximadamente entre os anos 582 a 528 a.C.

Igualmente, pouco se sabe sobre pormenores da sua vida privada, bem como sobre o contributo nas outras áreas do saber.

Anaxímenes foi o filósofo mais apreciado da Jónia, sendo o último representante desta escola depois de ter aberto caminhos à investigação da Natureza.

### Obra

Escreveu um livro em dialecto jónico, de estilo simples e conciso, que Teofrasto ainda conheceu.

### Pensamento filosófico

Anaxímenes admitia, como Anaximandro, que a origem de todas as coisas é indeterminada, mas não concordava que se tratasse realidade oculta.

Para si o Ar era algo observável, enquanto o *ápeiron* defendido pelo seu antecessor era um elemento invisível, imponderável. Tudo se explica por condensação e rarefacção, por contracção e distensão do Ar, assim defendia Anaxímenes. Assim, concluiu que esta é matéria-prima mais privilegiada ou seja: a alma é Ar, o fogo é Ar rarefeito, a água, a terra e a pedra, Ar condensado. De igual modo, se explica o calor, o frio, o vento, a nuvem e a chuva.

Anaxímenes defendia ainda que os «tremores de terra ocorrem tanto nos períodos de seca, como nos de chuvas excessivas, dado que, durante a estiagem, a Terra seca e fende e, ao ser encharcada pelas águas desfaz-se em pedaços». Segundo a sua teoria, quando o Ar se comprime, é gerada terra completamente plana, o que faz com que seja levada pelo Ar. O Sol, a Lua e os demais corpos têm na Terra a origem do seu nascimento.

Anaxímenes manteve-se firme no princípio estabelecido, insistindo na ideia de que a Terra é um disco cercado de Ar, o Sol e a Lua são discos semelhantes a «quadros pintados» e as estrelas «pregos espetados na esfera celeste». Anaxímenes pensava, também, que os corpos celestes não se movem por baixo da



Fig. 3 Anaxímenes Mileto (c. 582-610-582 a.C.)

Terra mas em redor desta, como se se tratasse «dum gorro de feltro que roda à volta da cabeça». Para Anaxímenes «o Sol é plano como uma folha», os astros são «pregos no cristalino ou folha ígnea, como pintura» (In G. e D. Antiseri, *História de Filosofia* vol.1, 2005).

## Síntese

G. Real. e D. Antiseri, (2005) classificam Anaxímenes como sendo a expressão mais rigorosa e lógica do pensamento da escola do Mileto, considerando que forneceu harmonia com o princípio de *Physis*, para além de ser a expressão mais paradigmática e o modelo do pensamento jónico.

## Heráclito de Éfeso

### Vida

Natural de Éfeso, Ásia Menor, não se possui a certeza sobre o período em que viveu. Apenas se sabe que viveu na passagem do século VI ao V a.C. e que terá morrido aos 60 anos de idade, aproximadamente em 540. Duas características determinaram a sua vida pessoal e filosófica: a arrogância e a aversão à convivência social. Pela primeira, terá abdicado da nobreza da sua família para o irmão e pela segunda, recusou-se a elaborar as leis da sua cidade. Deste modo, levou uma vida solitária nas montanhas, alimentando-se de ervas, nos estábulos entre os bois. Pela arrogância, preferiu um estilo obscuro na sua obra para não se deixar cair nas malhas da percepção distorcida do vulgo e do seu conseqüente desprezo e, pela aversão à convivência social, não teve nem mestres nem discípulos.

### Obras

Escreveu apenas um livro, com o título *Sobre a Natureza*, caracterizado, como se disse, de um estilo obscuro, o que o fez ser chamado «Heráclito, o obscuro». Neste livro, procurava explicar o dinamismo das coisas, da realidade, empresa essa de um certo modo iniciada mas não tematizada pelos filósofos de Mileto. Ou seja, a ideia principal de Heráclito era a de que tudo se move, nada permanece imóvel e fixo. À moda dos filósofos de Mileto, a indagação de Heráclito é pela causa primeira, mas no seu caso, a indagação, do movimento eterno a que estão submetidas as coisas.

### Pensamento filosófico

A ideia básica do pensamento deste filósofo naturalista é que «tudo se move», «tudo flui», nada permanece imóvel e fixo, tudo muda e se transmuta, sem excepção. Num só termo, está em constante «devir». Heráclito usa a imagem de um rio para expôr o seu pensamento sobre esse movimento que governa tudo. «Não podes descer duas vezes o mesmo rio, porque novas águas correm sempre sobre ti. O ser é inseparável deste movimento contínuo. A cerveja não pode decompor-se se não está em movimento. O tempo muda as coisas...».

Já o próprio extracto das palavras de Heráclito explica que tudo está em movimento. Não se pode descer duas vezes o mesmo rio nem se pode tocar duas vezes uma substância mortal no mesmo estado por causa da velocidade da mudança sobre todos os seres: sobre o rio e sobre nós mesmos. Ou seja, não se desce duas vezes o mesmo rio porque, embora o rio aparentemente seja o mesmo, para Heráclito, este é constituído na «realidade» por águas sempre novas e diferentes que fluem e se dispersam, de tal sorte, que ao se descer a segunda vez já se tem outra água que sobreveio. Por outro lado, porque nós mesmos que descemos mudamos a tal velocidade que ao completarmos a primeira imersão, somos já diferentes do que éramos quando descemos o rio. Assim, é precisamente isso que ocorre com toda a realidade e com todas as coisas.

O movimento consiste em ser e não ser mais aquilo que éramos para continuarmos a ser. Trata-se da passagem constante de um contrário para o outro, da união dos contrários: do ser para não ser, do frio ao quente, do húmido ao seco, do jovem ao velho, da vida à morte, sempre de um modo recíproco, pois daquilo que está morto renasce a vida. Por isso, esta guerra perpétua dos contrários é mais paz e harmonia dos contrários do que destruição; é pacificação e conciliação, de tal modo que se identifiquem mutuamente: o caminho da subida é o mesmo caminho da descida, «tudo é um» e «do um deriva tudo». Tal sucede com as coisas porque estas têm a natureza do fogo. Para Heráclito, o fogo expressava, de modo exemplar, as características da mudança contínua, a transformação das coisas, o contraste e a harmonia. O próprio fogo é móvel, é a vida que deriva da morte do combustível e é a contínua transformação do combustível em cinzas.

Deste modo, o fogo constitui o elemento comum, subsistente em todas as coisas. O fogo governa todas as coisas e como aquilo que governa todas as coisas é a «inteligência» e a causa dessas coisas, o fogo é a razão, o «logos», a «lei racional» de todas as coisas.

## Síntese

O pensamento de Heráclito é ainda hoje valioso porque foi o primeiro filósofo a mostrar que todos os seres estão sujeitos à lei da transformação, da mudança constante. Que o ser de cada ser ou coisa consiste na transformação. Esta ideia foi sendo melhorada ao longo dos séculos e hoje podemos secundar a ideia de que estamos em constante transformação recorrendo, por exemplo, a conhecimentos da Biologia segundo as quais milhões de células estão nascendo e outras morrendo para que crescamos; que todas as coisas sofrem corrosão, incluindo as rochas, etc. e mesmo assim não perdem a sua identidade.

## A Escola Eleática: Parménides de Eleia

### Vida

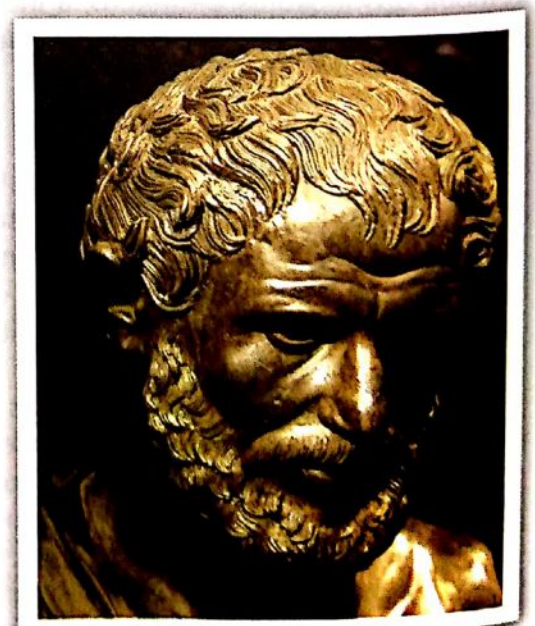
Parménides nasceu e viveu em Eleia (colónia Jónia, na Itália, próxima ao Mar Tirreno) entre 515 e 510 a 450 a.C. Conheceu Sócrates e outros filósofos da época, numa das viagens a Atenas. Foi discípulo de Xenófanes de pitagórico Amínias, por quem nutriu singular apreço e em honra do qual ergueu um templo. Participou activamente na vida política da sua cidade, elaborando-lhes as leis.

### Obra

Escreveu um livro intitulado *Da Natureza*. Foi o primeiro filósofo a escrever em poesia, de que ficaram 150 versos, 61 dos quais se consideram muito importantes para a compreensão do pensamento do autor.

### Pensamento filosófico

Contrariamente ao pensamento da época, o objecto da reflexão deste filósofo é o Ser, e não propriamente a Natureza. Ou seja, no pensamento cosmológico em voga na época Parménides introduz um pensamento ontológico, centrado no ser. Por isso, é considerado o pai da Ontologia. O princípio orientador



**Fig. 4** Busto que se pensa retratar a Parménides, fundador da Escola Eleática e pai da ontologia ocidental.

de todo o seu pensamento é este: «ser é e não pode não ser; o não ser não é e não pode ser de modo algum». Parménides expõe o seu pensamento sobre o ser como lhe foi dito por uma deusa, em forma de conselho: «é necessário dizer e pensar que o ser seja: o ser é, o nada não é. Um só caminho resta ao discurso: o que o ser é.»

Para Parménides, o ser é a única realidade que existe e pensável porque tudo aquilo que alguém pensa e diz é. Não se pode pensar (e portanto, dizer) senão pensando (e portanto, dizendo) aquilo que é. Pensar o nada significa não pensar absolutamente nada e dizer o nada significa não dizer nada. O nada é impensável e indizível. Contrariando desse modo o seu antecessor, Heráclito, para quem tudo era um devir (ser e não-ser para vir a ser), Parménides defende que ou uma coisa é ou não é. Se é, não pode vir a ser porque já é; se não é, não pode vir a ser porque do nada não se tira nada. Ou seja, se o não ser fosse alguma coisa, teríamos a contradição de algo que, ao mesmo tempo, é e não é, segundo Parménides.

## Síntese

A importância do pensamento de Parménides reside em dois aspectos, na actualidade. O primeiro aspecto relaciona-se com a sua reflexão sobre o ser (Parménides é considerado o fundador, o iniciador da ontologia ocidental). O segundo aspecto é a distinção rígida que ele estabelece entre ser e não ser que, serviu de base para a formulação dos princípios de identidade e o de não contradição, instituídos por Aristóteles como princípios fundamentais da Lógica ou instrumentos da Razão.

## Quanto à arte

Em relação à arte, sublinha-se a forte influência dos poemas homéricos e os poetas gnómicos. Neste rico material artístico sempre se tentou de modo mítico e fantástico alcançar objectivos que eram carregados de conteúdos filosóficos.

Os *poemas homéricos* foram uma grande fonte de educação e formação espiritual do Homem, sobretudo entre os gregos antes do nascimento da Filosofia.

Na vida dos gregos, os *poemas homéricos* (*Ilíada* e *Odisseia*) exerciam a mesma influência que a Bíblia exercia sobre os hebreus.

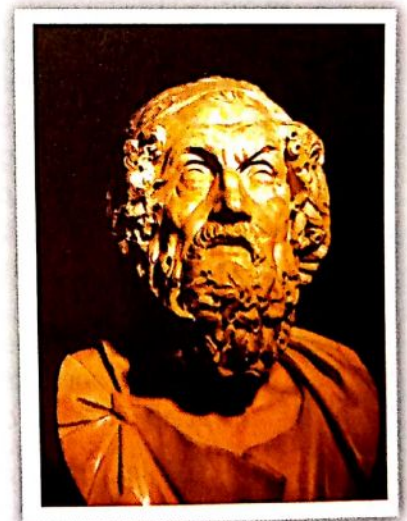
Podia-se compreender a necessidade da bravura do espírito grego – um espírito de busca constante e a predisposição para a admiração, o que se mostrou fundamental para a criação da Filosofia.

O conteúdo artístico dos *poemas homéricos* não terminava na simples descrição mítica dos factos como acontecia com os *povos primitivos* do oriente. O espírito imaginativo dos poemas já se estruturava com base no sentido de harmonia, de proporção, de limite e de medida, o que contribuiu para a sua elevação à categoria de princípios ontológicos.

A componente pesquisa, uma característica peculiar dos poetas, constituiu um suporte para a explicação da conexão universal entre os factos, ou seja, as suas causas e razão de ser.

Os clássicos tardios da filosofia grega tentaram explicar a origem do universo, o lugar do Homem no universo, o que foi sempre tratado nos poemas homéricos. Por esta razão:

Os poemas de Homero, sobretudo, a *Ilíada* e *Odisseia* foram uma das grandes fontes espirituais e culturais que dariam origem ao nascimento da Filosofia.



**Fig. 5** Busto que se pensa retratar Homero (séc. VIII a.C.), autor de *Ilíada* e *Odisseia* e fonte de inspiração do pensamento ocidental.

## Quanto à religião

A religião usou sempre uma representação imaterial e não conceitual, por meio da fé e procurou encontrar os mesmos objectivos que a Filosofia com conceitos e com razão mais tarde.

Hegel, um clássico da Filosofia alemã, fez da arte, da religião e da Filosofia as três categorias do espírito absoluto.

Na compreensão da contribuição da religião para o nascimento da Filosofia é imperativo distinguir entre a religião pública que tem a sua fonte de inspiração no modelo da representação dos deuses sempre referidos nos poemas do Homero e na religião dos mistérios. Contudo, é importante sublinhar que as duas formas de religião tiveram um papel importante para explicar a origem da Filosofia.

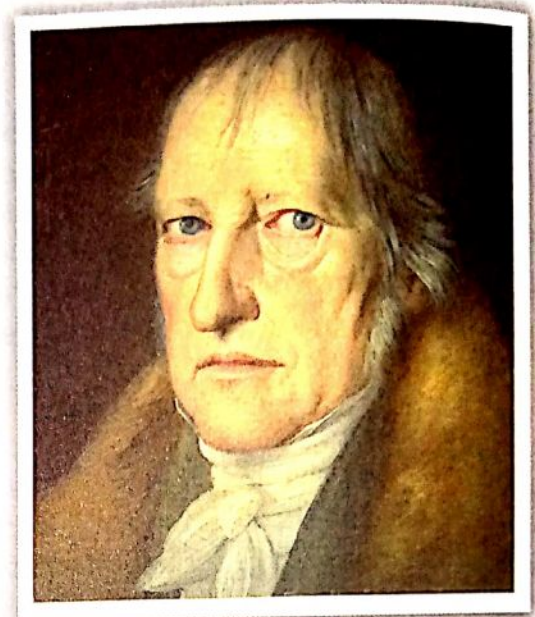


Fig. 6 Hegel (1770-1831)

## As condições sociopolíticas e económicas que contribuíram para o nascimento da Filosofia

A liberdade política de que os gregos mais beneficiavam, em comparação com os povos orientais, contribuiu para um rápido desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo.

O Homem grego não era obrigado a uma obediência cega ao poder religioso e político como acontecia com os outros povos antigos (Orientais).

No aspecto político, foi o povo grego mais privilegiado em virtude de ter sido o primeiro na história a criar e consolidar órgãos de soberania (instituições políticas).

No campo económico, a historiografia grega aponta para uma transformação socioeconómica assinalável nos séculos VII e VI a.C.

«De país predominantemente agrícola que era, passou a desenvolver de forma sempre crescente a indústria artesanal e o comércio. Assim, tornou-se necessário fundar centros de distribuição comercial, que surgiram inicialmente nas colónias jónicas, particularmente em Mileto, e depois noutros lugares.»

Os grandes centros comerciais foram-se transformando em cidades de referência, provocando deste modo uma explosão demográfica.

Um novo segmento de comerciantes e artesãos de sucesso foi-se desenvolvendo como uma nova força política e económica (elite) que se opunha ao poder político concentrado nas mãos da nobreza fundiária.

O sentimento e o espírito libertário deram ao povo grego um impulso sem o qual a actividade científica não teria sido possível. O que clarifica ainda mais que a liberdade multifacetada tenha sido o embrião da Filosofia: é o facto de ela ter nascido primeiro nas colónias e não na mãe pátria onde a nobreza era mais forte.

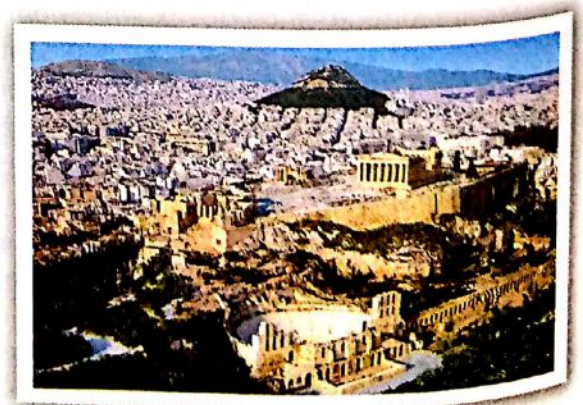


Fig. 7 Atenas - Grecia na Antiguidade

A cidade de Atenas foi o grande centro onde cresceu o movimento de liberdade dos gregos. Deste modo foi igualmente a capital da Filosofia grega e de toda a cultura filosófica clássica. Com a constituição e a consolidação da *polis* – Cidade-Estado, os gregos passaram à categoria de cidadãos, pois para os gregos o Homem coincide com o cidadão, daí que o Estado se tenha tornado o horizonte ético do Homem grego.

Podemos concluir que a emergência do filosofar resultou de uma série de condições peculiares da cultura grega nomeadamente:

- As condições artístico-culturais
- A religião
- Condições sociopolíticas e económicas

Aqui encontramos também a justificação da afirmação segundo a qual a Grécia é o berço da Filosofia.

## Tentativas de definição da Filosofia

De uma maneira geral, a abordagem de qualquer ciência começa pela apresentação da sua definição, pela delimitação do seu objecto e pela indicação dos seus métodos específicos. Como será, então, em Filosofia? Qual é a definição de Filosofia?

O que a prática já nos demonstrou é que não se pode falar em Filosofia sem problemas por resolver. No entanto só tem problemas a resolver quem está em posse de uma razoável experiência de vida. Assim, de entre os vários grandes dilemas que temos pela frente, o primeiro é constituído pela seguinte questão: o que é a Filosofia?

A pergunta colocada tem várias respostas, de acordo com cada filósofo, tal como nos apresenta o texto que se segue.



### Documento

A Filosofia é um conhecimento, uma forma de saber que, como tal, tem uma esfera própria de competência, a respeito da qual procura adquirir informações válidas, precisas e ordenadas. Mas, enquanto é fácil dizer qual é a esfera de competência de várias ciências experimentais, o mesmo não se dá com a Filosofia. Sabemos, por exemplo, que a Botânica estuda as plantas, a Geografia os lugares, a História os factos, a Medicina as doenças, etc. Quanto à Filosofia, que coisa estuda ela?

No dizer dos filósofos, ela estuda todas as coisas. Aristóteles, que foi o primeiro a fazer uma pesquisa rigorosa e sistemática em torno dessa disciplina, diz que a Filosofia «estuda as causas últimas de todas as coisas»; Cícero define-a como «o estudo das causas humanas e divinas»; Descartes afirma que a Filosofia «ensina a raciocinar bem»; Hegel entende-a como «o saber absoluto»; para Whitehead, o papel da Filosofia é o de «fornecer uma explicação orgânica do universo». Poderíamos citar muitos outros filósofos que definem a Filosofia ora como o estudo do valor do conhecimento, ora como a indagação do fim último do Homem, ora como o estudo da linguagem, do ser, da história, da arte, da cultura, da política, etc.

Battista Mondin; *Curso de Filosofia*; vol. 1; São Paulo; 1990, p.7

Como se explica que a definição da Filosofia tenha assim tantas respostas e todas elas polémicas? Qual é a explicação para a falta de consenso entre os filósofos em relação à definição da Filosofia?

O texto que se segue é deveras elucidativo quanto à dificuldade de se encontrar uma definição consensual da Filosofia, serve para ilustrar (e não para explicar as causas) quão controversa é a definição da Filosofia.



## Documento

(...) Será preciso, então, definir a Filosofia logo à partida, precisar que género de verdade se deve procurar numa obra filosófica, determinar que espécie de sentido convém dar a essa obra? (...)

E, no entanto, nada seria mais perigoso do que formular, logo de início, uma tal definição, em nome da qual muitas questões seriam definitivamente escamoteadas. Nenhuma definição dessa espécie, tomada num sentido rigoroso, seria aprovada por todos os que, pelo menos provisoriamente, temos de designar por filósofos.

(...)

É, portanto, a partir de um sentimento confuso, e não duma ideia clara do que será o nosso objecto, que somos obrigados a começar a investigação. E é pelo estudo dos filósofos, pela confrontação das suas afirmações, pelo esforço de procurar, através dos seus escritos, chegar ao que querem dizer, que esse sentimento original se há-de pouco a pouco precisar e dar lugar a uma ideia...

Alquié F.; «La Signification de la Philosophie» in *Antologia Filosófica*, Livros Horizonte; Lisboa; 1983, p. 19

A dificuldade com que nos deparamos ao tentar definir a Filosofia é também parcialmente explicada no texto que apresentamos em seguida, no qual se procura chegar ao significado da palavra «Filosofia» a partir da sua etimologia.



## Documento

Filosofia é uma palavra de origem grega (philos = amigo; sophia = sabedoria) e no sentido estrito designa um tipo de especulação que teve origem e atingiu o apogeu entre os antigos gregos, e que teve continuidade com os povos culturalmente dominados por eles: grosso modo, os povos ocidentais. É claro que, actualmente, nada impede que em qualquer parte do mundo se possa fazer especulação «à moda grega», isto é, Filosofia.

Mas, se afirmarmos que esse tipo de especulação é diferente, que tem características próprias, quais são estas afinal? O que é, afinal, a Filosofia?

Bem... se perguntarmos a dez físicos «o que é a Física», eles responderão, provavelmente, de maneira parecida. O mesmo se passará, provavelmente, se perguntarmos a dez químicos «o que é a Química». Mas, se perguntarmos a dez filósofos «o que é a Filosofia», ousou dizer que três ficarão em silêncio, três darão respostas pela tangente e as respostas dos outros quatro vão ser tão desconstruídas que só mesmo outro filósofo pode entender que o silêncio de uns e as respostas dos outros são todas abordagens possíveis à questão proposta.

Para quem ainda está fora da Filosofia, a coisa pode parecer confusa. Mas a razão da dificuldade é fácil de explicar: talvez seja possível dizer e entender o que é a Física, de fora da Física; e dizer e entender o que é a Química, de fora da Química. Mas, para dizer e entender o que é a Filosofia, é preciso já estar dentro dela. «O que é a Física» não é uma questão física, «o que é a Química» não é uma questão química, mas «o que é a Filosofia» já é uma questão filosófica – e talvez uma das características da questão filosófica seja o facto de as suas respostas, ou tentativas de resposta, jamais esgotarem a questão, que permanece assim com a sua força de questão, a convidar outras respostas e outras abordagens possíveis. (...) A Filosofia começa quando algo desperta a nossa admiração, espanta-nos, capta a nossa atenção (Que é isto? Por que é assim? Como é possível que seja assim?), interroga-nos insistentemente, exige uma explicação.

Espantar-se diante das coisas, interrogá-las, é próprio da condição humana. Qualquer cultura, por mais primitiva que seja, tem, desde sempre, o seu arsenal de respostas e explicações às questões que normalmente são postas. (...)

Ora, uma das belezas que nos revela a análise etimológica da palavra Filosofia é a modéstia com que o filósofo se apresenta: ele não é um sábio, ele é «amante da sabedoria». A Filosofia não é tanto um saber como uma actividade: a da busca, a do cultivo do saber. O primeiro espanto talvez tenha sido involuntário; mas, quando se torna «amante da sabedoria», o filósofo é alguém que sabe manter viva a capacidade de se espantar. Lá mesmo.

onde todo o mundo está instalado, o filósofo é aquele que chega e, com toda a espécie de perguntas engraçadas, dá uma sacudidela e faz ver que nada é óbvio e que tudo é realmente de pasmar! Nada escapa ao seu questionamento: nem Deus, nem o Homem e as suas instituições, nem as ciências, os seus métodos e os seus resultados, nem os resultados do questionamento filosófico, nem o próprio direito do filósofo de questionar. Filosofia é «saber de todas as coisas» e é saber crítico. Nem ela própria pode escapar ao seu questionamento e à sua crítica.

Ora, numa sociedade em que as explicações estão todas prontas, onde as normas são aceites sem discussão, a tendência é estagnar. As alterações, inevitáveis em qualquer comunidade humana, ficam por conta de factores externos: mudanças climáticas, cataclismos, guerras, invasões... Mas, onde há questionamento de tudo, existe um princípio interno de transformação, e existe a permanente possibilidade de mudança.

É, por isso, que entre os dez filósofos, um certamente se insurgiria contra o seu colega engraçadinho e bradaria indignado: Alto lá! A Filosofia é o contrário disso, ela é justamente a ciência com que não é possível ao mundo permanecer tal e qual!

E basta entrar na Filosofia para entender que ele também tem razão.

Maria Iglésias; «Curso de Filosofia» in *Introdução à Filosofia: Pensar e Saber – 10.º ano;* Texto Editora; Lisboa; 3.ª edição; 1995; p. 106

Pode-se, então, concluir que pela sua origem etimológica, a Filosofia é, a amizade pela sabedoria, não é a posse do saber mas a sua busca, a sua demanda. Assim sendo, o filósofo não é um *sophos* (sábio, perito) mas aquele que ama o saber, aquele que o procura.

O termo «Filosofia», ou mais precisamente o termo «filósofo», é atribuído a Pitágoras, filósofo e matemático grego do século VI a.C., que entendia que nenhum Homem se poderia considerar sábio (isso cabia apenas a Deus), ou seja, detentor do saber, mas apenas amigo do saber.

Da própria análise etimológica se conclui que a Filosofia não é algo dado mas antes algo que se procura. No próprio conceito está implícita uma atitude.

A este propósito escreve Karl Jaspers algumas considerações que podemos ler em seguida.

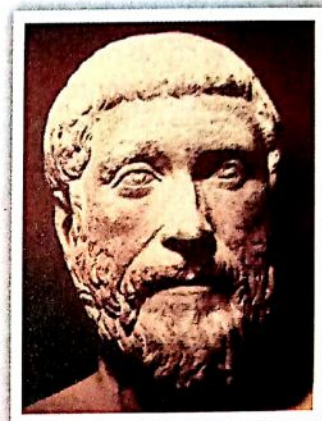


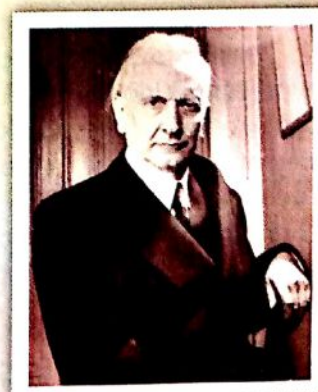
Fig. 8 Pitágoras (séc. VI a.C.).



## Documento

A palavra grega filósofo (*philosophos*) é formada em oposição a *sophos*, significa o que ama o saber, em contraposição ao possuidor de conhecimentos, que se designava por sábio. Este sentido da palavra mantém-se até hoje: é a demanda da verdade e não a sua posse que constitui a essência da Filosofia, muito embora tenha sido frequentemente traída pelo dogmatismo, isto é, por um saber expresso em dogmas definitivos, perfeitos e doutrinários. Filosofar significa «estar a caminho». As interrogações são mais importantes do que as respostas e cada uma destas transforma-se em nova interrogação. (...)

Estar em demanda de algo ou alcançar a serenidade e a plenitude de um instante não são definições da Filosofia. A Filosofia a nada se subordina ou se equipara. Não deriva de algo diferente. Cada filosofia define-se a si própria pelo modo como se realiza. Para saber o que é Filosofia tem de se fazer uma tentativa. Só então a Filosofia será simultaneamente a marcha do pensamento vivo e a consciência desse pensamento (reflexão), isto é, o acto e o respectivo comentário. Só a partir da tentativa pessoal poderemos aperceber-nos do que se nos depara no mundo com o nome de Filosofia.



Karl Jaspers (1883-1969).

Karl Jaspers, *Iniciação Filosófica*, Guimarães Editores, Lisboa, 9.ª edição, 1998; pp. 18-19.

O pensamento de Jaspers, filósofo do século XX, prova-nos não só que a atitude filosófica de busca, como de permanente inquietação, se mantém como constante desde o século VI a.C. até aos nossos dias, como também que cada filósofo tem não apenas a sua própria concepção filosófica, mas, igualmente, a sua própria concepção do que é a Filosofia.

Daqui se pode inferir que a dificuldade de definir a Filosofia está precisamente no facto de não haver Filosofia, mas sim filosofias, como diria Sartre, pois cada filósofo tem a sua concepção filosófica e a sua própria concepção sobre o que é a Filosofia.

Nem todos os filósofos viveram na mesma época, razão pela qual têm motivações particulares diferentes e têm problemas diferentes por resolver. Por este motivo, a Filosofia depara-se com a dificuldade de dar a sua própria definição. Cada época tem os seus problemas e a Filosofia procura responder às perguntas do seu tempo, daí que tenhamos tentado pela via etimológica fazer uma aproximação do conceito polémico de Filosofia.



## Documento

Será suficiente definirmos Filosofia pelos seus étimos? Podemos aceitar a explicação etimológica como um primeiro passo, mas é óbvio que este conceito inicial tem que ser preenchido, enriquecido com outros conceitos. Ora, como procedemos nós quando, por exemplo, queremos definir as diferentes ciências do nosso curriculum? Naturalmente recorreremos aos objectos, às temáticas sobre as quais se debruçam, aos seus campos de actuação, às fronteiras que as delimitam e aos métodos, ou seja, aos modos como se processam esses estudos, aos passos, às operações a que estão sujeitas. O objecto e o método são itens possíveis, são índices taxonómicos para a classificação de uma ciência. Será viável utilizá-los para esclarecer o conceito de Filosofia?

Isabel Marnoto e Manuel Garrão; *Filosofia 10.º ano*; Texto Editora, Lisboa; 1986, p. 5

## Abordagem do conceito «Filosofia» pelo seu objecto – a vocação de totalidade inerente à Filosofia

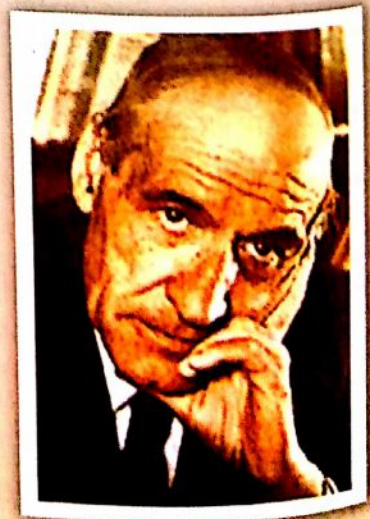
Os problemas a que alude o texto de Marnoto e Garrão, e que se colocam perante a tentativa de definição de Filosofia pelo seu objecto, são claramente expostos no texto que se segue.



## Documento

O filósofo, pois, de modo diferente de qualquer outro cientista, embarca no desconhecido como tal. O mais ou menos conhecido é partícula, porção, esquirola do universo. O filósofo situa-se perante o seu objecto numa atitude diferente de qualquer outro conhecedor; o filósofo ignora qual é o seu objecto e dele sabe somente: primeiro, que não é nenhum dos restantes objectos; segundo, que é um objecto integral, que é o autêntico todo, o que não deixa nada de fora e, por isso, o único que basta... Portanto, o Universo é o que radicalmente não sabemos, o que absolutamente ignoramos no seu conteúdo positivo. (...)

Dizia eu que o matemático ou o físico começam por delimitar o seu objecto, por defini-lo, e esta definição do numérico, do conjunto do material contém os atributos mais essenciais do assunto. Começam, pois, as ciências particulares, separando, demarcando o seu problema; e fazendo assim, aparenta saber ou crer de antemão o mais importante. Posteriormente, a sua tarefa reduz-se a investigar a estrutura interior do seu objecto, o seu fino tecido íntimo, poderíamos até dizer a sua histologia. Mas quando o filósofo parte



José Ortega y Gasset (1883-1955)

para a pesquisa de tudo quanto há e aceita um problema radical, um problema sem limites, um problema absoluto do que ele busca – que é o universo – não sabe nada. (...)

De modo que não só o problema filosófico é ilimitado em extensão, dado que abarca tudo e não tem limites, mas também em intensidade problemática. Não somente é o problema do absoluto, mas é absolutamente um problema. Quando, pelo contrário, dizemos que as ciências particulares tratam de um problema relativo ou parcial, não só sugerimos que se ocupam exclusivamente de um bocado de universo e nada mais, mas que esse problema mesmo se apoia em dados que se dão por sabidos e resolvidos, portanto, que somente a meias é um problema.

José Ortega Y Gasset; *O que é a Filosofia?*; Edições Cotovia Lisboa, 1994; pp. 47, 59

Neste excerto, José Ortega Y Gasset, filósofo espanhol do século XX, admite que a Filosofia tem um objecto próprio «que não é nenhum dos restantes objectos», pois «é o objecto integral, o autêntico todo, o que não deixa nada de fora». A partir daqui Ortega y Gasset levanta um grande problema epistemológico: a dificuldade de conhecer e de caracterizar esse todo.

As (restantes) ciências têm como objecto de estudo uma parte, uma determinada área da realidade material ou imaterial; elas são, por isso, tematicamente reduzidas. Deste facto resulta a possibilidade de as definir com relativa facilidade, bastando indicar as características suficientes dos seus objectos para as identificar.

A Filosofia, pelo contrário, procura compreender a totalidade do real, material e imaterial; procura compreender o universo no seu todo, isto é, a totalidade do universo. Sendo assim, qualquer definição da Filosofia seria empobrecedora do próprio conceito de Filosofia, dado que em seu nome «muitas questões ficariam definitivamente escamoteadas». Correr-se-ia o risco de a restringir apenas ao seu objecto, ao seu método ou à finalidade dos seus conhecimentos.

Esse todo, que é o objecto da Filosofia, não é uma mera soma das partes mas sim algo integralmente organizado, estruturado. Por isso é que se pode filosofar a partir de qualquer objecto, fenómeno ou facto, uma vez que qualquer que este seja é no todo onde encontra o seu lugar e o seu fundamento último que, no final das contas é o fundamento primeiro.

## Abordagem do conceito «Filosofia» pelo seu método – a reflexão crítica



### Documento

Os filósofos são tão livres como quaisquer outras pessoas para empregar qualquer método na busca da verdade. Não há método peculiar em Filosofia. (...) Contudo, estou disposto a admitir que existe um método ao qual se poderia chamar «método da Filosofia». Mas ele não é característico unicamente da Filosofia. É antes o método de toda a discussão racional e, portanto, tanto das ciências naturais como da Filosofia.

O método a que me refiro consiste em enunciar os problemas com clareza e examinar com espírito crítico as diversas soluções propostas. Sublinhei as expressões «discussão racional» e «com espírito crítico» a fim de realçar a identificação que estabeleci entre a atitude racional e a atitude crítica.

Cada vez que tentamos dar soluções a um problema devemos tentar, tão rigorosamente quanto possível, superá-las em vez de as defender. É disto que se trata. Poucos de nós observam este preceito, mas, felizmente, há ainda quem seja capaz de fazer uma crítica se nós não conseguirmos fazê-la. (...) Portanto, esta crítica só será fecunda na condição de formularmos os problemas tão claramente quanto possível e de apresentarmos a nossa solução sob forma suficientemente definida: uma forma que permita a discussão crítica (...).

Pouco importam os métodos que possa utilizar um filósofo (ou quem quer que seja) desde que apresente um problema interessante e se empenhe seriamente em resolvê-lo. Dentre os numerosos métodos que ele pode utilizar – naturalmente sempre dependentes do problema em questão – um parece-me digno de ser mencionado. Consiste, muito simplesmente, em tentar descobrir o que os outros pensaram e disseram a propósito desse problema, porque é que se debruçaram sobre esse assunto, como o formularam, como o tentaram resolver. Isto parece-me importante porque é um elemento do método geral da discussão racional.»

Karl Raimund Popper; «La Logique de la découverte scientifique» in *Introdução à Filosofia: Pensar e Saber* – 10.º ano; Texto Editora, 3.ª edição, Lisboa; 1995; p. 124

A partir do pensamento de Popper pode deduzir-se que a Filosofia é uma forma de raciocinar que não coincide estritamente com o raciocínio e as deduções da Matemática, por exemplo.

A Filosofia tem uma atitude própria, um estilo característico que é a reflexibilidade.

A palavra reflexão, como atitude peculiar da Filosofia, quer dizer voltar a pensar no que já se pensou ou no que já se viu. Reflexão designa, portanto, um segundo momento que é mais intenso que o primeiro. Reflectir significa, então, cair de novo na conta de alguma coisa, tomar consciência de algo, ou melhor, tomar consciência da realidade que se vive, das circunstâncias que envolvem a vida.

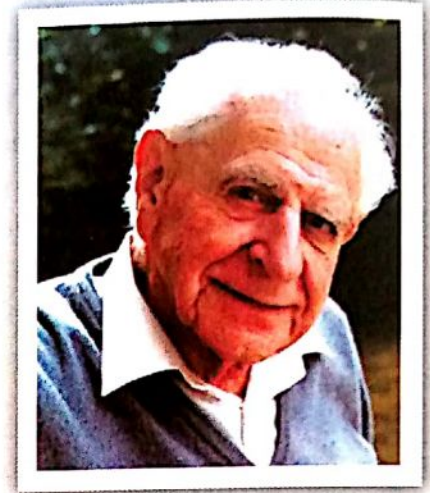


Fig. 9 Karl Raimund Popper (1902-1994)

## A universalidade e a particularidade da Filosofia

A universalidade da Filosofia verifica-se nos problemas e não na sua solução ou resolução, pois a solução está em consonância com as condições concretas de cada sujeito – a particularidade. Daí que o universal alberga em si a particularidade.

Os problemas que a Filosofia levanta são problemas da humanidade (universais), que resultam da acção do Homem (particular) à medida que a consciência se vai desenvolvendo ou construindo a sua realidade material e espiritual.

A Filosofia é, ainda, um saber universal, pois exprime preocupações e problemas que dizem respeito à humanidade em todas as suas dimensões.

Uma reflexão torna-se filosófica a partir do momento em que busca explicação sobre os mais profundos problemas do ser humano, tais como: os problemas relacionados com o amor como categoria filosófica, o da amizade, o da beleza ou justiça. Ao levantarmos estes problemas estaremos além do particular e estaremos a entrar numa reflexão universal.

Em Filosofia não se pode falar com propriedade do **universal** sem alusão ao **particular**, pois os dois conceitos anulam-se mutuamente no tempo e no espaço.

## Funções da Filosofia

A Filosofia é uma maneira de estar no mundo, é um modo de existir. Como tal, não deve ser vista apenas como uma procura de compreensão e interpretação do mundo. Na verdade, o esforço de se apropriar do real passa pela maneira como o Homem interpreta a realidade, mas também como ele se situa perante ela. Disto resultam as várias e diferentes maneiras de estar no mundo, os vários e diferentes modos de existir, as várias dimensões da existência humana.

O Homem não só pensa e comunica com os outros, não só procura compreender e interpretar a ordem do mundo ou ordenar o «caos cósmico», como também sabe que pensa e pensa sobre o seu próprio pensamento, formulando para este princípios e regras que o tornem coerente. O Homem pensa também no «além», venerando um ente que não conhece, embora encontrando nele o sentido da sua existência. O Homem também goza a felicidade e sofre a dor do trabalho, do jogo, da espera, da descoberta, do desejo, etc. O Homem manifesta-se, com efeito, em planos diferentes: **pensar, sentir e agir**. Todos estes planos podem ser agrupados em dois: o teórico e o prático, circunscrevendo-se neles as funções da Filosofia.

As tarefas da Filosofia abrangem, as áreas do saber (área **teórica**) e da experiência (área **prática**), embora hoje seja questionável a oposição entre a teoria e a prática. Contudo, há razões suficientes para afirmar que o Homem é um ser teórico e prático.

O plano teórico refere-se não só aos saberes instrumentais ligados às actividades artesanais, profissionais e técnicas, aos saberes relativos à interacção social e ao senso comum. Como também aos saberes considerados mais elevados, como os ligados à Arte, à Ciência, à Política, ao Direito, à Filosofia. O plano prático abarca a multiplicidade de experiências que o Homem adquire a partir da sua própria existência, do seu trabalho, da natureza, da sua convivência e da sua actividade cognitiva e valorativa, entre outras.

Este quadro mostra-nos a dificuldade de opor a teoria à prática. Para além disso, também nos mostra que o Homem é, por um lado, um ser aberto ao mundo enquanto dotado de sentido e razão, meios pelos quais ele se relaciona com a Natureza e a sociedade, procurando dar-lhes sentido, transfigurando-os, reconstruindo-os, ordenando-os ou globalizando-os. Por outro lado, o Homem está arrojado para a existência, tanto na interacção comunicativa com os outros como na co-existência com a Natureza.

Pela etimologia da palavra, a Filosofia satisfaz, nos dois planos, o desejo de saber: saber pensar (plano teórico) e saber agir (plano prático).

Saber pensar significa não só ordenar as ideias de forma coerente, questionar de forma inteligível (só uma pergunta clara é susceptível de uma resposta clara), ordenar um discurso argumentativo, como também tomar consciência da amplitude, complexidade e profundidade do real. No entanto, saber pensar significa também questionar-se sempre de novo sobre a coerência, a inteligibilidade do seu próprio pensamento e sobre os princípios em que se baseiam os seus próprios argumentos.

Saber agir significa saber aplicar o saber pensar. Responde à pergunta «saber pensar para quê?»: para a orientação existencial e social do Homem, ou seja, para uma atitude racional perante a realidade que o rodeia.

Assim sendo, cabe à Filosofia proporcionar ao Homem um procedimento crítico em relação ao seu próprio pensamento, ao pensamento dos outros, aos diferentes saberes e opiniões, aos valores, às crenças e aos poderes. A Filosofia é também imprescindível ao Homem enquanto cidadão, proporcionando-lhe a capacidade de ser tolerante perante as opiniões e interesses alheios, de trabalhar para a paz, para o bem comum, para a justiça, para o respeito, para uma ordem pública salutar e para a liberdade e autonomia dos seres humanos.

A Filosofia torna o Homem lúcido, livre e autónomo, fazendo com que se torne corajoso no pensar e no agir. Nesta fase de globalização e de mudanças rápidas, dota o Homem de pressupostos para desafiar as tensões que delas resultam.

Como se pode depreender, as tarefas da Filosofia não se podem encontrar fora do Homem. As tarefas da Filosofia estão naquilo que ela produz no próprio Homem.

## Métodos da Filosofia

O método de estudo de Filosofia marca a primeira grande diferença entre a Filosofia e as ciências. O método da Filosofia não é o da simples verificação, nem o da descrição pacífica dos factos, muito menos o da experimentação.



## Documento

O bom senso é a coisa do mundo mais bem distribuída (...). O poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso que é propriamente o que se chama o bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os Homens (...). A razão é a única coisa que nos torna Homens e nos distingue dos animais.

Tavares, Ferro; *Guia do Estudante de Filosofia*; Lisboa, 1992; p. 46

A Filosofia usa, como um dos seus métodos, a justificação lógico-racional. Assim, procura oferecer uma explicação conclusiva de tudo o que estuda, e para tal serve-se da razão, ou seja, do *logos*, de acordo com os gregos.

A Filosofia procura, conhecer o real e agir sobre ele, facto que a liga estreitamente à ciência, partilhando assim os métodos crítico e racional.

A análise crítica é, ao mesmo tempo, um método e uma atitude filosófica. Consiste na superação constante do vivido através de um questionamento permanente, ou seja, do uso sistemático da razão. O estilo próprio da Filosofia é a reflexão do reflectir, isto é, voltar a pensar o que já se pensou.

A insatisfação perante qualquer explicação de fenómenos e factos ou perante os exemplos dados constitui a característica fundamental da Filosofia como atitude crítica.

A reflexão crítica é uma atitude filosófica que tem em vista a explicação da realidade tendo em conta que o filosofar seja uma procura sem trégua, a evidência e o sentido mais fundamental do eu, do outro e da Natureza, isto é, a atitude filosófica não espera encontrar soluções já construídas.

Podemos afirmar que a filosofia é uma atitude radical de olhar crítico em busca da verdade sobre os factos.

As características fundamentais da atitude filosófica compreendem, entre várias outras a Historicidade dos factos.

O campo de Filosofia tem a sua história, que se enraíza em grandes filósofos de épocas diferentes como Platão, Aristóteles, São Tomás de Aquino, Kant, Hegel, Heidegger entre outros. A História da Filosofia não pode ocorrer sem observar a sua matriz grega, passando pela idade medieval, idade moderna e pós-modernidade.

O texto seguinte é um exemplo concreto da historicidade da filosofia.



## Documento

A Filosofia surge na Grécia, aproximadamente nos começos do século VI a.C.

Como nas restantes culturas antigas, a cultura grega fundava-se no Mito, transmitido e ensinado pelos poetas, educadores do povo, especialmente Homero e Hesíodo.

Através das complexas narrações e doutrinas sobre os deuses e os homens, sobre as forças que intervêm activamente nos acontecimentos cósmicos e humanos, o mito oferecia respostas orientadoras acerca da Natureza e do destino do ser humano, acerca da origem e das normas da sociedade em que o indivíduo humano se encontrava inserido e acerca do surgimento e estrutura do cosmos.

No dealbar do século VI a.C. e em consonância com profundas transformações de carácter cultural e social, as inteligências mais despertas sentiram a necessidade de substituir as explicações míticas por outro tipo



**Fig. 10** René Descartes (1596-1650) foi o fundador da Filosofia moderna sob o ponto de vista da proposição metodológica.

de explicação justificada de um modo racional. Surgiu, assim, a Filosofia como tentativa de racionalizar a interação do Homem e do universo, das relações dos homens entre si e destes com a Natureza. Se o mito se caracteriza-se também pela radicalidade dos seus questionamentos. A atitude filosófica é radical no duplo sentido: enquanto as suas questões alcançam a totalidade do real e enquanto pretende chegar aos princípios explicativos últimos do real. Desde o seu surgimento, a Filosofia, como atitude crítica, é racionalizadora e constituiu-se como um elemento essencial – se não o elemento essencial – ser dinamizador da nossa cultura.

J. M. Navarro Cordon e T.; Calvo Martínez; *História da Filosofia*; 1.º Vol.  
Lisboa, Edições 70; 1990, p. 9

## A natureza das questões filosóficas: a insatisfação com todas as respostas

Os seres humanos primitivos limitavam-se a aceitar o mundo e a vida tal como eram. Emprestavam-lhes uma origem, um processo, uma finalidade, um significado. Por isso, inventaram histórias explicativas, descrições cheias de beleza e de fantasia em que intervinham, quase sempre, forças sobrenaturais.

Estas histórias – mitos – representavam o primeiro esforço para uma leitura sistemática e organizada do Universo. Consistiam, sobretudo, em encontrar as origens e evocar o acto primordial da criação, fundamentalmente de todo o real.

O mito reporta-se, portanto, a um tempo fabuloso onde se desenrolaram acções exemplares.

No estudo das origens do conhecimento filosófico não se pode pensar em encontrar logo ideias claras, precisas, distintas e bem definidas. Todas as imagens primitivas do mundo aparecem-nos envolvidas numa atmosfera mística e mágica; o pensamento em que se esboça a explicação do Universo parece mais próxima do plano dos nossos sonhos do que do plano da realidade.

Esta atitude, que atribui a ordem do Universo a entidades sobrenaturais, fundamenta-se em práticas mágicas e em ritos de cultos ancestrais, ligando-se à religião. Mergulha no espanto perante o mistério, no terror do desconhecido, na incerteza do destino, na procura do inteligível.

Partindo do comportamento religioso, o mito apresenta-se como uma elaboração anónima e colectiva forjada pela imaginação mas contendo já germes de racionalidade. Não se preocupa com a totalidade do real. Repara nas forças naturais mais poderosas, na sucessão cíclica dos fenómenos, nas relações mais vulgares e constantes.

Os mitos revelam tudo o que se passou, desde a cosmografia até à fundação das instituições socio-culturais. Estas revelações não constituem um conhecimento no sentido restrito do termo; não esgotam o mistério das realidades cósmicas e humanas.

Esse carácter que nos parece irreal esconde, todavia, uma profunda e enérgica actividade da imaginação humana; dá-nos a impressão de que ao longo desses séculos de sonho procurou-se laboriosamente uma passagem do confuso para o definido.

Ou seja, isolam-se certos elementos da original confusão, e volta-se a associá-los, para se obter, assim, uma imagem ligeiramente mais perfeita, mais consciente e mais voluntária.

Assim nasceram durante milénios, até ao século VI a.C., os mitos que traduzem seres humanos por imagens fabulosas todos os acontecimentos e experiências que impressionaram a alma dos Homens primitivos. A criação do Homem, por exemplo, servia para descrever a sucessão dos deuses ou dos mundos em conformidade com as tradições religiosas.

Foram essas as primeiras tentativas de formulação da Ciência e da Filosofia.

## Disciplinas da Filosofia

Na história da Filosofia, muitas das suas disciplinas foram-se tornando autónomas. Entre elas destacam-se a Antropologia Filosófica, a Ética, a Filosofia da História, a Teoria do Conhecimento, a Lógica, a Estética, a Metafísica, a Ontologia, a Filosofia Política, a Epistemologia, a Filosofia da Linguagem, a Filosofia da Religião, a Filosofia da Natureza, etc.

Em seguida, iremos apresentar, numa forma resumida, as questões principais que estas disciplinas da Filosofia tratam.

## Filosofia da Natureza

A Filosofia da Natureza preocupa-se com a interpretação e explicação da Natureza. O termo «natureza», ou *physis*, possuía, para os antigos gregos, dois grandes significados: em primeiro lugar, a Natureza era entendida como um conjunto dos seres que povoam o universo, exceptuando-se deste conjunto as coisas produzidas pelo Homem. Sob este ponto de vista a Natureza tem a significação de totalidade do universo. Em segundo lugar, natureza refere-se à origem das coisas. Utiliza-se para indicar o conjunto ou as classes das coisas. Assim, nós interrogamo-nos sobre a «natureza do Homem» ou sobre a «natureza de uma determinada acção». Neste caso, «natureza» de domínio sobre as coisas, ou seja, a essência das coisas. Já desde os primeiros filósofos havia esta distinção, esta dualidade.

O contraste entre «aquilo que é por natureza» e «aquilo que é por convenção» foi discutido pelos sofistas para distinguir o que tem um modo de ser que lhe é próprio, e aquilo cuja existência e ser foi determinado pelo Homem. Por outro lado, também se discutiu se as leis, particularmente as da sociedade, derivam de um modo *de ser humano* ou se são o resultado de um pacto social entre os seres humanos. Nestas discussões, o termo «natureza» tem o significado de «ter algo de si e para si»; ou melhor, aqui se destaca a essência que os seres possuem.

A Filosofia da Natureza interroga-se acerca da natureza das coisas, ou seja, o que são as coisas (essência) e de onde vêm (origem) e, a partir daí, explica os seus movimentos (causa).

## Antropologia Filosófica

O problema que a Antropologia Filosófica coloca é o do próprio Homem. O que é o Homem, qual é a sua origem, a sua essência, o seu destino, questões que sempre constituíram preocupação do próprio Homem.

Os clássicos analisaram a essência do Homem a partir do universo e da Natureza, ou seja, do cosmos. Por isso, a sua concepção sobre o Homem é denominada cosmocêntrica.

Na Idade Média, o Homem é visto como uma criatura de Deus. Daí o ordenamento da concepção do Homem segundo a divindade. A visão do Homem neste período caracteriza-se como predominantemente teocêntrica. Tanto para os gregos como para os filósofos da Idade Média, o Homem é composto por duas partes: o corpo que representa a parte material, natural e mundana e a alma que representa a parte espiritual, imaterial e supra-sensível.

Na Idade Moderna, aparece o indivíduo pela primeira vez como sujeito da ordem, de princípios e de normas. O sujeito é autónomo. O Homem é analisado a partir de si mesmo. Esta forma de analisar o Homem denomina-se antropocêntrica.

A **Antropologia**, como uma disciplina filosófica, aparece entre os séculos XVII e XVIII. Aqui tenta-se analisar o Homem, não a partir de um ponto de vista metafísico mas da sua natureza. Assim, o Homem é visto na sua singularidade.

A Antropologia Filosófica procura sempre investigar a natureza do Homem, sendo é entendida simultaneamente como uma visão comum dos conhecimentos científicos ou então como fornecedora de uma visão determinativa independente sobre o Homem. A Filosofia Moderna parte do princípio da formação não mutável do Ser humano. Por isso, caracteriza o Homem no seu valor duplo. Por um lado, é

analisado de igual modo como os outros *seres vivos*, a partir da sua racionalidade. Por outro lado, o Homem diferencia-se dos animais através da linguagem, da consciência (da sua morte, do tempo e da História, do bem e do mal), da sua possibilidade de sorrir e de dizer «não».

## Metafísica: Ontologia e Teodiceia

Desde a sua existência, o Homem procurou sempre saber o princípio e o fim de todas as coisas. Depois do pensamento mítico que constituiu a primeira tentativa de resposta, surge a Filosofia. A **Metafísica** é precisamente a disciplina da Filosofia que investiga os primeiros princípios e as últimas causas. A Metafísica pode designar-se **Metafísica Geral** ou **Ontologia** quando investiga as formalidades, ou seja, a essência das coisas. Chama-se **Metafísica Especial** ou **Teodiceia** quando estuda a substância separada e imóvel, isto é, Deus. A Metafísica não procura investigar coisas particulares, mas o Ser enquanto Ser, isto é, aquilo que faz com que as coisas sejam aquilo que são.

O desenvolvimento das ciências positivas ou particulares agudizou as questões fundamentais que se tinham levantado acerca da Metafísica e, em particular, as duas questões seguintes: (1) se a Metafísica é possível como ciência; (2) do que ela se ocupa.

Immanuel Kant foi o filósofo que mais se notabilizou na análise deste problema. A Filosofia Positivista, por ele constituída, defende que as proposições metafísicas não são nem verdadeiras nem falsas. A Metafísica seria abuso de linguagem. A negação da Metafísica, por vezes, implicava a negação do próprio saber filosófico. Porém, as tendências actuais antipositivistas, embora em certos casos hostis, acabaram por aceitar a Metafísica reconhecendo que a Filosofia é um pensar de certo modo metafísico; isto demonstra sobremaneira a importância da Metafísica na actualidade.

## Ética

De acordo com o filósofo Immanuel Kant, são próprias da Filosofia as seguintes perguntas: Que posso saber? Que devo fazer? Que me é permitido esperar? O que é o Homem?

Estas perguntas filosóficas constituem as inquietações fundamentais do Homem. Entretanto, o Homem tem um lugar de destaque em todos os temas filosóficos: O que é ele? Como viver? Como determinar o seu Ser e o sentido da sua vida? Como ganhar e viver a sua liberdade? É disto que surge a pergunta: Que devo fazer? que é uma pergunta central para a Ética. Com efeito, o Homem vive hoje numa época caracterizada pela desorientação em relação às normas de convivência social, pela confusão em relação aos valores, pela incapacidade de tomar decisões claras sobre os problemas e desespero em torno das questões essenciais da vida.

É neste contexto que surge a Ética, isto é, quando a situação tomada por habitual perde a sua naturalidade, quando as normas e as instituições transmitidas de geração para geração perdem a sua validade e possibilidade de esclarecimento. A Ética aparece para submeter as normas sobre a acção do Homem, as concepções sobre valores e as instituições sociopolíticas a uma revisão da qual pode resultar a legitimação da sua manutenção, uma argumentação sobre a necessidade da sua adaptação às novas circunstâncias, ou ainda a sua rejeição.

A Ética é, portanto, a reflexão sobre a Moral, isto é, sobre o conjunto dos costumes e dos comportamentos que caracterizam a conduta humana. Ela tem, assim, a moral como seu objecto de estudo. A Moral é, pelo contrário, o conjunto de princípios, de regras, de juízos e de valores que, por serem aceites pelos membros de uma determinada sociedade, vigoram nessa mesma sociedade mesmo antes da reflexão sobre o seu significado, a sua importância e a sua necessidade. Enquanto a Moral pertencer aos factos, ela faz parte da prática humana; a Ética é da ordem teórica, pois investiga os fundamentos dessa acção humana sob o ponto de vista da bondade ou maldade, da justiça ou injustiça, do correcto ou incorrecto, do obrigatório ou não e do proibido ou não.

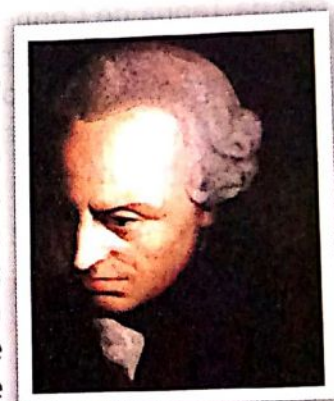


Fig. 11 Immanuel Kant (1724-1804)

## Teoria do Conhecimento

A Filosofia tratou sempre de questões ligadas ao conhecimento, nomeadamente, o que é o conhecimento, como é que ele é produzido e como é que ele é fixado na nossa mente. A Teoria do Conhecimento, em particular, trata da relação entre o sujeito, o objecto e o conteúdo do conhecimento. Quanto a esta relação colocaram-se até agora três possibilidades.

A **primeira** parte do princípio de que o sujeito cognoscente pode chegar ao conhecimento sem precisar de ter experiência própria. Quer dizer, o conhecimento sobre a realidade está no próprio sujeito cognoscente.

A **segunda** possibilidade diz que o sujeito só pode conhecer a realidade através da experiência, o que significa que a realidade existe independentemente da actividade cognoscente do sujeito.

Finalmente, uma **terceira** possibilidade defende que o conhecimento sobre a realidade é dependente da capacidade do sujeito cognoscente.

No entanto, todas as possibilidades estão, num aspecto, de acordo: o processo de conhecimento constitui um processo de ascensão que vai do «senso comum» ao «saber», diferenciando-se qualitativamente um do outro. A Teoria do Conhecimento encontra-se intimamente ligada às questões da Teoria da Verdade. Esta ocupa-se de dois aspectos: por um lado, procura determinar os critérios da verdade e, por outro, procura definir o conceito da própria verdade. Neste processo procura-se clarificar a relação entre os critérios e a definição da verdade. Na história da Filosofia, as questões sobre Teoria do Conhecimento foram primeiramente tratadas pela Metafísica. Depois, a Teoria do Conhecimento tornou-se autónoma, constituindo-se, portanto, como uma disciplina singular dentro da Filosofia. Nos últimos tempos, há uma dissolução da Teoria de Conhecimento como disciplina. As questões até então por ela tratadas são abordadas na Filosofia da Linguagem, na Epistemologia e na Logística. Um destaque particular nesta dissolução da Teoria de Conhecimento é a Epistemologia. Esta é uma Teoria das Ciências, ou seja, debruça-se sobre as condições de produção e os métodos que se aplicam num tipo de conhecimento particular: o conhecimento científico.

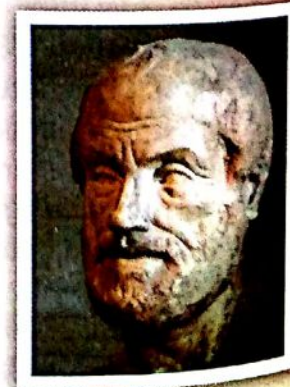
## Lógica



### Documento

A palavra «Lógica» significa, do grego e em sentido restrito, «arte de pensar». Já em sentido mais lato, a Lógica é a ciência do pensamento ou do discurso racional, ou ainda, a ciência que estuda a dimensão racional do discurso. Por outras palavras, podemos falar da Lógica como uma ciência que se dedica às condições do pensamento válido, regulando o perfeito discurso da razão e oferecendo o caminho para o correcto exercício da linguagem. A Lógica Formal ocupa-se das conclusões que resultam exclusivamente das proposições e somente a partir delas podem resultar correctas. A Lógica Formal (também designada Lógica Pura ou Teórica) preocupa-se em distinguir os raciocínios verdadeiros dos falsos, independentemente do seu conteúdo. A Lógica Formal não se preocupa com o conteúdo das proposições, mas com a forma.

Na história da Filosofia, Aristóteles é considerado o pai da Lógica. Ele desenvolveu um tipo de Lógica que é conhecido por Silogística, que significa, aproximadamente, «a arte de deduzir ou de concluir». Para ele, a Lógica subdivide-se em três partes: Teoria dos Conceitos, Teoria dos Juízos e Teoria das Conclusões. Esta subdivideção permaneceu válida até ao século XIX quando começou a ficar ultrapassada devido ao desenvolvimento do método matemático no seio da Lógica.



Aristóteles (384-322 a.C.)

Schuelerduden; Die Philosophie; Editora Bibliographischen Institut Mannheim; Viena; Zurique; 1985

## Filosofia Política

A Filosofia Política tematiza a problemática do ser humano como ser social, isto é, que não pode viver independente dos outros. A Filosofia Política estabelece, por isso, regras e normas de conduta para a vida em comunidade. Estas regras ou normas integram-se na evolução histórica das várias formas de organização social: os gregos tiveram como forma de organização da sociedade a Cidade-Estado (*polis*); os romanos, o Império Romano; o Estado-Nação vigorou na Idade Média e na Europa contemporânea.

Na actualidade, a substância da Filosofia Política é a essência e o sentido do Estado, as tarefas e as finalidades do Estado, assim como a relação entre o indivíduo e a sociedade. A Filosofia Política investiga também a relação triádica conflitual: indivíduo, Estado e sociedade.

## A Filosofia no universo das outras ciências

A palavra «ciência» pode ser tomada no sentido lato e no sentido restrito. No sentido lato, a ciência consiste no conhecimento das causas; no sentido restrito (aquele em que mais se emprega hoje a palavra), significa o conhecimento dos factos adquiridos através dos processos de observação e da experiência, com o fim de estabelecer as leis que o regem.

Embora a Filosofia mereça o título de ciência, porque se preocupa com a investigação das causas primeiras e finais de toda a realidade, apenas o é no sentido lato da palavra, distinguindo-se das ciências propriamente ditas por várias razões:

- a) Pela profundidade da investigação
  - A Ciência procura as causas próximas e imediatas das coisas.
  - A Filosofia procura as causas últimas e finais das coisas.
- b) Pela reflexão crítica
  - A Ciência pressupõe reflexão e crítica.
  - A Filosofia põe em questão tudo o que se apresenta ao espírito para examinar, discutir, avaliar e descobrir o seu significado, inclusive o da própria ciência.
- c) Pelo grau de generalidade e síntese
  - A Ciência limita-se à realidade dos factos, ocupa-se dos fenómenos.
  - A Filosofia procura dar unidade total ao saber, pretende penetrar na realidade global.
- d) Pela humanidade e valorização
  - A Ciência ocupa-se em, geral, da realidade estranha ao Homem.
  - A Filosofia é essencialmente humana e axiológica, isto é, ela dá valor à acção e à existência humana.

No seu próprio campo, todas as ciências aceitam certas questões de que afinal não tratam, por transcenderem as possibilidades dos seus processos de investigação, mas que lhes servem de fundamento (problemas de origem, possibilidades, condições, método, limites, valor...).

A Filosofia, portanto, fornecendo às ciências os princípios em que elas se baseiam, legitima-as, critica-as e defende-as.

Nos parágrafos anteriores mostrámos a influência da Filosofia na Ciência, em seguida vamos tratar da influência da Ciência na Filosofia.

Tal como a Filosofia fundamenta as ciências, estas também fornecem os dados a partir dos quais a Filosofia se eleva a explicações mais profundas.

As investigações biológicas tornam possível estudar a questão da origem e natureza da vida com maior eficácia; o estudo da fisiologia é indispensável para compreender as relações do organismo com o espírito; as descobertas recentes da Física permitem um melhor conhecimento do problema metafísico da constituição dos corpos; o progresso da Psicologia experimental fornece elementos à Lógica, à Epistemologia, etc.

A Filosofia, para se elevar a princípios gerais do conhecimento, apoia-se nas leis científicas, que coordena e generaliza. O filósofo, para construir hipóteses muito engenhosas e deduzir conclusões, precisa de bases sólidas fornecidas pela ciência.

Só a Filosofia pode *a priori* elucidar as condições de validade das ciências, orientando a pesquisa científica e sugerindo uma atitude de questionamento. Por seu turno, à ciência caberá fornecer conteúdos concretos às formulações abstractas da Filosofia.



## Texto 1

«O Homem não pode passar sem a Filosofia, diz, com razão, Jaspers. Por isso ela está presente em toda a parte e sempre... A única questão que se pode pôr é a de saber se ela é consciente ou não, boa ou má, confusa ou clara.

Com efeito, a busca da verdade científica, que, aliás, só interessa a uma minoria, não esgota em nada a natureza do Homem, mesmo para essa minoria. Para além disso, o Homem vive, toma partido, crê numa multiplicidade de valores, hierarquiza-os, e dá, assim, sentido à sua existência mediante opções que ultrapassam incessantemente as fronteiras do seu conhecimento efectivo.



Jean Piaget (1896-1980)

No Homem que pensa, esta questão só pode ser raciocinada no sentido em que, para fazer a síntese entre aquilo que ele crê e aquilo que ele sabe, ele só pode utilizar uma reflexão, quer prolongando o seu saber, quer opondo-se a ele num esforço crítico para determinar as suas fronteiras actuais e legitimar a hierarquização dos valores que o ultrapassam. Esta síntese racional entre as crenças, quaisquer que elas sejam, e as condições do saber, constitui aquilo que nós chamamos sabedoria e é esta que nos parece ser o objecto da Filosofia.

O termo sabedoria não tem nada de intelectualista, uma vez que ele implica uma tomada de posição vital. Ele também não tem nada de limitativo do ponto de vista do exercício do pensamento, pois comporta a ideia de que essa tomada de posição seja racionada e não simplesmente decisória. Mas se uma sabedoria engloba a busca de uma verdade, ela não pode deixar de distinguir, se for revista de sensatez, entre as tomadas de posição pessoais ou de grupos restritos, relativas às crenças evidentes para alguns mas não partilhadas por outros, e as verdades demonstráveis acessíveis a todos. Por outras palavras, pode haver várias sabedorias, enquanto só existe uma verdade.»

J. Piaget; *Sagesse et illusions de la Philosophie*; Paris; PUF; 1968



## Texto 2

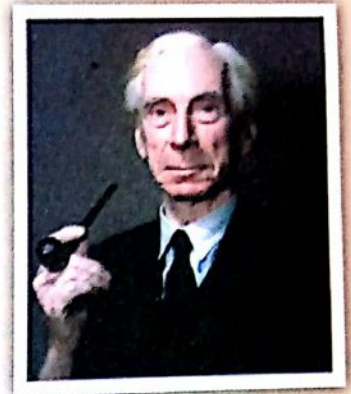
Pois que nós vemos, enfim, da nossa breve e incompletíssima revista dos vários problemas da Filosofia, será natural que consideremos agora, para concluir, qual é o valor da Filosofia, e por que motivo se deverá estudá-la. É tanto maior a necessidade que seja considerado este problema quanto mais é certo que numerosas pessoas, por influxo da ciência ou dos negócios práticos, propendem a duvidar que a Filosofia seja algo melhor que passatempo inútil, com distinções de subtilidade frívola e controvérsia sobre certos assuntos onde não é possível conhecimento algum.

Este modo de considerar a Filosofia resulta, ao que parece, de uma concepção errada dos fins da vida humana, e em parte de uma concepção errada sobre a espécie de bens que a Filosofia busca. As ciências físicas, através das descobertas e das invenções, são úteis a inúmeras pessoas, por inteiro ignorantes de tais ciências, →

sendo, por isso, recomendável o seu cultivo, não unicamente ou em primeiro lugar, pelos efeitos que tenham em quem as estuda, mas antes pelos efeitos na humanidade em geral.

Não é esta utilidade que compete à Filosofia. Se o estudo da Filosofia é susceptível de préstimos para aquelas pessoas que a não estudam, só poderá ser indirectamente, por intermédio do efeito que vem da vida das pessoas que se lhe consagram. É nestes efeitos, por conseguinte, que nos cumpre procurar o seu valor, se algum ela tem (...).

A Filosofia, como os demais estudos, visa primeiramente o conhecer. O conhecimento que ela tem em vista é aquela espécie de conhecimento que confere unidade e organização sistemática a todo o corpo do saber científico, bem como o que resulta de um exame crítico dos fundamentos das convicções, dos nossos preconceitos, e das nossas crenças.



Bertrand Russel; *Os Problemas da Filosofia*; Coimbra; 1930

Bertrand Russel, (1872-1970)  
filósofo neo-empirista.



### Texto 3

A Filosofia distingue-se das outras artes e ciências mais pelo método do que pelo objecto. Os filósofos formulam proposições com o intuito de serem verdadeiras e, em geral, produzem argumentos tanto para apoiar as teorias próprias como para refutar as alheias. Mas os argumentos são de carácter especial. Não são, ou muito raramente são, semelhantes à prova de uma proposição matemática. Normalmente não consistem numa demonstração formal, nem se parecem com a prova em qualquer outra ciência descritiva. Teorias filosóficas não se verificam por observação. São neutras em matéria particular de facto.

Não é que os filósofos não se ocupem dos factos, mas acham-se na posição singular de que toda a prova relativa aos seus problemas é já eficaz para eles. Não é necessária ciência ulterior para decidir questões filosóficas, como saber se o mundo material é real, se os objectos continuam a existir quando não são percebidos, se outros seres humanos são conscientes no mesmo sentido que cada um o é de si. Não são questões solúveis experimentalmente, desde que a resposta determine a interpretação de qualquer experiência. O que em tais casos se discute não é, dadas certas circunstâncias, se produzirá este ou aquele evento, mas antes como descrever alguma coisa que sucede. Esta preocupação com o modo como as coisas são ou devem ser descritas tomam frequentemente o aspecto de inquirição à sua natureza. Assim, os filósofos costumam perguntar, por exemplo: O que é o espírito? Que espécie de relação é a causalidade? Qual é a natureza da crença? Que é a verdade?

*The problem of knowledge Alfred Jules Ayer*



### Texto 4

As seguintes máximas do entendimento humano comum (...) podem, contudo, servir para a elucidação dos seus princípios (da crítica do gosto) (...).

1. Pensar por si mesmo.
2. Pensar colocando-se no lugar de qualquer outro.
3. Pensar sempre de acordo consigo mesmo.

A primeira é a máxima de pensar livre de preconceito, a segunda a da maneira de pensar alargada, a terceira a da maneira de pensar consequente. →

A primeira é a máxima de uma razão que jamais é passiva. A tendência para a passividade, por conseguinte a heteronomia da razão (chama-se preconceito, e o maior de todos eles é a superstição). A libertação da superstição chama-se Esclarecimento (*Aufklärung*), porque ainda que esta denominação seja adequada para a libertação dos preconceitos em geral, a superstição merece particularmente o nome de preconceito, uma vez que a cegueira em que ela mergulha o espírito mostra claramente a necessidade de ser guiada por outros e, conseqüentemente, o estado de uma razão passiva.

No que concerne à segunda máxima da maneira de pensar, estamos já bem habituados a chamar tacaño de espírito (limitado, o contrário de alargado) àquele cujos talentos não alcançam nenhum uso importante (...).

Mas o que está aqui em causa não é a faculdade cognitiva, mas a maneira de pensar e de fazer do pensamento um uso conforme os fins; (...) o que revela um Homem de espírito aberto (...) é o poder de se elevar acima das condições subjectivas da judicção (...) e o poder de reflectir a sua própria judicção a partir de um ponto de vista universal (que ele só pode determinar quando se coloca no lugar de qualquer outro).

A terceira máxima, a do pensar conseqüente, é a mais difícil de alcançar. Só o conseguiremos se juntarmos as duas primeiras e após termos adquirido uma mestria tornada perfeita pelo exercício repetido.

F. Alves et al; «Kant» in *Introdução à Filosofia: Pensar e Saber – 10.º ano*,

## Questões para a reflexão

1. Explícite as razões apresentadas nos textos 1 e 2 para justificar a importância da Filosofia.
2. Em que se distingue a Filosofia das outras ciências?
3. Concorda com o autor do texto 4? Justifique.



### Texto 5

## Qual é a preocupação fundamental da Filosofia?

A Filosofia é diferente da Ciência e da Matemática. Ao contrário da Ciência, não assenta em experimentações nem na observação, mas apenas no pensamento. E ao contrário da Matemática, não tem métodos formais de prova. A Filosofia faz-se colocando questões, argumentando, ensinando ideias, pensando em argumentos possíveis contra elas e procurando saber como funcionam realmente os nossos conceitos.

A preocupação fundamental da Filosofia consiste em questionarmos e compreendermos ideias muito comuns que usamos todos os dias sem pensarmos nelas. Um historiador pode perguntar o que aconteceu em determinado momento do passado, mas um filósofo perguntará: «O que é o tempo?». Um matemático pode investigar as relações entre os números, mas um filósofo questionará: «O que é o número?». Um físico perguntará de que são constituídos os átomos ou o que explica a gravidade, mas um filósofo irá perguntar como podemos



Thomas Nagel (n. 1937-)

saber que existe qualquer coisa fora das nossas mentes. Um psicólogo pode investigar como é que as crianças aprendem a linguagem, mas um filósofo quererá saber: «O que faz uma palavra significar qualquer coisa?». Qualquer pessoa pode perguntar se entrar num cinema sem pagar, é certo, mas um filósofo perguntará: «O que torna uma acção certa ou errada?».

Não poderíamos viver sem tomarmos como garantias as ideias de tempo, número, conhecimento, linguagem, certo ou errado, mas em Filosofia investigamos essas mesmas coisas. O objectivo é levar ao conhecimento do mundo e de nós mesmos um pouco mais longe. É óbvio que não é fácil. Quanto mais básicas são as ideias que tentamos investigar, menos instrumentos temos para nos ajudarem. Não há muitas coisas que possamos assumir como verdadeiras ou tomar como garantidas. Por isso, a Filosofia é uma actividade de certa forma vertiginosa, e poucos dos seus resultados ficam por desafiar por muito tempo.

Nagel, Thomas, *Uma Iniciação à Filosofia*, Edições Gradiva, Lisboa; s.d., pp. 8, 9

## Questões para a reflexão

1. O que é problematizar?
2. O que é argumentar?
3. O que é conceptualizar?



### Texto 6

## Qual é a especificidade da Filosofia?

Parece-me muito razoável a afirmação de que o filósofo se deve ocupar do conhecimento, dos valores do Homem e da linguagem.

Se olharmos ao nosso redor, o mundo parece estar cheio de questões não resolvidas, importantes e decisivas, que pertencem a todos os campos acima mencionados, mas que não são tratadas, não podem ser tratadas, por qualquer ciência particular.

A Filosofia ocupa-se dos mesmos objectos que as outras ciências. Em que, então, a Filosofia se distingue da Ciência? A resposta é que ela se distingue tanto pelo método da investigação como pelo ponto de vista em que se coloca. Pelo método – porque o filósofo não está obrigado a restringir-se a qualquer dos métodos de conhecimento, que são muitos. Assim, por exemplo, não está obrigado, como o físico, a reduzir tudo a fenómenos observáveis pelos sentidos, isto é, ao método de redução empírica: pode também servir-se da intuição da realidade e de outros métodos.

Além disto, a Filosofia distingue-se das outras ciências pelo ponto de vista em que se coloca. Quando considera um objecto, ela encara-o, por assim dizer, sob o prisma dos limites, dos aspectos fundamentais. Nesse sentido, a Filosofia é a ciência dos fundamentos da realidade. Lá, onde as outras ciências param, onde, sem mais indagar, aceitam os pressupostos, aí entra o filósofo e começa a investigar. As ciências conhecem – mas o filósofo pergunta o que é o conhecimento; as outras ciências estabelecem leis – ele põe a questão do que seja uma lei; o Homem comum e o político falam do fim e da utilidade – o filósofo pergunta o que se deve entender por fim e utilidade.

Já se vê que a Filosofia é uma ciência radical no sentido em que ela vai às raízes das questões muito mais profundamente que qualquer outra ciência; lá onde as outras se dão por satisfeitas, ela continua a indagar e a perscrutar.

J. M. Bochensky; *Directrizes do Pensamento Filosófico*; S. Paulo; E.P.U.; p. 28

## Questões para a reflexão

1. Na base do texto, identifique o específico em Filosofia.
2. Preencha o quadro abaixo de modo a indicar as diferenças entre a Filosofia e as outras ciências.

Crítérios de distinção	A Filosofia	As outras ciências
Objecto		
Método		
Colocação da questão		

3. A partir dos documentos das páginas 15 (Battista Mondin) e 16 (Maria Iglésias), agrupe as definições de Filosofia de diversos autores, conforme as que indicam o objecto, o método e a finalidade da Filosofia.



### Texto 7

## Porquê estudar Filosofia?

Qual é afinal a importância de estudar Filosofia? Começar a questionar as bases fundamentais da nossa vida pode até ser perigoso: podemos acabar por nos sentir incapazes de fazer o que quer que seja, paralisados por pormos demasiadas perguntas. Na verdade, a caricatura do filósofo é geralmente a de alguém que é brilhante a lidar com pensamentos altamente abstractos no conforto de um sofá, mas que não consegue cozer um ovo.

Uma razão importante para estudar Filosofia é o facto de esta lidar com questões fundamentais acerca da nossa existência. Por que razão estamos aqui? Há alguma demonstração da existência de Deus? As nossas vidas têm algum propósito? O que faz com que certas acções sejam moralmente boas ou más? Poderemos alguma vez ter justificação para violar a lei? Poderá a nossa vida ser apenas um sonho? É a mente diferente do corpo, ou seremos apenas seres físicos? Como progride a ciência? O que é a arte? E assim por diante. A maior parte das pessoas que estuda Filosofia acha importante que cada um de nós examine estas questões. Algumas até defendem que não vale a pena viver a vida sem a examinar. Persistir numa existência rotineira sem jamais examinar os princípios na qual esta se baseia pode ser como conduzir um automóvel que nunca foi à revisão. Podemos justificadamente confiar nos travões, na direcção e no motor, uma vez que sempre funcionaram suficientemente bem até então; mas esta confiança pode ser completamente injustificada: os travões podem ter uma deficiência e falharem precisamente quando mais precisarmos deles. Analogamente, os princípios nos quais a nossa vida se baseia podem ser inteiramente sólidos, mas, até os termos examinado, não podemos ter a certeza disso.

Contudo, mesmo que não duvidemos seriamente da solidez dos princípios em que baseamos a nossa vida, podemos estar a empobrecê-la ao recusarmo-nos a usar a nossa capacidade de pensar.

Outra razão para estudar Filosofia é o facto de isso nos proporcionar uma boa maneira de aprender a pensar mais claramente sobre um vasto leque de assuntos. Os métodos do pensamento filosófico podem ser úteis em variadíssimas situações, uma vez que, ao analisar os argumentos a favor e contra qualquer posição, adquirimos aptidões que podem ser aplicadas noutras áreas da vida.

Nigel Warburton; *Elementos Básicos de Filosofia*; Lisboa; Gradiva; pp. 22-25

## Questões para a reflexão

1. Justifique, com base no texto, a necessidade do estudo da Filosofia na escola.
2. Que tipo de problemas se podem resolver a partir dos conhecimentos proporcionados pela Filosofia na sua escola, comunidade e país?



1. «A Filosofia é o estudo dos primeiros princípios e das causas últimas de todas as coisas.» Esta definição pertence ao filósofo:
  - A. Gaston Bachelard.
  - B. Cícero.
  - C. Aristóteles.
  - D. Sócrates.
2. Conforme a tradição histórica, a criação da palavra «filosofia» é atribuída ao pensador:
  - A. Sócrates.
  - B. Platão.
  - C. Aristóteles.
  - D. Pitágoras.
3. O objecto de estudo da Filosofia é:
  - A. A totalidade de todas as ciências existentes.
  - B. A totalidade de todas as coisas visíveis.
  - C. Metafísica, Gnosiológica, Epistemologia, Hermenêutica, Política, Ética e Antropologia.
  - D. A totalidade das coisas.
4. A passagem do mito à razão, de que surgiu a Filosofia Grega, significou:
  - A. A substituição total do mito pela Filosofia.
  - B. O desaparecimento do mito na Grécia Antiga.
  - C. Um processo de ruptura e continuidade do mito na Filosofia.
  - D. Uma coexistência entre o mito e a Filosofia.
5. Os primeiros filósofos que se questionaram sobre a origem de todas as coisas, isto é, a natureza última de todas as coisas pertenceram à escola Jónica e foram:
  - A. Anaxímenes, Parménides, Kant e Zenão.
  - B. Tales, Heráclito, Platão e Aristóteles.
  - C. Tales, Anaximandro, Górgias e Zenão.
  - D. Tales, Anaximandro, Anaxímenes e Heráclito.
6. A Filosofia pré-socrática, até aos sofistas, foi dominada pelo problema:
  - A. Cosmológico.
  - B. Antropológico.
  - C. Gnosiológico.
  - D. Teológico.
7. A tese segundo a qual «o número é o princípio de todas as coisas» pertence a:
  - A. Protágoras.
  - B. Pitágoras.
  - C. Parménides.
  - D. Empédocles.
8. A expressão «conhece-te a ti mesmo», pertence ao filósofo:
  - A. Sócrates.
  - B. Xenofonte.
  - C. Platão.
  - D. Aristóteles.
9. A radicalidade da Filosofia que «significa»:
  - A. Nunca se deve aceitar verdade nenhuma como certa.
  - B. Todas as respostas são consideradas válidas.
  - C. Nunca se deve admitir como certo algo, sem antes questionar.
  - D. A Filosofia admite, pelo menos, as verdades científicas.

CONTEÚDOS

**A pessoa como sujeito moral**

- **Noções básicas de Pessoa, Moral, Ética, Sujeito Moral, Liberdade, Responsabilidade, Dever, Mérito, Justiça, Sanção**
- **Características da Pessoa: Singularidade, somaticidade, Interioridade, Autonomia, Valor em si, Projecto**
- **A consciência Moral: Etapas do seu desenvolvimento (Piaget e Kohlberg)**
- **Acção Humana e Valores: Actos voluntários e actos involuntários; Divisão e Caracterização dos Valores; Relatividade dos Valores; Qualificação Moral da acção humana**
- **A Pessoa como um Ser de Relações**
  - A Relação consigo próprio
  - A Relação com os outros
  - A Relação com o Trabalho
  - A Relação com a natureza
- **Aspectos da Bioética: Questões Morais relativos ao aborto, à eutanásia, a venda de órgãos humanos, o uso do corpo humano no tráfico de drogas; a transfusão sanguínea e do plasma**



## A pessoa como sujeito moral

Na introdução ao estudo da Filosofia, apresentámos algumas das disciplinas da Filosofia. Uma delas é a Ética. Aí vimos que a Ética é a disciplina filosófica que aborda a acção moral, investiga a prática humana, procurando compreender a qualidade que permite que esta possa ser vista como moralmente boa ou não. Vimos ainda que a Moral é da ordem dos factos, é o conjunto de princípios, de normas e de valores existentes numa determinada sociedade e aceites pelos membros dessa mesma sociedade como válidos. Cada cultura tem os seus princípios, as suas normas e os seus valores, embora possam ser muitas vezes comuns a diversas sociedades.

Nesta Unidade Didáctica introduzimos um tema de particular importância, que aborda o conceito «Pessoa» como categoria ética fundamental. O que é que faz de nós pessoas, ou seja, o que é que nos distingue dos outros seres que não são pessoas? Eis aqui a razão pela qual temos de começar por tentar responder à questão «Quem sou eu?».

## O conceito de «Pessoa»



### Documento

A noção de pessoa é a expressão do mais elevado conceito que o Homem tem de si próprio e nela se conjugam algumas notas constitutivas...

In: *Do Vivido ao Pensado – Introdução à Filosofia 10.º Ano*; Porto Editora; 1995

A noção de pessoa aparece em oposição à de indivíduo, quer dizer, indivíduo biológico.

Mas o que é um indivíduo biológico? Indivíduo significa, antes de tudo, consistência, isto é, coesão, indivisibilidade interna, unidade. Esta unidade não significa simplicidade, mas sim uma composição de partes. Enquanto tal, esta unidade é totalidade: diferenciada, estruturada e centrada.

É uma totalidade diferenciada, uma vez que o próprio conceito de «todo» implica uma multiplicidade qualitativa de partes que compõem o todo. Neste sentido, o ser vivo, enquanto indivíduo, é uma totalidade diferenciada.

É uma totalidade estruturada porquanto os diversos órgãos e as funções que eles exercem não são independentes uns dos outros como se de estratos que se sobrepõem se tratasse. Os diferentes órgãos e as suas funções constituem uma estrutura, isto é, são interdependentes; só são aquilo que são devido à relação de mútua dependência.

É uma totalidade centrada porque um indivíduo biológico enquanto tal, tem um centro a partir do qual se realiza essa totalidade. O ser vivo, no seu agir, refere-se a si mesmo, a algo interior. Na vida vegetativa, por exemplo, a planta já realiza um processo biológico interno de crescimento e de conservação. Em relação ao animal, isto verifica-se de um modo mais significativo e a um nível superior. O animal não só tem percepções sensíveis, como também pode conservá-las e reagir de acordo com uma sensibilidade instintiva. A este centro poder-se-ia chamar consciência ou memória sensível.

## Quem sou eu?

No Homem, as coisas passam-se de maneira muito diversa, o que o torna completamente diferente dos outros indivíduos biológicos e o coloca num outro nível em relação a eles. A centralidade no Homem não é somente consciência ou memória sensível, mas, sobretudo, reflexão, pois o Homem não só sabe, mas sabe que sabe. Então, quando a consciência é reflexão, aí está-se no mundo do espírito e da pessoa. Esta totalidade centrada que faz com que a pessoa transcenda o mero nível biológico é que lhe confere

uma certa autonomia em relação à sua co-existência com o meio ambiente e uma abertura em relação à sua co-existência com os outros.

O que é pessoa? O conceito «Pessoa» pode ser abordado a partir de duas perspectivas: uma parte da problemática clássica; outra, mais descritiva, toma em conta as filosofias mais recentes.

Na perspectiva da Filosofia clássica far-se-á referência somente a alguns filósofos. Para o filósofo romano Cícero, por exemplo, «Pessoa é o sujeito de direitos e deveres». Boécio, porém, entende Pessoa como uma «substância individual de natureza racional». Na mesma linha de pensamento de outro romano Boécio, S. Tomás de Aquino, já na Idade Média, defende que Pessoa é um «subsistente de natureza racional».

Estes últimos dois filósofos destacam dois elementos definidores de Pessoa. Segundo eles, começa por ser indivíduo subsistente, coeso, uno, total e de natureza racional. Quer isto dizer que o indivíduo, enquanto totalidade centrada, encontra a sua mais alta realização na Pessoa, onde esta «centralidade» significa reflexão completa: saber que sabe, consciência de ter consciência. Esta racionalidade pressupõe na Pessoa uma «dimensão espiritual». A razão é o fundamento da liberdade e esta o fundamento último de outras características e realizações da pessoa. É neste sentido que a ideia de Cícero não deve ser posta de lado, uma vez que a sua definição de Pessoa quer destacar os caracteres de relação e de inter-relação como constitutivos dinâmicos da pessoa humana.

Os filósofos da modernidade orientaram-se por outras direcções definitórias de Pessoa, das quais se têm destacado três:

- A psicológica, que, tomando como referência o filósofo Descartes, toma a consciência como a característica definitiva da Pessoa.
- A ética, que, segundo Immanuel Kant, destaca a liberdade como o constitutivo do ser Pessoa.
- A social, que com o Personalismo e, particularmente, com Martin Buber, sublinha na definição de Pessoa a relação desta com o(s) outro(s).

Estes dados, tanto da Filosofia clássica como da moderna, não devem ser vistos de forma isolada, como se eles se excluíssem mutuamente. Na definição de Pessoa, todos estes elementos se completam.

## A consciência

Consciência é o conhecimento (*scientia*) que acompanha as nossas vivências (*cum*); a consciência apreende três sentidos: biológico, psicológico e moral.

Neste caso, interessa-nos o sentido moral, em que a consciência é vista como o juiz do valor moral das nossas actividades: avaliando os nossos actos, atribuindo-lhes mérito ou demérito; julgando-os sob o ponto de vista do bem ou do mal e indicando o dever a seguir.

Em sentido restrito, pode significar o conhecimento concomitante e cumulativo dos próprios actos ou estados internos no preciso momento em que são vividos ou experimentados.

A consciência começa por conhecer o espírito e os seus fenómenos e, depois, estrutura-os e organiza-os num conjunto global, capaz de responder à situação existente. É através da consciência que conhecemos toda a realidade humana e extra-humana.

A consciência é um elemento essencial dos fenómenos psíquicos. No nosso íntimo, uma multidão de fenómenos interpenetram-se. A consciência é como um rio que desliza sem parar, e seria ridículo ver num rio não mais do que um composto de



Fig. 1 Quem sou eu?

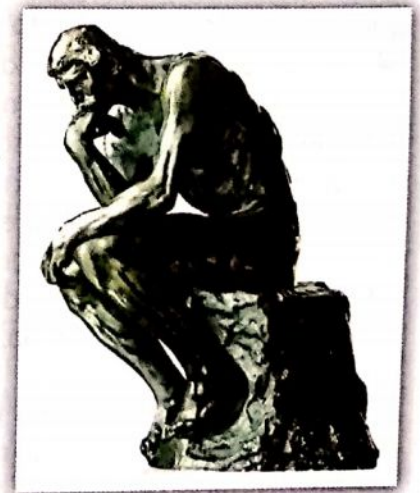


Fig. 2 A obra o pensador, de Auguste Rodin, representa a Reflexão e a Consciência.

gotas de água. Esta afirmação baseia-se em Heráclito que dizia: «Ninguém pode banhar-se duas vezes nas mesmas águas do rio».

Além da mobilidade e da continuidade da corrente da consciência, há nela um poder de selecção e de síntese. A corrente de consciência apresenta uma finalidade e um objectivo, os quais se revelam na formação da percepção. Por meio desta, o indivíduo conhece a realidade e se adapta a ela, nomeadamente na formação da personalidade e sempre que surja uma situação nova a que precisa de se adaptar.

A selecção e a síntese são importantes na formação da personalidade, que é a síntese dos fenómenos psíquicos, seleccionados pela consciência e por ela referidos ao Eu. A personalidade exige uma selecção de fenómenos, pois nem todos os que afectam o Eu servem: escolhem-se uns e inibem-se outros. Após a selecção, vem a ligação ao Eu dos fenómenos seleccionados e, assim, se constitui a personalidade.

### Acção humana e valores

O Homem é essencialmente um ser dinâmico, activo que transforma de uma forma consciente e contínua as suas condições concretas. É por isso, que a sua acção consiste numa confrontação sistemática em busca de uma orientação que vai dar sentido à sua acção e ao seu agir para melhorar a sua vida.

A questão crucial que se deve ter em conta é a resposta às seguintes perguntas: **O que é uma acção? O que é agir?**

Pode-se falar de acção quando se realiza um simples movimento corporal? Deslocar-se de um lugar para outro sem um destino premeditado, pode mesma se considerar acção? Como se diferencia acção dos movimentos de outros seres vivos?

Acção é uma operação própria de um agente que se opõe a uma inércia ou a passividade, acção pode designar, em particular, os actos voluntários ou involuntários, implica a intervenção de uma consciência própria, daí que a mesma se implica com a moral e pode ser boa ou má. Aristóteles percebeu que a acção humana tem como finalidade última a conquista do bem e da felicidade.

A acção humana pode-se resumir em actos **voluntários** ou **involuntários**. Consideramos um acto de voluntário quando consciente e premeditado e orientado para uma finalidade concreta. O acto involuntário ocorre na circunstância de pressão pelas condições concretas de momento ou que não passe pelo controle da consciência.

A divisão de valores e caracterização de valores não é uniforme, ou seja, depende fundamentalmente do sistema de valores vigente numa determinada sociedade. Os valores podem ser morais – aqueles que se relacionam com um conjunto de normas e regras comportamentais vigentes e aceites como padrão da sociedade. Cada organização social, desportiva, religiosa ou económica define os seus valores, os quais orientam a filosofia do funcionamento e relacionamento dos sujeitos concernidos. Podem ser também de carácter local – que dizem respeito a um grupo cultural.

Os valores de âmbito moral são tratados na ética e Deontologia. Os valores, neste âmbito, orientam para uma boa convivência social, aspectos ligados a solidariedade, ajuda mútua, apoio aos desfavorecidos entre outros. Outra grande categoria de valores é a de categoria material e artística. Os valores são por natureza relativos. Não existe um consenso do que se toma como valor padrão universal, é por isso que se fala da relatividade de valores, e de contra valores. Por exemplo, a determinação de uma obra de arte, de uma atitude, do modo de estar com os outros, a atitude perante o trabalho e perante a sociedade varia de pessoa para pessoa. No entanto, não existem valores que sejam mais altos que outros valores, apenas valores diferentes.

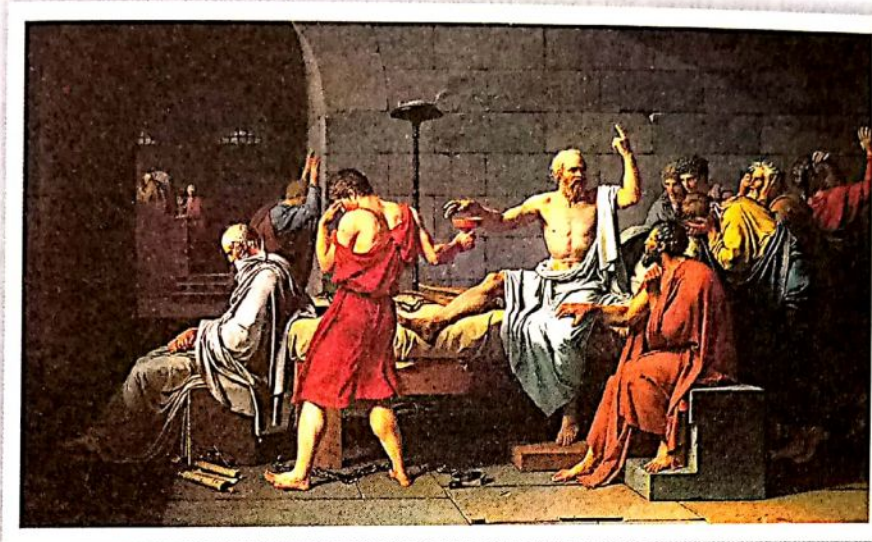
Há valores que são no mínimo um padrão para uma sociedade de pluralidade de ideias, como a nossa, por exemplo: *responsabilidade, integridade, lealdade, honestidade, sigilo, competência, prudência, coragem, crítica, perseverança, compreensão, tolerância, dinamismo, flexibilidade, humildade, imparcialidade e optimismo*. Estes são valores que garantem estabilidade social e política de qualquer sociedade.

Para o caso de alunos podem ser vividos e aplicados em vários momentos da actividade do dia a dia, no trabalho em grupo, na limpeza da escola, do bairro, na participação nos processos eleitorais etc.

## De onde vem a ideia do «bem» para o meu íntimo?

Consciência moral é a função que nos permite distinguir o bem do mal; orienta os nossos actos e julga estes segundo o seu valor. A consciência moral é a primeira condição de toda a moralidade. É por ela que a vida moral começa. A sua presença distingue o Homem do animal; o seu desenvolvimento distingue a criança do adulto.

Todos os Homens e todos os povos sentem esta consciência moral que os acusa ou, pelo contrário, louva. A presença da consciência moral, no Homem, implica a existência de um conjunto complexo de elementos racionais (juízos e noções), afectivos (sentimentos) e activos (intenções, desejos e vontade).



**Fig. 3** Momentos finais da vida de Sócrates na cela recebendo a taça de cicuta.

Os juízos precedem e seguem o acto moral. Antes do acto dizem-nos se ele é bom ou mau, se deve ser praticado ou evitado. Depois do acto, aprovam ou reprovam, conforme este é julgado bom ou mau. Estes juízos subentendem, por sua vez, um conjunto de noções, tais como: bem e mal, coragem e covardia, dever e direito, responsabilidade e sanção, etc.

Para Sócrates, a ciência ou conhecimento é que traduz a virtude, ao passo que o vício seria a privação da ciência, isto é, a ignorância. Isto equivale a dizer que a riqueza, o poder, a fama, a saúde, a beleza e semelhantes não podem, pela sua natureza, ser considerados bens em si mesmos; enquanto dirigidos pela ignorância, revelam-se males maiores que os seus contrários, e levam o Homem a cometer o mal. Assim, sendo governados pelo juízo e pela ciência ou conhecimento são bens maiores. Em si mesmos, nem uns nem outros têm valor.

Por conseguinte, se para Sócrates a virtude é ciência e o vício é a ignorância, então pode dizer-se que ninguém peca voluntariamente, isto é, quem faz o mal fá-lo por ignorância do bem. Estas posições, que resumem o intelectualismo socrático, reduzem o bem e o mal a uma questão de conhecimento, de modo que considera impossível conhecer o bem e não praticá-lo.

Esta maneira de pensar influenciou todo o pensamento dos gregos a ponto de se tornar quase o denominador comum de todos os sistemas. Sócrates chegou a notar que o Homem, pela sua natureza, procura sempre o seu próprio bem e que, quando faz o mal, na realidade não o faz porque pretenda o mal, mas porque daí espera extrair algum bem. Dizer que o mal é involuntário significa que o Homem é vítima da «ignorância».

Sócrates tem razão quando diz que o conhecimento é condição necessária para fazer o bem, porque se não conhecemos o bem não podemos fazê-lo; mas engana-se ao considerar que, além de condição necessária é também condição suficiente. Ora, para fazer o bem é também necessário o concurso da «vontade». Este conceito, a que os filósofos gregos não deram muita consideração, só se iria tornar essencial e central na ética dos cristãos.

## A relação com os outros e com o meio ambiente

O valor da pessoa, sob o ponto de vista ético emerge, sobretudo, nas relações interpessoais. É na sua relação com os outros que a pessoa encontra os vínculos éticos mais profundos e empenhativos. Estes vínculos podem expressar-se de diversas maneiras e a diversos níveis:

- a) Como respeito pela pessoa do outro, tal como se apresenta no encontro interpessoal. A pessoa é única, original e insubstituível. É um fim em si mesma e nunca pode ser instrumentalizada e reduzida a um simples meio seja do que for.
- b) Como promoção da pessoa, como vimos atrás, não basta afirmar a pessoa, é necessário promovê-la. A relação interpessoal não deve ser contemplação, mas energia realizadora. Não interessa só que o outro viva; interessa também como vive. A relação interpessoal é, até certo ponto, uma relação criadora. Não basta «não odiar, não matar»; é necessário amar.
- c) A promoção reveste-se, na maioria dos casos, da forma de libertação. Na relação interpessoal, o outro, muitas vezes, está em estado de alienação: é o pobre, o oprimido, o explorado, o esfomeado, o sem pátria...

É necessário agir face a estas situações, sob o risco de o significado ético da relação pessoal ficar reduzido a um moralismo formal. A relação interpessoal é activa, criadora e libertadora.

O valor ético da pessoa é o fundamento de uma ética social e é também o critério para decidirmos sobre os «deveres» que a consciência moral nos impõe.

A relação com o meio ambiente é uma outra necessidade que garante o equilíbrio no esquema de todas as relações sociais. Isto é assim porque não se pode falar do Homem sem mundo, como não se pode falar do mundo sem Homem; não só o mundo cultural mas nem sequer o mundo natural pode ser olhado e separado do Homem. O que de facto existe é um Homem no mundo e um mundo para o Homem.



**Fig. 4** Doação de sangue em frente do Hospital Central de Maputo - um símbolo do amor ao próximo.



### Documento

O individualismo é um sistema de costumes, de sentimentos, de ideias e de instituições que o indivíduo organiza partindo de atitudes de isolamento e defesa. Ele foi a ideologia e a estrutura dominante da sociedade burguesa ocidental entre o século XVIII e o século XIX (...). Assim, a primeira preocupação do individualismo é centrar o indivíduo sobre si mesmo, e a primeira preocupação do personalismo é descentrá-lo para o colocar nas largas perspectivas abertas pela pessoa. Estas cedo se afirmaram. O primeiro movimento que na primeira infância o ser humano revela é o movimento para outrem; a criança de 6 a 12 meses, saindo da vida vegetativa, descobre-se nos outros, aprende nas atitudes que a visão dos outros lhe ensina. Só mais tarde, à roda do terceiro ano, virá a primeira vaga do egocentrismo reflexo. Quando pensamos na pessoa somos influenciados pela imagem da silhueta. Colocamo-nos, então, diante da pessoa como diante do objecto. Mas o meu corpo é também esse olhar vazio perscrutando o mundo, é também eu próprio, esquecido. Pela experiência anterior, a pessoa surge-nos como uma presença voltada para o mundo e para as pessoas, sem limites, misturada com elas numa perspectiva de universalidade.

Adaptado do *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*; volume 2

## Aspectos da ética individual

Os aspectos da ética individual resumem-se nas formas fundamentais da co-existência com os outros.

Nesta secção, abordamos formas de co-existência na perspectiva antropológica e não na perspectiva sociológica. Por isso é que ao abordarmos, aqui, o tema sobre os aspectos da ética individual, não o fazemos considerando o ser humano como um «ser isolado» e auto-suficiente, mas como «consciência fechada» porque desta maneira seria difícil ou mesmo impossível falar da sua relação com o outro.

Apresentamos, em seguida, algumas das forças de co-existência com os outros.

### O amor

O amor implica, em primeiro lugar, a afirmação do outro como sujeito, isto é, como pessoa. Não só afirmar, mas afirmar para promover: afirmação e promoção do outro enquanto outro na sua originalidade e unicidade. Este amor de afirmação é necessariamente incondicionado (ama-se o que o outro é e não o que ele tem); é desinteressado (o amor não procura vantagens pessoais, egoístas, o que seria instrumentalizar a pessoa); finalmente, o amor é fidelidade criadora que procura realizar e promover o outro de acordo com o seu projecto existencial próprio e original. É evidente que esta fidelidade se deve realizar dentro do quadro de valores.



#### Documento

### O amor como promoção

De todas as intenções que se escondem por detrás duma mesma palavra, é preciso escolher a que for autêntica e possa dar ideia das anomalias, das modificações e das próprias perversões dessa mesma palavra. Ora, o elemento que responde a esta exigência e que deve entrar, em primeiro lugar, na definição que procuramos é o seguinte: o amor é uma vontade de promoção. O «mim» que ama quer, antes de mais, a existência do «ti»; e quer, além disso, desenvolvimento autónomo desse «ti»; e quer, por outro lado, que o desenvolvimento autónomo seja, se possível, harmonioso, em relação ao valor previsto por «mim» para «ti». Qualquer outra atitude é uma paragem tímida no limiar do tempo, ou então, uma complacência egoísta no reflexo dum espelho. Não há amor propriamente dito se não formos dois; e se o «mim» não tentar sair em direcção ao outro, a fim de postular, título tão real quanto possível, não como objecto de espectáculo, mas sim como uma existência interior e como uma subjectividade perfeita.

M. Nédoncelle; *Para uma Filosofia da Pessoa*; Ed. Moraes; Lisboa; 1961

## A indiferença

Este é o relacionamento mais comum em sociedade. Tematizado por autores personalistas e existencialistas esta forma de relacionamento tem, fundamentalmente, duas características: o «outro» é, em primeiro lugar, a função que desempenha sendo a pessoa substituída pelo funcionário; a segunda característica é o tratamento com o outro na terceira pessoa: o outro não é um «tu» mas um «ele». Este «ele» implica uma certa objectivação da pessoa e a redução da subjectividade à soma da qualidade e função. Por outro lado, este «ele» significa uma «ausência» em relação a mim. Não uma ausência espacial como é óbvio mas uma ausência «afectiva». Se, enquanto funcionário, o outro pode muito bem ser substituído por uma máquina, então «ele» é como se não existisse. Estamos no reino da fria burocracia e tecnocracia.

## O ódio

É uma outra forma de relacionamento. Enquanto o amor, como vimos, é a afirmação e a promoção do outro, o ódio é a negação e a rejeição do outro. Neste caso, talvez, não se deva usar o termo «objectivo». Se o outro ficasse «objectivado», deixaria de poder ser odiado. Um objecto não se odeia nem se ama. O ódio é a rejeição da subjectividade de outro e a sua «apropriação». Enquanto na indiferença, o outro é «como se não existisse», o ódio exige, por assim dizer, existência do outro, não para o promover, mas para o rejeitar.

Como dissemos, estamos a analisar as formas de relacionamento a nível antropológico. A nível social, a sua relação pode tomar outros contornos, sobretudo de conflitos. Estes manifestar-se-iam pelo desejo, nalguns casos, de desaparecimento físico, do outro.

## Os sentimentos

**O que são os sentimentos?** Podemos definir os sentimentos como reacções agradáveis ou desagradáveis, de relativa duração e, geralmente, com repercussões fisiológicas discretas e suaves.

**Os sentimentos caracterizam-se** pela presença de adesões intelectuais ou representativas (imagens, ideias, representações) e a quase ausência de repercussões fisiológicas.

Daí poder-se definir os sentimentos como reacções que não se excedem nem pela violência nem pela desorganização ou desadaptação da pessoa.

Tendo em conta o número das nossas tendências, a multiplicidade de objectos com que cada um se pode relacionar e a diversidade de situações em que nos podemos encontrar, facilmente poderemos imaginar a qualidade de sentimentos a que podemos estar sujeitos e a grande instabilidade dos mesmos.

**A importância dos sentimentos** para a saúde mental do Homem pode ser entendida com base no seguinte: uma vida com sentimentos maus é, forçosamente, uma vida infeliz. Alguns dos sentimentos inadaptados que têm sido objecto de estudo da Psicologia são: inferioridade, inadaptação, culpabilidade mórbida, recusa e não-aceitação ou espírito de contradição, insegurança, ressentimento, hostilidade, ansiedade e frustração.

**Para o controlo e orientação dos nossos sentimentos**, devemos ter em conta os seguintes princípios:

- A facilidade com que os sentimentos, deixados a si mesmos, se transformam em emoções e paixões com os respectivos desajustamentos.
- Os sentimentos positivos, optimistas e altruístas devem predominar sobre os sentimentos negativos, pessimistas e egoístas. Os primeiros dilatam a alma, activam o bom funcionamento de todo o organismo, enquanto os segundos atrofiam, oprimem, «azedam» o sangue.
- Para controlar os sentimentos é necessário dominar os actos e as ideias, pois as ideias precedem e promovem os actos; os actos e as ideias modificam os sentimentos.
- Devemos agir como se tivéssemos os sentimentos bons que desejamos ter. Por exemplo: se desejamos amar alguém com quem não simpatizamos, comecemos por ver nele o lado bom, relacionamo-nos com ele, como se, de facto, fosse nosso amigo... e, pouco a pouco, amá-lo-emos.

Outros factores psíquicos ligados aos sentimentos são as emoções, paixões e humores.

Apesar da grande importância que têm no desenvolvimento dos sentimentos não lhes dedicaremos muita atenção, senão uma simples informação:

- As **emoções** são respostas psicofísicas intensas, ordinariamente repentinas e imprevistas, ligadas a acontecimentos que alteram bruscamente o equilíbrio do comportamento humano e, por isso, marcadas por modificações psicológicas normalmente fortes.

Existem diferentes espécies de emoções, sendo de destacar as seguintes dimensões: rapidez ou intensidade e nível de excitação, agradabilidade ou desagradabilidade, atracção ou rejeição.

- As **paixões** são estados afectivos intensos, duradouros e polarizadores da vida psíquica da pessoa. A paixão é uma inclinação dominante que tende a tornar-se exclusiva, podendo chegar a dirigir todo o nosso comportamento, comandar os nossos juízos de valor, impedir o exercício imparcial do nosso raciocínio, absorver, por assim dizer, a inteligência, a imaginação, o coração e a vontade. A paixão tem um carácter absorvente ou centralizador, imperioso, estável, intenso e, por vezes, violento. Reveste-se, frequentemente, de um certo carácter de fatalidade, fazendo perder o controlo ou o domínio pessoal.
- Os **humores** são estados ou disposições de ânimo difusos, passageiros ou persistentes, sem um objecto nem um estímulo preciso. Predispõem, inconscientemente, as pessoas para um determinado comportamento emocional, inclinando-as para a exaltação ou a depressão, a calma ou a tensão, a alegria ou a tristeza, a euforia ou a melancolia. São uma espécie de «música de fundo» permanente da vida afectiva.

Não existe uma linha rigorosa que separa os sentimentos dos humores. Contudo, os humores são mais persistentes, penetram com frequência mais fortemente na personalidade, invadem de forma mais global a vida psíquica.

## Aspectos da ética social

A ética social é um subcapítulo da ética normativa que, procura fundamentar as normas e objectivos da interacção entre indivíduo e grupo ou grupos entre si. Dessa relação resultam vários outros tipos de ética que se enquadram nesta. Entre eles há a salientar a ética ambiental que se ocupa da relação do Homem com a Natureza e o meio em que ele vive (problemas relativos à poluição do meio ambiente); a bioética que levanta problemas morais que advêm do desenvolvimento da Biologia (transplante de órgãos, etc.); a ética medicinal que levanta os problemas morais na medicina (questionando se se deve informar ou não um doente que irá morrer dentro de dias ou se se deve omitir a verdade); e, finalmente, a ética científica ou técnica que se debruça sobre os aspectos da responsabilização dos cientistas sobre as inovações científicas. Porém, neste capítulo, tratar-se-ão questões como a liberdade, a responsabilidade e a justiça na perspectiva personalista, a virtude, o mérito e a sanção na visão marxista e existencialista.

## A liberdade

A relação entre a liberdade e a moral é intrínseca, o que faz com que a liberdade seja o fundamento do agir moral. A liberdade é, segundo Kant, a razão de ser da lei moral e, simultaneamente, a afirmação do sujeito que age como pessoa.



### Documento

A vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e liberdade seria a propriedade desta causalidade, pela qual ele pode ser eficiente, independentemente de causas estranhas que a determinam; assim como necessidade natural é a propriedade da causalidade de todos os seres irracionais de serem determinados à actividade pela influência de causas estranhas.

A definição da liberdade que acabámos de propor é negativa e, portanto, infecunda para conhecer a sua essência; mas dela decorre um conceito positivo que é mais rico e fecundo. Como o conceito de uma causalidade traz consigo o de leis, segundo as quais a causa liga-se um efeito, assim a liberdade, se bem que não seja uma propriedade de vontade segundo leis naturais, não é desprovida de lei.

A necessidade natural era uma heteronomia das causas eficientes, pois todo o efeito era só possível segundo a lei de que alguma outra coisa determinasse a causalidade; que uma outra coisa pode ser, pois, a liberdade

da vontade senão autonomia, isto é, a propriedade da vontade de ser lei para si mesma? Mas a proposição, de que a vontade é, em todas as acções, uma lei para si mesma, caracteriza apenas o princípio de não agir segundo nenhuma outra máxima que não seja aquela que possa ter-se a si mesma por objectivo como lei universal. Isto, porém, é precisamente a forma do imperativo categórico e o princípio da moralidade; assim, pois, vontade livre e vontade submetida a leis morais são uma e mesma coisa.»

Immanuel Kant; *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*; Edições 70; Lisboa; 1995



### Documento

Não basta que atribuamos a liberdade à nossa vontade, seja por que razão for, se não tivermos também razão suficiente para a atribuirmos a todos os seres racionais. Pois a moralidade serve-nos de lei somente enquanto seres racionais; e como não pode derivar-se senão da propriedade da liberdade, tem de ser demonstrada a liberdade como propriedade da vontade de todos os seres racionais, e não basta verificá-la por certas experiências da natureza humana (se bem que isto seja *a priori*), mas sim temos que demonstrá-la como pertencente à actividade dos seres racionais em geral dotados de uma vontade.

Digo, pois: todo o ser que não pode agir senão sob a ideia da liberdade, é por isso mesmo, em sentido prático, verdadeiramente livre, quer dizer, para ele valem todas as leis que estão inseparavelmente ligadas à liberdade, exactamente como se a sua vontade fosse filosofia teórica.

Agora afirmo eu: a todo o ser racional que tem uma vontade temos de lhe atribuir necessariamente, também, a ideia da liberdade, sob a qual ele unicamente pode agir pois num tal ser atribuímos uma razão que é prática, quer dizer, que possui causalidade em relação aos seus objectos. Ora, é impossível pensar uma razão que com a sua própria consciência recebesse de qualquer outra parte uma direcção a respeito dos seus juízos, pois então o sujeito atribuiria a determinação da faculdade de julgar, não à sua razão, mas a um impulso.

Ela tem de considerar-se a si mesma como autora dos seus princípios independentemente de influências estranhas; por conseguinte, como razão prática ou como vontade de um ser racional, tem de considerar-se a si mesma como livre, isto é, a vontade desse ser só pode ser uma vontade própria sob a ideia da liberdade, e, portanto, é preciso atribuir, em sentido prático, uma tal vontade a todos os seres racionais.

Immanuel Kant; *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*; Edições 70; Lisboa; 1995

Etimologicamente, a palavra «liberdade» significa isenção de qualquer coacção ou negação da determinação para uma coisa. Em suma, pode-se entender como a faculdade de fazer ou deixar de fazer uma coisa.

Vista do lado do sujeito, tem sido entendida como a possibilidade de autodeterminação e de escolha, acto voluntário, espontaneidade, indeterminação, ausência de interferência, libertação de impedimento, realização de necessidades, direcção prática para uma meta, propriedade de todos ou alguns actos psicológicos, ideal de maturidade, autonomia de sapiência e ética, razão de ser da própria moralidade.

Existem vários tipos de liberdade: liberdade física, civil, política, de religião, de imprensa, de reunião, de expressão de pensamento, de ensino, etc.

Aqui iremos retratar a liberdade no seu sentido lato. O conceito «liberdade» foi objecto da Filosofia desde os primórdios até aos nossos dias. O primeiro pensador a debruçar-se sobre a liberdade foi Sócrates. Este pensador era da opinião de que o Homem é livre quando se verifica o domínio da própria racionalidade em relação à própria animalidade.



Fig. 5 Estátua da Liberdade em Nova Iorque.

No fim da idade moderna, aparece-nos um grande pensador, Kant, cujo pensamento nos é apresentado nos textos de apoio mais adiante.

Por seu lado, Jean-Paul Sartre, filósofo francês do séc. XX, identifica o Homem com a liberdade. Afirma que o Homem não está de modo algum sujeito ao determinismo; a sua vida não é como a da planta cujo futuro já está escrito na semente.

A liberdade defendida por Sartre é uma liberdade absoluta e total. Portanto, o Homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si mesmo e, no entanto, é livre porque uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo aquilo que faz.

Os pensadores marxistas, por seu lado, são da opinião de que o Homem só é livre com o fim da alienação. Para estes, a condição fundamental para a liberdade é o fim da exploração do Homem pelo Homem.



Fig. 6 Jean-Paul Sartre (1905-1980)



## Documento

Queremos a liberdade pela liberdade e através de cada circunstância particular. E ao quisermos a liberdade, descobrimos que ela depende inteiramente da liberdade dos outros e que a liberdade dos outros depende da nossa. Sem dúvida, a liberdade como definição do Homem não depende de outrem, mas, uma vez que existe a ligação de um compromisso, sou obrigado a querer ao mesmo tempo a minha liberdade e a liberdade dos outros; só posso tomar a minha liberdade como um fim, se tomo igualmente a dos outros como um fim.

Jean-Paul Sartre; *Existencialismo é um Humanismo*; Col. Divulgação e Ensaio; s.d

## A responsabilidade

Etimologicamente, a palavra «responsabilidade» vem do latim *respondere*, que significa «comprometer-se» (*sponder*) perante alguém em retorno (*re*). É a virtude através da qual o agente moral deve responder pelos seus actos, isto é, reconhecê-los como seus e suportar as suas consequências. O uso deste termo em Filosofia é relativamente recente, e foi no século XX que ganhou ressonância. A responsabilidade pressupõe três condições fundamentais:

- **Conhecimento** – o agente deve ter conhecimento dos seus actos e das suas consequências. Se o indivíduo actua por ignorância a sua responsabilidade será atenuada.
- **Liberdade** – só somos responsáveis pelos actos que são verdadeiramente nossos, e é a liberdade que dá ao Homem pleno domínio dos seus actos e o torna susceptível de valorização.
- **Intenção** – a responsabilidade depende da intenção com que se decide a realização do acto.

A responsabilidade subdivide-se em dois tipos:

- a) Responsabilidade fundamental ou transcendental, que é aquela que o Homem tem por ser Homem, enquanto Homem. É a responsabilidade perante a consciência, os outros e a sociedade.
- b) Responsabilidade categorial, que equivale às diversas obrigações e deveres de cada um. É subjectiva ou pessoal, cada sujeito agente é responsável pelos actos que são verdadeiramente seus por que livremente praticados.

Frindrich Nietzsche é da opinião de que só é responsável aquele que pode responder por si e perante si mesmo, enquanto Jean-Paul Sartre faz cada um responsável não apenas pela sua estrita individualidade mas, também, pela humanidade em geral. Sartre defende que quando o Homem escolhe, escolhe-se a si e, simultaneamente, escolhe todos os Homens. Nada é bom para nós se não for bom para todos.



## Documento

Dizemos muitas vezes que somos livres, que somos autónomos, que somos responsáveis. Mas o que significa cada um destes atributos do sujeito ético? Costumamos associar a responsabilidade ao sentimento de culpa. Tal associação será legítima? Poderemos falar de responsabilidade quando está ausente a relação de causalidade entre um facto e o seu agente e os prejuízos não são imputáveis a ninguém em particular? A responsabilidade aplica-se só aos actos passados ou também às acções futuras?

Camps, V.; *Virtudes*; Publicações Madrid; Espasa Calpe; 1990

## O mérito

O mérito é a aquisição de valor, em sequência do bem que se pratica. O seu oposto é o demérito, que é a perda de valor, em virtude dos factos cometidos. O mérito depende (em absoluto) do valor do próprio acto, e também (em relativo) das condições em que o acto é realizado, especialmente de dificuldade e de intenção. Por exemplo: um rico que, ao encontrar um mendigo, lhe dá a quantia de 200,00 meticais para ganhar a simpatia das pessoas em redor é menos meritório que um pobre que despende o valor de 5,00 meticais mas o faz por verdadeira solidariedade.

## A virtude

A virtude é um valor moral adquirido por esforço voluntário, isto é, uma força para fazer o bem e que se adquire através de exercícios bons. O estudo da virtude foi realizado já por Sócrates e Platão. Platão tratou dela em vários diálogos, entre os quais *Ménon*, *Protágoras* e *República*, apontando quatro tipos de virtudes:

- A prudência
- A fortaleza
- A temperança
- A justiça

Ao procurar compreender as virtudes, a razão defronta-se com não poucas nem fáceis interrogações: Existem realmente virtudes? Em que consistem? Que valor atribuir-lhes para a existência humana?

Com a sua vida repartida e derramada por inumeráveis actos pontuais e transitórios, não pode o Homem fugir à unidade dessa vida da unidade de si mesmo? A virtude personaliza ou tecnifica? Não custa entender a razão desta questão, tendo em conta a generalizada identificação da virtude com o bom hábito. Aqui resulta claramente a dificuldade de reconhecer um valor moral à virtude assim concebida como hábito operativo bom.

## A sanção

A sanção é o prémio ou castigo infligidos pelo cumprimento ou violação da lei. Sancionar um acto é sublinhar o seu valor, quer reconhecendo-o como bom, por meio de elogios e recompensas, quer tomando-o como mau, através de censuras e castigos. A sanção não é somente castigo como muitos entendem, mas também um prémio. As sanções dividem-se em terrenas e sobrenaturais.

As sanções sobrenaturais compreendem:

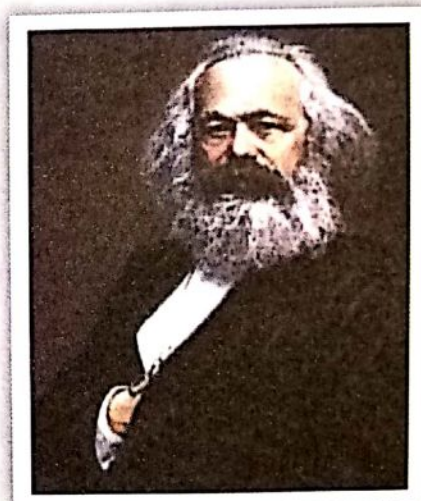
- **Sanções de consciência** – consideram-se assim certos sentimentos, com os quais nos sentimos elevados (satisfação, paz interior) ou deprimidos (inquietação, remorso), consoante os nossos actos são bons ou maus.

- **Sanções de opinião pública** – sanciona as acções humanas, quer quando louva os bons, quer quando reprova os maus.
  - **Sanções naturais** – são as consequências que resultam para nós da vida que levamos. Os actos imorais traduzem-se, geralmente, em decadência pessoal (intelectual e física) ao passo que a saúde pode ser o fruto de uma vida moral pura.
- As **Sanções civis** – são as que a sociedade aplica, por órgãos apropriados, aos que transgridem leis e regulamentos.
- **Sanções sobrenaturais** estão relacionadas com as religiões e, em todos os tempos, e incluem a crença (explícita ou implícita) num juízo final como recompensa última dos bons e castigo dos maus. Esta noção de sanções sobrenaturais corresponde a um objectivo moral positivo: evitar que, perante as insuficiências inevitáveis (em erros e omissões) das sanções terrenas, o Homem possa cultivar a ideia moralmente corrupta de que pode haver crime sem castigo ou pode haver virtude sem esperança de recompensa.

## A justiça na perspectiva personalista, marxista e existencialista

O termo justiça tem sido utilizado em variados sentidos:

- a) Ocupação por cada coisa do seu lugar e adequação ao seu fim, segundo a lei reguladora da lei universal.
- b) Atributo da divindade, que se expressa na infalível perfeição da vontade de Deus e da sua actuação em relação aos homens.
- c) Virtude ética total e plenitude da bondade moral.
- d) Virtude moral particular ou especial, respeitante às relações sociais e consistente com o hábito da vontade que inclina o Homem a dar a cada um o seu direito.
- e) Actividade jurisdicional ou de administração da Justiça e conjunto dos órgãos que a realizam.
- f) Norma, critério, valor, fim ou princípio regulador da vida social, política e jurídica, com conteúdo e alcance variáveis consoante as concepções adoptadas.



**Fig. 7** Karl Marx (1818-1883) debruçou-se sobre a questão da justiça.

## Aspectos da ética ambiental

O problema da relação entre a ética e o meio ambiente deve ser entendido de modo recíproco: por um lado, como impacto da acção humana (ética) sobre o meio ambiente natural e social e, por outro, como desafio que as transformações no ambiente colocam para a reflexão sobre a acção humana. Ao mesmo tempo que o estudo do meio ambiente se desenvolvia como ciência, também se desenvolveram reflexões éticas de como o Homem se devia comportar perante o meio ambiente.

No entanto, deve diferenciar-se entre o meio ambiente natural composto pelos recursos naturais, plantas e animais e o meio ambiente social composto pelo próprio Homem na sociedade. Ambos constituem o meio ambiente que, por sua vez, influencia a acção e o comportamento humano. Em seguida, utilizar-se-á o termo «meio ambiente» para designar unilateralmente o Meio Natural. Esta utilização de certo modo limitada do termo por um lado, visa salientar, as condições naturais de existência da humanidade.

## A relação do Homem com a Natureza na História

Já na Antiga Jónia<sup>1</sup> verificaram-se os primeiros esforços de carácter completamente racional para descrever a Natureza. Efectivamente, foram os filósofos de Mileto, Tales, Anaximandro e Anaxímenes, que reflectiram filosoficamente sobre a origem da Natureza contemplando-a e admirando a diversidade das coisas que se lhes apresentavam, tais como o dia e a noite, a água dos rios que corre, a sucessão das estações do ano, etc. Os filósofos da Antiga Grécia fizeram da Natureza o seu objecto de análise, procurando encontrar nele o elemento primário originário e a causa comum de todas as coisas.

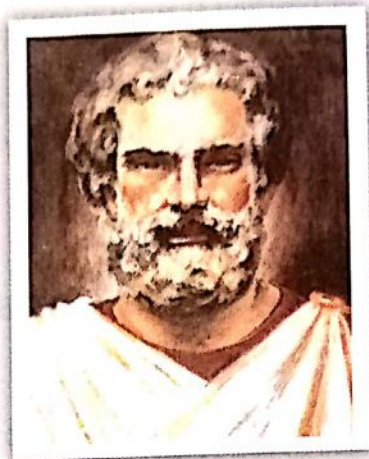
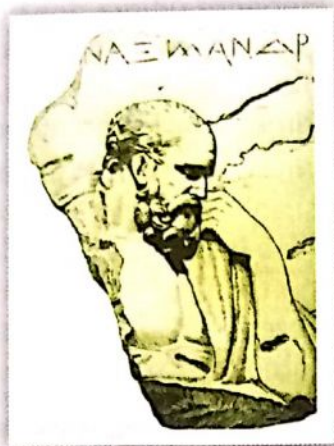


Fig. 8 Filósofos da Antiga Grécia – Anaximandro e Anaxímedes

O cristianismo veicula uma imagem particular da relação entre Homem e Natureza. No Antigo Testamento apresenta-se a Terra como sendo uma criação de Deus. Neste mito da criação da Natureza, todos os animais no mar, na terra e no ar são apresentados como propriedade do Homem. O direito romano, por seu lado, colocava os animais na mesma situação legal que as coisas mortas e inanimadas. No Novo Testamento e na tradição do cristianismo, há poucas passagens que apelam à atenção e consideração aos animais, se descontarmos algumas excepções. Tomás de Aquino, por exemplo, defendia que o Homem ao matar animais para a sua alimentação, correspondia ao mandamento de Deus: «Deus não irá perguntar ao Homem o que ele faz com o jumento ou um outro animal qualquer», escreve ele na *Summa Theologiae*. No entanto, será justo reconhecer que nem todas as passagens bíblicas sublinham o poderio do Homem sobre os animais e as plantas. Por exemplo, o pregador Salomão defendia que o Homem não possui nada que seja superior aos animais.

Assim como estas, há outras passagens que tentam demonstrar a responsabilidade do Homem perante os outros seres.

A Filosofia da Idade Moderna, que começa com Descartes, iguala o animal a uma coisa automática, sem alma e sem sentimentos. No Iluminismo houve vozes isoladas que apelava para que o Homem respeitasse os animais. Por exemplo, Jeremy Bentham colocava o problema num ângulo pouco usual para aquela época: dizia que a questão não é se os animais podem pensar ou não e, muito menos, se eles podem falar ou não; a questão é se os animais sofrem. Bentham comparava o tratamento reservado aos animais com a situação dos escravos negros. No século XIX, surgiram na Inglaterra os primeiros movimentos e leis de defesa dos animais. Podem apontar-se ainda personalidades particulares como o escritor russo Leo Tolstói e, muito antes dele, o pintor e sábio Leonardo da Vinci, que rejeitavam uma alimentação excessiva, com base na carne.

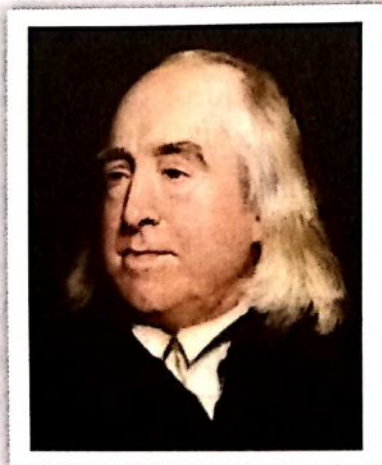


Fig. 9 Jeremy Bentham (1748-1832)

<sup>1</sup> A Jónia é o território correspondente à metade sul da Costa Ocidental da Ásia Menor. Aí situava-se Mileto, a antiga colónia grega que, nos séculos VII e VI a.C., atingiu grande desenvolvimento civilizacional.

No livro *Bioética* (p. 132), do filósofo francês Paul Ricoeur são apontadas as cinco «atitudes» de relacionamento do Homem para com o meio ambiente ao longo da História que, aqui, iremos resumir.

- A dominação. Na primeira fase da sua existência, os seres humanos, afectados pelas condições duras de existência e de sobrevivência, viam a Natureza como o domínio donde tiravam aquilo de que necessitavam para a sua sobrevivência. A técnica desenvolvida na Idade Moderna, e que teve a sua elaboração filosófica na subjectividade do *cogito* de Descartes, foi sempre no intuito de exploração sistemática da Natureza.
- Assim, a Natureza foi tão «convocada» para servir o Homem que começou a esgotar-se aos poucos. As fontes e reservas de energia começaram a chegar aos seus limites. Os efeitos negativos das transformações do ambiente natural que o Homem provocou na Terra (poluição visual, sonora, atmosférica, detritos nucleares, etc.) tornaram a vida quotidiana quase impossível. Se por um lado, a qualidade de vida individual melhorou (o que se pode ver no aumento da esperança de vida, entre outros indicadores) por outro, o Homem actual tem de alimentar-se de fruta impregnada de pesticidas, de ovos «industriais», ou ainda, de vacas «loucas». Este fenómeno pode denominar-se «ambivalência». Paul Ricoeur, referindo-se ao assunto, escreve: «Chegamos a detestar aquilo de que ao mesmo tempo gostamos».
- A tomada de consciência dos problemas ambientais estimulou, nos últimos tempos, várias reflexões filosóficas para a sua interpretação, explicação e resolução. O ponto de partida destas reflexões era o seguinte: se, por um lado, os homens dominavam a Natureza, por outro, estes mesmos homens fazem parte da própria Natureza e dela depende a sua sobrevivência como espécie. É preciso, portanto, regressar a um estado de interdependência com a Natureza. Só que isto não se esgota na busca das novas fórmulas mais económicas de utilização da água ou de outro recurso natural qualquer. Este seria só um meio caminho na direcção certa. É necessária uma nova compreensão do cosmos. A nova fórmula passa a ser «descentrar» o Homem, ou seja, tirar-lhe a ideia de que ele se encontra no centro do Universo. A partir daqui poder-se-ão exigir atitudes éticas novas do Homem perante o meio que o rodeia. A atitude que se exige a partir do descentramento é mais de convívio com os outros seres da Natureza do que de domínio. Exige-se assim, sob o ponto de vista ético, uma nova forma de habitar o mundo.
- Finalmente, exige-se responsabilidade: «Em primeiro lugar, aceitar pagar o custo, humano e financeiro, da alteração dos maus hábitos sociais quanto ao tratamento das reservas naturais e energéticas. Em segundo lugar, verificar que existem para a sociedade de consumo limites de direito, impostos pela obrigação de não esgotar a Natureza. (...) Enfim, juntar à transformação do olhar individual de cada ser humano sobre a Natureza que o rodeia a necessidade de trabalhar para a elaboração de códigos jurídicos e de decisões políticas relativamente à Ecologia.»

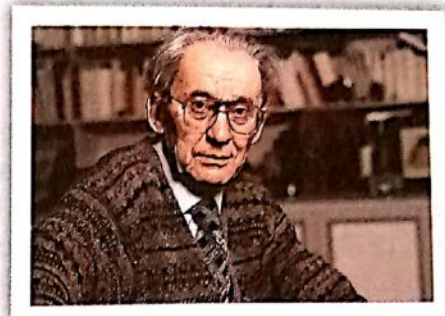


Fig. 10 Paul Ricoeur (1913-2005)

(In Luís Archer; et al; *Bioética*; Verbo; Lisboa S. Paulo; 1996)

## Os problemas do meio ambiente na actualidade

A actividade humana tem como consequência alterações mais ou menos profundas no planeta em que vivemos. Estas alterações são algumas vezes locais, mas muitas vezes atingem todo o planeta, quer nos países ricos, quer nos pobres. Isto provoca alguns problemas ambientais que, pela sua dimensão, se podem considerar como globais. É de alguns desses problemas que nos iremos ocupar em seguida.

## A água

Alguns prognósticos, embora não possam ter confirmação imediata, estabelecem o seguinte: as próximas guerras no Médio Oriente já não serão por causa do petróleo; serão por causa da água. Uma guerra pela água será ainda mais perigosa que pelo petróleo, pelo simples facto de a água ser ainda mais importante para o Homem que o petróleo e daí os ânimos serem mais difíceis de acalmar. Já o filósofo grego Tales de Mileto destacava a importância da água ao apontá-la como a «origem de todas as coisas».

No globo terrestre existem cerca de 1 360 milhões de quilómetros cúbicos de água, dos quais 97,3% é água salgada dos oceanos. Quer dizer que apenas 37 milhões de quilómetros cúbicos são de água doce.

Cada pessoa precisa de cerca de um litro por dia para sobreviver. Fazendo cálculos arredondados, a humanidade precisa, por dia, de cerca de 7 200 milhões de litros para consumo. Isto quer dizer que, teoricamente, existem reservas de água suficientes para todos. No entanto, na prática, há sérios problemas de distribuição para a sua utilização. Por exemplo, segundo o relatório da ONU sobre a utilização da água em 1995, cada cidadão americano ou japonês consome em média, e por dia, entre 110 e 260 litros de água. Nos países menos desenvolvidos cada cidadão consome, em média, apenas 10 litros. Um outro aspecto é a qualidade da água que se consome: cerca de 1,2 biliões de pessoas consome água imprópria para beber. Destes dados conclui-se, claramente, que o problema da água não está tanto na sua quantidade, mas sim na distribuição desigual pelos habitantes do planeta.

## A energia

A energia é, no seu sentido lato, o motor de todas as formas de vida e de todos os processos de formação estrutural das plantas e dos animais. Toda a transformação de um estado para um outro – por exemplo da desordem para a ordem – precisa de energia. As plantas não poderiam crescer sem utilizar energia, os animais não poderiam viver e os Homens não poderiam de igual modo existir ou trabalhar.

No seu sentido restrito, e no âmbito do meio ambiente, referimo-nos aqui à energia de que precisamos para o consumo e que, normalmente, se obtém a partir da combustão de alguns produtos da Natureza ou da sua exploração. No entanto, existem diversos tipos de energia. Para o cultivo, por exemplo, precisamos de energia muscular do Homem ou da energia animal (do boi, para puxar a charrua). Para a iluminação e para cozer os alimentos precisamos de energia produzida a partir da combustão do carvão ou da energia eléctrica ganha a partir de moinhos (de vento ou de água), da energia fotovoltaica (painel solar), da energia térmica (gerador eléctrico) ou da energia eléctrica. Também se pode obter energia a partir do gás – a chamada «fonte de energia do futuro»<sup>2</sup> embora o carvão subsista ainda como o provedor de energia número um.

No entanto, uma pergunta se coloca: não estará o mundo ameaçado de ficar sem reservas de combustíveis fósseis? Não estará a energia a acabar? O professor de Política Ambiental da Universidade de Harvard, John P. Holdren, acha que na verdade não está à vista nenhuma escassez de hidrocarbonetos, tal como alguns cientistas apregoam. «Não se vê nenhum perigo imediato de esgotamento de energia dum ponto de vista global», assegura ele. As reservas de petróleo e gás natural vão durar entre setenta e cem anos. Para ele, portanto, o esgotar da energia não constitui problema<sup>3</sup>. O grande problema parece ser, porém, a distribuição no consumo mundial de energia. Por exemplo, enquanto em média cada cidadão americano usa cerca de 11 kW por dia, o europeu gasta em média 6 kW e o cidadão nos países pobres somente 200 W. Desta forma, os Estados Unidos gastam sozinhos quase 1/5 da produção mundial de energia, não obstante o facto de a sua população perfazer somente 5% de população mundial.

<sup>2</sup> *MoçAmbiente*, Maio, 1998, p. 9

<sup>3</sup> *MoçAmbiente*, Maio, 1998, p. 19

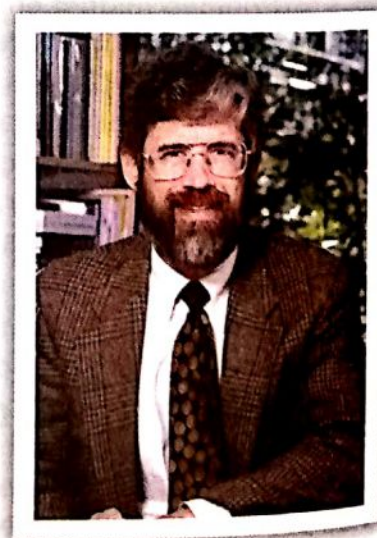


Fig. 11 John P. Holdren (n. 1944).

Nas nações africanas do sul do Saara, a lenha e outros combustíveis de biomassa constituem 60 a 90 por cento da provisão total nacional de energia. São combustíveis que, em primeiro lugar, servem o sector doméstico. Também são utilizados para pequenas indústrias. A lenha constitui a opção mais barata de aquisição de energia para a confecção de alimentos. No entanto, devido ao crescimento da população que assola África nos últimos tempos, o consumo da lenha cresceu muito, e, por consequência, aumentam os perigos do desflorestamento, um dos grandes problemas para a África, como referimos acima<sup>4</sup>.

### A poluição do ambiente

O resultado do fenómeno da industrialização que aumentou em cerca de 50 vezes no século XX em relação ao século anterior, tem sido a contaminação do ar que respiramos, das terras de que precisamos para cultivar, dos rios e lagos onde pescamos, assim como dos oceanos onde também desenvolvemos várias actividades económicas. A contaminação é o resultado directo do consumo descontrolado, pelo Homem, de toneladas de minérios e de petróleo como combustível. A utilização de adubos químicos na agricultura intensiva contribuiu para a deterioração do solo. A agricultura intensiva obrigou o Homem a desviar os cursos de água. Estas actividades provocaram, por sua vez, transformações profundas na vegetação natural, principalmente, nas zonas de grande actividade industrial.



**Fig. 12** Indústria: fonte de poluição (Matola)

### O clima

Falaremos aqui sobre as grandes quantidades de dióxido de carbono e outros gases libertados pelas indústrias. Estes gases estão a provocar o chamado «efeito da estufa», que faz com que a temperatura média anual se eleve de 1,5 a 4,5 graus Celsius nos próximos anos. Por outro lado, o consumo de combustíveis fósseis provoca a destruição progressiva da camada de ozono pelos clorofluorcarbonetos utilizados nos aerossóis, o que pode acarretar graves riscos para a vida humana.



**Fig. 13** Um dos efeitos do aquecimento global: geleiras dos polos derretidas elevando o nível do mar.

### A desertificação

Desertificação é a degradação do solo em zonas áridas, semiáridas e secas ou sub-húmidas (MoçAmbiente; 1998; p. 5). Este fenómeno tem uma ligação directa com as variações climáticas, assim como com a actividade humana. A floresta tropical está actualmente a ser derrubada a uma taxa de cerca de 40 hectares por minuto e, se não forem tomadas medidas que interrompam tal destruição, daqui a 50 anos aquelas formações vegetais terão desaparecido (Bioética; 1993; p. 141). A desertificação é um problema global que afecta cerca de um sexto da população mundial. O que provoca este fenómeno? Em primeiro lugar, são as práticas não sustentáveis de cultivo e colheita; em segundo lugar, são as pastagens excessivas; em terceiro lugar, encontramos a prática de desmatar para a limpeza da terra e obtenção da lenha e, finalmente, o abaixamento dos lençóis freáticos devido à sobreexploração da água.



**Fig. 14** Desertificação

<sup>4</sup> «Energia e Desertificação em África»; MoçAmbiente; Maio; 1998; p. 5

## A Terra

Apesar dos avanços técnico-científicos, a terra e a água continuam a ser as principais fontes de aquisição de alimentos para o Homem; ou seja, o Homem continua ligado existencialmente à Natureza. No entanto, a existência humana começa a ser seriamente ameaçada devido à degradação da terra. Dados apresentados na conferência sobre o meio ambiente no Rio de Janeiro (Brasil) em 1992 indicam que em cada segundo nascem três crianças no mundo e em cada minuto desaparecem sete hectares de ambiente natural, isto é, até agora não transformado pelo Homem. Por ano, cerca de 135 milhões de pessoas perdem as bases para a sua sobrevivência devido, principalmente, à degradação da terra como fonte de cultivo e de recolha de frutas e plantas. Essas pessoas emigram para regiões julgadas mais férteis – são os chamados «refugiados do meio ambiente».

Um sexto da população mundial está ameaçado pela desertificação. O certo é que já não há equilíbrio entre a produção dos alimentos e o crescimento da população mundial. Algumas soluções apontam para a hipótese de que esse equilíbrio só se poderá (re)estabelecer controlando as taxas de natalidade.

Em África, os problemas da terra ainda se tornam mais gritantes. Isto deve-se, principalmente, ao facto de, neste continente, a maioria da população viver da agricultura, portanto ser dependente directamente da fertilidade da terra. Mas, por outro lado, tem-se verificado que as práticas tradicionais ainda vigentes (da agricultura rotativa) começam a perder a sua capacidade de ser ecologicamente sustentáveis: enquanto antigamente a rotação comportava ciclos de tempo maiores, nos últimos tempos, o tempo de pousio de um terreno para o seu posterior cultivo está a tornar-se mais curto (muitas das vezes, reocupando o terreno antes de ter recuperado a sua fertilidade), o que causa empobrecimento do terreno e das culturas.

## A alimentação

Segundo as estatísticas da ONU, a população mundial era de 7,2 biliões no ano 2000, e no ano 2025 será cerca de 8,6 biliões, dos quais cerca de 7,2 biliões viverão nos países agora considerados pobres. Estas pessoas precisarão de se alimentar, mas existe o grande problema da pobreza.

Definir «pobreza» não é fácil. No entanto, uma definição aceitável é-nos fornecida por Pascoal Girod (Girod; *Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano*; PNUD; Tricontinental Editora; Lisboa; 1994): «Pobreza é definida como a falta de um conjunto de recursos tal, que as pessoas, famílias ou categorias abrangidas, tendem a estar excluídas das formas mais simples dos modos de vida, hábitos e actividades consideradas normais nos seus países». A noção de «pobreza», refere-se à falta de requisitos básicos para ter uma existência fisicamente saudável, como seja alimentação suficiente e abrigo, de modo a tornar possível o funcionamento fisicamente eficiente do corpo. A falta de alimentos básicos não permite que o Homem recupere as forças para melhorar a sua condição de existência assim como para se manter saudável. Portanto, a subnutrição anda de mãos dadas com a pobreza, em particular com a pobreza absoluta.

De acordo com os dados da ONU, 29,7% da população mundial vivem na pobreza e 90% da população considerada pobre vivem nos países subdesenvolvidos. A maioria dos pobres vive nos países da Ásia Oriental e da África Subsaariana.

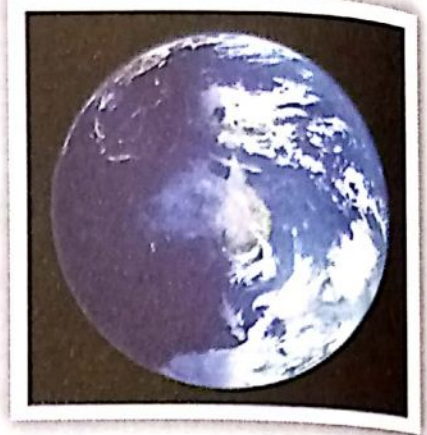


Fig. 15 Planeta Terra



Fig. 16 Crianças carentes

## A extinção das espécies

A destruição sistemática da vegetação, muitas vezes através de queimadas, provoca a extinção de espécies e variedades não só de vegetais, mas também de animais. A extinção deve-se, principalmente, à alteração de condições de vida de que as espécies necessitam e, também, à poluição do ar.

Calcula-se, por exemplo, que o Homem da Pré-História (conceito discutível, empregamos este termo por conveniência) aproveitava cerca de 1500 plantas diferentes para a satisfação das suas necessidades alimentares e habitacionais. Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna o número das plantas reduziu para cerca de 500. Hoje calcula-se que existam cerca de 200, e só 20 são exploradas intensamente. O biólogo americano Thomas Lovejoy fez um alerta, asseverando que, até ao fim do século XX, arriscávamo-nos a eliminar cerca de 1/6 das espécies vegetais a nível mundial, o que se verifica não estar longe da realidade actual. Para a erosão genética essa situação apresenta o mesmo grau de perigo que a produção de armas nucleares.



Fig. 17 Thomas Lovejoy, biólogo americano

## Consequências dos problemas do meio ambiente pela acção do Homem

Os problemas acima apontados, isto é, a poluição do ambiente de modo maciço e irrecuperável, a degeneração da camada do ozono como consequência do efeito da estufa, a alteração da temperatura das águas oceânicas provocando mudanças de clima, a desflorestação de zonas como a Amazónia, considerado o «pulmão da Terra», o aumento da população ligado ao problema das condições de vida das populações futuras, etc., fizeram emergir reflexões em torno da responsabilidade do Homem para com a Natureza. Estas reflexões não são de nenhum modo novas. O conceito de «responsabilidade» (*vide* anteriores conteúdos deste capítulo), que na Ética ocupa um lugar significativo, joga um papel importante nas respostas que se procuram quanto à questão da relação Homem e meio ambiente. Em seguida, apresentamos algumas reflexões éticas, que filósofos e pensadores indicam como sendo acções responsáveis do Homem para com o meio ambiente.



Fig. 18 Desflorestação da amazónia (Brasil)

## A necessidade de um contrato natural

As expressões modernas «população animal» ou ainda «população vegetal» mostram, em parte, como as pessoas procuram referências que aproximem os Homens dos restantes animais e das plantas. Michel Serres, professor de História das Ciências em Clermont-Ferrand, Vincennes e Paris e membro da Academia Francesa de Ciências publicou, em 1990, uma obra intitulada *O Contrato Natural*, que versava sobre os problemas do meio ambiente. Neste livro, ele propõe, por exemplo, que esqueçamos a palavra «Ambiente» porque ela pressupõe que nós, Homens, estamos no centro de um sistema de coisas que gravitam à nossa volta, umbigos do universo, donos e possuidores da Natureza. Isso lembra uma época passada, em que a Terra colocada no centro do mundo reflectia o nosso narcisismo, esse «humanismo» que nos promove no meio das coisas ou no seu excelente acabamento.

## Os direitos das gerações vindouras

Uma das questões que se discute na actualidade sobre a responsabilidade do Homem perante o meio ambiente diz respeito aos direitos das gerações vindouras. A questão coloca-se da seguinte forma: será que as gerações que irão viver nos próximos séculos não têm o direito de encontrar um meio ambiente são que lhes possa proporcionar o mínimo de bem-estar? Até que ponto teremos nós hoje o direito de, através das nossas acções actuais, privá-los de um meio ambiente são? Ou ainda mais simplesmente: que tipo de terra e que tipo de ser humano vamos deixar em herança às gerações futuras?

Hans Jonas (1903-1993), um dos alunos de Martin Heidegger, escreveu o livro intitulado *O Princípio da Responsabilidade*, que foi publicado em 1979. Neste livro, ele procura fazer uma síntese da ética de Aristóteles e de Kant. Jonas reformula o imperativo categórico de Kant, tendo em vista uma humanidade em perigo de existência por causa da degradação progressiva do meio ambiente. Ele projecta uma noção de responsabilidade polarizada para o futuro, relativa às gerações vindouras e que não implica reciprocidade (o Homem não deve esperar ir a receber alguma coisa em troca da sua acção responsável). Tendo isto em vista, Hans Jonas elabora aquilo que é conhecido como o «Novo Imperativo Categórico», que em seguida citamos: «Um Imperativo Categórico que corresponde ao novo tipo da acção humana e que está direccionado para o novo tipo de sujeito-agente poderia ser o seguinte: age de maneira que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra; ou ainda, dito de uma forma negativa, age de maneira que os efeitos da tua acção não sejam destruidores para a responsabilidade futura de uma tal vida; ou ainda, de uma forma mais simples, não comprometas as condições necessárias para a sobrevivência indefinida da humanidade sobre a Terra».

Como se pode ver, portanto, o novo imperativo diz-nos que nós devemos viver a nossa vida, mas sempre tendo em conta as necessidades, a integridade e a qualidade de vida das gerações futuras. É um imperativo que se diferencia do de Kant porque este deixava alternativas de acção ao poder de decisão do sujeito, em relação ao seu meio actual. Em Hans Jonas não temos alternativas: só podemos agir no sentido das gerações futuras.

O problema dos direitos das gerações vindouras é complexo. A sua complexidade coloca-se, quanto a nós, e na «perspectiva africana», na questão de saber até que ponto não há uma inversão de prioridades entre os chamados direitos das gerações futuras e os direitos dos Homens de hoje a uma vida são e justa. Será que o bem-estar de amanhã justifica os sacrifícios de hoje? O grau de complexidade aumenta ainda mais se quisermos definir como «futuras gerações» não só os nossos filhos, mas também as gerações dos próximos séculos.

O filósofo e pensador moçambicano Severino Ngoenha assume, quanto à questão das responsabilidades para com as futuras gerações, uma posição, ao que nos parece, historicamente mais abrangente.

Em seguida, transcrevemos uma passagem do livro *O Retorno do Bom Selvagem*, que, de certa forma, consagrou este pensador: «É necessariamente falaciosa, uma ética que se preocupa com a vida das gerações futuras, com Homens de amanhã, mas que ignora os Homens de hoje. Para não dizer que exige o sacrifício da vida dos Homens de hoje, em nome da vida dos Homens de amanhã. Não se trata de conservar a Natureza esquecendo os Homens, trata-se de gerir a Natureza de maneira a assegurar aos Homens da nossa geração e de todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolverem, e talvez mesmo simplesmente de viver.»

Ao ler esta passagem, o leitor deverá reparar que a posição de Severino Ngoenha deriva do facto de, para ele, a preocupação fundamental actual, no contexto africano, ser a de resolver os problemas e desafios



Fig. 19 Hans Jonas (1903-1993)



Fig. 20 Severino Ngoenha (n. 1962), filósofo moçambicano

políticos, sociais e económicos que África tem enfrentado. Portanto, ele enquadra as suas reflexões em torno do meio ambiente, na discussão mais geral da busca de caminhos para África ter alguma coisa a dizer na política, na ciência, na economia e na cultura mundial. O que Ngoenha defende, no fundo, é que, esta preocupação pelo futuro passa pela obrigação de resolver os problemas (desequilíbrios, injustiças e aberrações) do presente. Uma leitura complementar para este aspecto seria o último capítulo intitulado *A Longa Marcha Africana*, da citada obra deste autor.

## Aspectos da Bioética

O termo **Bioética** foi proposto, pela primeira vez, em 1971, por um médico cancerólogo de nome Van Rensselaer Potter. É de recente criação e é usado ora com significado amplo sugerido pela etimologia (áreas das questões éticas relacionadas com a vida), ora em sentido mais restrito, como o das aplicações da Biologia e da Medicina à vida. Em relação ao último sentido, alguns autores, sobretudo europeus, usam o termo **Ética Biomédica**.

Os avanços científico-técnicos desde há uns decénios, muito especialmente no domínio da genética e da fetologia, têm ampliado notavelmente o campo da Bioética levando-a, actualmente, a investigar áreas complexas e vitais. Interessa-nos ver, sob o ponto de vista histórico, quais são os antecedentes que contribuíram para a criação da nova Bioética.

## Antecedentes históricos

Apesar da sua origem recente, a Bioética tem raízes que são tão antigas como a Medicina e remontam a Hipócrates. Mas, até meados do século XX, a maioria dos problemas morais que se punham à Bio-medicina podiam ser resolvidos por uma deontologia profissional e uma ética de inspiração hipocrática, apoiada apenas em algumas virtudes básicas como a compaixão e o desinteresse, assim como o princípio de que o médico deve agir sempre e só em benefício do paciente.

Três factos históricos, que veremos em seguida podem ser mencionados como tendo desencadeado a criação ou o surgimento de uma nova Bioética.

## Alguns abusos na experimentação dos seres humanos

Depois da II Guerra Mundial, vieram ao conhecimento público a realização de experiências efectuadas em seres humanos sem o seu consentimento livre e esclarecido. Entre elas destacamos as experiências em seres humanos efectuadas pelos médicos nazis em hospitais de alienados e em campos de concentração. A consciência colectiva reagiu vigorosamente. O Tribunal de Nuremberga, que julgou os crimes da Guerra, redigiu, em 1947, um código que reconheceu a dignidade de toda a pessoa humana e prescreveu que nenhuma experiência fosse realizada em seres humanos sem o seu consentimento livre e esclarecido. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) consagrou este mesmo princípio.

Mesmo assim, outros abusos continuaram a ser praticados. Seleccionamos apenas três exemplos:

- No hospital de Willowbrook, em Nova Iorque, de 1956 a 1971, realizou-se uma investigação com 700 a 800 crianças deficientes mentais, inoculando-lhes o vírus da hepatite com o objectivo de buscar uma terapia imunizante.
- No hospital Jewish Chronic Disease, também em Nova Iorque investigadores injectaram sob a pele de doentes idosos células cancerosas sem lhes fornecer qualquer informação ou pedir consentimento.
- Em Tuskegee, no Estado de Alabama, 431 negros pobres foram privados de cuidados contra a sífilis, entre 1932 e 1972, para permitir o estudo do curso natural da doença.

Ao serem conhecidos, estes escândalos desencadearam uma forte reacção e a consciência viva de que a prática da investigação clínica em seres humanos tem de ficar sujeita a critérios rigorosos que respeitem

os direitos e dignidade de toda a pessoa humana. A Bioética é criada precisamente para investigar princípios que permitem que as decisões sobre a realização de experiências em seres humanos sejam fundamentadas eticamente.

## O surgir das novas tecnologias

Outro antecedente importante do surgimento da nova Bioética foi o rápido desenvolvimento das tecnologias médicas e terapêuticas, inovando mais nos últimos 25 anos do que nos anteriores 25 séculos dando origem a situações inéditas de decisão moral.

Entre as várias situações, podemos mencionar as tecnologias de cuidados intensivos, que permitem manter vivo um recém-nascido com poucas possibilidades de sobrevivência sem os cuidados intensivos ou prolongar a vida de um doente terminal. A questão colocada muitas vezes é: quando é que é ético administrar ou interromper estes cuidados intensivos?

Em outros tempos, na ausência de alternativas técnicas o problema não se punha; a morte inevitável encarregava-se de resolver o problema. Mas hoje, a existência das técnicas de ventilação e circulação artificiais coloca escolhas éticas difíceis. O mesmo se pode dizer de tecnologias que permitem o transplante de órgãos, o suprimento da infertilidade, o diagnóstico pré-natal, a terapia genética, o aborto, entre outros. À medida que a ciência transfere para as mãos do Homem poderes antes reservados à fatalidade da Natureza, no que respeita ao nascer, viver e morrer, pergunta-se até que ponto estamos autorizados a exercer esses poderes e em que medida aquilo que é tecnicamente aplausível será eticamente aceitável.

A partir do nascimento da primeira criança por fertilização *in vitro* em 1978 e dos progressos das técnicas de reprodução assistida, levantaram-se inúmeros problemas éticos para os quais não há ainda hoje, soluções unânimes e exigem-se discussões mais profundas. A Bioética torna-se, assim, necessária para reflectir sobre estes conflitos éticos.

## A percepção da insuficiência dos referenciais ético-tradicionais

A incapacidade de referenciais ético-tradicionais para encontrar resposta às novas situações criou um ambiente de inquietação que também contribuiu para a criação da nova bioética.

O código hipocrático, baseado numa atitude paternalista do médico em relação ao doente, já não era suficiente numa época em que se começavam a acentuar os direitos dos pacientes: direito à autonomia, à verdade, à informação, ao consentimento informado. A ética filosófica especulativa e a teologia moral baseadas no conceito da lei moral eram incapazes de encontrar respostas a novas e prementes questões que se punham. Assim, a Bioética surge como um novo paradigma.

## Objecto e o objectivo da Bioética

Como referimos acima, a Bioética surgiu há cerca de três décadas, como um conjunto de preocupações éticas levantadas por cientistas. Impulsionada pela consideração dos problemas morais decorrentes das novas tecnologias médicas, a Bioética estendeu também a preocupação a problemas da Biologia, da interdependência dos seres vivos numa visão a longo prazo, assim como da sobrevivência do Homem no nosso planeta. Ela passou a caracterizar-se por uma dimensão social, pela sua natureza transdisciplinar e pluralista, pela abertura à participação do público e pelo assessoramento de políticas nacionais num esforço de harmonização internacional.

Perante os novos poderes que a ciência dá ao Homem sobre a vida e sobre si próprio, é importante que ele segure as rédeas do progresso e tome as decisões éticas que lhe tornem possível plasmar um futuro autenticamente humano. E, assim, podemos definir a Bioética como o saber transdisciplinar que planeia as atitudes que a humanidade deve tomar ao interferir com o nascer, o morrer, a qualidade de vida e a interdependência de todos os seres vivos. A Bioética é a decisão da sociedade sobre as tecnologias que lhe convêm.

## Questões morais relativos ao aborto e a eutanásia

Estes dois aspectos tornam-se semelhantes por interromper a vida de um ser. No âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito a vida é o único inalienável e inerente ao Homem, é o direito universal inquestionável para todo o ser humano, independentemente da sua origem étnica, cor, local de nascimento, grau de instrução, etc. Moralmente questiona-se a legitimidade de aborto (interrupção de gravidez ou seja de uma vida já formada ainda que em fase da gestação). Questiona-se, também, sobre a possibilidade e legitimidade de uma pessoa que concebe, mas desprovido de condições para um devido amparo ao novo ser, ou seja, a sustentabilidade de uma gravidez não desejada ou concebida não em comum acordo.

Quanto a eutanásia, ela define-se como procedimento que antecipa a morte de um doente incurável, para lhe evitar o prolongamento do sofrimento e da dor, ou seja, uma morte sem dor. Sob o ponto de vista ético questiona-se a legitimidade e moralidade deste acto. Se o médico ao notar que o seu paciente já não tem nenhuma hipótese de sobreviver ou de continuar com a vida pode recorrer a eutanásia para reduzir o sofrimento do seu paciente ou não? Ou se o próprio doente pode solicitar a autoridade médica para lhe interromper a vida através da eutanásia ou deixá-lo sofrer até as últimas consequências, pelo facto de que ninguém tem direito de tirar a vida a uma outra pessoa nem a si próprio, atendendo e considerado que a vida é um direito natural.

O outro ponto polémico no capítulo da ética e da moral é a venda de órgãos humanos. A venda de órgãos humanos pode ocorrer em comum acordo recorrendo ao conhecimento clínico através do transplante de coração ou de um outro órgão interno e pode, por outro lado, ocorrer a venda de órgãos humanos para fins obscuros como enriquecimento ilícito. Para qualquer um dos casos questiona-se a unicidade do ser humano. Outro caso semelhante a este é o do aluguer de barriga ou barriga de aluguer que acontece em alguns países. Ai o dilema está na paternidade do novo ser. O uso do corpo humano para o tráfico de drogas é um outro dilema no campo da ética. Aqui questiona-se sobre a legitimidade disto independentemente da finalidade. A transfusão do sangue e do plasma é um outro debate que interessa bastante ao campo da ética e questiona-se a moralidade do acto por tratar-se de junção de dois seres separados por fronteira natural. Existem em Moçambique seitas religiosas que se recusam por completo a esta prática, alegadamente em defesa da unicidade do ser humano.

Mas na verdade a doação de sangue é um acto de solidariedade, pois, dar sangue é salvar uma vida.



Fig. 21 Transplante de coração



Fig. 22 Sangue doado



## Qual a razão da emergência da Bioética?

Ocorre que nos últimos anos a Medicina, a Biologia e a Engenharia Genética alcançaram extraordinários avanços: multiplicaram-se os transplantes, experiências com animais, inseminações artificiais, bem como, nascimentos humanos fora do corpo humano (fertilização *in vitro*).

Alterou-se igualmente a legislação, adoptada por vários países, concernente ao aborto ou à eutanásia, numa procura pela orientação não só de cientistas dedicados a experiências genéticas, como também, à opinião pública e aos legisladores em geral. Aos cientistas, a legislação alerta para os limites da sua investigação e aos legisladores para que façam as leis seguindo princípios éticos aceitáveis.



São cinco, os princípios bioéticos:

1. Princípio da autonomia: requer do profissional o respeito à vontade, o respeito à crença, o respeito aos valores morais do paciente, reconhecendo-lhe o domínio sobre a própria vida e o respeito à sua intimidade. Este princípio gera diversas discussões sobre os limites morais da eutanásia, suicídio assistido, aborto, etc. Exige também definições como respeito à autonomia quando a capacidade de decisão do sujeito está comprometida – são as pessoas ou grupos considerados vulneráveis. Isto ocorre em populações e comunidades especiais como menores de idade, indígenas, débeis mentais, pacientes com dor, militares, etc. Com relação à ética em pesquisa, gera o princípio do «termo de consentimento livre e esclarecido» a ser feito pelo pesquisador e preenchido pelos sujeitos da pesquisa ou seus representantes legais sempre que a capacidade do sujeito (ou paciente) estiver comprometida.
2. Princípio da beneficência: assegura o bem-estar das pessoas, evitando danos e garante que sejam atendidos os seus interesses. Trata-se de um princípio indissociável ao da autonomia.
3. Princípio da não maleficência: assegura que sejam minorados ou evitados danos físicos aos sujeitos da pesquisa ou pacientes. Riscos da pesquisa são as possibilidades de danos de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente. Dano associado ou decorrente da pesquisa é o agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à colectividade, com nexos causal comprovado, directo ou indirecto, decorrente do estudo científico.
4. Princípio da justiça: exige equidade na distribuição de bens e benefícios em qualquer sector da ciência, como por exemplo: Medicina, Ciências da Saúde, Ciências da vida, do meio ambiente, etc.
5. Princípio da proporcionalidade: procura o equilíbrio entre os riscos e benefícios, visando o menor mal e o maior benefício às pessoas. Este princípio está intimamente relacionado com os riscos da pesquisa, os danos e o princípio da justiça.

Bioética e Direito, SP, Ed. Jurídica Brasileira | UNISUL



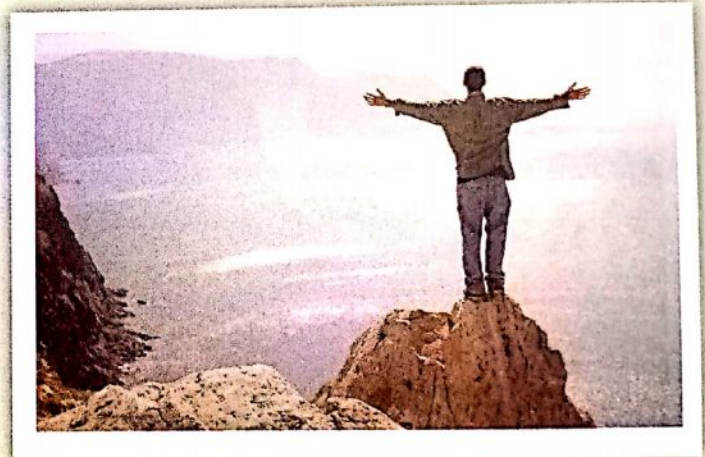
## Texto 2

### O Homem é livre ou não? Ou em que situações concretas Eu sou livre ou não?

O Homem é livre ou não? Ou seja, em que situações concretas Eu sou livre ou não? «O Homem é livre ou não?» Esta pergunta espera um sim ou um não categóricos, absolutamente distintos. Uma resposta afirmativa parece a mais ansiada. Entretanto, ela dispensaria todo o nosso esforço de libertação. Mais do que isso, esta forma de colocar o problema impede a visão da complexidade real da condição humana. (...).

Os Homens não nascem livres, porque nascem como que presos dentro de condições biológicas, sociais e históricas concretas que eles próprios não escolheram. É dentro delas que decorre a sua vida. Por exemplo, não nascem livres de nascer onde nasceram (não escolheram o local), de nascer numa outra época diferente da sua, de nascer com uma cor da pele diferente daquela que possuem; não são livres de nascer vigorosos ou fracos, nem de pertencer ao sexo da sua preferência.

Escravos ou livres, nascem geneticamente codificados e programados para aprender, codificados para tirar partido da sua experiência, habilitados a não se satisfazerem com as condições que lhes são dadas. Por isso, em vez de um pensamento binário – o Homem é livre ou não? Pensamos e questionamo-nos sobre a infinidade de condições nas quais os homens vivem e das relações que eles estabelecem entre si; a questão abstracta e metafísica sobre a liberdade no singular, o problema é de «as liberdades» em que o Homem vive: políticas, económicas, sociais e religiosas, liberdade de imprensa e de edição, liberdade de expressão, liberdade de consciência, liberdade de associação, liberdade de comércio e de indústria.



Adaptado de L. I. Grateloup; *Cours de Philosophie*; Paris; Hachette; 1990.

## Questões para a reflexão

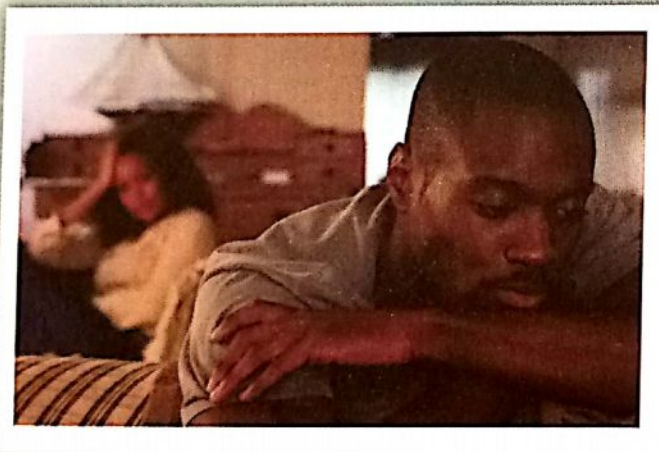
1. «O Homem é livre ou não?» ou «Em que situações concretas Eu sou livre ou não?»
  - a) Qual é a situação do problema levantado pelo texto? Fundamente.
  - b) Quais são as razões evocadas para se negar que o Homem nasce livre?
2. «Em vez de um pensamento binário – o Homem é livre ou não? – pensamos e questionamo-nos sobre a infinidade das condições nas quais os Homens vivem e das relações que eles estabelecem entre si».
  - Em que ponto a Constituição da República, em Moçambique, responde às preocupações do texto?



## A liberdade como poder de agir ou não agir

«Um Homem que acaba de cair à água porque o piso sobre que caminhava cedeu, não teve liberdade alguma e não foi agente livre, porque ele preferia não cair. (...)»

Outro exemplo. Suponhamos que se leva um homem, enquanto está num sono profundo, para uma cama onde já se encontra uma pessoa que há muito não via (...) e que se fecha a porta à chave de tal maneira que não esteja em seu poder sair. Este homem, ao acordar, fica encantado por se encontrar com uma pessoa cuja companhia ele desejava tanto e com quem continua com prazer, gostando mais de estar aí com ela do que sair para ir algures. Pergunto se ele não continua voluntariamente nesse lugar? Penso que ninguém duvida disso. Entretanto, como este homem está fechado à chave, é evidente que ele não está em liberdade de não permanecer nesse quarto e de sair se quiser. Por conseguinte, a liberdade não é uma ideia que pertença à preferência que o nosso espírito dê a uma acção mais do que a outra, mas é livre a pessoa que tem o poder de agir ou de suspender o agir, segundo o qual o seu espírito se determina por uma ou outra dessas possibilidades.»



Adaptado de John Locke; *Ensaio sobre o Entendimento Humano*; Vol II;  
F. Gulbenkian; 2008.

## Questões para a reflexão

1. Compare os dois primeiros exemplos referidos no texto e elabore um juízo pessoal do que seria, de facto, a liberdade para si.
2. Perante a última situação referida no texto, pode-se dizer que o homem agiu livremente? Justifique a resposta.
3. Recorrendo ao dicionário e a outros meios auxiliares, explique uma circunstância em que já se viu numa situação de agir livremente ou de ser impedido de o fazer.



1. A definição «Pessoa é o sujeito de direitos e deveres» pertence ao filósofo:
  - A. Boécio
  - B. Martin Buber
  - C. Cícero
  - D. Romano Guardini
2. Um acto moralmente válido é aquele que vai de acordo com:
  - A. A vontade dos mais velhos
  - B. A consciência e a liberdade individuais
  - C. A vontade dos professores
  - D. As regras e as prescrições
3. A afirmação: «Fala-vos a voz da experiência. Meus irmãos, acordem, ergam a cabeça, quero anunciar-vos a boa nova... Deus Morreu! Cada um deverá responder pela sua vida. O pai de todos morreu... Agora vai nascer o Super-Homem, o Homem de amanhã» pertence a:
  - A. Jesus Cristo
  - B. Friedrich Nietzsche
  - C. São Paulo
  - D. Karl Marx
4. O questionamento kantiano sobre «O que devo fazer?» responde à seguinte disciplina:
  - A. Antropologia filosófica
  - B. Ética filosófica
  - C. Gnoseologia
  - D. Metafísica
5. Na concepção do bem, no pensamento de Sócrates, é virtuoso aquele que:
  - A. Possui conhecimento e riqueza.
  - B. Sabe escolher o bem e evitar o mal.
  - C. Entre os bens escolhe o maior e entre os males escolhe o menor.
  - D. Conhece o viciado e desprovido da ciência.
6. O imperativo categórico: «Age como se a máxima da tua acção se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza» pertence a:
  - A. John Locke
  - B. René Descartes
  - C. Thomas Hobbes
  - D. Immanuel Kant
7. Das quatro opções escolhe a mais correcta:
  - A. O agente é aquele que realiza necessariamente um determinado acto, sem ter a possibilidade de escolher.
  - B. Respirar é uma acção.
  - C. A cultura é que molda o Homem, independentemente da sua vontade, ele é passivo.
  - D. O agente moral é aquele que, consciente e por livre vontade, pratica uma acção e responde pelas consequências.
8. Tomado na acepção mais corrente, o termo «pessoa» quer referir-se:
  - A. Ao ser humano em geral ou ao indivíduo mais ou menos aperfeiçoado.
  - B. Ao ser humano que tem valor, uma qualidade particular, destino, que constitui um mistério.
  - C. A uma realidade acabada, uma totalidade fechada.
  - D. A um objecto cujas propriedades se poderiam descrever completamente.

# UNIDADE 3

## CONTEÚDOS

### Teoria do conhecimento

- **Noções Básicas: Conhecimento, Conceito e Realidade, Elementos do conhecimento, Faculdades de conhecimento**
- **Perspectivas de análise do Conhecimento: Filogenética, Ontogenética e Fenomenológica**
- **Problemas e correntes filosóficas da Teoria do Conhecimento:**
  - **A (Im)Possibilidade do conhecimento sob: cepticismo e dogmatismo**
    - A Origem do Conhecimento sob: Empirismo e Racionalismo; Intelectualismo e Construtivismo
    - A Natureza do Conhecimento sob: Realismo e Idealismo
    - Valor do Conhecimento sob: Absolutismo e Relativismo
- **Níveis de Conhecimento:**
  - Senso comum, Conhecimento Científico e Conhecimento filosófico
  - Importância, limites e perigos do conhecimento científico
- **Divisão e Classificação das Ciências (segundo Comte)**
- **A Questão da Verdade Estados de espírito face ao verdadeiro**
- **A Epistemologia Contemporânea e o problema da possibilidade ou não do conhecimento**



Págs. 62 a 89

## Noções básicas conhecimento, conceito e realidade, elementos do conhecimento e faculdades de conhecimento

### Conhecimento e seus elementos

Desde a Antiguidade Grega, quase todos os filósofos se preocuparam com o problema do conhecimento humano; problema que envolve questões extremamente importantes, como: O que é o conhecimento? O que é a verdade? É possível o conhecimento? Qual é o fundamento do conhecimento?

Todas estas questões são tratadas por uma disciplina filosófica que costuma ser designada por diversos nomes: Teoria do Conhecimento, Gnosiologia, Crítica do Conhecimento ou Epistemologia. Neste livro, utilizaremos a denominação de Teoria do Conhecimento.

A Teoria do Conhecimento consiste numa reflexão filosófica sobre o conhecimento, tendo como objectivo investigar as suas origens, as suas possibilidades, os seus fundamentos, a sua extensão e o seu valor.

Embora o problema do conhecimento tenha preocupado os filósofos da Antiguidade, somente a partir da Idade Moderna a Teoria do Conhecimento adquiriu grande importância, passando a ser tratada como uma das disciplinas centrais da Filosofia. Para esse processo de valorização da Teoria do Conhecimento colaboraram as obras do filósofo francês René Descartes (1596-1650) e do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804).

Para que exista o acto de conhecer, é indispensável o relacionamento de dois elementos básicos: um sujeito conhecedor e um objecto conhecido. A relação que se estabelece entre os dois elementos, em que o sujeito apreende o objecto, chama-se conhecimento. Portanto, no acto de conhecer é essencial a presença do sujeito conhecedor e do objecto conhecido.

Segundo Nicolai Hartmann (1881-1950), o conhecimento é um acto transcendente, no sentido em que se realiza não apenas na consciência ou representação mental do objecto, mas ultrapassa a consciência inicial do sujeito, ligando-a ao objecto existente a ser conhecido. Conhecer é captar o objecto.

Quando o sujeito capta o objecto, tendo dele uma fiel representação mental, podemos dizer que atingiu um conhecimento verdadeiro, ou de carácter parcial, isto é, não totalmente abrangente. Quando isso não ocorre, o sujeito tem um conhecimento parcial ou falso do objecto.

Todo o conhecimento é conhecimento do mundo. Este entendido como toda a focagem da realidade a partir de um centro de actividade e de compreensão, que é o próprio Homem. Pela simples presença no meio das coisas, o Homem confere-lhes um significado, organizando-as num campo gnosiológico.



Fig. 1 Nicolai Hartmann (1881-1950)

### Conceito de realidade

A noção de realidade é extremamente ampla e polissémica (mesmo para cada um de nós, ela não tem sempre o mesmo sentido) e, conseqüentemente, não parece ser independente daquele que a apreende, isto é, a realidade é sempre realidade para alguém.

Pergunta-se: segundo o senso comum, a noção de realidade é uma noção unívoca? Porquê?

Façamos uma pesquisa na comunicação social (jornais, revistas, televisão, etc.) acerca de um determinado acontecimento e confrontemos os modos como ele é visto e apreciado: tratou-se da mesma realidade para todos? Que podemos concluir acerca da objectividade do real?

Sendo assim, a noção de realidade é necessariamente problemática que, como tal, exige questionamentos, reflexão... como vamos entendê-la?

Uma primeira aproximação poderá ser: vulgarmente, realidade é tudo aquilo que efectivamente existe. Portanto, equivale ao ser ou existente, que, como tal, se impõe e resiste a todas as tentativas de esquecimento ou negação. Tanto pode designar um ser particular, como um conjunto de todos os seres em geral.

Está claro que tal noção, baseada na experiência imediata, pode satisfazer a nossa consciência utilitária, os interesses da nossa vida diária. Porém, é manifestamente insuficiente para uma consciência filosófica que se pretende exigente e radical. Com efeito, facilmente nos damos conta de que os objectos matemáticos, sendo ideais, não deixam de ser reais; uma intenção ou projecto (científico, técnico, artístico, político, humanitário,...) tem a sua realidade e faz surgir novas realidades; um simples sonho é realidade que, aliás, as ciências hoje procuram decifrar e compreender... tudo isto nos obriga a uma nova reflexão, de modo a chegarmos a uma nova experiência mais profunda e original.

Num outro sentido, podemos entender a realidade como aquilo que encontramos ou podemos encontrar, de um modo ou doutro, este termo «realidade», designa, pois, aquilo que há (...); o Homem tem de confrontar-se com aquilo que há, e este ter de confrontar-se não é algo secundário ou pontual, antes pertence à sua própria essência: o Homem está com as coisas, aberto a elas, fazendo algo com elas e, portanto, o que há é constitutivo seu.

Quer dizer, eu apenas sou confrontando-me com aquilo que há, e esse ter de (...) é justamente o que confere o seu carácter real às coisas, carácter que possivelmente não tem para o animal. Porque este, que está entre as coisas, utiliza-as, procura-as, protege-se contra elas, foge da sua ameaça, mas não tem de confrontar-se com elas.

Assim, chegamos a um outro conceito de realidade: o mundo do Homem, que é também o mundo para o Homem, pois é nele que vive aquilo que chamamos a «experiência humana», a qual diariamente se enriquece, diversifica e aprofunda.

Por isso, os filósofos, a partir do século XX, têm insistido nesta relação indissociável entre o Homem e o seu mundo: usando a expressão de um dos mais célebres filósofos, M. Heidegger (1889-1976), o Homem é o **Dasein**, isto é, o *ser-aqui*, não o ser isolado, mas o *ser-no-mundo*, o ser lançado entre as coisas e os outros Homens.

Podemos concluir que o Homem constitui, para si próprio, um problema? Esta interrogação é, de início, fundamentalmente utilitária, ela visa a sobrevivência e, portanto, a adaptação à realidade; e esta é sentida simultaneamente como obstáculo e como instrumento que lhe permite viver.

Acontece, porém, que se olharmos as crianças, a partir de um determinado momento, bem cedo, o questionamento do Homem perante o real circundante não consiste apenas em confrontar-se com ele, para dominá-lo, utilizá-lo ou proteger-se contra ele. O Homem quer conhecer aquilo que o cerca, quer explicá-lo e compreendê-lo. Em suma, cada vez mais, o Homem quer saber o que é, e acerca do que há.

As respostas a estas interrogações foram, primeiro, de carácter acentuadamente emotivo e imaginativo; tornaram-se, depois, progressivamente teóricas e racionais. Mito, ciência e filosofia são, deste modo, as vias de acesso ao real; são elas as três grandes abordagens que o Homem tem utilizado para confrontar-se com o seu mundo e indagar acerca da realidade.



Fig. 2 Martin Heidegger (1889-1976)

## Faculdades do conhecimento

O conhecimento é construído e aperfeiçoado através de mecanismos que vão desde sistemas simples e naturais, a sistemas complexos que envolvem elementos artificiais.

De forma mais elementar e numa fase inicial, o conhecimento é constituído a partir de mecanismos inerentes aos sentidos naturais e às experiências sociais, que podem ser: **sensação, percepção e representação**.

Nos três casos, o conhecimento é superficial, parcial e incompleto, não havendo conhecimento do objecto integral nem a sua essência.

Na sensação é predominante o conhecimento das partes e/ou particularidades do objecto, sendo o mesmo adquirido através duma acção directa de sentidos naturais (visão, olfacto, tacto...) sobre o objecto do conhecimento, ainda que com a ajuda de instrumentos.

Na percepção, o objecto é conhecido de maneira superficial e geral, através de um conjunto de sensações, sendo pouco significativo o conhecimento das partes e as suas particularidades.

A representação corresponde a uma imagem do objecto construída sem o contacto directo com o mesmo, a partir de sensações ou percepções ocorridas em contacto directo anterior com o objecto; ou a partir da sua descrição ou de um conhecimento indirecto do mesmo.

Os conhecimentos correspondentes à sensação, à percepção e à representação são mediados pela experiência pessoal, pelo conhecimento acumulado que tenha o observador e, muitas vezes, por preconceitos, superstições e por factores inerentes à cultura e aos interesses pessoais e sociais dos indivíduos.

O conhecimento, em geral, é expresso na forma de uma proposição apresentada através de uma sentença, sendo que uma mesma proposição pode corresponder a mais de uma sentença e uma sentença pode corresponder a mais de uma proposição.

O conhecimento mais sofisticado, tal como aquele que é elaborado no processo escolar e nas actividades académicas e científicas, é construído através de mecanismos mais complexos, relacionados com o pensamento abstracto e generalizado e permite o conhecimento integral do objecto: a sua essência, isto é, os seus atributos essenciais; as suas partes e particularidades e o seu aspecto geral. Os conhecimentos mais elaborados são construídos através de processos científicos, cujos mecanismos centrais são: o conceito, o juízo e o raciocínio.

Enquanto o processo espontâneo de construção do conhecimento é mediado por distintos factores que se situam fora do controlo do indivíduo e, por isso, o conhecimento contraído é superficial e não universal no processo científico a construção do conhecimento ocorre a partir de estruturas lógicas e através de investigação científica, o que assegura a penetração na essência do objecto e a sua universalidade com uma interferência mínima ou nula de elementos factuais ou circunstanciais.

## Perspectivas de análise do conhecimento

### Perspectiva filogenética

É importante compreender como evolui a vida para compreendermos a própria emergência do conhecimento.

Na perspectiva filogenética (evolução das espécies), os estudos antropológicos e paleontológicos dão-nos conta de uma progressiva transformação do sistema nervoso, desde os primeiros animais invertebrados até ao Homem.

Tais transformações devem-se a um processo natural de selecção e adaptação. Assim, por exemplo, um lago ou um mar que secam só deixam possibilidades de sobrevivência aos peixes que possam respirar o ar atmosférico.

Por outro lado, há sentidos que pelas capacidades que despertam na adaptação ao meio precisam de evoluir. Desta forma, a confiança cada vez maior no sentido da visão revela uma evolução biológica do peixe para o Homem, traduzindo um processo biogenético de adaptação daquele sentido ao meio.

O sentido da visão na nossa vida é de tão grande importância que se alguém de nós tivesse de escolher entre o perder o tacto ou a visão, sacrificaria sem hesitar o primeiro.

O ajustamento anatómico ao sentido da visão é de tanta importância que 2/3 de todas as fibras nervosas que entram no sistema nervoso central humano vêm dos olhos.

Tal evolução, num estado superior, revela-se na coordenação dos olhos com as mãos, possibilitando viver em cima das árvores e criando condições para qualquer actividade humana que implique o uso de instrumentos *Homo faber*.

Da mesma forma se poderá verificar que a capacidade de uso de instrumentos (facilitada pela coordenação dos olhos com as mãos) está também ligada a um espantoso desenvolvimento do cérebro.

À medida que a massa cinzenta aumenta, aumenta a habilidade (capacidade de resolver problemas). Mas a coordenação dos olhos com as mãos só é possível se o desenvolvimento do cérebro for acompanhado por um desenvolvimento anatómico do corpo.

Desta forma, a actividade cognitiva processa-se do biologicamente vivido à «consciência de si». Não basta, por isso, o que somos, é preciso conhecermos o processo bio-psico-social que resultou no que somos.

A libertação das mãos para o trabalho (conquista da posição bípede) viria a tornar possível a manipulação dos objectos e, conseqüentemente, a organização dos símbolos que facilitaríamos a comunicação e a linguagem.

O *Homo sapiens* surgiu, assim, numa fase adiantada do desenvolvimento bio-psíquico-social, em que as actividades perceptivo-motoras passaram, através da experiência, tornando possível a interiorização da imagem que, por sua vez, constituíram suporte de linguagem e de reflexão.

É neste sentido que o Homem surge como único da natureza cuja actividade motora se encontra ao serviço da representação e, por sua vez, do conhecimento intelectual. O macaco, por exemplo, não tem uma relação consciente com o objecto. As múltiplas formas de expressão – gritos, gestos, etc. – referem-se sobretudo ao aspecto emocional da situação biologicamente vivida.

O simples gesto de indicar só aparece no *Homo sapiens*. Tal gesto implica a interiorização da imagem do objecto (representação), isto é, a relação mais elementar da consciência com o objecto, como objecto exterior.

O animal conhece bem o objecto exterior, mas a exterioridade do objecto não se destaca para ele da sua própria organização sensorio-motora. O gesto leva ao signo e do signo (associação do significante e do significado) surgiu o conceito, que permitiu a linguagem e o pensamento abstracto.

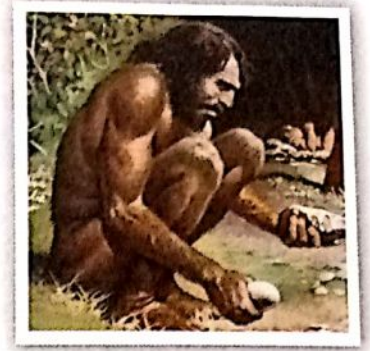


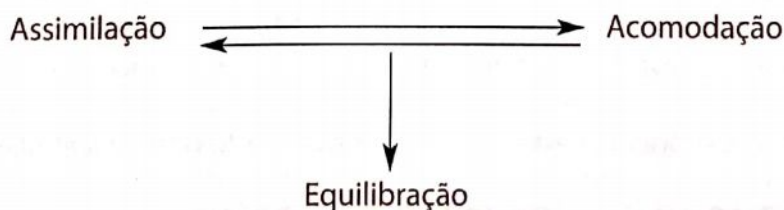
Fig. 3 *Homo sapiens*

## Perspectiva ontogenética

Um psicólogo contemporâneo, Jean Piaget, fazendo um estudo unificado da Psicologia com a Biologia, elaborou o que ficou considerado como Teoria de Equilibração, onde afirma existir uma inter-relação indivíduo/meio, com vista a uma resposta cada vez mais adequada ao meio. E, tal como acontece no desenvolvimento filogenético, assim acontece no desenvolvimento do indivíduo (formação e desenvolvimento de estruturas cognitivas).

Segundo Piaget, a criança não é um adulto em miniatura, o seu desenvolvimento mental progride através de estádios (fases) definidos, os quais têm uma sequência fixa, embora as idades que os balizam possam variar, conforme as oportunidades de aprendizagem.

Neste processo de adaptação do indivíduo ao meio há actividades que se inter-relacionam (sistema de implicações).



É assim que, por este sistema de implicações, a criança, através da acção sobre os objectos (o meio), vai formando e desenvolvendo noções de espaço, tempo e número, que lhe permite apreender o meio. Tal acção é sempre resultado da inserção do sujeito no meio, o qual determina a necessidade (procura do bem-estar biológico, interesse) de intervir no meio.

Para Piaget, a necessidade é sempre um desequilíbrio que obriga a uma equilibração que, por sua vez, corresponde a um ajustamento orgânico, desenvolve novas necessidades e novas adaptações, um processo progressivo de equilibrações.

As estruturas cognitivas possuem, no entanto, uma situação particular de equilibração: por um lado, a necessidade que leva à estruturação não se impõe desde o início, mas desenvolve-se ao longo da maturação da criança, fruto da intervenção de factores neuro-fisiológicos, motores e socioculturais; por outro, as relações entre assimilação e acomodação apresentam características diferentes das estruturas biológicas propriamente ditas.

Piaget considera que existem quatro factores que influem no desenvolvimento mental, a partir de uma estrutura nervosa hereditária, e o desenvolvimento da inteligência é influenciada por estes factores inter-relacionados:

- Maturação orgânica – particularmente do sistema nervoso.
- Experiência – como acção e movimento, que lhe permite organizar os objectos e o pensamento que os envolve.
- Interacção social – a criança sofre influência do meio sociocultural que a envolve. Essa influência manifesta-se logo na imitação, primeiro sintoma da sociabilização da criança. A criança antes de ser ela própria, é já os outros: a maneira de fazer e ver que outros têm.
- Equilibração – que permite reunir a maturação, a experiência e a sociabilização de modo a construir e reconstruir as estruturas mentais.

O nascimento e o crescimento apresentam-se, assim, como construção contínua até à adolescência, influenciados por factores referidos (a maturação, a experiência, a sociabilização e a equilibração). Essa construção contínua de estruturas cognitivas desenvolvem-se por períodos ou estádios. Piaget aponta quatro estádios do desenvolvimento cognitivo.

## 1.º estádio – Período sensório-motor

Este período vai desde o nascimento até aos dois anos, aproximadamente. A criança, começando apenas por possuir sensações internas (prazer, dor...) é capaz depois de acompanhar com o olhar um objecto que se desloca lentamente, no seu campo visual. Através do movimento, vai reconhecendo a autonomia dos objectos e reconhecer-se como diferente deles.

O pensamento infantil até aos dois anos de idade está subordinado ao registo sensorial e motor. Este registo é exclusivamente seu e não das experiências alheias. É através do fazer que a criança conhece.

## 2.º estádio – Período pré-operatório

Este período começa com o estágio simbólico e vai até cerca de 5 a 6 anos. Durante este período, a criança desenvolve a inteligência representativa. No início, a representação (imagem mental) está muito limitada ao tempo e ao espaço. Aos poucos vai desenvolvendo uma actividade mental essencialmente imaginativa, dando a tudo o que a rodeia um significado muito pessoal e de acordo com os seus desejos. Ainda permanece um estado de confusão entre o mundo objectivo e o subjectivo.

A comunicação é feita na base da imitação, o que constitui processo de sociabilização. A linguagem vai acelerar este processo, proporcionando à criança um melhor relacionamento com a família e a sociedade.

Manifesta interesse pela experiência exterior e vai enriquecendo o seu vocabulário.

## 3.º estádio – Período das operações concretas

Começa com o pensamento operacional, dos 5 aos 8 anos, e vai até às operações concretas, por volta dos 12 anos. Nesta fase, a criança mostra capacidade para poder realizar acções mentais interiorizadas. Não precisa de recorrer à manipulação de objectos, podendo invocá-los. Através da imagem junta, dissocia e classifica mentalmente. É a fase das operações mentais.

O raciocínio ultrapassa a situação actual, coordena o anterior e o presente, mas ainda se desenvolve em função da realidade visual e não em função da abstracção. Desenvolve-se também o sentido de cooperação no grupo. A consolidação das operações mentais leva à necessidade de organizar os conhecimentos que vai adquirindo de forma sistemática.

#### 4.º estágio – Período das operações formais

período que ocorre dos 11/12 anos até à adolescência – 15/16 anos de idade. O pensamento liberta-se dos domínios do real e do concreto, para abranger o universo do possível e abstracto. O raciocínio pode, agora, fazer deduções e induções sobre simples formulações verbais. É capaz de pensar sobre ideias abstractas e de efectuar operações sem estar limitada aos símbolos que representam coisas reais.

Por volta dos 15/16 anos, pode formular teorias sobre qualquer assunto e é influenciado pela linguagem formal. A linguagem reflecte-lhe significados sobre os quais há um acordo social. Os valores morais são, agora, discutidos e torna-se sensível aos ideais. E atinge a maneira adulta de pensar.

### Perspectiva fenomenológica do acto de conhecer:

#### A dicotomia sujeito-objecto no processo do conhecimento

A Fenomenologia do conhecimento não é uma descrição genética, mas sim «pura», isto é, uma descrição da realidade entanto que tal. A única coisa que a Fenomenologia aspira conhecer é o que significa ser «objecto» de conhecimento (a matéria ou o conteúdo a conhecer) e ser «sujeito» cognoscente (aquele que apreende o objecto) o que dá a entender que conhecer é captar um fenómeno ou aquilo que acontece quando um sujeito (chamado cognoscente) apreende um objecto (chamado «objecto do conhecimento»).

E, como referimos anteriormente, a Fenomenologia do conhecimento é a descrição pura e crítica da realidade ou do objecto feita pelo sujeito. Aliás, a pura descrição do conhecimento ou do conhecer põe em relevo a indispensável coexistência, e, de certo modo cooperação, do sujeito e do objecto, elementos que não são admitidos com o mesmo grau de necessidade por todas as filosofias, pois algumas insistem no primado do objecto (realismo em geral), outras no primado do sujeito (idealismo em geral), e as restantes na equiparação «neutra» do sujeito e do objecto.

Todavia, a Fenomenologia do conhecimento não reduz, nem tão pouco equipara, os elementos fundamentais do processo. Porém, reconhece a necessidade do sujeito e do objecto, sem precisar de saber em que consiste cada um deles, isto é, sem se pôr a averiguar a natureza de cada um deles ou qualquer suposta realidade anterior a eles ou resultante da sua fusão.

#### Fenomenologia do acto de conhecer

Em todo o conhecimento há dois elementos: um «cognoscente» e outro «conhecido», um sujeito e um objecto que se encontram face a face. A relação que existe entre os dois é de conhecimento. A oposição dos dois termos não pode ser suprimida, pois esta oposição significa que os dois termos são originariamente separados um do outro, transcendentemente, um relativamente ao outro.

Os dois termos da relação não podem ser separados sem deixarem de ser sujeito e objecto. O sujeito não é sujeito senão em relação a um objecto, e o objecto não é objecto senão em relação a um sujeito. Cada um deles apenas é o que é em relação ao outro, isto é, estão ligados um ao outro por uma relação estreita, condicionando-se reciprocamente. A sua relação é uma correlação.

A relação constitutiva do pensamento é dupla, mas não é reversível. O facto de desempenhar o papel de sujeito relativamente a um objecto é diferente do facto de desempenhar o papel do objecto relativamente a um sujeito. No interior da correlação sujeito e objecto não permutável, a sua função é essencialmente diferente.

A função do sujeito consiste em apreender o objecto; a do objecto em poder ser apreendido pelo sujeito e de forma efectiva.

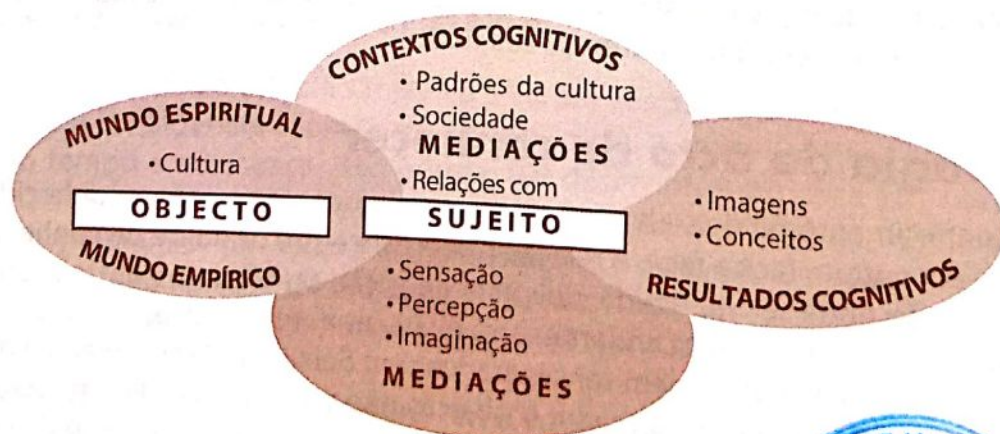
Considerado do lado do sujeito, esta apreensão pode ser descrita como uma saída do sujeito da sua própria esfera e como uma incursão na esfera do objecto, a qual é, para o sujeito, transcendente e heterogénea. O sujeito apreende as determinações do objecto e, ao apreendê-las, fá-las entrar na sua própria esfera.

O sujeito não pode captar as propriedades do objecto senão fora de si mesmo, pois a oposição do sujeito e do objecto não desaparece na união que é o acto de conhecimento: permanece indestrutível. A consciência dessa oposição é um aspecto essencial da consciência do objecto. O objecto, mesmo quando é apreendido, permanece para o sujeito algo de exterior; é sempre o *objectum*, quer dizer, o que está diante dele. O sujeito não pode captar o objecto sem sair de si (sem se transcender); mas não pode ter a consciência do que é apreendido sem entrar em si, sem se reencontrar na sua própria esfera. O conhecimento realiza-se, portanto, em três tempos: o sujeito **sai de si**, está **fora de si** e **regressa** finalmente a si.

O facto de o sujeito sair de si para apreender o objecto não muda nada nele. O objecto não se torna, por isso, imanente. As características do objecto, se bem que sejam apreendidas (como que introduzidas na esfera do sujeito) não são, contudo, deslocadas. Apreender o objecto não significa fazê-lo entrar no sujeito, mas sim reproduzir neste as determinações do objecto numa construção que terá um conteúdo idêntico ao do objecto. Esta construção operada no conhecimento é a «imagem» do objecto. O objecto não é modificado pelo sujeito, mas sim o sujeito pelo objecto. Apenas no sujeito alguma coisa se transforma pelo acto do conhecimento. No objecto, nada de novo foi criado; mas no sujeito nasce a consciência do objecto com o seu conteúdo, a imagem do objecto.

Esta construção operada no conhecimento é a «imagem» do objecto. O objecto não é modificado pelo sujeito, mas sim o sujeito pelo objecto. Apenas no sujeito alguma coisa se transforma pelo acto do conhecimento. No objecto nada de novo foi criado, mas no sujeito nasce a consciência do objecto com o seu conteúdo, a imagem do objecto.

A análise fenomenológica permite-nos constatar a existência de uma relação entre um sujeito e um objecto; mas não nos esclarece acerca das condições dentro das quais ocorre ou decorre esse acto (contextos cognitivos); não nos informa acerca dos mecanismos mediante os quais se realiza a apropriação cognitiva (processos cognitivos); menos esclarece acerca da natureza dos produtos em que se «materializa» o acto de conhecer (produtos cognitivos). Todavia, ao conjunto formado pelos contextos cognitivos e pelos processos cognitivos poderíamos chamar mediações cognitivas. Mas, antes de explicar e desenvolver a sua abordagem, eis um esquema ilustrativo:



O esquema ilustra a intersecção das quatro ovas em que inscrevemos os diversos elementos, reservando o centro para o lugar do sujeito, enquanto ponto de convergência de todas as mediações. Ora, um ser humano concreto, o sujeito, ao entrar em contacto com a realidade empírica, a Natureza ou com o mundo espiritual nunca se apresenta em estado puro, como nunca é puro o objecto cognoscível. Os actos cognitivos mediante os quais o sujeito procede à apreensão cognitiva do real estão já duplamente condicionados:

- a) Pelas mediações cognitivas: sejam elas os padrões de cultura ou os dispositivos linguísticos (linguagem em que se verte o conhecimento), sejam as relações sociais com os outros sujeitos cognoscentes.
- b) Pelos sentimentos, pelas expectativas e até pelas impossibilidades ou possibilidades dos órgãos sensoriais.
- c) Pelos processos cognitivos, que se foram desenvolvendo desde a infância à idade adulta, como sejam: o seu sistema perceptivo, a sua imaginação, a sua capacidade de abstracção e de conceptualização, a maior ou menor capacidade de juízo e de raciocínio, etc.

Portanto, da interpenetração e conjugação das mediações e dos processos cognitivos em interacção com a realidade empírica ou espiritual, resultam os produtos ou suportes da cognição: as imagens, os conceitos, os juízos, os discursos, etc.

Em suma, será que, numa perspectiva fenomenológica, o conhecimento é o resultado da apreensão dum objecto por um sujeito? A função do sujeito é de apreender o objecto, a do objecto é de ser apreendido pelo sujeito efectivamente.

## Problemas e correntes filosóficas da teoria do conhecimento

Como nasce o problema do conhecimento?

Da consciência ingénua à consciência crítica – a consciência ingénua olha para as coisas, acredita na sua existência, e nisso se resume o conhecimento para ela. «Está aqui a mesa», «estão além as árvores», «está lá em cima o céu com as estrelas», etc. Enquanto assim age, o pensamento apaga-se diante das coisas, esquecido de si próprio. Para a consciência ingénua, o conhecimento reduz-se ao mundo dos objectos.

No entanto, cedo ou tarde, o Homem realiza a experiência do erro. É a vara que na água parece quebrada, mas não está; é a abóbada celeste que parece pousar sobre os montes, mas não pousa. É, noutra nível de conhecimento, a Terra parecer imóvel, mas move-se. Neste momento, o Homem começa a dar-se conta de que no acto de conhecimento não entra apenas o objecto conhecido, mas também o sujeito que conhece. Quando o Homem compreende que ele próprio tem um papel na função do conhecimento, é levado a reflectir sobre que papel é esse. A consciência ingénua torna-se pensamento crítico.

É essa consciência de que o conhecimento depende não só do objecto, mas também do sujeito e que por depender dele é passível de ilusão e erro, que leva o Homem a interrogar-se sobre o que pode ou não conhecer, sobre o que vale ou não o que conhece.

A função do conhecimento aparece, assim, como fonte de interrogações e problemas. É para tentar responder àqueles e resolver estes, que a filosofia aborda a questão.



## A (im)possibilidade do conhecimento: Cepticismo e Dogmatismo

A questão que aqui se levanta é esta: é possível conhecer a verdade e possuir a certeza? Ou por outras palavras, que espécie de conhecimento é possível? Duas correntes debatem este problema: o Cepticismo e o Dogmatismo.

O **Cepticismo** é a doutrina segundo a qual o espírito humano não pode atingir a verdade com certeza absoluta. O espírito declara-se incapaz de afirmar ou negar o que for por falta de motivos sólidos para o fazer.

O céptico não nega que tenhamos certezas de ordem empírica, nega que encontremos motivos suficientes para elevá-las à categoria de certezas científicas. O céptico evita emitir juízos acerca de qualquer assunto e, por isso, suspende o seu assentimento.

O cepticismo aparece esboçado com os sofistas que, impressionados com as contradições dos filósofos anteriores (por exemplo, Parménides que negava o movimento e as transformações, Heráclito que considerava a realidade em contínuo fluir e que a permanência era uma ilusão) chegaram à conclusão pessimista de que a verdade absoluta é inacessível, embora aceitassem a informação dos sentidos.

Esta atitude céptica veio a concretizar-se no período helenístico com Pirro (séc. IV a.C.), que dizia que não devemos confiar nem nos sentidos nem na razão, é preciso duvidar de tudo e, por isso, suspender toda a adesão, não afirmando nem negando alguma coisa.

Ao lado do Cepticismo radical ou universal surgiu uma forma moderada; o chamado Probabilismo, cujos principais representantes foram Arcesilau (316-241 a.C.) e Carnéades (214-129 a.C.), que afirmam que embora nenhum dos nossos conhecimentos se possa apresentar com carácter de certeza e de verdade, existe, todavia, entre eles, a distinção dos graus de probabilidade, sendo, por isso, legítimo o estado de opinião. E isso basta para o Homem viver.

Na época moderna, o Cepticismo que mereceu maior atenção foi o Relativismo. Para este não existe verdade absoluta, porque não conhecemos a realidade em si própria, mas sim como ela é para nós e, portanto, todo o conhecimento é relativo; não só o sensível, mas também o intelectual, que dependem da nossa construção mental. O Homem **não** conhece a autêntica realidade.

O **Dogmatismo** é a doutrina segundo a qual o conhecimento certo é possível e afirma que a inteligência é capaz de atingir verdades certas. O Dogmatismo apresenta-se sob dois aspectos: o **Dogmatismo espontâneo** e o **Dogmatismo crítico**.

- O **Dogmatismo espontâneo** supõe que conhecemos os objectos tal como eles são, que há um perfeito acordo entre o conhecimento e a realidade. A primeira atitude do espírito humano que deposita plena confiança nos sentidos é, ainda hoje, a atitude do vulgo, que julga conhecer as coisas como elas são, numa atitude de crença e não entra reflexão ou crítica e, que ainda, não há qualquer problema quanto ao valor do conhecimento.
- O **Dogmatismo crítico** aparece com Sócrates (séculos V e IV a.C.) após o conflito entre Parménides e Heráclito que leva os sofistas a uma posição céptica acerca do valor do conhecimento.

Este Dogmatismo coloca o conhecimento intelectual acima do sensível, pois só este nos dá a conhecer as manifestações da realidade que mudam continuamente e aquele que atinge a sua natureza íntima ou essência que é imutável e, por isso, tem valor absoluto.

O Dogmatismo crítico admite que possuímos conhecimentos certos acerca da realidade, embora não a conheçamos total e perfeitamente. Além disso, exige que se faça um exame crítico de todas as certezas naturais, ainda mesmo das verdades-bases.



Fig. 4 Heráclito (c.540-470 a.C.)

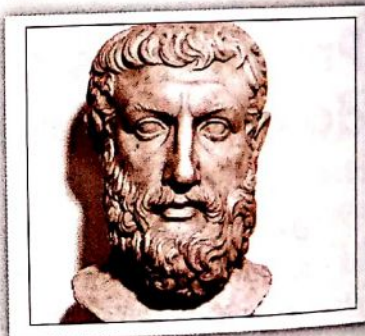


Fig. 5 Parménides (c. 530-460 a.C.)

Descartes recomendava a necessidade de todos os investigadores começarem pela dúvida. Esta orientação deve ser de todos os sábios nas suas investigações e deve ser também a do filósofo. Este, segundo a exigência do Dogmatismo crítico, deve utilizar a dúvida metódica real acerca das verdades que não são imediatamente evidentes; isto é, estas não devem ser admitidas sem que se tenham encontrado razões suficientes para isso.

## A origem do conhecimento: empirismo e racionalismo/intelectualismo e construtivismo

O problema parte do princípio de que o nosso conhecimento é construído por ideias, juízos e raciocínios, mas como os juízos e os raciocínios são obtidos a partir das ideias, o problema da origem do conhecimento consiste em determinar como se adquirem as ideias e os primeiros princípios que normalizam todo o conhecimento.

Para que o conhecimento seja considerado autêntico, é preciso que seja universal e necessário e, ao mesmo tempo, se aplique à realidade, que é singular e contingente. De onde deriva o conhecimento de modo a satisfazer essas condições?

Foi a dificuldade que dividiu os filósofos em duas correntes opostas: o Empirismo e o Racionalismo, que o Intelectualismo procura conciliar.

O **Empirismo** diz que o nosso conhecimento é *a posteriori*, ou seja, vem da experiência, assim como à experiência se reduz, não podendo elevar-se acima dos dados experimentais.

Esta doutrina é tipicamente inglesa. O Empirismo foi pela primeira vez exposto, em termos nítidos, pelo filósofo John Locke (1632-1708) no seu livro *Ensaio sobre o Entendimento Humano*.

Segundo Locke, antes do contacto com a experiência, o espírito é como uma **tábua rasa**, na qual nada está escrito. Nesta tábua rasa vão-se inscrevendo sucessivamente os dados da experiência.

Ainda segundo o nosso filósofo, são duas as fontes da experiência: a sensação (fonte de experiência externa) e a reflexão (fonte de experiência interna). Da sensação e da reflexão provêm as ideias. Estas podem ser **simples**, se o espírito se limita a recebê-las passivamente – da sensação (verde, vermelho...) ou da reflexão (dor, desejo...). São **complexas** quando resultam das simples por meio das operações do espírito (comparação, associação, análise...).

Outro grande representante do Empirismo, David Hume (1711-1776), que se baseava em Locke, dizia que todos os nossos conhecimentos se reduzem a impressões (ex.: a vista duma árvore) ou a ideias (ex.: a recordação duma árvore já vista) e pretende explicar, a partir destes conhecimentos simples, a formação de ideias complexas, por meio de leis ou princípios que são chamados «**ideias de associação**».

O **Racionalismo** é a doutrina que professa que todo o acto do conhecimento exige, anteriores à experiência, certos pressupostos racionais (ideias ou princípios inatos), mediante os quais o espírito estrutura e interpreta toda a experiência.

Para o Racionalismo, a experiência, embora necessária para o conhecimento, não é suficiente para explicar o conhecimento. Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência, pois os objectos impressionam os sentidos e despertam as nossas faculdades intelectuais do conhecimento, ligando ou separando estas representações, e trabalham a matéria bruta das impressões sensíveis para tirar um conhecimento dos objectos, daí que esse assunto merece e exige um exame aprofundado.

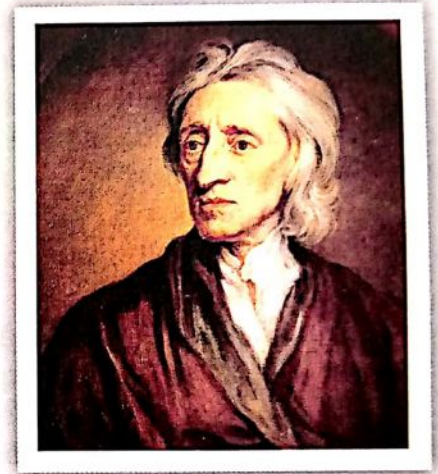


Fig. 6 John Locke (1632-1708)

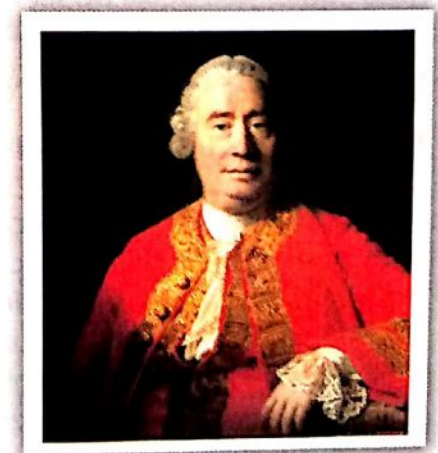


Fig. 7 David Hume (1711-1776)

No tempo moderno, os grandes representantes do Racionalismo gnosiológico foram: René Descartes e Gottfried Leibniz).

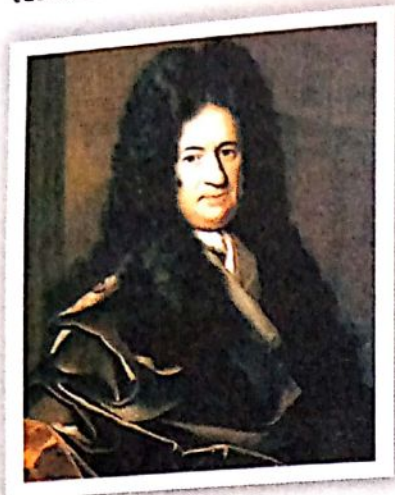


Fig. 8 Gottfried W. von Leibniz (1646-1716).

Descartes foi um racionalista enquanto admite o pressuposto gnosiológico das ideias inatas. Ele distinguia três tipos de ideias: **adventícias**, **fictícias** e **inatas**. As primeiras são tiradas dos sentidos, as segundas elaboradas pelo espírito com elementos dos primeiros e as inatas são aquelas que têm correspondência na ordem sensível, mas não têm aí a sua origem e devem, portanto, ser consideradas conaturais.

De todas, as mais importantes são as inatas. Enquanto as adventícias e as fictícias dependem de nós, dos sentidos, estando, sujeitas ao erro e incerteza; as inatas, ligadas à estrutura da inteligência, representam a certeza infalível, pela qual pode ser aferido o valor das outras.

A posição gnosiológica de Leibniz pode resumir-se na frase: «Nada está na inteligência que primeiro não tenha estado nos sentidos» que é a fórmula do Empirismo, e acrescenta: «a não ser a própria inteligência». A anterioridade de é como que primazia conferida à inteligência em relação aos sentidos, que define a gnosologia leibniziana como uma forma de racionalismo.

O carácter universal e necessário de certas ideias e certas verdades prova-nos que estas não podem resultar da experiência, que só nos pode proporcionar noções e verdades particulares. Para a explicação e fundamento das verdades necessárias, temos de admitir a existência, na mente humana, de ideias e princípios inatos; tais princípios são os de identidade e razão suficiente.

É preciso salientar que no inatismo de Leibniz, as ideias inatas não existem aqui perfeitamente conscientes no nosso espírito. Existem só como virtualidades ou disposições, que se vão progressivamente consciencializando no contacto com a experiência. Daí o inatismo virtual que caracteriza a gnosologia leibniziana.

Ele concebeu uma relação inteligência-experiência sob forma duma dinâmica de interacção, acentuando, assim, mais que qualquer anterior filósofo, o carácter activo do conhecimento.

O **Intelectualismo** é a doutrina que afirma que o conhecimento procede da experiência mas não se reduz a ela, porque a razão abstrai dos dados experimentais o carácter universal e necessário do conhecimento, através da elaboração de ideias. Assim, o conhecimento pode ser, ao mesmo tempo, universal e necessário e valer-se da realidade concreta. Por exemplo, o conceito de casa provém da experiência de uma casa concreta; porém, ultrapassa a experiência na medida em que é aplicável a realidades diferentes, mas que respondem pelo mesmo nome. A casa pode ser redonda, rectangular, coberta de capim, de duas águas, não deixa de ser casa. Portanto, o conceito é universal.

## Divergência entre o empirismo e o racionalismo quanto à origem do conhecimento

Os racionalistas (R. Descartes, B. Spinoza, G. Leibniz e outros) ensinam que: a única fonte de conhecimento verdadeiro é a razão, que é dotada das **ideias inatas**, de toda a realidade (consequentemente, a experiência, torna-se supérflua) e a filosofia consiste na análise das ideias inatas: esta análise é suficiente para a descoberta de todas as verdades. As novas verdades são expressas em juízos analíticos, puramente explicativos, que não acrescentam nada ao conteúdo do conhecimento, não o ampliam e nem lhe trazem qualquer aumento.

Os empiristas (J. Locke, F. Bacon, G. Berkeley, T. Hobbes e outros) ensinam que a única fonte de conhecimento é a experiência, não tendo



Fig. 9 Spinoza (1632-1677)

a razão nenhum valor inventivo; a ciência consiste na soma progressiva de experiências de dados sensíveis, a dados sensíveis ela procede por síntese, não por análise. Os conhecimentos adquiridos são expressos em juízos sintéticos, a posteriori, os quais «são extensivos e ampliam o conteúdo do conhecimento» (*Prolegómenos a toda Metafísica do futura*).

Em tais juízos, o predicado acrescenta alguma coisa não expressa pelo sujeito; mas a razão da atribuição do predicado ao sujeito é, unicamente, a experiência e não uma relação essencial que os uma necessariamente.

Segundo Kant, o motivo do imobilismo no qual se encontra a Filosofia é a concepção de racionalistas e empiristas a respeito da ciência e do conhecimento.

Kant observa que o Racionalismo e o Empirismo nunca voltaram a sua atenção para a existência de tais juízos; viram-se ambos na impossibilidade de preservar a ciência; por consequência, cada uma das correntes acentua um dos pólos, negligenciando a contra-parte.

O Empirismo justifica os conhecimentos *a posteriori* (provenientes da experiência, ou seja, os captados pelos órgãos de sentidos); o Racionalismo, por sua vez, justifica muito bem os conhecimentos *a priori*. O momento fraco, segundo Kant, das duas correntes está no facto de nenhuma delas se apresentar em condições de justificar convenientemente os juízos que simultaneamente contêm conhecimentos que vêm da experiência e os analíticos que não resultam directamente da experiência.



Fig. 10 Immanuel Kant (1724-1804)

## A superação da divergência através do criticismo kantiano

Segundo Kant, as duas correntes estão erradas nas suas concepções pelas razões e insuficiências já referidas, pois «**qualquer reflexão sem conteúdos é vazia**», isto contra a posição do racionalismo. Para demonstrar que apesar de esta corrente relegar a experiência para o segundo plano, ela é necessária para complementar a actividade da razão e contra o Empirismo; diz Kant: «**a observação sem conceitos é cega**». Com esta última máxima pretendia Kant demonstrar que a actividade prática é complementada pela formação de conceitos, os quais são forma de reflexão dos objectos na sua ausência.

Uma vez ultrapassadas as duas teorias, a Filosofia de Kant foi designada **Criticismo**.

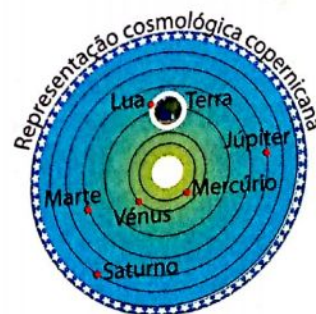
Segundo Kant, a razão deve submeter-se a si própria ao «tribunal da crítica»; analisando e criticando os seus poderes e limites, a razão descobre que, contendo em si as regras e as formas do conhecimento, ela nada pode conhecer se não usar estas regras e formas sobre os dados que lhe advêm do exterior (experiências sensíveis). O Criticismo, é assim, uma crítica à própria razão no sentido da determinação dos seus próprios limites e poderes.

A Filosofia de Kant não passa de um esforço crítico que, ao analisar as insuficiências das duas correntes, supera-as dando uma nova solução aos problemas gnosiológicos através do Criticismo.

## A revolução copernicana

A esta viragem, na teoria do conhecimento, Kant chamou uma Revolução Copernicana, em alusão a Copérnico, que estabeleceu a hipótese heliocêntrica, contradizendo a teoria clássica do geocentrismo.

Até então, tentara-se explicar o conhecimento supondo que o sujeito devia «buscar» o objecto. Dito de outro modo, o conhecimento consistia na apreensão do objecto pela iniciativa do sujeito cognoscente. Esta concepção revelou ter lacunas, conquanto que não explicava a existência de seres não cognoscíveis pela mente humana, o que levou Kant à ilação de que não é o sujeito



que se adapta aos objectos, no acto do conhecimento, mas o contrário. É esta a chamada Revolução Copernicana em Kant. No conhecimento, os objectos adaptam-se à natureza do intelecto humano. Assim, é fácil explicar a existência de seres incognoscíveis pelo Homem – não é possível conhecer os seres que não se adaptam à natureza do intelecto humano.

Deste modo, Kant considera que a sua teoria **desloca o centro clássico do conhecimento** – que era o objecto – para as estruturas perceptivas do sujeito.

## A natureza do conhecimento: Realismo e Idealismo

Em mútua e estreita relação com o problema da origem do conhecimento, surge-nos o da sua natureza: afinal, o que é que nós conhecemos? Ligadas à questão colocada, surgem outras duas:

Conhecemos os próprios objectos, isto é, uma realidade que existe em si mesma, fora de nós, embora possa ser representada no espírito? Ou, pelo contrário, essa representação não passa dum simples criação da nossa consciência a que não corresponde nada fora de nós mesmos?

O **Realismo** – doutrina que defende que o nosso conhecimento alcança a realidade objectiva e não apenas as suas representações subjectivas. Os objectos existem como uma realidade distinta do sujeito.

Entretanto, podemos distinguir duas formas de realismo:

**a) Realismo ingénuo** – que admite a existência das coisas tal como as percebemos.

**b) Realismo crítico** – que, partindo dos dados sensoriais, apreende as características essenciais dos objectos e corrige os possíveis erros de percepção.

Podemos apresentar como principais filósofos realistas Aristóteles (384-322 a.C.) e S. Tomas de Aquino (1225-1274), além de muitos outros.

O **Idealismo** é uma doutrina que não nega propriamente a existência do mundo exterior, mas afirma que o nosso conhecimento não atinge propriamente a realidade em si mesma, pois reduz o conhecimento a meras representações ou ideias dos objectos.

Enquanto o realismo separa e distingue perfeitamente o sujeito e o objecto, o idealismo apresenta-o, identificando o objecto com a sua representação; esta interpõe-se ao binómio de relação sujeito – objecto. Desta forma, o nosso conhecimento atinge, tão-somente, as representações subjectivas.

Apesar desta doutrina não ser totalmente nova, já encontramos vestígios dela em Platão e S. Agostinho. Contudo, só a partir de Descartes é que esta doutrina aparece com toda a sua crueza (Idealismo relativo). Partindo da sua dúvida metódica, *cogito ergo sum*, ou traduzindo «**penso, logo existo**», acaba por reduzir o Homem a puro espírito, pois, o «Eu» afirmado na intuição cartesiana não é concebido como corpo, mas espírito.

Assim, chamamos intuição ao *cogito* porque, não obstante a sua aparência, não é, de facto, um raciocínio. É que a existência não é deduzida do pensamento, mas apreendido imediatamente nele: ao mesmo tempo que me vejo a pensar, vejo-me a existir.

George Barkeley (1685-1753) contestando a visão cartesiana, ao distinguir as qualidades primárias das secundárias, defende um idealismo integral, que levanta um outro problema: qual é a causa das nossas representações?

Há duas hipóteses: ou o sujeito é cognoscente (solipsismo), da causa dos conhecimentos (ou representações), ou existe uma causa capaz de agir sobre o mesmo sujeito que conhece.

Examinando os diversos conhecimentos, podemos distinguir dois grupos: aqueles em que nos vemos activos (as imaginações) e aqueles em que nos sentimos passivos (as percepções).



Fig. 11 R. Descartes (1590-1650)

Dos primeiros nós somos a causa e dos segundos exclui-se a existência de qualquer substância material, restando apenas a hipótese da substância imaterial, que é a causa das nossas percepções (Deus). Por isso, o mundo é um discurso que Deus faz ao Homem.

Outro filósofo, Kant, por outro lado, pode ser considerado semi-idealista.

A sua doutrina encerra uma contradição fundamental entre a natureza fenoménica do conhecimento e a afirmação do *númeno* (a realidade tal como existe em si mesma, na obra de Kant) E, assim, dois caminhos se abrem:

- Ou negar a redução do conhecimento aos fenómenos.
- Ou negar o *númeno*, isto é, aceitar um novo conceito do conhecimento, a criação.

Deste modo, se para Kant o sujeito põe as formas, não a matéria, ele é um semi-idealista, onde a síntese *a priori* se transforma em síntese absoluta, criadora, em que tanto a forma como a matéria do conhecimento são postas pelo sujeito.

Daí que toda a realidade se reduz à **actividade criadora do sujeito cognoscente**, o EU (idealismo absoluto).

## O valor do conhecimento: Absolutismo e Realismo

O problema do valor do conhecimento está intimamente ligado também ao da origem e natureza do conhecimento, e a solução depende da atitude tomada nestas matérias.

O **Dogmatismo realista** (ou Absolutismo) afirma não só a objectividade do conhecimento como ainda lhe atribui valor absoluto.

O **Relativismo** atribui valor meramente relativo ao conhecimento, quer em função do sujeito cognoscente, quer em função do objecto conhecido. Esta última doutrina admite várias tonalidades:

- Relativismo sensorial dos sofistas** – segundo Protágoras (séc. V a.C.), «o Homem é a medida de todas as coisas», isto é, todo o conhecimento é relativo, ou seja, depende do sujeito cognoscente.
- Relativismo kantiano** – aqui encontramos uma dupla forma de realismo:
  - Sendo as percepções interpretadas mediante as formas *a priori* da sensibilidade do sujeito ou das categorias intelectuais, estamos perante um Relativismo subjectivo.
  - § Não sendo possível apreender mais do que os fenómenos, pois a realidade em si mesma escapa-nos inexoravelmente, daí resulta um Relativismo objectivo.
- Relativismo pragmático** – segundo William James (1842-1910), a verdade dum ideia só pode ser verificada pelo seu resultado prático, isto é, pela sua utilidade. Segundo esta doutrina, o Homem foi feito para a acção. Sendo assim, a verdade só pode ser definida em função dessa mesma acção. Tudo o que o ajuda a agir e produz realmente efeito, será verdadeiro para cada indivíduo. Daí que todas as nossas ideias tenham valor relativo.



Fig. 12 Protágoras (480-410 a.C.)

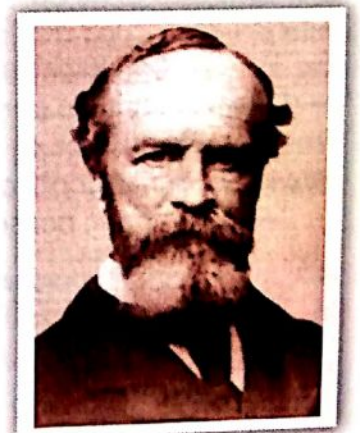


Fig. 13 William James (1842-1910)

# Níveis de conhecimento

A existência humana caracterizou-se sempre por um querer saber sobre a realidade que circunda o Homem. As principais respostas a tal inquietação foram no princípio mitológicas; depois seguiram-se as respostas dos filósofos chamados naturalistas; como terceira tentativa, apareceram os filósofos da Idade Média, que deram respostas teológicas; finalmente, apareceram os que, descontentes com as respostas teológicas, enveredaram os seus estudos exclusivamente pelo campo da razão, ou seja, o campo científico.

Qual é a diferença existente entre estas respostas? É o que veremos em seguida.

As respostas a tal inquietação foram sempre dadas de diferentes maneiras a diferentes níveis.

Em seguida, vamos analisar a compreensão de cada nível do conhecimento, começando pelo conhecimento do senso comum, passando para o científico e terminando com o nível de conhecimento filosófico.

## Senso comum

O senso comum, no sentido habitual desta expressão, é a faculdade do espírito, um instrumento de julgar; é, objectivamente, um conjunto de opiniões recebidas, uma maneira comum de sentir e agir e não implica qualquer ideia ou juízo teórico.

É um conjunto de ideias, costumes e maneiras de pensar que o Homem tem na sua vida prática e diária. É constante, comum e universal.

É a razão no seu estado bruto, sem ciência nem filosofia. É a razão mais simples, sem desenvolvimento ou aperfeiçoamento. Este é o primeiro nível de conhecimento.

São características deste nível de conhecimento:

- **Imediato e directo** – parte de uma apropriação imediata do real; por outras palavras, a realidade é tida ou tomada tal como ela se apresenta diante do sujeito.
- **Subjectivo** – baseado em interpretações objectivas do real a partir dos esquemas culturais do sujeito; isto é, a realidade é encarada de acordo com a experiência do sujeito.
- **Diverso e heterogéneo** – conhecimento não organizado, construído a partir da captação espontânea da multiplicidade do real.
- **Dogmático/não crítico** – baseia-se em esquemas fechados da interpretação da realidade e apresenta uma tendência para se cristalizar em sistemas de crenças.

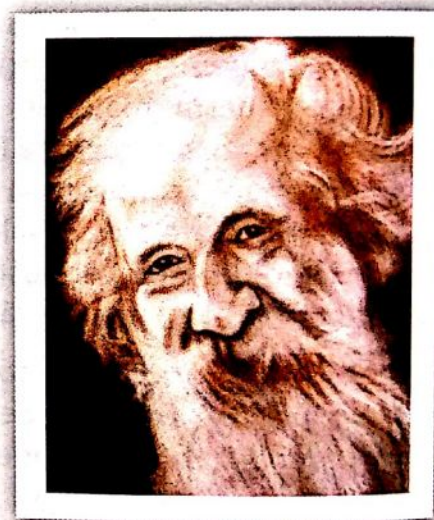


Fig. 14 Gaston Bachelard (1884-1962)

Para Gaston Bachelard (1884-1962), a opinião é um conhecimento subjectivo, não fidedigno. A ciência opõe-se à opinião porque esta não pensa, nunca tem razão; a opinião traduz necessidades em conhecimentos. Ela designa os objectos pela sua utilidade mas não os conhece. É necessário destruir a opinião para se chegar ao conhecimento, ao saber. É o primeiro obstáculo a ultrapassar.

Karl R. Popper, por seu lado, valorizou o conhecimento do senso comum nos seguintes termos:



### Documento

«... A ciência, a filosofia e o pensamento racional surgem do senso comum.

O senso comum, contudo, não é um ponto de partida seguro: o termo senso comum que aqui emprego é vago porque denota algo vago e mutante – os instintos e opiniões das gentes, muitas vezes adequados e verdadeiros, mas muitos outros inadequados ou falsos (...). Toda a ciência é tida como filosofia com senso comum ilustrado.

(...) A minha primeira tese é a de que partimos do senso comum, sendo a crítica o nosso grande instrumento de progresso...»

Karl R. Popper, *Conhecimento Objectivo*, Ed. Tecnos, Madrid (sd): 4.

## Conhecimento científico

O nível científico dá-nos um conhecimento da Natureza, mas já interpretado pelo cientista, construído e reproduzido no laboratório. É um conhecimento racional.

A ciência é um conhecimento objectivo, que estabelece entre os fenómenos relações universais e necessárias, autorizando a previsão de resultados que somos capazes de isolar pela observação da causa ou de dominar experimentalmente.

A ciência estuda fenómenos (factos definidos e classificados pelo Homem de ciência). A linguagem da ciência é a matemática, embora nem todo o real seja susceptível de ser medido; quanto mais complexa é a realidade, menos matematizável se apresenta.

Embora a quantificação dos fenómenos seja o ideal a atingir pela ciência, há limites de quantificação. Exemplos: Emoções e reacções instintivas não podem ser quantificáveis.

Sob quase todos os aspectos, podemos dizer que o conhecimento científico se opõe, ponto por ponto, às características do senso comum:

- É **objectivo**, isto é, procura as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas.
- É **quantitativo**, isto é, busca medidas, padrões, critérios de comparação e avaliação para coisas que parecem ser diferentes. Assim, por exemplo, as diferenças de cor são explicadas por diferenças de um mesmo padrão ou critério de medida, o comprimento das ondas luminosas; as diferenças de intensidade dos sons, pelo comprimento das ondas sonoras; as diferenças de tamanho, pelas diferenças de perspectiva e de ângulos de visão, etc.
- É **homogéneo**, isto é, busca as leis gerais de funcionamento dos fenómenos, que são as mesmas para factos que nos parecem diferentes. Por exemplo, a lei universal da gravitação demonstra que a queda de uma pedra e a flutuação de uma pluma obedecem à mesma lei de atracção e repulsão no interior do campo gravitacional; a «estrela da manhã» e a «estrela da tarde» são o mesmo planeta, Vénus, visto em posições diferentes em relação ao Sol, em decorrência do movimento da Terra; sonhar com água e com uma escada é ter o mesmo tipo de sonho, como seja, a realização dos desejos sexuais reprimidos, etc.
- É **generalizador**, pois reúne individualidades, percebidas como diferentes, sob as mesmas leis, os mesmos padrões ou critérios de medida, mostrando que possuem a mesma estrutura. Assim, por exemplo, a química mostra que a enorme variedade de corpos se reduz a um número limitado de corpos simples que se combinam de maneiras variadas, de modo que o número de elementos é infinitamente menor do que a variedade empírica dos compostos.
- Só estabelece relações causais depois de investigar a natureza ou estrutura do facto estudado e as suas relações com outros semelhantes ou diferentes. Assim, por exemplo, um corpo não cai **porque** é pesado, mas o peso de um corpo **depende** do campo gravitacional onde se encontra – é por isso que, nas naves espaciais, onde a gravidade é igual a zero, **todos** os corpos flutuam, independentemente do peso ou do tamanho; um corpo não tem uma certa cor **porque** é colorido, mas porque, **dependendo** de sua composição química e física, reflecte a luz de uma determinada maneira, etc.
- Surpreende-se com a regularidade, a constância, a frequência, a repetição e a diferença das coisas e procura mostrar que o maravilhoso, o extraordinário ou o «milagroso» são casos particulares do que é regular, normal, frequente. Um eclipse, um terramoto, um furacão, embora excepcionais, obedecem às leis da física. Procura, assim, apresentar **explicações racionais**, claras, simples e verdadeiras para os factos, opondo-se ao espectacular, ao mágico e ao fantástico.
- Distingue-se da magia. A magia admite uma participação ou simpatia secreta entre coisas diferentes, que agem umas sobre as outras por meio de qualidades ocultas e considera o psiquismo humano uma força capaz de ligar-se a psiquismos superiores (planetários, astrais, angélicos, demoníacos) para provocar efeitos inesperados nas coisas e nas pessoas. A atitude científica, ao contrário, opera um desencantamento ou desenfeitiçamento do mundo, mostrando que nele não agem forças

secretas, mas **causas e relações racionais** que podem ser conhecidas e que tais conhecimentos podem ser transmitidos a todos.

- Afirma que, pelo conhecimento, o Homem pode **libertar-se** do medo e das superstições, deixando de projectá-los no mundo e nos outros.
- Procura renovar-se e modificar-se continuamente, evitando a transformação das teorias em doutrinas, e destas em preconceitos sociais. O **facto científico** resulta de um trabalho paciente e lento de investigação e de pesquisa racional, aberto a mudanças, não sendo nem um mistério incompreensível nem uma doutrina geral sobre o mundo.

Os factos ou objectos científicos não são dados empíricos espontâneos da nossa experiência quotidiana, mas são construídos pelo trabalho da investigação científica. Este é um conjunto de actividades intelectuais, experimentais e técnicas, realizadas com base em métodos que permitem e garantem:

- **Separar** os elementos subjectivos e objectivos de um fenómeno.
- **Construir** o fenómeno como um objecto do conhecimento, controlável, verificável, interpretável e capaz de ser rectificado e corrigido por novas elaborações.
- **Demonstrar** e provar os resultados obtidos durante a investigação, graças ao rigor das relações definidas entre os factos estudados; a demonstração deve ser feita não só para verificar a validade dos resultados obtidos, mas também para **prever** racionalmente novos factos como efeitos dos já estudados.
- **Relacionar** com outros factos um facto isolado, integrando-o numa explicação racional unificada, pois somente essa integração transforma o fenómeno em objecto científico, isto é, em facto explicado por uma teoria.
- **Formular** uma teoria geral sobre o conjunto dos fenómenos observados e dos factos investigados, isto é, formular um conjunto sistemático de conceitos que expliquem e interpretem as causas e os efeitos, as relações de dependência, identidade e diferença entre todos os objectos que constituem o campo investigado.
- **Delimitar** ou definir os factos a investigar, separando-os de outros semelhantes ou diferentes; estabelecer os procedimentos metodológicos para observação, experimentação e verificação dos factos; construir instrumentos técnicos e condições de laboratório específicas para a pesquisa; elaborar um conjunto sistemático de conceitos que formem a teoria geral dos fenómenos estudados, que controlem e guiem o andamento da pesquisa, além de ampliá-la com novas investigações, e permitam a previsão de factos novos a partir dos já conhecidos: esses são os pré-requisitos para a constituição de uma ciência e as exigências da própria ciência.

## Conhecimento filosófico

O conhecimento filosófico tem por origem a capacidade de reflexão do Homem e é um instrumento exclusivo do raciocínio. Como a ciência não é suficiente para explicar o sentido geral do universo, o Homem tenta essa explicação através da Filosofia. Filosofando, ele ultrapassa os limites da Ciência – delimitado pela necessidade da comprovação concreta – para compreender ou interpretar a realidade na sua totalidade. Mediante a Filosofia estabelecemos uma concepção geral do mundo.

Tendo o Homem como tema permanente das suas considerações, o filosofar pressupõe a existência de um dado determinado sobre o qual reflectir, daí apoia-se nas ciências. No entanto, a sua aspiração ultrapassa o dado científico, já que a essência do conhecimento filosófico é a busca do «saber» e não a sua posse. Tratando de compreender a realidade dos problemas mais gerais do Homem e a sua presença no universo, a Filosofia interroga o próprio saber e transforma-o em problema. É, sobretudo, especulativa, no sentido de que as suas conclusões carecem de prova material da realidade.

Embora a concepção filosófica não ofereça soluções definitivas para numerosas questões formuladas pela mente, ela traduz em ideologia. E, como tal, influi directamente na vida concreta do ser humano, orientando a sua actividade prática e intelectual.

# Importância, limites e perigos do conhecimento científico

## Importância do conhecimento científico

À medida que as descobertas científicas avançam, a vida do Homem também muda de ritmo: muda a mentalidade, a maneira de ser, de conceber a realidade e de se relacionar com o mundo exterior. Tais sucessos científicos levaram alguns filósofos a ganhar maior confiança nas ciências físico-matemáticas, depreciando todo o tipo de saber que não é empírico.

Auguste Comte (1798-1857), inspirado pelo ambiente do século XVII, fez um estudo geral do evoluir da história. Com base nos seus estudos, ele sentiu-se autorizado a formular a chamada lei dos três estádios, segundo a qual, a humanidade, assim como o psiquismo humano, atravessa três estádios, a saber: o **teológico**, o **metafísico** e o **positivo**.

O estádio teológico corresponde à infância, o metafísico à juventude e o positivo à sua maturidade. No estádio positivo não se admite a justificação teológica, nem a filosófica da realidade, mas a científica. O científico está ligado ao empírico e ao prático.

Não nos admiraremos, então, se os estudos de realidades não empíricas forem negligenciados. O único conhecimento é o positivo. Este critério de cientificidade deita por terra todo o discurso relativo à religião e aos sentimentos que são constitutivos do Homem. A ciência, então, mostra-se como aquela que vem emancipar o Homem do obscurantismo, da tradição, da cultura, etc., tornando-o mais racional, procurando, cada vez mais, o seu bem-estar.

O avanço tecnológico proporcionado pela ciência mostrou-se, porém, nem sempre favorável ao Homem. A fé no progresso vacilou com a segunda Guerra Mundial. A derrocada do industrialismo tornou-se assustadoramente evidente na degradação do meio ambiente, no esgotamento dos recursos não renováveis e na deterioração da camada do ozono, entre outros aspectos.

A tecno-ciência é construtora e destruidora ao mesmo tempo. Enquanto, por exemplo, produz cimento para melhorar a habitação dos indivíduos, por um lado, destrói, por outro, a camada de ozono, através da emissão de gases que a indústria expelle no acto do fabrico do cimento, que é necessário para a sobrevivência dos mesmos. Como não é difícil de perceber, o Homem auto-destrói-se à medida que pensa estar a emancipar-se. Este ponto leva um autor contemporâneo como Francis Fukuyama a negar a ideia do progresso.

Um outro ponto em que o avanço da ciência tecnológica diminui refere-se à substituição da mão-de-obra humana pelas máquinas. Não há dúvidas de que o trabalho por elas feito é mais perfeito que o executado manualmente. Porém, as consequências disto são desastrosas. Um computador, por exemplo, leva ao desemprego milhares e milhares de indivíduos, desgraçando, assim, famílias inteiras.

Karl Popper (1902-1986), tem uma visão optimista da ciência. Segundo a sua opinião, a ciência, assim como a música e a pintura, pode ser incorrectamente utilizada. No entanto, acredita que só a ciência conseguirá libertar o Homem dos seus males.



Fig. 15 Auguste Comte (1798-1857)

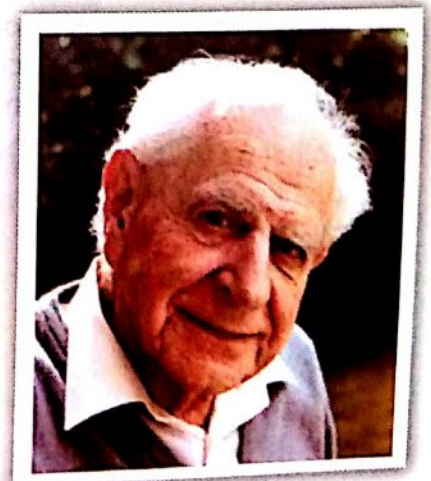


Fig. 16 Karl Popper (1909-1986)

# Limites e perigos do conhecimento científico

Desde a segunda metade do século XVII que a cultura ocidental assiste, fascinada, aos primeiros passos dados pela ciência e aos rápidos e francos progressos que esta realiza. São tão surpreendentes as suas realizações que o Homem se convenceu de que, finalmente, tinha nas suas mãos o instrumento necessário à sua transformação em «senhor do Universo». Doravante, a ciência permitir-lhe-á o domínio não só da Natureza como também do Homem.

Confiante no poder da ciência, acreditou que ela poderia desenvolver-se desligada de qualquer outro poder e que ela só poderia trazer benefícios para a humanidade. O bem-estar, a melhoria das condições de vida, a cura de todas as doenças, enfim, a felicidade seria a finalidade da ciência.

«Que tipo de relação é a do Homem com as máquinas que ele criou e com a produção ligada a estas máquinas? Se, por um lado, se pode entender como progresso a construção desta tecnologia, não será que esta é também um factor negativo, destruidor das relações humanas ou das relações entre a sociedade e a Natureza?»

Estas são as questões que podem ajudar-nos a reflectir sobre as consequências que a ciência provoca na humanidade. Com efeito, as limitações da ciência em responder aos problemas concretos do Homem fez com que a confiança outrora dada à ciência se questionasse. Retomando a classificação tripartida da história humana proposta pelo positivismo, observamos que o seu erro fundamental foi hipertrofiar o método das ciências experimentais, desvalorizando todo o tipo de saber diferente do proposto pelo seu método.

De facto, nos últimos decénios do século XIX e nos princípios do século XX estas tendências aventuraram-se, principalmente por dois motivos:

- a) O aprofundamento da pesquisa científica, que se tornava cada vez mais consciente dos próprios limites.
- b) A persistência de questões éticas e metafísicas, mesmo depois de o positivismo tentar sufocá-las como expressões da imaturidade do Homem, e a consciência de que somente uma visão espiritualista pode responder de forma adequada a tais questões.

Wilhelm Dilthey (1833-1911), um dos maiores representantes da nova corrente filosófica oposta ao positivismo, observava já que o método positivo das ciências experimentais satisfazia apenas as exigências do estudo dos fenómenos naturais, sendo absolutamente inadequado para o estudo e compreensão dos fenómenos culturais ou espirituais.



Fig. 17 Clonagem

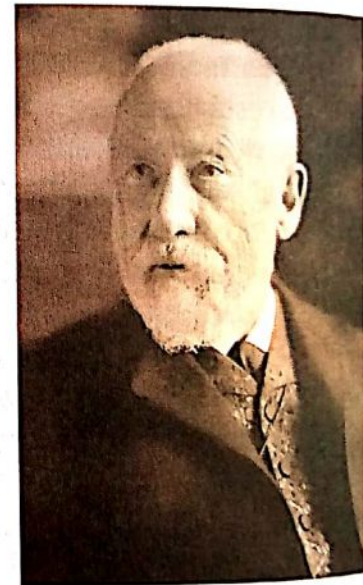
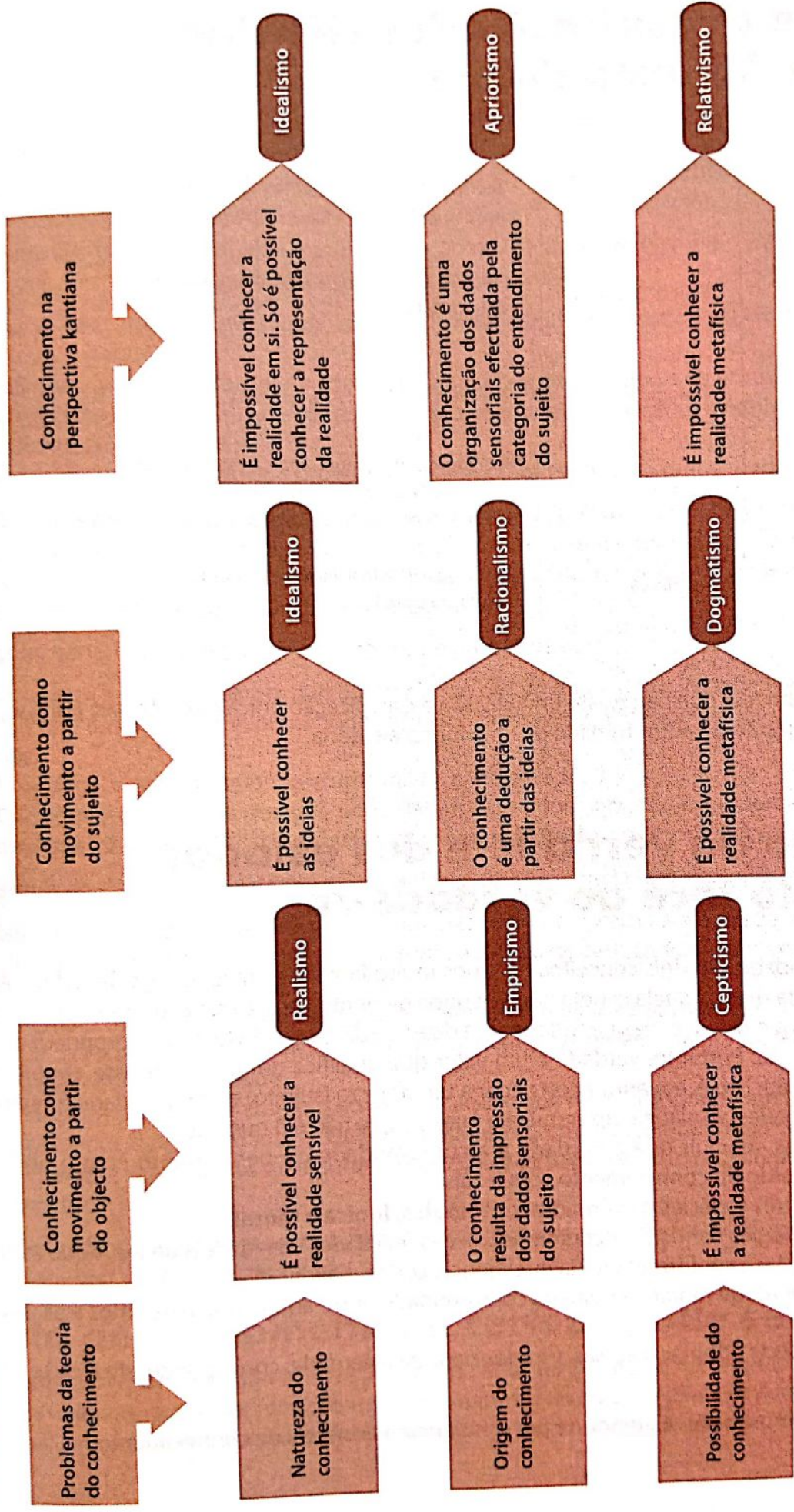
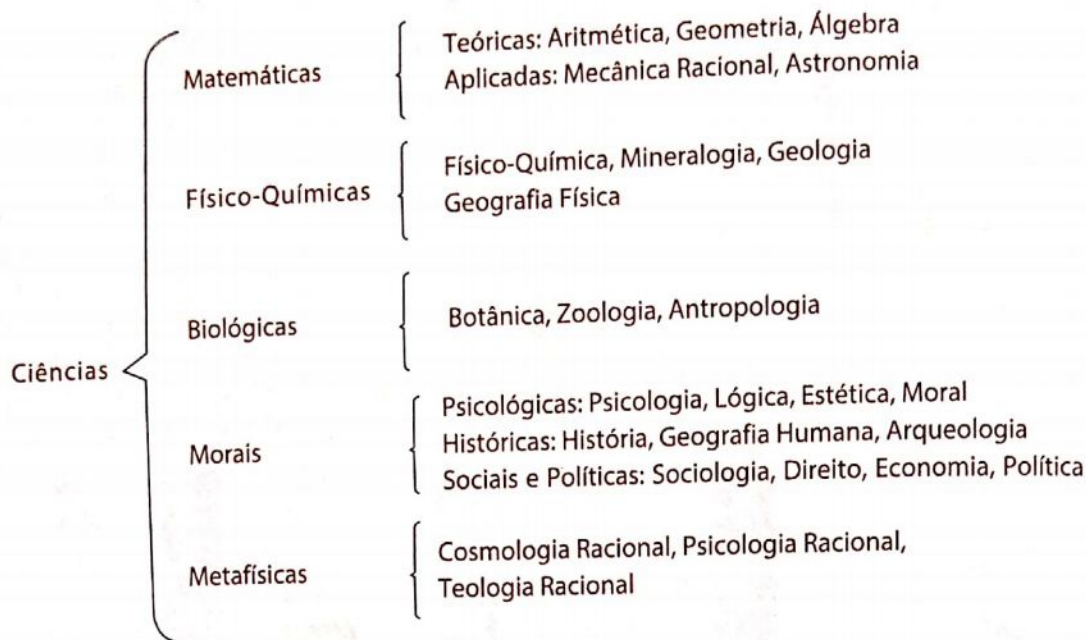


Fig. 18 Wilhelm Dilthey (1833-1911).

**RESUMO DA TEORIA DO CONHECIMENTO**



## Divisão e classificação das ciências segundo Augusto Comte



É preciso reconhecer que não existe uma divisão e classificação única das ciências; por isso, esta classificação é uma sugestão do autor tomada de uma forma aleatória.

## A questão da verdade e dos estados do espírito face ao verdadeiro

Verdade e falsidade são dois conceitos para nós muito familiares, mas difíceis de definir. A verdade não é uma coisa: esta mesa, aquela caneta não são rigorosamente verdades; no entanto, pensar que «esta caneta é preta» ou que «aquela mesa é redonda», é dizer verdades, se de facto tais propriedades competem à caneta e à mesa. Portanto, verdade é um valor que qualifica um juízo; consiste em julgar que os objectos são o que são, isto é, em afirmar ou negar a um objecto (sujeito) certa qualidade (predicado).

Segundo Aristóteles, verdade é dizer que é o que é, e que não é o que não é.

Daqui podemos concluir que a verdade é a conformidade do pensamento com o objecto ou, o mesmo é dizer, o acordo do conhecimento com a coisa.

Distinguem-se três espécies de verdades: **ontológica, lógica e moral.**

A verdade ontológica consiste na conformidade das realidades com a ideia de Deus que as concebeu.

A verdade lógica é a conformidade da inteligência com a realidade.

Finalmente, a verdade moral consiste na conformidade entre aquilo que pensamos e as nossas palavras ou acções.

A inteligência pode adoptar diversas atitudes perante a verdade, correspondendo a cada um **estado de espírito:**

a) **Estado de ignorância** – Entende-se por ignorância a ausência de conhecimento.

É costume distinguir entre ignorância propriamente dita (ou culpável) e nascência (inculpável), isto é, a carência da ciência não devida. Por exemplo, o aluno que não sabe a lição, de facto, é um ignorante nesciente nessa matéria (pois não tem obrigação estrita de conhecer tal assunto) mas não ignorante propriamente dito. A ignorância pode ainda ser:

- Vencível, no caso de ser possível dominá-la por meios próprios e normais.
- Invencível, no caso contrário.

b) **Estado de dúvida** – A dúvida é uma hesitação da mente entre o **sim** e o **não**, ou seja, o espírito hesita e não adere a nenhuma das partes. A dúvida pode ser:

- Espontânea, que consiste na não adesão da inteligência em caso de prévio exame dos motivos duma ou doutra parte.
- Reflexiva, que é a hesitação em aderir a qualquer das partes depois de examinar as razões.
- Sistemática (ou céptica), que consiste em não aderir definitivamente a nenhuma das partes com pretexto de que tudo é incerto.
- Metódica, que é uma dúvida provisória até completa verificação duma verdade tida como certa.

c) **Estado de opinião** – Como estado intermédio entre a dúvida e a certeza, a opinião caracteriza-se por uma adesão cautelosa do espírito a uma das partes, sem excluir a possibilidade de que pode enganar-se. Nessa adesão, embora cautelosa, a inteligência é inclinada para uma das partes por motivos que lhe parecem mais plausíveis e prováveis.

Assim, podemos distinguir várias espécies de probabilidade:

- Matemática, a que se baseia numa previsão de ordem quantitativa, representada por uma fracção (em que o numerador exprime todos os casos favoráveis e o denominador indica os casos possíveis).
- Estatística, a que toma por base uma média comprovada.
- Psicológica ou moral, a que não pode determinar, rigorosamente, o número de casos prováveis, devido à intervenção de vários factores (ex.: os prognósticos desportivos).

d) **Estado de certeza** – A certeza é a firme adesão da inteligência sem qualquer temor de errar.

Não devemos confundir certeza com verdade. Embora a certeza e a verdade possam e devem coincidir (e geralmente coincidem), contudo, o estado de certeza pode, por vezes, ser uma adesão involuntária ao erro.

O exemplo mais típico do que acabamos de referir é o de uma aposta entre duas pessoas: ambas têm a certeza do que afirmam, mas ambas podem estar no erro ou, na melhor das hipóteses, só uma delas estará na verdade.

Definiremos para este exemplo o **erro** como aquilo que não corresponde à realidade, embora subjectivamente pareça verdadeiro. Quando a adesão ao erro é involuntária ou comporta má-fé estamos perante casos típicos de mentira. As causas do erro podem ser: psicológicas (paixão) e morais (interesse).

Considerando a certeza como a manifestação completa da verdade (como deve ser e é geralmente) podemos distinguir várias espécies de certeza:

## Quanto ao fundamento, a certeza pode ser:

- **Metafísica** – quando se baseia na essência das coisas (ex.: o círculo não é quadrado).
- **Física** – quando toma por fundamento as leis naturais (ex.: o calor dilata os corpos).
- **Moral** – quando toma por base uma lei psicológica ou moral (ex.: os filhos amam os pais).

## Quanto à origem dos motivos conhecidos, a certeza pode ser:

- **Espontânea** – quando a adesão tem lugar por ausência de motivos de dúvida (ex.: tenho uma caneta na mão).
- **Científica** – quando a adesão obedece a motivos que impossibilitam a dúvida (ex.: o todo é maior que a parte).

## Epistemologia contemporânea e o problema da possibilidade ou não do conhecimento

As questões relativas à possibilidade e à validade do conhecimento, cruciais na Filosofia de todos os tempos, ganharam renovado interesse na sociedade moderna, voltada para o saber científico e tecnológico. Quanto maior a importância da ciência, maior é a necessidade de dotá-la de sólidos fundamentos teóricos e critérios de verdade.

Epistemologia, gnosiologia ou teoria do conhecimento é a parte da filosofia cujo objecto é o estudo reflexivo e crítico da origem, natureza, limites e validade do conhecimento humano. A reflexão epistemológica incide, pois, sobre duas áreas principais: a natureza ou essência do conhecimento e a questão das suas possibilidades ou do seu valor.

A epistemologia foi entendida tradicionalmente como teoria do conhecimento em geral. No século XX, no entanto, os filósofos interessaram-se principalmente na construção duma filosofia da ciência, na suposição de que, ao formular teorias adequadas ao conhecimento científico, poderiam avançar pela mesma via na solução de problemas gnosiológicos mais gerais.

A elaboração de uma epistemologia desse tipo constituiu a preocupação principal dos autores do Círculo de Viena, que foram o germe de todo o movimento do Empirismo ou Positivismo lógico. Esses pensadores tentaram construir um sistema unitário de saber e conhecimento, para o que se requeria a unificação da linguagem e da metodologia das diferentes ciências. A linguagem única deveria ser intersubjectiva – o que exige a utilização de convenções formais e de uma semântica comum e universal, ou seja, qualquer proposição deveria poder ser traduzida para ela.

Encontramo-nos no início do século XXI. Mais do que viver a realidade, o Homem constrói, recria a sua realidade a tal ponto que já é difícil delinear rigorosamente o mundo real da realidade virtual, a vida da vida artificial, **a inteligência da inteligência artificial**. Contudo, os conceitos que utilizamos para nos referirmos às novas realidades continuam a estar carregados de velhos modelos de compreensão e explicação da realidade.

É um facto que a ciência moderna, ao opôr-se ao senso comum e às verdades religiosas, se constitui como um conhecimento que se funda na tentativa de apropriação de um objecto tal qual ele é, sem que os sentimentos, os gostos, as crenças, os preconceitos pessoais, interfiram na sua elaboração. Caracterizar a ciência como um conhecimento objectivo supõe que o Homem postule a dicotomia entre o sujeito e o objecto e que o conhecimento científico do objecto corresponda a uma representação exacta e fidedigna desse mesmo objecto ou realidade.

O sujeito manter-se-ia imparcial, neutro, limitar-se-ia a deixar-se impregnar pelo objecto, tal como uma película fotográfica se deixa impregnar pela imagem de uma paisagem, coisa ou pessoa. Então, o conhecimento científico mais não seria do que uma reprodução, uma cópia da realidade.



## Texto 1

### A adaptação faz-se por assimilação e acomodação

«O desenvolvimento psíquico que se inicia com o nascimento e termina na idade adulta é comparável ao crescimento orgânico. Tal como este, consiste essencialmente numa marcha para o equilíbrio. O desenvolvimento é, portanto, em certo sentido, uma equilibração progressiva, uma passagem perpétua de um estado de menor equilíbrio a um estágio de equilíbrio superior. Cada um destes estádios é pois caracterizado pelo aparecimento de estruturas originais, cuja construção o distingue dos estádios anteriores» (Jean Piaget, *Seis Estudos de Psicologia*).

A essência destas construções, para Piaget, encontra-se no decorrer dos estádios ulteriores, como parte fundamental sobre as quais se vêm edificar os caracteres novos. Cada estágio constitui, assim, pelas estruturas que o definem, uma forma de equilibração particular e a evolução mental efectua-se no sentido de uma equilibração cada vez maior. Deste modo, o autor realiza um esforço para nos levar à compreensão do fenómeno «evolução» num processo contínuo de adaptação que ocorre através do processo de assimilação e acomodação às condições do meio.

Segundo Jean Piaget, toda a necessidade tende primeiro a incorporar as pessoas e as coisas na actividade própria do sujeito; portanto a assimilar o mundo exterior às estruturas já construídas e, segundo, a reajustar estas em função das transformações sofridas, portanto a acomodá-las aos objectos externos.

Nesta perspectiva (ainda de acordo com o autor), toda a vida mental, como a própria vida orgânica, tende a assimilar progressivamente todo o ambiente, o meio, e realiza esta incorporação graças às estruturas ou órgãos psíquicos cujo raio de acção é cada vez mais extenso: a percepção e os movimentos elementares facultam, primeiro, a posse dos objectos próximos e no seu estado momentâneo e depois a memória e a inteligência prática permitem, ao mesmo tempo, reconstruir o seu estado imediatamente anterior e antecipar as suas transformações futuras.

A inteligência lógica, sob forma de operações concretas e, finalmente, abstractas, termina esta evolução, tornando o sujeito senhor dos mais longínquos acontecimentos no espaço e no tempo. Neste ponto, Piaget estabelece uma ligação entre o processo do desenvolvimento psicossomático com o acto do conhecer a realidade objectiva à sua volta. Pode-se chamar adaptação ao equilíbrio destas assimilações e acomodações (...). O desenvolvimento mental surge, na sua organização progressiva, como uma adaptação cada vez mais precisa à realidade.

Adaptado de Jean Piaget; *Seis Estudos de Psicologia*.

### Questões para a reflexão

1. O que entende por adaptação?
2. Em que circunstâncias ocorre uma adaptação? Dê um exemplo.



### Análise fenomenológica do acto de conhecer

«Encontramos como primeiros elementos no conhecimento o sujeito pensante, o sujeito cognoscente e o objecto conhecido. Todo o conhecimento há-de ser de um sujeito sobre um objecto. É deste modo que a parilha sujeito cognoscente – objecto conhecido é essencial em qualquer conhecimento. Esta dualidade do objecto e do sujeito é uma separação completa, de maneira que o sujeito é sempre o sujeito e o objecto é sempre o objecto. Nunca se pode fundir o sujeito no objecto nem o objecto no sujeito. Se se fundissem, se deixassem de ser dois, não haveria conhecimento. O conhecimento é sempre, pois, essa dualidade de sujeito e objecto» (G. Morente/ J. Bengoecha, *Fundamentos da Filosofia*).

Para os dois autores, o acto de conhecer é um processo dialéctico que pressupõe a existência de dois elementos fundamentais que se posicionam um diante do outro. Esta dualidade estabelece-se como uma relação da correlação, uma relação dupla, de ida e volta, que consiste em o sujeito ser sujeito para objecto e o objecto ser objecto para sujeito.

Neste ponto, os dois autores concordam com Nicolai Hartmann em como o processo do conhecimento impõe uma dialéctica entre o sujeito e o objecto, numa relação da correlação em que nenhum pode existir de uma forma independente, como duas faces de uma moeda.

«Mas além disso esta correlação é irreversível. (...) Não há a possibilidade de o objecto se converter em sujeito ou o sujeito se converter em objecto» (*ibid*). Esta relação consiste em que o sujeito faça algo. Mas o que é que o sujeito faz?

O sujeito sai de si até ao objecto para apoderar-se dele, para captar. Esse apoderar-se de objecto não consiste, contudo, em tomar o objecto, agarrá-lo e metê-lo dentro do sujeito. Não. Isso acabaria com a correlação. O que o sujeito faz, ao sair de si mesmo para se tornar dono de objecto, é captar o objecto mediante um pensamento, como observam Morente e Bengoecha (N. Hartmann em *Fenomenologia do Acto de Conhecer*)

Por fim, não temos somente o sujeito e o objecto, mas agora também temos o pensamento. O pensamento é, pois, produzido por uma acção simultânea do objecto sobre o sujeito e do sujeito ao querer ir até ao objecto.

Adaptado de G. Morente e Juan Bengoechea, *Fundamentos de Filosofia*

### Questões para a reflexão

1. Na fenomenologia do acto de conhecer «não há a possibilidade de o objecto se converter em sujeito e o sujeito converter-se em objecto».
  - Como explica esta irreversibilidade? (Apoie-se no texto).
2. Com base no texto, explique como são produzidos os pensamentos.



1. A problemática da origem do conhecimento põe em discussão as principais correntes filosóficas da Idade Moderna:
  - A. Intelectualismo, Racionalismo, Inatismo e Dogmatismo.
  - B. Dogmatismo, Empirismo e Humanismo.
  - C. Racionalismo, Empirismo e Criticismo kantiano.
  - D. Empirismo, Racionalismo e Existencialismo.
2. No acto de conhecer, o sujeito sofre três momentos:
  - A. O sujeito vê, apreende a imagem e formula conceito sobre ela.
  - B. O sujeito sai de si, está fora de si e regressa finalmente para si.
  - C. O sujeito encontra-se ligado ao objecto, muda o objecto e elabora conceitos.
  - D. O sujeito sai de si, regressa para si e sai pela segunda vez.
3. A Revolução copernicana de Kant significa que:
  - A. A ciência é feita de juízos sintéticos, *a posteriori*.
  - B. O Racionalismo está mais certo que o Empirismo, por exaltar a razão.
  - C. O Empirismo está mais certo, pois a ciência moderna baseia-se na experiência.
  - D. O conhecimento é resultado da actividade do sujeito legislador.
4. No processo de conhecimento, segundo o Intelectualismo kantiano:
  - A. O sujeito toma o lugar do predicado e este daquele.
  - B. O sujeito é aquele que conhece e o objecto é aquele que se deixa conhecer.
  - C. O objecto transcende os seus limites em relação ao sujeito.
  - D. O sujeito e o objecto transformam-se mutuamente.
5. A principal característica da Filosofia moderna pode resumir-se no seguinte:
  - A. Profundo interesse pela Metafísica.
  - B. Polarização das doutrinas para o campo gnoseológico.
  - C. Primado da razão humana, desinteresse pela metafísica e pluralismo de doutrinas.
  - D. Subordinação da Filosofia em relação à Teologia.
6. A história mostra-nos que os problemas do conhecimento interessam mais ou menos a todos os filósofos, desde a Grécia Antiga, mas sem constituírem uma parte autónoma da Filosofia. Daí, a Gnosiologia, como disciplina autónoma, surge:
  - A. Com Platão, ao distinguir a opinião da ciência pura.
  - B. Com Kant no seu Criticismo, ao superar a divergência entre o Empirismo e o Racionalismo.
  - C. A partir da Idade Moderna, com Locke, ao ocupar-se da sua origem, natureza e valor.
  - D. No século XIX, quando ele se torna o centro de toda a filosofia.
7. A teoria do conhecimento abrange vários problemas e certas correntes tentaram dar uma resposta aos mesmos, pelo que:
  - A. Para o problema da possibilidade sem o Relativismo e o Dogmatismo.
  - B. Para o problema da natureza e essência sem o Realismo e o Idealismo.
  - C. Para o problema da origem sem o Empirismo, o Racionalismo e o Cepticismo.
  - D. Para o problema do valor e limites sem o Realismo e o Idealismo.
8. O Cepticismo é a doutrina segundo a qual o espírito humano não pode atingir a verdade com certeza absoluta: ao longo da história distinguiram-se vários tipos de Cepticismo:
  - A. O de Pirro, que diz que é preciso duvidar de tudo, não confiar nos sentidos, nem nos resultados, nem na razão.
  - B. O probabilismo, que duvida da capacidade da razão humana quanto ao conhecimento, mas confia na fé.
  - C. O moderado, que admite apenas a opinião.
  - D. O cartesiano, que duvida do testemunho dos sentidos e das próprias verdades matemáticas.

CONTEÚDOS

- **Conceito e objecto da Lógica.**
- **A linguagem como fundamento da condição humana**
  - Linguagem e comunicação
  - Linguagem, pensamento e discurso (uma relação trídica)
  - As dimensões dos discursos humanos: (i) fundamentais (Sintáctica, Semântica e Pragmática); (ii) Acessórias (linguística, textual lógico-racional, expressiva/ subjectiva intersubjectiva/ comunicacional, argumentativa, apofântica, comunitária e institucional, ética)
- **Os novos domínios da Lógica e suas implicações sobre o homem e a sociedade (Informática, Cibernética e Inteligência Artificial).**
- **Os Princípios da Razão: Identidade, Não-contradição, Terceiro Excluído e Razão Suficiente.**
- **Lógica do Conceito/Termo: O conceito e o termo; a relação entre a extensão e a compreensão do conceito; Classificação dos conceitos e dos termos. A definição: tipos e regras.**

## Introdução à Lógica

### Conceito e objecto da Lógica

A Lógica é, usualmente, tida como a disciplina filosófica, ou ciência, que tem por objecto o pensar. De um modo mais sistemático, a Lógica é tida como a ciência que se ocupa do estudo das leis gerais do pensamento.

Etimologicamente, Lógica é a ciência do *logos*, que significa ao mesmo tempo «palavra, proposição, oração e pensamento». Gilbert Hottois, um pensador contemporâneo, considera a lógica como estudo da razão na linguagem ou estudo do discurso racional.



Fig. 1 Aristóteles (384-322 a.C.)

### A linguagem como fundamento da condição humana

Desde o momento em que nascemos, entramos logo em comunicação com os outros e com o mundo que nos rodeia. O primeiro choro à saída do ventre da mãe é, talvez, a expressão primária dessa necessidade de comunicação, traduzida na única linguagem possível naquele momento.

A linguagem humana, na sua forma comum que é a palavra, ocupa um lugar de relevo entre os instrumentos culturais humanos. Utilizando uma terminologia hoje muito em voga, diríamos: «os homens e as mulheres estão programados para falar e aprender línguas, uma vez que a linguagem responde a uma necessidade fundamental da espécie humana: a necessidade de comunicação».

Enquanto certas necessidades, que são mais do âmbito biológico, como comer, dormir e respirar, se manifestam naturalmente, como sabemos, a linguagem, que se insere no âmbito cultural, tem de ser aprendida sob a forma da língua própria da comunidade onde nascemos ou crescemos, manifestando-se nos actos de fala próprios dessa comunidade.

Podemos dizer que a aptidão para a linguagem e, conseqüentemente, para a manifestação da fala está inscrita no código genético. Mas é preciso salientar que a aprendizagem da língua é social e cultural: por exemplo, uma criança de pais macuas que é retirada nos primeiros meses para um ambiente changana, adquirindo aqui a sua educação, obviamente terá maior propensão para adquirir a cultura changana.

Como afirmámos anteriormente, a linguagem é o fundamento da nossa humanidade, ela tem um estatuto antropológico, uma vez que é ela que assegura a constituição do ser humano no seu processo antropológico e cultural.

### Linguagem e comunicação



Fig. 2 Monitor de computador em funcionamento

No nosso tempo, a comunicação aparece como um fenómeno complexo, uma vez que o termo designa objectos e situações diversas.

Assim, falamos de comunicação pensando nos meios técnicos (rádio, TV, telefone, fax, Internet...); falamos de comunicação pensando nos dispositivos que a propícia (informação, formação, publicidade, etc.); e falamos obviamente de comunicação para nos referirmos a qualquer situação de interacção entre os seres humanos, evocando imediatamente a simples conversação, o diálogo, a discussão, o debate, e os enunciados discursivos nas diversas situações diárias.

Têm sido propostos os vários modelos explicativos do fenómeno da comunicação humana. Na sua forma mais simples, podemos dizer

que a comunicação é o resultado de três elementos fundamentais: uma fonte (o ser humano, um animal ou uma máquina) que emite uma mensagem (uma frase, um gesto, um filme, etc.) em direcção a um alvo (um interlocutor, um espectador, ou outro).

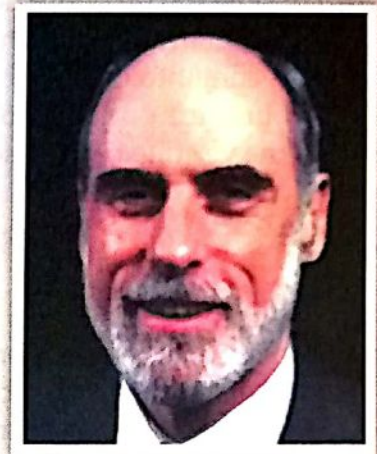
Alguns modelos de comunicação conheceram uma enorme divulgação. Como por exemplo, o caso dos modelos de C. Shannon (engenheiro de telecomunicação) e de W. Weaver (filósofo da comunicação), datados de 1949, e o de H. Lasswell (especialista em ciências políticas), datado de 1948.



## Documento

### A formação da comunidade

A Internet representa tanto uma colecção de comunidades como uma colecção de tecnologias, e o seu sucesso é largamente atribuído à satisfação das necessidades básicas da comunidade e à utilização efectiva da comunidade na expansão da sua infra-estrutura. O espírito da comunidade tem uma longa história, começando com a ARPANET. Os pesquisadores da antiga ARPANET trabalharam numa comunidade fechada para conseguirem fazer as demonstrações iniciais da tecnologia de transferência de «pacotes» descrita anteriormente. Da mesma forma, vários outros programas de pesquisa da ciência da computação promovidos pela DARPA (Packet Satellite, Packet Radio e outros) foram fruto de actividades de cooperação que usavam sobretudo qualquer mecanismo disponível para coordenar os seus esforços, começando com o correio electrónico e acrescentando a partilha de arquivos, acesso remoto e WWW (World Wide Web).



Vint Cerf, um dos grandes criadores e «pai» da Internet.

### O futuro da Internet

O correio electrónico ou *e-mail* foi a primeira aplicação da Internet e continua com um valor inestimável. O *e-mail* permite a comunicação entre duas ou mais pessoas de uma forma extremamente fácil. Pelo *e-mail*, podemos contactar com especialistas ou amigos em qualquer parte do mundo apenas com um clique do «rato».

A Web (ambiente multimédia da Internet) é outra grande aplicação. Ela mudou a forma de fazer o *marketing*, a forma de atender aos clientes, a forma de fazer negócios, a forma de educar, a forma de aprender. A evolução da Internet possibilita a telefonia, a televisão e o cinema pela Internet. Surgiu uma nova geração de tecnologias básicas de rede para atender às necessidades de acesso de alta velocidade: atendimento *online* com visualização *online*, vídeo de alta qualidade, tradução de conteúdos para outros idiomas, prontuário electrónico de pacientes com acesso descentralizado pela Internet, ênfase na educação à distância a nível de ensino de cargos ou tutoriais de classes, pesquisas e eleições interactivas, são exemplos de serviços que encontramos na Internet.

Barry M. Leiner, Vinton G. Cerf, David D. Clark, Robert E. Kahn, Leonard Kleinrock, Daniel C. Lynch, Jon Postel, Larry G. Roberts e Stephen Wolff.



De acordo com a Internet World Stats, 1,73 bilhões de pessoas tinham acesso à internet em Setembro de 2009, o que representa 25,6% da população mundial.



## Linguagem, pensamento e discurso

Quando a Filosofia usa o termo «discurso», considera-o uma operação intelectual que se processa por uma série de operações elementares e sucessivas, encadeando-se numa sequência ordenada de enunciados em que cada um retira o seu valor dos antecedentes, procurando chegar a determinadas conclusões.

Existe uma estreita relação com a Lógica, normalmente considerada a ciência reflexiva do discurso. Por isso, os gregos usam o termo *logos*, que foi indiscretamente traduzido por, «*discurso, razão*» e ainda «*linguagem*».

A maioria dos linguistas parece concordar que o discurso é, em primeiro lugar, um acontecimento de linguagem, uma actualização da língua na palavra, materializada no acto da fala e num acto de comunicação linguística. Dubois (1973) defende que o termo «discurso» designa todo o enunciado superior à frase, considerado do ponto de vista das regras de encadeamento das sequências de frases.

A perspectiva que aqui nos interessa considerar é a da Filosofia. Segundo ela, só há discurso quando há um conjunto de enunciados articulados entre si de uma forma coerente e lógica. Esta dimensão lógico-linguística do discurso é, por isso, fundamental. Existem outras dimensões que gostaríamos de referir, uma vez que o discurso humano é pluridimensional.

## As dimensões do discurso humano

Defender que o discurso humano é pluridimensional é aceitar que existem diversas dimensões que o constituem. Como se pode concluir, umas podem ser consideradas mais importantes que as outras, como é o caso das dimensões sintáctica, semântica e pragmática, a que daremos maior desenvolvimento.

Existem, no entanto, outras dimensões que não devemos ignorar e que abordaremos primeiramente. A importância desses discursos parece-nos facilmente compreensível, assim como será fácil estabelecer entre elas as respectivas relações e implicações. Dentre elas podemos destacar as seguintes dimensões: linguística, textual, lógico-racional, expressiva ou subjectiva, intersubjectiva ou comunicacional, argumentativa, apofântica ou representativa, comunitária, institucional e ética.

## Dimensões sintáctica, semântica e pragmática

Dada a importância destas três dimensões e por razões metodológicas, daremos grande desenvolvimento a cada uma. Iremos concluir que não estamos perante dimensões auto-suficientes e independentes, mas sim perante dimensões indissociáveis.

A importância destas dimensões foi particularmente destacada pelo filósofo contemporâneo Charles Morris (nascido em 1901, nos EUA). Este autor procurou estabelecer uma teoria geral dos sinais, ou *semiótica* e, segundo ele, são três os níveis de análise dos processos de comunicação: **sintáctico**, **semântico** e **pragmático**.

## Dimensão sintáctica

Etimologicamente, a palavra «sintaxe» deriva do grego *syn* + *taxis*, «co-ordem, coordenação». Tradicionalmente, define-se a sintaxe como a parte da gramática que trata das regras combinatórias entre os diversos elementos da frase.

Recorrendo a uma definição mais abreviada, podemos dizer que a sintaxe trata da relação intralinguística dos signos entre si (Karl-Otto Apel *Sprachpragmatik und Philosophie*, Frankfurt, 1975) ou estuda as relações internas que os signos mantêm entre si (Michel Meyer *Lógica, Linguagem e Argumentação: Teorema*; Lisboa; 1992).

Usando uma definição mais elaborada, podemos dizer que «é o conjunto dos meios que nos permitem organizar os enunciados, afectar a cada palavra uma função e marcar as relações que se estabelecem entre as palavras. A ordem das palavras é um dos traços característicos de qualquer sintaxe.» (Marina Yaguello; *Alice no País da Linguagem*; Estampa; Lisboa; 1990)

Assim, por razões de carácter sintáctico:

- Uma série de letras ao acaso não é uma palavra.
- Uma série de palavras postas ao acaso não é uma frase.
- Uma série de frases dispostas ao acaso não é um texto nem um discurso.



## Documento

«Sabe não só as palavras individuais, mas também o modo como as pode combinar em sequências para formar frases. Dadas as palavras de uma língua, certas sequências e combinações das palavras constituirão frases bem formadas (gramaticais) dessa língua e outras não. A capacidade para distinguir frases gramaticais de frases agramaticais é parte do conhecimento de um falante dessa língua.»

J. Aissen e J. Hankmer: «Gramática» in *Enciclopédia Einaudi*, 2, Lisboa, 1984.

## Dimensão semântica

O termo semântico encontra a sua raiz no grego *semantiké* (*tékhnē*), que literalmente significa «a arte da significação», ou «arte (ciência) do significado».

Michel Bréal define a semântica como ciência que se dedica ao estudo das significações. Para Michel Meyer, a semântica trata da relação dos signos com o seu significado e, logo, com o mundo.

Portanto, a semântica trata das relações dos signos (as palavras ou frases) com os seus significados (significação) e destes com as realidades a que dizem respeito (referência).

No que se refere ao domínio da **semântica linguística** podemos considerar:

- Uma semântica lexical** – que estuda as regras de organização da significação das palavras entre si (as relações de sinonímia, de antinomia, os campos lexicais, a evolução das palavras).
- Uma semântica da frase** – que estuda essencialmente o modo como as palavras se combinam para que a frase tenha sentido (uma palavra pode ter vários sentidos ou vários significados, que só descodificaremos se considerarmos o contexto).



Fig. 3 Michel Bréal (1832-1915)

c) **Uma semântica do discurso** (frase ou enunciados) – que constitui e dá coerência a um texto. (Perante um texto que não tenha um sentido unitário, que não respeite as regras de articulação, dificilmente alguém conseguirá captar o seu sentido global.)

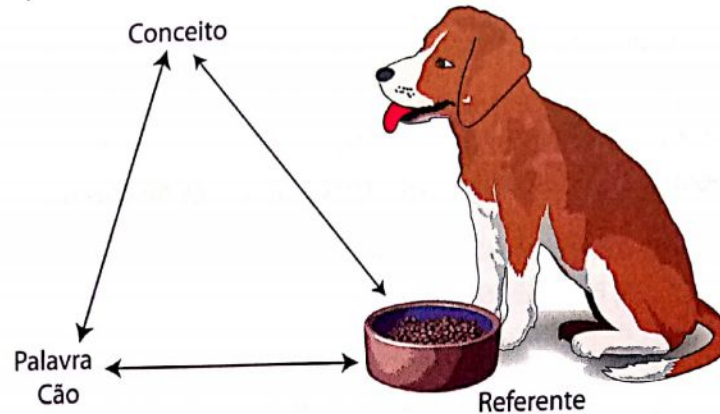


Fig. 4 Elementos da semântica

## Dimensão pragmática

A palavra «pragmática» encontra no grego *pragmatiké* (de *pragma*, «acção») a sua raiz.

Entre os precursores da pragmática encontramos, entre outros, o filósofo e crítico literário alemão Von Humboldt (1767-1835) que afirmou que a essência da linguagem era a acção. Michel Meyer define-a como a disciplina que se prende com os signos na sua relação com os utilizadores.

Pode-se considerar fundador da disciplina Charles Morris, que definiu a pragmática como complemento da sintaxe e da semântica. Na comunicação, segundo ele, há um **signo**, um **significado** e um **intérprete**, desenrolando-se entre eles uma tríplice relação. A pragmática é o estudo do uso das proposições. Mas também pode definir-se como estudo da linguagem, procurando ter em conta a adaptação das expressões simbólicas aos contextos referencial, situacional, de acção e interpessoal. A atitude pragmática diz respeito à procura de sentido nos sistemas de signos, tratando-os na sua relação com os utilizadores, considerando sempre o contexto, os costumes e as regras sociais.

Uma análise pragmática de um texto, escrito ou falado, procura ver de que modo o texto está estruturado e quais as suas funções específicas.

Qualquer texto, oral ou escrito, representa fundamentalmente a realização de um acto que não é apenas locutório, mas representa, igualmente, um acto ilocutório e um acto perlocutório. Se considerarmos o que dissemos anteriormente, facilmente concluiremos que, do ponto de vista pragmático, interessa sobretudo considerar os aspectos **ilocutório** e **perlocutório**.

Quando um sujeito falante diz algo, podemos distinguir facilmente:

- O que diz (acto locutório).
- E o que faz, dizendo (acto ilocutório).
- Os efeitos resultantes da acção de dizer (acto perlocutório).

Estas três dimensões do discurso (sintáctica, semântica e pragmática) não podem ser isoladas; são indissociáveis. Vamos procurar algumas razões justificativas desta indissociabilidade.

- A sintaxe preocupa-se, essencialmente, com o que se poderia designar por a forma gramatical da linguagem.
- A semântica coloca, essencialmente, o problema do significado das palavras e frases que constituem os nossos enunciados discursivos e, obviamente, remete para a relação que a linguagem estabelece com o mundo, com os objectos, colocando, assim, o problema de referência.
- A pragmática preocupa-se com o uso que fazemos da linguagem num dado contexto.
- (Sintáctica, semântica e pragmática).
- Acessórias (linguística, textual lógico racional, expressiva/subjectiva, intersubjectiva/comunicacional, argumentativa, profânica, comunitária e institucional, ética).

## Os novos domínios da Lógica e as suas implicações

Pela necessidade de articular a Filosofia com a experiência real dos leitores, vamos neste capítulo mostrar que a Lógica não é uma disciplina meramente teórica ou formal. Ela conhece hoje um campo prático de aplicação que inclui novas ciências e tecnologias como a Cibernética, a Informática e a Inteligência Artificial.

A analogia estabelecida entre o comportamento humano e o comportamento das máquinas é antiga. Ao longo da história, encontramos algumas tentativas de transpor para as máquinas os automatismos do comportamento humano.

Por razões óbvias, não pretendemos apresentar, aqui e agora, a história desta analogia entre o comportamento humano e o comportamento das máquinas. O que vamos oferecer deve ser visto apenas como ponto de partida para a investigação-reflexão, uma vez que estes novos domínios da aplicação da Lógica colocam problemas de natureza filosófica. E são esses, sobretudo, nos quais aqui urge pensar.

Contudo, sabe-se que o despertar da Lógica e sua renovação como actividade de matemáticos e não exactamente de filósofos, isto é, a Lógica restaurada com base em interesse dos matemáticos e da descontinuidade da tradição filosófica da ordem metafísica.

A ideia era de que não se devia continuar a ligar a Lógica à Metafísica, mas sim, às matemáticas. Neste sentido, a Lógica é comparada à Geometria que assenta em verdades axiomáticas, cujos teoremas são construídos com base em teoria geral do simbolismo que constitui o fundamento daquilo que é reconhecido como análise.

A matematização da Lógica levou a que esta fosse concebida por analogia com a Álgebra, e a Lógica contemporânea foi vista como Cálculo, tal como acontece com Álgebra. Neste caso, a Lógica e a Álgebra funcionam na base de leis do pensamento humano.

George Boole (1815-1864) abre uma nova perspectiva da Lógica ao elaborar a teoria da dedução lógica para as investigações lógicas, que se traduziram num campo de novos domínios da aplicação da lógica, como a seguir vamos analisar.

### Cibernética

A palavra «cibernética» tem a sua origem no grego *kibernétes*. Platão usou o termo e com ele pretendia designar «a arte de pilotar navios». É nesta raiz grega que se filia também a palavra latina *gubernare*, que origina o termo «governo». Tal como o piloto dirige o navio, assim o governo é o timoneiro que dirige o Estado.

A teoria da cibernética remonta a 1948 e deve a sua origem ao matemático norte-americano Norbert Wiener (1895-1964). Podemos defini-la genericamente como a ciência da comunicação e do controlo de homens e máquinas. É no seio deste movimento de ideias que vimos surgir o primeiro computador da nossa era e será igualmente fruto do seu trabalho que se desenvolve a posterior robotização.



Fig. 5 Norbert Wiener (1895-1964)

### Informática

O termo «informática» foi criado em 1962 por Philippe Dreyfus. Contudo, foi introduzido oficialmente na Academia Francesa de Ciências em 1966. A informática foi então definida como «ciência do tratamento racional, nomeadamente por máquinas automáticas, da informação considerada como suporte dos conhecimentos e das comunicações nos domínios técnico, económico e social.»

Apesar de o termo ter surgido nesta altura, os estudiosos destas temáticas dizem-nos que a informática começou a ser um domínio autónomo por volta dos anos 50. São, entre outros, marcos importantes da constituição dessa autonomia os seguintes:

- O Congresso de Paris de 1951.
- O primeiro computador baseado na tecnologia dos transístores (Bell-1955).
- A linguagem de alto nível (Basic-1954; Fortran-1957; Cobol-1960).

Entre 1945 e meados dos anos 60 surge a primeira informática. Dá-se o aparecimento dos primeiros computadores propriamente ditos. O ENIAC é o primeiro exemplar. É o período da definição dos princípios básicos, da definição do corpo teórico e técnico. Nos anos 60 até os finais dos anos 70, surge a segunda informática, desenvolvem-se os computadores baseados na técnica dos transístores e os computadores pessoais. Nos anos 80, surge a terceira informática, com o aperfeiçoamento dos computadores pessoais das redes e da microinformática. É o que poderíamos chamar banalização dos computadores pessoais e transformação da sociedade da informática numa cultura de comunicação, frutos que colhemos actualmente.



**Fig. 6** Alunos da Escola 1.º de Janeiro (Cidade de Xai-Xai) na aula de informática

## Inteligência artificial

A inteligência artificial é um domínio relativamente recente. Encontramos as suas raízes no grande desenvolvimento dos computadores dos anos 50. Porque estas máquinas ofereciam enormes possibilidades de armazenamento e processamento de informação a altas velocidades, os investigadores apostaram em construir sistemas que em tudo se assemelhassem às potencialidades da inteligência humana. Podemos dizer que a inteligência artificial se inspira na inteligência natural própria dos seres humanos.

Para uma melhor compreensão da relação entre inteligência natural e inteligência artificial é preciso delimitar o conceito de inteligência.

Assim, quando dizemos que os seres humanos são inteligentes, estamos a pensar nas suas habilidades para adquirirem, compreenderem e aplicarem certos conhecimentos, bem como nas capacidades para exercitarem o seu pensamento e raciocínio. Sabemos ainda que a inteligência é mais do que isso. A inteligência engloba todo o conhecimento, consciente ou inconsciente, que fomos adquirindo ao longo da nossa vida, fruto do estudo, ou em resultado das multifacetadas experiências que realizámos, das muitas situações mais ou menos problemáticas que fomos ou vamos enfrentando.

Será que os seres humanos serão capazes de construir sistemas de inteligência artificial que demonstrem tais características?

## Noções básicas da Lógica

Etimologicamente, Lógica significa «ciência do *logos*». Mas se considerarmos que *logos* significa «razão, palavra, proposição, oração, pensamento, discurso ou linguagem», a noção pode tornar-se equívoca.

Enquanto ciência do *logos*, a Lógica pode ainda ser definida etimologicamente como «ciência da razão ou do pensamento» ou «como ciência do discurso racional» ou ainda como a «ciência que estuda a dimensão racional do discurso».

Podemos então dizer que a tarefa da Lógica é o estudo das condições de pensamento válido, isto é, do pensamento que procura alcançar a verdade. A tarefa deve regular o perfeito discurso da razão e oferecer o caminho para o correcto exercício da linguagem e do pensamento na procura da verdade.

## Validade formal e validade material

Sendo a Lógica uma ciência autónoma, tem por isso o seu campo específico de estudo. Enquanto as outras ciências, como a Física, a Biologia, a Química, a História, etc., se preocupam com a **validade material** dos seus enunciados, a Lógica considera mais a **validade formal**. Sintacticamente é correcto, não há qualquer contradição, não há qualquer incorrecção gramatical, não há falta de coerência. Do ponto de vista lógico é formalmente válido, correcto e legítimo.

Quando é que podemos dizer que um enunciado, um juízo, um pensamento, tem validade formal e material?

Tem validade formal quando os elementos que o constituem (conceitos no juízo e juízos no raciocínio) formam um todo coerente, sem contradição interna e quando os seus elementos não são incompatíveis.

Exemplo:

*A é A, A não é B.*

Todo o pensamento verdadeiro implica a co-presença da validade formal e material. Mas atenção: a Lógica ocupa-se apenas da validade formal do pensamento, enquanto as outras ciências se preocupam com a validade material.

Uma vez que a verdade implica simultaneamente a validade formal e material, as ciências não podem deixar de se servir da Lógica. Só usando a Lógica podem proceder de acordo com as regras formais do pensamento. É por isso que a Lógica deve ser encarada como uma ciência em si mesma e como um instrumento ao serviço das outras ciências.

A Lógica formal faz a abstracção, do conteúdo ou matéria dos raciocínios e das proposições, para considerar apenas a forma: ela estuda as condições formais do pensamento válido. Diz-se que regula o acordo do pensamento com ele mesmo, quer dizer, a coerência do pensamento. Estas condições formais são necessárias, mas não suficientes. Para atingir a verdade, têm de ser preenchidas mas o seu preenchimento não leva necessariamente à verdade. Tal é o caso em que se raciocina formalmente de forma correcta a partir de falso testemunho (erro material).

A Lógica ou metodologia aplicada tem em conta a matéria dos raciocínios e das proposições, examina as condições de concordância do pensamento com a realidade (verdade material). Tal como as ciências procuram precisamente realizar, cada uma no seu domínio, esta concordância do pensamento com o real, também a Lógica aplicada estuda os diferentes métodos utilizados nas ciências (Matemática, Ciências Naturais, Psicologia, Sociologia, História, etc.), tanto como métodos de investigação ou como métodos de verificação; daí o nome de metodologia.

As condições necessárias e suficientes para atingir a verdade consistem, ao mesmo tempo, na existência de concordância do pensamento consigo próprio e do pensamento com a realidade, isto é, na união da verdade formal com a verdade material. As ciências esforçam-se sempre por realizar esta dupla concordância.

## Princípios da razão

Os princípios da razão: identidade, não-contradição, terceiro excluído e razão suficiente.

A Lógica assenta em três princípios fundamentais sem os quais não haveria pensamento possível. A Lógica clássica formula-os em termos de coisas, enquanto a Lógica moderna e a lógica exprimem-nos em termos de proposições. Entretanto, cada um dos princípios lógicos será enunciado nos dois sentidos: um ontológico (ou em relação aos seres e coisas), por um lado; e, por outro, no sentido proposicional.

## Princípio de identidade

No sentido **ontológico**:

- *Uma coisa é o que é.*
- *O que é, é; e o que não é, não é.*
- *A é A (A designando qualquer objecto de pensamento).*

No sentido **proposicional**:

- *Uma proposição é equivalente a si mesma.*

## Princípio de contradição (ou de não contradição) e a negação das proposições

No sentido **ontológico**:

- *Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, segundo uma mesma perspectiva.*

Este enunciado clássico exige alguns esclarecimentos. Ele significa que não há contradição quando a realidade de que falamos não é julgada, quer num mesmo instante, quer num mesmo ponto de vista, mesmo quando se obtêm juízos que se opõem (...).

No sentido **proposicional**:

- *Uma proposição não pode ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo.*
- *Uma proposição e a sua negação não podem ser simultaneamente verdadeiras.*
- *Duas proposições contraditórias não podem ser simultaneamente verdadeiras.*

## Princípios de terceiro excluído (ou de meio excluído) e a negação dos conceitos

No sentido **ontológico**:

- *Uma coisa deve ser, ou não ser, não há uma terceira possibilidade.*

No sentido **proposicional**:

- *Uma proposição é verdadeira ou falsa, não há uma terceira possibilidade.*

Introduzindo a **negação**:

- *Se encararmos uma proposição e a sua negação, uma é verdadeira e a outra é falsa, não há meio-termo.*

Em termos de **proposições contraditórias**, temos:

- *De duas proposições contraditórias, se uma é verdadeira, a outra é falsa, e se uma é falsa, a outra é verdadeira, não há meio-termo.*

## Lógica Formal

Mesmo que o nosso espírito não dê conta, os princípios que acabámos de apresentar garantem a articulação e a coerência do nosso pensamento.

No entanto, os instrumentos lógicos do pensamento são os **conceitos**, os **juízos** e os **raciocínios**. Por isso se consideram normalmente três domínios principais da Lógica:

- A lógica do conceito
- A lógica do juízo
- A lógica do raciocínio

Rigorosamente falando, a Lógica diz respeito ao raciocínio ou ao que normalmente se considera o discurso correcto do pensamento na passagem de umas proposições a outras.

Mas o raciocínio pressupõe que façamos juízos; e fazer juízos implica, por sua vez, o uso de conceitos. Temos, portanto, de abordar a Lógica do conceito e a Lógica do juízo antes da Lógica do raciocínio. Na verdade, a lógica do conceito encerra a matéria da 11.ª classe e, portanto deste manual, já que os restantes domínios da lógica formal integram a matéria e o manual da 12.ª classe.

## Lógica do conceito

**Conceito ou ideia** – é a representação intelectual da essência de um objecto, representa aquilo que há de permanente, imutável e comum em todos os objectos de uma espécie. Chama-se conceito porque a sua formação dá-se no espírito: uma espécie de concepção, pela união da inteligência com o objecto, cujo fruto é o conceito ou ideia.

Uma observação que deve ser tomada em conta é que um conceito sozinho não pode ser considerado verdadeiro nem falso, porque nele nada se afirma e nada se nega.

**Termo como expressão do conceito** – o termo é a expressão externa (verbal) de um conceito ou ideia, tal como, a linguagem é a expressão do pensamento. Assim, chama-se termo a uma ou várias palavras (expressões gramaticais) ou gestos que exprimem um conceito. Por isso, o termo não se reduz nem se confunde com uma palavra.

**Exemplo:**

Aristóteles = o filósofo estagirita ou o fundador da lógica

Um só termo = um só conceito

O termo é como que a ideia exteriorizada e concretizada, visto que, concebido um conceito, só lhe damos existência depois de encontrarmos o termo que a pode exprimir.

## Propriedades lógicas do conceito

Do ponto de vista lógica cada conceito é constituído de duas propriedades diferentes mas inseparáveis uma da outra: **compreensão** e **extensão**.

A **compreensão de um conceito** é conjunto de qualidades ou características que definem esse conceito.

**Exemplo:** a compreensão da ideia «Homem» implica os seguintes caracteres: animal e racional.

A **extensão de um conceito** – refere-se aos seres ou objectos designados por esse conceito.

**Exemplo:** a extensão do conceito «Homem» é moçambicano, angolano, chinês, branco, negro, Malangatana, Fany, etc.– isto é, todos os seres a quem se aplica o conceito Homem.

## Relação entre compreensão e extensão

Como já dissemos, a compreensão e a extensão são inseparáveis num conceito como se de duas faces da moeda se tratasse. A relação que as une uma à outra, num mesmo conceito, é de razão inversa. Ou seja, num conceito a compreensão e a extensão variam na ordem inversa. A abundância ou exiguidade da compreensão num conceito implica, necessária e respectivamente, à exiguidade ou à abundância da extensão nesse mesmo conceito.

**Exemplo:** No conceito «Homem» – a compreensão é diminuta (isto é, animal e racional) – pela conta da abundância da sua extensão (vastidão dos seres que o conceito designa).

### Ordenamento dos conceitos em compreensão ou extensão

A compreensão e a extensão permitem-nos agrupar e ordenar hierarquicamente vários conceitos entre si. Esse ordenamento só é possível porque os conceitos, tanto em compreensão como em extensão, mantêm entre si relação de subordinação, no sentido de que uns abarcam ou contêm e são inclusos nos outros.

Essa ordem hierárquica **varia em dois sentidos** possíveis: **crescente** – quando parte do conceito com maior ao com menor extensão ou compreensão, e **decrecente** no caso inverso. A lei da razão inversa que regula a relação da compreensão e da extensão já referida, aplica-se e regula igualmente a ordem que cada uma dessas propriedades lógicas do conceito pode assumir. Ou seja, a lei da razão inversa dita que a ordem crescente de uma das propriedades lógicas equivale à ordem decrecente da outra propriedade lógica, num sentido reversível.

**Exemplo:** Entre conceitos: ser, ser vivo, animal, racional, homem, sultão Farelly – *ordem decrecente de extensão e (por razão inversa) ordem crescente de compreensão.*

### Noções relativas à extensão do conceito: Género e Espécie

O ordenamento ou comparação de conceitos em extensão, envolve e leva-nos ao uso de duas noções lógicas de muita importância: género e espécie.

Género é o conceito superior em extensão, relativamente aos com menor extensão. Os géneros distinguem-se em género supremo e género próximo.

Chama-se **género supremo** aos conceitos que representam as grandes classes ou grandes divisões de seres e que por isso, têm uma extensão máxima, como o conceito de ser e Deus. Aos conceitos que constituem os géneros supremos, os lógicos chamam **categorias**.

Diz-se **género próximo** do conceito de generalidade ou extensão imediatamente superior à do outro conceito.

Denomina-se **espécie** às classes de seres ou conceitos com extensão inferior relativamente aos géneros. A diferença específica é a característica que se junta ao género próximo para constituir a espécie. No exemplo anterior, todos os conceitos subsequentes ao de ser são espécies em relação àquele e o de Farelly representa a espécie mínima.

## Classificação dos conceitos e termos

Os conceitos classificam-se segundo os critérios que se seguem:

a) Quanto à **compreensão** classificam-se em dois pares:

#### 1.º Par

• **Simples** – aqueles que são indecomponíveis, isto é, indivisíveis porque são constituídos apenas de uma característica.

**Exemplo:** *ser (tudo que existe).*

• **Compostos** – aqueles que são decomponíveis, isto é, divisíveis porque são explicáveis por várias características.

**Exemplo:** *homem, ser vivo, etc.*

## 2.º Par

• **Concretos** – aqueles que são aplicáveis a sujeitos ou objectos.

**Exemplo:** *gato, cão, planta*

• **Abstractos** – aqueles que são aplicáveis a qualidades, acções ou estados.

**Exemplo:** *beleza, alegria, amizade.*

b) Quanto à **extensão** podemos classificá-los em:

• **Universais** – os que são aplicáveis a todos os elementos de uma classe.

**Exemplo:** *homem, círculo, mesa*

• **Particulares** – os que são aplicáveis apenas a uma parte da classe.

**Exemplo:** *aqueles homens, alguns livros, estes cadernos*

• **Singulares** – os que são aplicáveis apenas a um indivíduo.

**Exemplo:** *Alberto, Almiro, este carro*

c) Quanto à **relação** mútua, são:

• **Contraditórios** – quando há oposição e exclusão mútua.

**Exemplo:** *ser/não ser, escuro/não escuro.*

• **Contrários** – quando há oposição sem exclusão mútua.

**Exemplo:** *branco/preto, alto/baixo.*

• **Relativos** – quando um não é sem outro (implicação mútua).

**Exemplo:** *pai/filho, direita/esquerda*

d) Quanto ao **modo de significação**:

• **Unívocos** – os que se atribuem de modo idêntico a objectos diversos.

**Exemplo:** *homem (aplicado a brancos, negros, João, americanos, etc.).*

• **Equívocos** – os que se aplicam a sujeitos diversos em sentido totalmente distinto.

**Exemplo:** *manga (fruto), manga (de camisa)*

• **Análogos** – os que são aplicáveis a realidades diversas num sentido que não é totalmente idêntico nem totalmente distinto.

**Exemplo:** *saudável (aplicado ao corpo), saudável (dito dos alimentos).*

e) Quanto à **perfeição** com que representam o objecto:

• **Adequados** – quando representam com perfeição o objecto.

**Exemplo:** *felino (aplicado a um gato).*

• **Inadequados** – quando representam incompletamente o objecto.

**Exemplo:** *ave (aplicado a um morcego).*

• **Claros** – quando suficientes para fazer reconhecer o objecto.

• **Obscuros** – quando insuficientes para fazer reconhecer o objecto.

• **Distintos** – quando permitem distinguir bem um objecto de outros.

• **Confusos** – quando não permitem distinguir suficientemente um objecto de outros

f) Quanto à maneira como a exteriorização do conceito é feita, temos

• Oral

• Escrita

• Gesticular (mímica)



## A definição de Conceitos

**Etimologia** – do latim *definitio-definitiones* ou do verbo *definire*, definir é indicar os limites semânticos de cada conceito de modo que não se confunda com os outros. Definir, neste sentido etimológico, consistiria em determinar, delimitar um conceito ou ideia.

**Como operação lógica**, a definição, de uma maneira geral, consiste em analisar ideias pela sua compreensão. Assim, definir é dizer o que uma ideia ou a coisa é, é analisar a sua compreensão; por outra, é indicar, de entre as mais importantes propriedades de um objecto, aquelas que bastam para dizer o que a coisa é, e distinguir do que não é.

Logicamente, a definição consiste em indicar os caracteres que constituem a compreensão de um conceito. Definir é dizer o que um conceito é, é analisar a sua compreensão; isto é, dizer o que a coisa é, e distingui-la do que não é.

**Exemplo:** Homem é um animal racional.

## Tipos de definição

Para uma melhor compreensão dos tipos de definição na Lógica podemos antes ler um excerto da obra de Susan Stebbing.



### Documento

Um problema que se discutiu muito é se a «definição» define palavras ou coisas. O problema está mal posto, as palavras são usadas para se referir a algo; definimos a palavra, mas só há uma palavra para definir porque queremos falar acerca do que a palavra representa; falamos com palavras acerca de algo.

Estabeleceu-se uma distinção entre definição verbal (nominal) e definição real. Uma definição verbal da no *definiens* uma palavra ou um conjunto de palavras que podem usar-se para simbolizar exactamente o que o *definiendum* simboliza. Nas definições reais, o *definiens* representa uma análise do *definiendum*. Uma definição é sempre uma equação: uma palavra ou um conjunto de palavras e equivalente a outra palavra ou conjunto de palavras.

Susan Stebbing in *A Modern Introduction to Logic*, 1969

Da análise deste texto concluímos, claramente, a existência de dois tipos de definição: **nominal e real**. Também ficou demonstrado no texto que uma separação nítida e rigorosa dos dois tipos seria impossível, pois os dois tipos interpenetram-se mutuamente.

**A definição Nominal** lida com as palavras e termos. Ela **subdivide-se em:**

**Nominal etimológica** – define o conceito a partir do significado vinculado à origem do termo ou palavra que exprime o conceito.

**Exemplo:** Filosofia vem da aglutinação de duas palavras gregas: *filo* = amor, gosto e *sofia* = sabedoria. Dai, o sentido etimológico do termo filosofia é o gosto pela sabedoria.

**Nominal sinonímica** – define o conceito indicando outros termos que possuam o mesmo significado desde que sejam do conhecimento do interlocutor.

**Exemplo:** substituir um termo qualquer pelo seu sinónimo – caso frequente nas aulas de língua portuguesa.

**A definição Real** diz o que uma coisa ou ser é. Ela se subdivide em metafísica também chamada essencial, descritiva e física.

**A definição real descritiva** consiste em indicar as características mais importantes daquilo que se pretende definir. **A real física** assenta nas propriedades físico-químicas de que é composta o que se pretende definir. Embora estes dois subtipos de definição são mais frequentes no domínio das ciências, apenas a definição real essencial ou metafísica é considerada a perfeita do ponto de vista lógico.

**Exemplo:** definir a água como líquido incolor e sem sabor – **definição descritiva** – e como composto de hidrogénio e oxigénio (H<sub>2</sub>O) – **definição física**

A **definição real** essencial atinge os caracteres essenciais da coisa. Ela é feita indicando-se o seu gênero próximo e a diferença específica. Se mais acima já expusemos o conceito de gênero próximo, o de diferença específica refere-se à característica exclusiva que permite determinar a singularidade.

**Exemplo:** o conceito Homem define-se como animal (gênero próximo) racional (diferença específica).

Existem outros autores que, para além dos dois tipos de definição referidos no texto em análise, consideram ainda a definição genética que consiste em definir algo pelo modo como se produz. Nesse sentido, por exemplo, o cone seria a figura que se gera pela rotação de um triângulo rectângulo sobre um dos seus catetos.

## Conceitos indefiníveis

Não obstante, nem todos os conceitos são definíveis. Ou seja, existem conceitos indefiníveis pelo menos do ponto de vista da definição essencial. Assim identificámos três espécies que pela sua natureza não se podem definir como, por exemplo:

- **Indivíduos** – o conceito indivíduo é indefinível porque, apesar de possuir o gênero próximo, carece de diferença específica.
- **Os gêneros supremos** (Mundo, Humanidade, Deus, Ser, etc.) – a dificuldade da sua definição está no facto de possuírem uma extensão excessiva, isto é, carecerem de gênero próximo.
- **Os dados imediatos da experiência** como o prazer, o amor, a dor, etc.

## Regras de uma definição correcta

Há três regras fundamentais da definição essencial.

**a) A definição deve ser mais clara que o definido** – esta regra **desdobra-se em quatro** seguintes especificações:

**a.1)** O termo a definir (ou um termo da sua família) não deve entrar na definição.

**Exemplo:** A pressão atmosférica é a pressão exercida...

**a. 2)** A definição deve ser feita em termos precisos e distintos, isto é, deve evitar ambiguidades e divagações e mesmo eventuais dúvidas que conduziram a nova definição.

**Exemplo:** O Homem é um animal racional.

**a. 3)** A definição deve ser breve tanto quanto possível.

**Exemplo:** O triângulo é um polígono de três lados.

**a. 4)** A definição não pode feita em termos negativos, salvo o caso dos termos privativos, como cegueira.

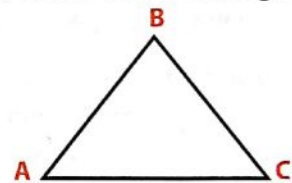
**Exemplo:** Um pobre é uma pessoa não rica.

**b) A definição deve convir a todo o definido e só ao definido.** Ou seja, a definição não deve excluir nem incluir nenhum indivíduo que não faça parte da extensão do definido: **a definição e o definido devem ter a mesma extensão universal**, daí o nome de regra de extensão da definição.

**Exemplo:** O triângulo é um polígono. (definição muito restrita); triângulo é um polígono de três lados e três ângulos iguais. (definição demasiado ampla)

**c)** Esta regra é consequência da anterior. **A definição deve ser recíproca**, isto é, sendo o definido o primeiro membro de uma igualdade e a definição o segundo, devem poder trocar de lugar. Essa é a prova de que a regra anterior foi rigorosamente observada.

**Exemplo:** dizer que todo o Homem é animal racional, equivale a afirmar que todo o animal racional é Homem.



## Divisão e classificação

**Divisão** – é a análise das ideias sob o ponto de vista da sua extensão. Portanto, dividir um conceito significa indicar a quantos seres ou objectos diferentes ele se aplica. Divisão é, assim, a decomposição de um todo nas suas partes.

A divisão pode ser dicotómica ou politómica. Mas a divisão lógica mais perfeita é a dicotómica, que consiste em passar de um género a duas espécies, das quais uma tenha um atributo que não existe na outra.

**Classificação** – é reunir ordenadamente em grupos os vários seres ou objectos que uma ideia abrange, de harmonia com as suas semelhanças e diferenças, atendendo, ao mesmo tempo, à compreensão e à extensão do conceito.

Qualquer classificação deve obedecer aos três princípios seguintes:

- Não deve deixar resíduo, isto é, deve ser exaustiva, não restando nada que não seja classificado.
- Deve haver mais semelhanças entre dois seres reunidos numa mesma classe do que entre dois seres colocados em classes diferentes.
- Deve ser irreduzível, isto é, uma classe não deve incluir a outra.

A classificação pode ser natural ou artificial. A primeira baseia-se em características essenciais, exigindo o estudo completo de todos os caracteres e propriedades do objecto; a segunda tem um carácter arbitrário ou convencional e funda-se em algumas características ou propriedades do objecto, que sejam mais fáceis de conhecer. A classificação artificial prepara, por vezes, a natural.



### Texto 1

A Semântica contemporânea caracteriza-se por um interesse marcado pelas relações entre a linguagem e o pensamento. Já não se considera a linguagem como um mero instrumento de expressão dos nossos pensamentos, mas sim como uma influência especial, que os molda e pré-determina, dirigindo-os para vias específicas.

Houve (...) uma alteração considerável nas relações entre a Linguística e a Filosofia. A ligação entre as duas disciplinas não é nova; é significativo, contudo, que os filósofos contemporâneos estejam a tal ponto preocupados com os problemas do significado que tenham desenvolvido a sua própria e particular concepção de Semântica. Para os mais esotéricos, a semântica filosófica é um ramo da lógica simbólica ou, mais especificamente, da teoria dos signos. Para os mais práticos, é uma técnica de corrigir certos abusos da linguagem tais como o uso indiscriminado de abstracções mal definidas.

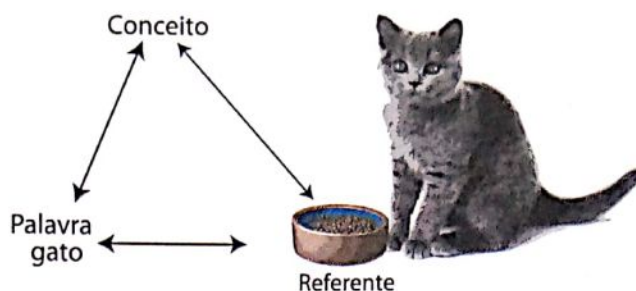
Têm sido, até agora, ténues as relações entre a Linguística e a Semântica Filosófica, mas de modo mais geral, não pode haver dúvida de que os filósofos e os linguistas se podem ajudar mutuamente, e que têm muitos problemas em comum, embora tendam a abordá-los de pontos de vista diferentes.

Stephen Ulmann, *A Semântica*, F. C. Gulbenkian, Lisboa, pp. 24-26

## Questões para a reflexão

1. Qual é a relação existente entre a Semântica linguística e a Semântica filosófica?
2. «O problema do significado tanto se pode abordar de um ponto de vista linguístico, como de um ponto de vista filosófico.»  
Comente a afirmação.
3. Por que se dividiu a Semântica filosófica?

4. Observe o esquema e explique a relação triádica entre a linguagem, o pensamento e a realidade.



## Texto 2

Creio que a pragmática implica processos bastantes diferentes dos que são usados para dominar um conjunto de códigos semânticos e sintáticos.

A Semântica e a Sintaxe estão formuladas para tratar quase exclusivamente da comunicação da informação e é esta a razão pela qual podemos dizer que incorporam um código de elementos que representa um dado conhecimento do mundo real.

A pragmática não sofre deste tipo de restrições, consiste no estudo do modo como se usa a fala para alcançar os fins sociais como prometer, humilhar, acalmar, advertir, declarar, pedir... e os seus elementos não representam nada: são algo. Nesta perspectiva, a linguagem é um instrumento para fazer coisas e fazê-las para outros, muitas das quais não se podem conceber sem ela. A pragmática trata da extensão da interação social através do uso da fala. É um compromisso de interação social mediante o uso da fala.

Segundo esta concepção, a pragmática relaciona-se necessariamente com o discurso e, ao mesmo tempo, depende sempre do contexto, de um contexto compartilhado. O discurso pressupõe um compromisso recíproco entre os falantes. Trata-se de um compromisso complexo que inclui, pelo menos três elementos:

- Um conjunto de convenções partilhadas para estabelecer a intenção do falante e a disposição do ouvinte como as propostas por Paul Grice sobre os princípios conversacionais.
- Uma base compartilhada para explorar as possibilidades deícticas do contexto temporal, espacial e interpessoal, sujeitos à mudança.
- Meios convencionais para estabelecer e recuperar pressupostos.

Estes três elementos – anúncio de intenção, regulação da função deíctica e controlo da pressuposição – fornecem ao discurso as suas orientações futuras, presentes e passadas.

J. Bruno, *Acción, Pensamiento y Lenguaje*, Madrid, Alianza, 1989

## Questões para a reflexão

- Qual é a diferença que o texto estabelece entre, por um lado a semântica e sintaxe e, por outro, a pragmática?
- Tente descobrir, no excerto de texto abaixo, os aspectos das três dimensões do discurso (Sintaxe, Semântica e Pragmática).

Uma mãe de família avisa o filho, criança endiabrada, que entre os importantes convidados para o jantar estará um general Suif: «E toma atenção! O general ficou sem nariz durante a guerra. Se ao jantar passar pela cabeça falar do nariz do general Suif apanhas uma palmada das grandes!» O jantar passa-se lindamente, sem que o miúdo faça qualquer observação intempestiva, até à sobremesa. Então desabafa: «como é que tu querias que eu falasse do nariz do general Suif se ele não o tem?»

in Enciclopédia Einaudi



1. A definição correcta do termo «lanche» de modo que o *definiendum* (expressão pela qual se define um conceito) corresponda a um género e a uma diferença específica apropriada é:
  - a) Refeição muito pequena.
  - b) Refeição da tarde.
  - c) Refeição que se toma depois da refeição principal.
  - d) Refeição da tarde que se toma na companhia de amigos.
2. Que definição se pode vincular ao conceito da lógica? Identifique a opção certa.
  - a) Ciência do *logos*.
  - b) Ciência da dimensão racional do discurso.
  - c) Ciência da razão.
  - d) Ciência das condições do pensamento válido.
3. Existem três principais domínios da Lógica, nomeadamente:
  - a) Lógica do Raciócinio, da Linguagem e da Axiologia.
  - b) Lógica Matemática, Simbólica e Filosófica.
  - c) A Lógica do Conceito, do Juízo e do Raciócinio.
  - d) Lógica do Conceito, Juízo e da Filosofia.
4. Tendo em conta a extensão e a compreensão dos conceitos, escolha a ordenação mais correcta das seguintes séries de conceitos, segundo a sua extensão crescente:
  - a) Gato, animal, mamífero, ser vivo, quadrúpede, ser, vertebrado.
  - b) Gato, mamífero, quadrúpede, vertebrado, animal, ser vivo, ser.
  - c) Ser, ser vivo, animal, vertebrado, quadrúpede, mamífero, gato.
  - d) Gato, vertebrado, mamífero, quadrúpede, animal, ser vivo, ser.
5. Um argumento é válido:
  - a) Quando as premissas são verdadeiras e a conclusão provável.
  - b) Se as premissas forem verdadeiras a conclusão também é verdadeira.
  - c) Quando as premissas são falsas e a conclusão verdadeira.
  - d) Quando as premissas são falsas e a conclusão falsa.
6. A filosofia usa o termo «discurso» que significa:
  - a) Uma sequência de palavras com princípio e fim.
  - b) Um encadeamento de operações numa sequência ordenada.
  - c) As conclusões são retiradas necessariamente do conteúdo dos antecedentes sequencialmente ordenados.
  - d) Um pronunciamento de uma figura destacada na sociedade.
7. Das três dimensões dos discursos humanos os que interessam à lógica são:
  - a) Sintáctica e semântica comunicacional.
  - b) Semântica, pragmática e argumentativa.
  - c) Linguística, intersubjectiva e pragmática.
  - d) Sintáctica, semântica e pragmática.
8. Da palavra grega *Kybernétes*, a palavra «cibernética», significa actualmente:
  - a) Arte de pilotar navios.
  - b) Governar ou timoneiro que dirige o Estado.
  - c) Ciência da comunicação e do controlo dos Homens e das máquinas.
  - d) Ciência do tratamento racional por máquinas automáticas.

## Textos para discussão

---

Avaliação final de todas as unidades  
com soluções no final do manual.



# Unidade 1: Introdução à Filosofia

## Discussão



### Texto

#### A primeira aula de M. Garcia Morente

Vamos dar início ao curso de Introdução à Filosofia, colocando e procurando resolver algumas das questões principais desta disciplina. Vós vindes a estas aulas, e eu também, para fazermos algo juntos. Di-lo o tema: vamos fazer filosofia. A Filosofia é, antes de mais, algo que o homem faz, que o homem tem feito. A primeira coisa que devemos tentar, pois, é definir esse «fazer» a que chamamos Filosofia. Devemos dar pelo menos um conceito geral da Filosofia e talvez fosse essa a incumbência desta primeira aula: a de explicar e de expor o que é a filosofia. Mas isso é impossível. É absolutamente impossível dizer de antemão o que é Filosofia. Não se pode definir a Filosofia antes de a fazer; como não se pode, em geral, definir nenhuma ciência, nem nenhuma disciplina, antes de entrar directamente no trabalho de a fazer.

Uma ciência, uma disciplina, um «fazer» humano qualquer, recebem o seu conceito claro, a sua noção precisa, quando o homem já domina esse fazer. Só sabereis o que é Filosofia quando fordes realmente filósofos. Por conseguinte, não posso dizer-vos o que é Filosofia. Filosofia é o que vamos fazer juntos, durante este curso na Universidade de Tucumán.

Que quer isto dizer? Quer dizer que a filosofia, mais do que qualquer outra disciplina, necessita de ser vivida. Necessitamos de ter dela, uma «vivência». (...) Para vivê-la, é indispensável entrar nela. (...) Só então essa definição terá sentido, estará cheia de sentido, porque terá dentro dela vivências pessoais. Ao contrário, uma definição que se dê de filosofia, antes de a ter vivido, não pode ter sentido, resultará ininteligível.

M. Garcia Morente, *Lecciones Preliminares de Filosofia*,  
Buenos Aires, Ed. Losada, 1943, pp. 1-2

1. «A primeira coisa que devemos tentar... é definir o que vamos fazer...»

Por que razão o autor fala de tentar definir e não de definir a Filosofia?

2. Que diferenças podemos encontrar entre a Filosofia e outras Ciências a partir da sua definição?



## Teste

1. A Filosofia difere das outras ciências em vários aspectos:
  - A. Quanto à radicalidade do seu método.
  - B. Quanto ao seu carácter de questionamento e dúvida.
  - C. Quanto ao método, objecto e à finalidade dos seus resultados.
  - D. Quanto à sua multiplicidade e pluralidade das questões.
2. A definição segundo a qual o papel da Filosofia é o de fornecer uma explicação orgânica do universo pertence ao filósofo:
  - A. Hegel
  - B. Jaspers
  - C. Aristóteles
  - D. Whitehead
3. «A atitude existencial» significa:
  - A. Uma certa forma constante de o Homem encarar a sua vida no universo.
  - B. Uma certa forma constante de o Homem viver a sua vida no mundo e na sociedade.
  - C. Uma certa forma de o Homem encarar a vida no universo.
  - D. Uma certa forma de o Homem viver a sua vida no mundo e na sociedade.
4. O que caracteriza a atitude filosófica é:
  - A. O facto de ela exprimir a totalidade do ser humano, como postura constante face à realidade, como forma habitual de reagir e de se comportar, de ver as coisas e de se relacionar com elas.
  - B. O facto de ela exprimir a totalidade do ser humano, como forma habitual de reagir e de se comportar, de ver as coisas e de se relacionar com elas.
  - C. O facto de ela exprimir a totalidade, a globalidade como postura constante face à realidade, como forma habitual de reagir e de se comportar, de ver as coisas e de se relacionar com elas.
  - D. O facto de ela exprimir a totalidade do ser como postura constante face à realidade, como forma habitual de reagir e de se comportar, de ver as coisas e de se relacionar com elas.
5. A Filosofia proporciona ao Homem como cidadão:
  - A. A capacidade de ser tolerante perante as opiniões e interesses dos outros, de trabalhar para a paz, para o bem comum, para a justiça, para o respeito, para uma ordem pública salutar e para a liberdade e interesses próprios.
  - B. A capacidade de ser tolerante perante as opiniões e interesses dos outros, de trabalhar para a paz, para o bem comum, para a justiça, para o respeito, para uma ordem pública salutar e para a liberdade e alienação do Homem.
  - C. A capacidade de ser tolerante perante as opiniões e interesses dos outros, de trabalhar para a paz, para o bem individual, para a justiça, para o respeito, para uma ordem pública salutar e para a liberdade e autonomia do Homem.
  - D. A capacidade de ser tolerante perante as opiniões e interesses dos outros, de trabalhar para a paz, para o bem comum, para a justiça, para o respeito, para uma ordem pública salutar e para a liberdade e autonomia do Homem.
6. Pela profundidade da investigação, a ciência:
  - A. Procura as causas últimas e finais das coisas.
  - B. Procura as causas próximas e finais das coisas.
  - C. Procura as causas próximas e imediatas das coisas.
  - D. Nenhuma alternativa está correcta.



7. Pela reflexão e crítica, a Filosofia:
  - A. Pressupõe reflexão e crítica.
  - B. Põe em questão tudo o que se apresenta ao espírito para examinar.
  - C. Pressupõe crítica e descoberta da verdade.
  - D. Todas as alternativas estão correctas.
8. Pelo grau de generalidade e síntese, a ciência:
  - A. Procura dar uma unidade total ao saber.
  - B. Procura a unidade total do saber, pretende penetrar na realidade global.
  - C. Nenhuma alternativa é correcta.
  - D. Limita-se à realidade dos factos, ocupa-se dos fenómenos.
9. Pela humanidade e valorização, a ciência:
  - A. É axiológica.
  - B. É essencialmente humana e axiológica.
  - C. Ocupa-se de uma realidade estranha ao Homem.
  - D. Nenhuma alternativa é correcta.
10. A filosofia grega da Antiguidade é:
  - A. Investigação racional, isto é, autónoma.
  - B. Um património de uma casta privilegiada.
  - C. Um património racional de uma casta.
  - D. Nenhuma alternativa é correcta.
11. Uma resposta à pergunta «qual é a causa última, princípio primeiro de todas as coisas?» é: o princípio primeiro deve ser alguma coisa indeterminada (*ápeiron*). Esta resposta pertence ao filósofo:
  - A. Tales
  - B. Anaximandro
  - C. Anaxímenes
  - D. Anaxágoras
12. Das seguintes, não fazem parte das disciplinas da Filosofia:
  - A. Antropologia filosófica, Ética, Filosofia política, Epistemologia.
  - B. Metafísica, Fenomenologia da Religião, Ontologia, Hermenêutica.
  - C. Gnosiologia, Lógica, Estética, Cosmologia.
  - D. Sociologia, Psicologia, Paleontologia, Deontologia.



## Unidade 2: A Pessoa como Sujeito Moral

### Discussão



#### Texto 1

### O Homem é livre ou não? A questão é bem ou mal colocada? E se a questão fosse: Eu sou livre ou não?

«O Homem é livre ou não? Assim formulada, a questão espera um sim ou um não categóricos, absolutamente distintos, mas com a esperança de uma resposta afirmativa que nos dispensaria de todo o esforço de libertação. (...) Uma tal posição do problema impede de dar conta da complexidade real da condição humana. (...) Os homens não nascem livres, mas biologicamente, socialmente e historicamente determinados. Não nascem livres de nascer onde nasceram, numa outra época, com uma outra cor da pele; não são livres de nascer vigorosos ou fracos, nem de pertencer ao sexo da sua preferência. Escravos ou livres, nascem geneticamente codificados e programados, mas eles estão «programados para aprender» (Francois Jacob), codificados para tirar partido da sua experiência, habilitados a não se satisfazerem com as condições que lhes são dadas. (...) Eis-nos doravante, não mais no pensamento binário de um problema abstracto (o Homem é livre ou não?), mas às voltas com a infinidade das condições nas quais os homens vivem e das relações que eles estabelecem entre si. Já não temos mais, no presente, o problema metafísico de «a liberdade» mas o de «as liberdades», políticas, económicas, sociais e religiosas, liberdade de imprensa e de edição, liberdade de expressão, liberdade de consciência, liberdade de associação, liberdade de comércio e de indústria. Passando do singular ao plural, o conceito de liberdade deixa o mundo das «entidades» metafísicas para entrar no das «realidades mais sensíveis».

L. Gratcloup. *Cours de Philosophie*. Paris, Hachette, 1990, pp. 272-274

1. O Homem é livre ou não?

- a) A questão é bem ou mal colocada?
- b) E se a questão fosse: Eu sou livre?

2. Que comentários se podem fazer sobre o título deste texto?

3. Em que circunstâncias se pode dizer que um Homem é livre?

## Discussão

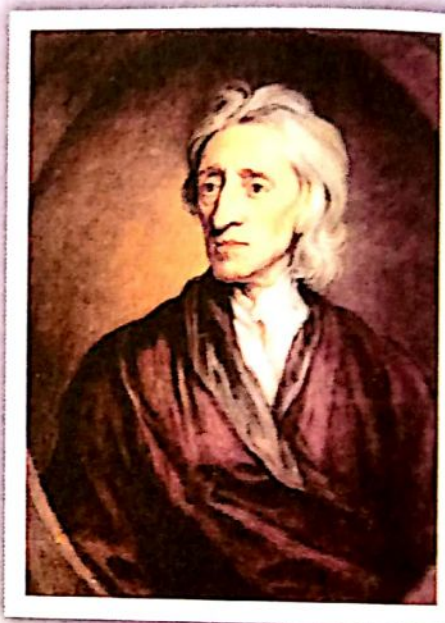


## Texto 2

## A liberdade como poder de agir ou não agir

Um homem que acaba de cair à água porque o piso sobre o qual caminhava cedeu, não teve liberdade alguma e não foi agente livre, porque ele preferia não cair a cair. (...)

Outro exemplo. Suponhamos que se leva um homem, enquanto está num sono profundo, para uma cama onde já se encontra uma pessoa que há muito não via (...) e que se fecha a porta à chave de tal maneira que não esteja em seu poder sair. Este homem, ao acordar, fica encantado por se encontrar com uma pessoa cuja companhia ele desejava tanto e com quem continua com prazer, gostando mais de estar aí com ela do que sair para ir algures. Pergunto se ele não continua voluntariamente nesse lugar. Penso que ninguém duvida disso. Entretanto, como este homem está fechado à chave, é evidente que ele não está em liberdade de não permanecer nesse quarto e de sair se quiser. Por conseguinte, a liberdade não é uma ideia que pertença à preferência que o nosso espírito dê a uma acção mais do que a outra, mas é livre a pessoa que tem o poder de agir ou de suspender o agir, segundo o qual o seu espírito se determina por uma ou outra dessas possibilidades.



Adaptado de John Locke, *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, Vol. II, capítulo XXI

1. Compare os dois exemplos referidos no texto e elabore um juízo pessoal do que seria de facto a liberdade para si.
2. Um navio de carga, no alto mar é acometido pelo mau tempo. Para o comandante restam apenas duas possibilidades: i) lançar parte de carga para o mar para salvar o navio, a tripulação e outra parte de carga ou (ii) deixar o navio afundar. Como responsável máximo do navio, decidiu lançar parte da carga para o mar e levou o navio até ao porto. Ele não foi obrigado por ninguém. Pode-se dizer que o comandante agiu livremente? Justifique a resposta.



## Teste

1. A pessoa pode também ser vista, na mesma perspectiva, como:
  - A. Um feixe de propriedades determinadas.
  - B. Um sistema estabilizado, um estado bem definido.
  - C. Uma espécie ideal, um programa de acção, um projecto que se trataria de realizar.
  - A. Um dinamismo, uma realidade aberta, em devir, um movimento que está sempre em vias de se alcançar.
  
2. O primeiro acto da pessoa é a criação, com os outros, duma sociedade de pessoas, de se desprezar, de se descentrar para se tornar disponível para os outros, libertando-se a si próprio, saindo:
  - A. Do egocentrismo e da cooperação.
  - B. Do narcisismo e do individualismo.
  - C. Do altruísmo e da amizade.
  - D. Do narcisismo e da generosidade.
  
3. Na perspectiva marxista, a personalidade não é uma existência espiritual existindo por si mesmo, ou autónoma em relação ao mundo material, ao mundo dos seres humanos, mas:
  - A. Possui um carácter social já dado, não é um processo. É um produto de forças supra-humanas.
  - B. É historicamente não variável porque não variam as condições que a formam.
  - C. É produto social, em função das relações sociais, entre Homens reais.
  - D. Está longe de ser produto do Homem social, da autocriação humana.
  
4. Na perspectiva antropológica, o existir do Homem é co-existir com os outros, mas para Descartes, o Homem é visto como um isolado auto-suficiente, ou seja:
  - A. Consciência fechada – «penso logo existo».
  - B. Auto-consciência – «se me engano existo».
  - C. Reconhecimento de si.
  - D. Estima de si.
  
5. Uma das formas fundamentais de coexistência com os outros pode ser o amor, que implica:
  - A. Afirmação do outro que é condicionada pelo que tem e não pelo que é.
  - B. Desinteresse, enquanto busca de vantagens pessoais, satisfação pessoal.
  - C. Afirmação do outro como sujeito, promoção na sua originalidade e unicidade.
  - D. Fidelidade criadora enquanto busca valores de forma aleatória.
  
6. A indiferença é o relacionamento mais comum em sociedade, que tem como características:
  - A. O outro é visto pela função que desempenha, não podendo ser substituído pelo funcionário.
  - B. O outro é tratado na terceira pessoa, como ele e não como tu.
  - C. Há subjectivação da pessoa em que nunca é vista a soma das qualidades das suas funções.
  - D. O outro significa também uma presença em relação a mim.
  
7. O ódio é outra forma de relacionamento em que:
  - A. Há objectivação do outro.
  - B. O outro é visto como se não existisse.
  - C. O outro é promovido e rejeitado.
  - D. Há rejeição da subjectividade do outro e a sua apropriação.



8. A consciência é o conhecimento que acompanha as nossas vivências.
- A. A consciência moral permite-nos conhecer toda a realidade humana e extra-humana.
  - B. A consciência moral é o elemento essencial dos fenómenos psíquicos.
  - C. A consciência moral serve de filtro dos fenómenos que ocorrem entre nós.
  - D. A consciência moral é vista como juiz do valor moral das nossas actividades, avalia os nossos actos, atribuindo-lhes mérito ou demérito, julga-os do ponto de vista do bem e do mal.
9. Se para Sócrates a virtude é ciência e o vício é ignorância, ninguém peca voluntariamente quem faz o mal, fá-lo por ignorância do bem, então:
- A. A pessoa peca propositadamente porque conhece o bem e o mal.
  - B. O mal é involuntário, ou seja, o Homem engana-se ao esperar um bem dele.
  - C. Quem peca é vítima do seu conhecimento.
  - D. O Homem peca porque tem a possibilidade de escolher entre o bem e o mal.
10. Tendências são disposições ou propensões naturais do ser vivo para produzir actos adequados a certos fins:
- A. As tendências individuais derivam do amor ao outro e levam o indivíduo a agir desinteressadamente.
  - B. As tendências sociais derivam do amor-próprio e levam o indivíduo a agir no seu próprio interesse.
  - C. As tendências ideais têm por base valores superiores, o desejo do absoluto que anima o nosso ser.
  - D. As tendências psicológicas levam à satisfação dos nossos apetites e provocam a sensação de dor e prazer.
11. Sentimentos são estados estáveis, agradáveis ou desagradáveis, de intensidade moderada, provocados por uma representação.
- A. Os sentimentos provocam certas tendências.
  - B. Os sentimentos nascem da maneira como o objecto se apresenta ao sujeito.
  - C. Os sentimentos são formas pessoais de reagir perante outrem e o mundo.
  - D. O sentimento é igual à paixão e à emoção.
12. São características dos sentimentos as seguintes:
- A. Eles não têm nada a ver com o tempo.
  - B. Representam formas inferiores da nossa afectividade, não dependem da memória, de imaginação nem de valores.
  - C. Referem-se ao organismo de forma directa e nunca variam.
  - D. São alimentados pela imaginação e podem durar indefinidamente, tornando-se cada vez mais intensos e complexos.



## Unidade 3: Teoria do Conhecimento

### Discussão



#### Texto

### O que é o conhecimento?

«Talvez a resposta mais perspicaz dada, até hoje, ao problema do conhecimento tenha sido apresentada por Immanuel Kant, nos finais do século XVIII, na sua *Crítica da Razão Pura*. De acordo com Kant, o que chamamos conhecimento é uma combinação do que a realidade nos traz com as formas da nossa sensibilidade e as categorias do nosso entendimento: não podemos captar as coisas em si mesmas mas apenas como as descobrimos através dos nossos sentidos e da inteligência [entendimento] que ordena os dados oferecidos por eles. Isto significa que não conhecemos a realidade pura mas apenas o real como é para nós. O nosso conhecimento é verdadeiro mas não chega senão até onde lhe permitem as nossas faculdades. Daquilo do qual não recebemos informação suficiente, através dos sentidos – que são os que se encarregam de trazer a matéria-prima do nosso conhecimento –, não podemos saber absolutamente nada, e quando a razão especula no vazio sobre absolutos como Deus, a alma, o Universo, etc., confunde-se em contradições irresolúveis. O pensamento é abstracto, isto é, procede baseando-se em sínteses sucessivas, a partir dos nossos dados sensoriais. Sintetizamos todas as cidades que conhecemos para obter o conceito de cidade ou, a partir das mil formas imagináveis de sofrimento, chegamos a obter a noção de dor, reunindo os traços intelectualmente relevantes do diverso. O que se destaca do seu esforço genial é que tenta salvar, ao mesmo tempo, os receios do cepticismo e a realidade efectiva dos nossos conhecimentos, tal como se manifestam na ciência moderna, que era representada pelo grande Newton.

F. Savater, *As Perguntas da Vida*, Publicações D. Quixote, pp. 58-59

1. «Talvez a resposta mais perspicaz dada, até hoje, ao problema do conhecimento tenha sido oferecida por Immanuel Kant...»
  - a) Quais foram as respostas dadas antes de Kant ao problema da origem do conhecimento?
  - b) Relacione a resposta de Kant com as dos filósofos anteriores.
2. «... significa que não conhecemos a realidade pura mas apenas o real como é para nós. O nosso conhecimento é verdadeiro mas não chega senão até onde lhe permitem as nossas faculdades.»

Em que consiste a chamada Revolução Copernicana de Kant no conhecimento?



## Teste

1. O Empirismo diz que todo o nosso conhecimento é «*a posteriori*», vem da experiência e a ela se reduz, não podendo elevar-se acima da experiência. A teoria da «tábua rasa» pertence a:
  - A. John Locke
  - B. Thomas Hobbes
  - C. George Barkeley
  - D. David Hume
2. São quatro as espécies do Empirismo:
  - A. Espírito da «tábua rasa», Sensualismo, Platonismo, Associacionismo.
  - B. Associacionismo, Evolucionismo, Positivismo, Inatismo.
  - C. Espírito da «tábua rasa», Sensualismo, Positivismo, Evolucionismo.
  - D. Sensualismo, Evolucionismo, Positivismo, Cartesianismo.
3. Ao longo da História, o Racionalismo tomou várias feições conforme os seus defensores:
  - A. Platão defendia as ideias inatas ligadas à iluminação divina.
  - B. Santo Agostinho defendia as ideias inatas ligadas à teoria da reminiscência.
  - C. Leibniz defendia as ideias inatas ligadas ao virtualismo e ao actualismo.
  - D. Descartes defendia as ideias inatas provenientes da intuição pura, o *cogito* – penso, logo existo.
4. Na perspectiva ontogenética, segundo Piaget, os factores do desenvolvimento mental são:
  - A. Maturação orgânica, experiência, selecção e equilibração.
  - B. Maturação orgânica, experiência, interacção social e equilibração.
  - C. Experiência, adaptação, interacção social e abstracção.
  - D. Ajustamento anatómico, organização, experiência e equilibração.
5. A construção contínua das estruturas cognitivas desenvolve-se por períodos ou estágios. Piaget aponta quatro estágios do desenvolvimento cognitivo.
  - A. Sensório-motor, pré-operatório, operações concretas, operações formais.
  - B. Pré-operatório, sensório-motor, operações formais, operações concretas.
  - C. Sensório-motor, pré-operatório, operações formais, operações concretas.
  - D. Pré-operatório, sensório-motor, operações concretas, operações formais.
6. Na perspectiva filogenética (evolução das espécies), os estudos antropológicos e paleontológicos dão-nos conta duma progressiva transformação do sistema nervoso, e tais transformações devem-se a um processo natural de:
  - A. Selecção e organização.
  - B. Selecção e adaptação.
  - C. Adaptação e equilibração.
  - D. Adaptação e organização.
7. O *Homo sapiens* aparece numa fase mais adiantada do desenvolvimento bio-psico-social. Daí que consegue construir o conhecimento intelectual e comunicar através da linguagem passando por processos de:
  - A. Interiorização, experimentação, representação, signo e linguagem.
  - B. Experimentação, interiorização, representação, signo e linguagem.
  - C. Representação, interiorização, experimentação, signo e linguagem.
  - D. Experimentação, representação, interiorização, signo e linguagem.



8. Na perspectiva fenomenológica do conhecimento, encontramos um sujeito que conhece, um objecto conhecido e a relação sujeito-objecto.
- A. O sujeito tendo o objecto na mente, nunca o transcende.
  - B. Um sujeito é sujeito para vários objectos.
  - C. Um objecto pode servir para vários sujeitos.
  - D. A relação sujeito com o objecto não é a mesma que a do objecto com o sujeito.
9. Kant, na sua chamada Revolução Copernicana, desloca o centro clássico do conhecimento – que era o objecto – para estruturas perceptivas e intelectivas do sujeito. O que significa que:
- A. Os conceitos gnosiológicos de sujeito e objecto ganham um carácter absoluto.
  - B. Os objectos devem regular-se pelo sujeito; o espírito humano impõe as suas fórmulas à Natureza.
  - C. O Empirismo e o Racionalismo estão ambos certos enquanto acentuam cada um dos pólos (sentidos e razão).
  - D. O Empirismo justifica os conhecimentos *a priori* enquanto o Racionalismo justifica os *a posteriori*.
10. O conhecimento científico aparece como aquele que pretende ser verdadeiro; por isso ele caracteriza-se por ser:
- A. Universal, positivo, crítico, analítico e controlável.
  - B. Experimental, universal, crítico, sintético e controlável.
  - C. Universal, necessário, dogmático, analítico e controlável.
  - D. Particular, positivo, crítico, analítico e contingente.
11. À medida que os conhecimentos científicos avançam, a vida dos Homens também muda de ritmo. A Filosofia questiona os perigos que se observam com este desenvolvimento como:
- A. A fé no progresso aumentou mais com a segunda Guerra Mundial.
  - B. A derrocada do industrialismo tornou-se mais animadora na transformação do meio ambiente.
  - C. Foi também resultado o esgotamento dos recursos não renováveis e destruição da camada de ozono.
  - D. Verificou-se também a substituição das máquinas pela mão-de-obra humana.
12. O conceito de justiça corresponde:
- A. A um equilíbrio da liberdade individual com a solidariedade colectiva.
  - B. À articulação do bem comum numa comunidade de interesses individuais.
  - C. Ao estabelecimento de critérios de ordem que estabeleçam harmonia entre todos.
  - D. Todas as alternativas estão correctas.

## Unidade 4: Introdução à Lógica

### Discussão



#### Texto

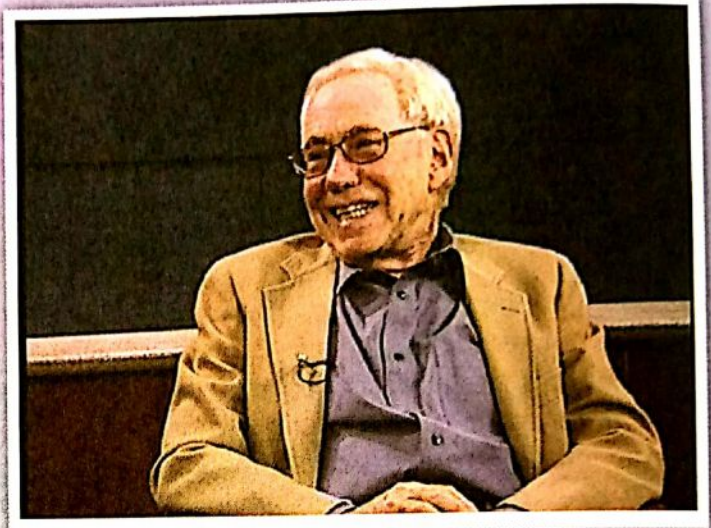
O futuro já me deu razão, porque após trinta anos de esforços a inteligência artificial não realizou ainda grandes progressos na concretização das máquinas inteligentes que tinha pensado poder realizar. Uma das razões principais dessa situação é a de que os computadores não têm corpo: por isso eles não evoluem numa sociedade. (...)

Contesto a hipótese dos sistemas de símbolos físicos, quer dizer, a teoria segundo a qual nós, humanos e computadores, somos duas espécies da mesma raça, nomeadamente da que utiliza os símbolos para representar o mundo externo. Esta concepção não vai no sentido da verdadeira inteligência. (...)

O computador mais aperfeiçoado, mais poderoso, é incapaz de aprender um conto que pode ser compreendido por uma criança de quatro anos, porque esta possui senso comum, enquanto o computador apenas contém lógica. Não tendo nem corpo, nem emoções, nem língua, não pode compreender as coisas que para nós são precisamente as mais simples. (...)

Os computadores pensam [segundo] um processo de inferências lógicas (...) mas a nossa reflexão é mais complexa: nós pensamos intuitivamente e por analogias. (...) Ser inteligentes é ver as relações analógicas que existem entre as situações novas e as situações antigas para as quais já possuíamos um saber-fazer.

Hubert Dreyfus, entrevista (1990)



1. Qual é o ponto de discussão no texto?
2. Quais são os principais argumentos com que o autor fundamenta a sua tese?
3. Qual é a sua posição a respeito do assunto em debate?



1. Os novos domínios da aplicação da lógica são:
  - A. Cibernética, arte e informação.
  - B. Cibernética, informação e inteligência natural.
  - C. Cibernética, informática, inteligência artificial.
  - D. Cibernética, informática, inteligência natural.
2. O discurso é um acontecimento da linguagem e uma manifestação do pensamento; assim sendo, ele tem como a primeira função:
  - A. Expressar as ideias humanas.
  - B. Produzir um pensamento.
  - C. Produzir um pensamento e comunicar.
  - D. Ser fonte de comunicação.
3. Dos enunciados que se seguem o que possui apenas a validade formal é:
  - A. A água é incolor.
  - B. A Lua é redonda.
  - C. A nave é cinzenta.
  - D. O Sol às vezes brilha.
4. O enunciado: «uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, segundo uma mesma perspectiva», em termos de proposição, «uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo» chama-se princípio de:
  - A. De contradição.
  - B. De discrepância.
  - C. De identidade.
  - D. Do terceiro excluído.
5. Aqueles conceitos que se podem aplicar a sujeitos diversos em sentidos totalmente distintos, como por exemplo, cão (dito animal), cão (dito constelação), quanto à significação chamam-se:
  - A. Analíticos.
  - B. Equívocos.
  - C. Inadequados.
  - D. Unívoco.
6. Tendo em conta a extensão e compreensão dos conceitos, qual seria a ordenação correcta dos seguintes conceitos, segundo a extensão crescente?
  - A. Gato, animal, ser vivo, quadrúpede, ser.
  - B. Gato, quadrúpede, animal, ser vivo, ser.
  - C. Gato, ser, ser vivo, animal, quadrúpede.
  - D. Gato, quadrúpede, animal, ser vivo, ser.
7. «Democracia é o governo do e pelo povo». Esta é definição quanto ao seu subtipo é:
  - A. Descritiva.
  - B. Etimológica.
  - C. Genética.
  - D. Sinonímica.
8. Os juízos, quanto à quantidade, podem ser:
  - A. Universal, particular, ou singular.
  - B. Particular ou negativa.
  - C. Universal ou afirmativa.
  - D. Afirmativa ou negativa.

**Agnosticismo** – de *a* (não) + *gnose* (conhecimento). Designação que se dá à doutrina filosófica segundo a qual o conhecimento não vai além das aparências sensíveis. Designa-se agnóstica, comumente, a pessoa que não crê em Deus; no sentido rigoroso, àquele que não é crente nem descrente, mas suspende um juízo.

**Amor** – designa diversidade de sentimentos, que diferem tanto pelo seu objecto como pela sua finalidade. Quanto ao objecto, este sentimento pode referir-se ao amor maternal, amor da pátria, amor ao próximo, etc.; na finalidade, pode designar o desejo sexual e o amor puro (por exemplo, o amor a Deus). Não obstante, todos estes sentidos do termo amor frisam a atracção do sujeito por um objecto ou ser que ele considera bom. Considera-se que oposto do amor é o egoísmo em que o sujeito que ama parece ter em conta apenas a sua própria necessidade.

**Aparência** – percepção (resultado de confusão psicológica) de um objecto numa forma que se admite ser diferente, enganadora daquilo que tal objecto é na realidade. Sócrates e Platão são considerados os primeiros a denunciar as aparências enganadoras das coisas. De facto, Platão distinguiu dois mundos: o sensível, constituído por aparências, por cópias ou sombra (mas não dos próprios) dos seres, mundo no qual nos encontramos; e o mundo das ideias, o mundo das coisas verdadeiras, dos seres em si, o Hiperurânico. Na Idade Moderna, o conceito de aparência voltaria à cena como sinónimo de enganador e como característica do conhecimento ou ideias adventícias em oposição ao conhecimento seguro e verdadeiro das ideias inatas. Foi Kant quem fez cair em desuso o termo aparência, ao introduzir o de fenómeno (ver adiante, Fenómeno) para designar aquilo que do mundo se manifesta pelos sentidos.

**A posteriori** – à letra, significa «depois de...» O termo tornou-se famoso em Filosofia a partir do uso que Kant (ver Kant) lhe deu ao estudar os problemas do conhecimento. Ao fazê-lo, Kant descobriu que o conhecimento tem duas fontes: uma que deriva das experiências sensoriais (as sensações), a que chamou matéria do conhecimento, e outra, que é de natureza racional (os conceitos do entendimento e as formas *a priori* da sensibilidade), a que chamou forma. É da sua síntese que resulta o conhecimento. Assim, no contexto da filosofia crítica de Kant, *a posteriori* designa todo o material que o sujeito cognitivo obtém a partir da experiência (as sensações), que constituem a matéria do conhecimento.

**A priori** – à letra, significa «antes de...» O termo tornou-se famoso em Filosofia a partir do uso que Kant (ver Kant) lhe deu ao estudar os problemas do conhecimento. Ao fazê-lo, Kant descobriu que o conhecimento tem duas fontes: uma que deriva das experiências sensoriais (as sensações), a que chamou matéria do conhecimento, e outra, que é de natureza racional (a estrutura do sujeito – conceitos do entendimento e formas da sensibilidade), a que chamou forma. É da síntese da forma com a matéria que resulta o conhecimento. Assim, no contexto da filosofia crítica de Kant, *a priori* designa as estruturas que o sujeito lógico deve possuir antes de qualquer experiência para que possa organizar e dar inteligibilidade ao material dela proveniente, e que constituem a forma do conhecimento.

**Absolutividade dos valores** – (ver *Valor*)

**Abstracção** – processo mental que consiste em isolar os elementos comuns a experiências diversificadas, reunindo-os sob conceitos universais. Assim, por exemplo, podemos, a partir da observação de muitos tipos de cadeiras, reter apenas o que é comum a todas elas e formar o conceito de cadeira, que nos permite representar qualquer cadeira, ou a cadeira em geral.

**Abstraccionismo** – movimento estético surgido no século XX que desvinculou a arte da representação realista (imitação da realidade), passando a atribuir valor estético apenas à forma e à cor. Costuma dividir-se o Abstraccionismo em duas correntes: Expressionismo Abstracto e Abstraccionismo Geométrico, por vezes designado por Concretismo. O Expressionismo Abstracto foi introduzido por Kandinsky em 1910, e seria desenvolvido sobretudo nos E.U.A. depois da Segunda Guerra Mundial. O Expressionismo Abstracto adquiriu uma grande expressão e evoluiu para a *Action Painting* (Pintura Gestual) com Jackson Pollock (1912-1956). O Abstraccionismo Geométrico surgiu em 1915, na Rússia, a partir do Construtivismo de Kasimir Malevitch (1878-1935) e do Suprematismo de Vladimir Tatlin (1885-1953) e Naum Gabo (1890-1977). O



seu apogeu seria marcado pelo Neoplasticismo do holandês Piet Mondrian (1872-1944). A primeira exposição mundial de arte abstracta foi em Paris, em 1920.

**Abstracto** – diz-se de uma representação ou imagem mental em oposição a uma entidade existente. Também se utiliza para distinguir uma representação mental demasiado indefinida ou um discurso muito vago e impreciso (ver *Abstracção*).

**Absurdo** – por absurdo entende-se o que é contrário à razão. Sentimento gerado pela falta de sentido da vida, quando nos confrontamos com a inevitabilidade da morte.

**Acção** – é uma interferência consciente e voluntária de um ser humano (o agente) no normal decurso das coisas, que sem a sua interferência seguiriam um caminho distinto. A acção humana supõe a existência de um agente (aquele/a que é a causa da acção); motivações do agente (uma razão que explique tal prática); intenções do agente (um projecto que dê sentido ao acto); uma vontade que decide concretizar a intenção. A filosofia da acção analisa a *praxis* humana, isto é, o modo como o ser humano actua enquanto ser humano. Para Aristóteles devia distinguir-se, tanto na Ética como na Política, entre o fazer (*poiein*), ou produzir, e o agir (*praxein*). Segundo ele, no fazer, a acção tem por principal finalidade dominar e organizar uma matéria exterior – produção técnica ou actividade centrada no objecto –, enquanto no agir a acção tem como principal finalidade transformar o próprio agente. O termo acção é, pois, usado para traduzir um determinado tipo de comportamento (intencional, consciente) e está interligado a conceitos como agente, intenção e motivo (ver *Fazer, Acontecimento*).

**Acção moral** – vivência guiada por valores e ideais que a consciência moral da pessoa reconhece como bons, traduzidos num conjunto de normas auto-impostas pela consciência. A acção moral apresenta as seguintes características:

- a) É voluntária e intencional.
- b) Adopta uma perspectiva de universalidade, isto é, o agente ao agir tem em conta tanto os seus interesses como os de todos os outros.
- c) É susceptível de juízo moral, isto é, pode ser avaliada em termos de bem ou de mal.
- d) Está orientada para um fim, que é um bem.

**Acidente** – característica mutável de um ente, que poderia muito bem continuar a existir sem ela. Opõe-se a essência. Por exemplo: num automóvel é acidental que seja verde, vermelho ou amarelo. Mas é essencial que tenha rodas e motor.

**Agente** – autor da intenção e da acção, isto é, o que pratica a acção identifica aquele que, por sua iniciativa, va (livre e voluntariamente), produz alterações no decorrer normal das coisas; por ser o autor, isto é, aquele que pratica uma acção intencionalmente, é aquele a quem se atribui a responsabilidade da acção, isto é, aquele que responde por ela.

**Amizade** – segundo Aristóteles a amizade (*filia*), concebida como ligação afectiva entre os membros da comunidade, é a base da coesão social, da cooperação e do empenhamento cívico na realização do bem comum. Os laços afectivos que mantêm unidos os membros da Cidade-Estado são do mesmo tipo dos que garantem a união da família ou casa (*oikos*), o núcleo inicial da comunidade.

**Antropologia** – estudo do *anthropos* (ser humano). É uma das ciências sociais que estuda as manifestações e os comportamentos dos seres humanos em geral (física e culturalmente). Do nosso ponto de vista, a Antropologia filosófica é uma reflexão sobre a natureza humana e a busca da sua verdadeira essência, utilizando os métodos de investigação próprios da Filosofia.

**Aquecimento global** – alteração progressiva do clima da Terra provocada, fundamentalmente, pelas diversas actividades humanas nocivas ao ambiente (como a emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera, o uso desregrado de meios energéticos, etc.).

**Arte** – é criação intencional do artista, exigindo talento, técnica e génio. O génio do artista manifesta-se na capacidade de inovação, isto é, de criação de novas regras, de novas formas de configurar a experiência e de um novo estilo. A originalidade é um valor estético fundamental, por isso, não atribuímos o mesmo valor às obras originais dos grandes mestres e às suas imitações. Sendo uma actividade humana presente em contextos muito diferentes em todas as épocas e culturas, a arte apresenta uma multiplicidade de formas e funções a que corresponde uma pluralidade de perspectivas de abordagem e de interpretações teóricas. Foi definida de muitas maneiras, entre as quais destacamos as concepções da arte como imitação da natureza e das acções (Aristóteles), como forma de expressão e comunicação de uma experiência vivida pelo artista (L. Tolstói) ou como forma significativa. Alguns autores defendem que o conceito de arte é aberto, pois adquire novas significações ao incluir obras originais que estabelecem novas regras e fazem nascer um novo estilo. Há uma imensa variedade de obras de arte de diferentes tipos: a pintura, a escultura, a arquitectura, a literatura, a música, a dança, a fotografia e o cinema. Actualmente, a evolução das técnicas de reprodução das imagens e dos sons permitiu a massificação do acesso à arte. Este acesso massificado transformou a arte num bem de consumo com óbvias implicações positivas, mas também acarretou o risco da sua banalização.

**Arte como linguagem** – traduz ou representa uma experiência de vida, uma impressão, uma concepção do mundo... através de um conjunto de elementos representativos – símbolos – sejam sons, palavras, linhas, cores, volumes, movimentos... Estes sinais em que o artista materializa a sua intenção, não possuem um significado preciso e unívoco. Ao contrário do que acontece com a linguagem verbal em que evitamos a ambiguidade semântica, na arte, o que é valorizado é a polissemia, isto é, a capacidade de os elementos representativos usados pelo artista poderem ser lidos de muitas maneiras diferentes, convidando o receptor a associá-los a objectos ou situações muito diversos e a recriar-lhe um significado. Partindo da sua própria experiência e sensibilidade, o público constrói ou recria o significado da obra. Por esta razão, podemos dizer que cada obra contém um potencial de significação que confere à arte a sua vitalidade e actualidade, permitindo-nos admirar obras muito antigas, apesar da evolução da cultura, das concepções estéticas e respectivos cânones de beleza.

**Atitude** – uma tendência ou uma predisposição para reagir a um objecto, pessoa ou situação de uma determinada forma. Trata-se de uma postura interior ou predisposição de um indivíduo para com a experiência da vida em geral. É um certo posicionamento, quase sempre inconsciente, positivo ou negativo, relativamente ao mundo, às pessoas e às coisas. Sendo assim, as atitudes não são directamente observáveis. Só podemos observar os comportamentos em que elas se expressam.

**Autonomia** – do grego *auto* «por si próprio» + *nomos* «regra, lei», ou seja, reger-se a si próprio, designa um sentido de independência ou auto-governo. É um conceito ético-moral que expressa a capacidade que o ser humano tem de se reger pela própria consciência, isto é, de ter um autodomínio e possibilidade de estabelecer as leis do seu próprio agir. A autonomia moral tem sempre que se confrontar com a heteronomia que a realidade nos impõe. No quadro da filosofia ética de Kant (ver *Kant*), significa que a razão deve reger-se por si mesma, criar as suas próprias leis (tanto para o pensamento como para a acção) e não ficar dependente de regras provenientes do exterior (dos outros ou dos sentidos). Assim, segundo Kant, a razão deve ser autónoma, isto é, criar as leis a que deverá, depois, submeter-se: só assim haverá liberdade. (ver *Heteronomia, Kant*)

**Axiologia** – designa a parte da Filosofia que tem por objecto o estudo dos valores.

**Bioética** – do grego *bios*, (vida) e *ethos*, (ética). É uma área multidisciplinar (porque interessa além do médico, ao jurista, ao teólogo, ao filósofo e ao cidadão esclarecido) que surgiu nos anos 60, que reflecte sobre os problemas éticos levantados pelos progressos da Medicina e da Biologia, de modo especial a Genética, na vida do Homem para os quais a ética médica tradicional se mostrava ultrapassada. Por exemplo, a eutanásia, o aborto, o diagnóstico pré-natal, o eugenismo, a experimentação nos seres humanos e no embrião, a inseminação artificial, as manipulações genéticas. A bioética assenta em três pilares: o respeito pela pessoa humana; a preocupação de fazer o bem, que pressupõe uma apreciação correcta



das vantagens e desvantagens de uma decisão a tomar sobre a vida humana; o princípio de justiça, segundo o qual os homens são iguais em dignidade. O objectivo destes princípios é evitar os seguintes perigos que podem atentar contra o ser humano: a submissão do ser humano à lei do mercado (venda de órgãos, por exemplo), a auto-instituição do sujeito podendo reclamar o direito à satisfação «desejos mortíferos», e o excesso do poder médico bem como do Estado, legislando sem consideração pelos direitos do Homem.

**Bem comum** – conjunto de objectivos colectivos que se antepõem aos interesses particulares de cada cidadão. O conceito designa valores e condições político-sociais tais como a paz e o bem-estar colectivo, valores e princípios que são estabelecidos como condição para que se torne possível uma sociedade digna do ser humano.

**Cepticismo** – corrente filosófica iniciada pelos sofistas que consiste na negação ou descrença na capacidade de a inteligência humana atingir a verdade (única e universal). Diz-se céptica da pessoa que defende que nada se pode conhecer com certeza, limitando-se a suspender o juízo e a adoptar a atitude da dúvida permanente e universal. O Cepticismo moderno, implantado por David Hume, nega a possibilidade de atingir o absoluto do conhecimento metafísico e, confundindo-se com agnosticismo e o Positivismo, admitindo a possibilidade do conhecimento do mundo exterior.

**Cosmo** – do grego *cosmos*, «ordem». A palavra designa, a partir dos pré-socráticos, o universo material concebido como um todo ordenado e harmonioso por oposição ao caos. A partir do século XIX, o termo passou a ser usado em astronomia para designar o espaço celeste observável. Cosmologia designa, na epistemologia, qualquer teoria científica do universo; em Filosofia, a parte da antiga metafísica dogmática que tratava da essência da matéria e da vida. É uma das disciplinas da Filosofia, também chamada Filosofia da Natureza, que investiga a explicação última do universo: a sua origem, a sua essência, a sua formação e funcionamento.

**Categorias** – conceitos ou representações inteligíveis fundamentais e estruturantes de um determinado sistema de pensamento.

**Cidadania** – literalmente, o que diz respeito a quem vive na cidade. Designa a condição da pessoa que exerce as liberdades públicas e cumpre os deveres sociais, que se realiza plenamente na igualdade perante a lei, e que assume o conjunto dos seus direitos e deveres perante si e perante os seus concidadãos.

**Conhecimento** – conceito polissémico. É uma elaboração racional do material fornecido a partir da experiência. É uma interpretação da realidade, ou seja, uma organização conceptual dos dados que a percepção apreendeu no nosso mundo interior ou exterior. Conhecer é construir representações (objecto gnosiológico) a partir da relação estabelecida entre o sujeito cognoscente e os objectos.

**Conhecimento empírico** – diz-se da interpretação do mundo dada imediata e espontaneamente através das percepções, sem que seja submetida a juízos críticos que exijam metodologias e regras de investigação rigorosas e a definição de critérios de verdade objectivos.

**Consciência** – termo polissémico. Usa-se habitualmente para significar o conhecimento directo que cada um tem das suas próprias experiências, isto é, para designar o autoconhecimento do que ocorre na subjectividade a que cada um tem um acesso imediato (auto-consciência). Usa-se também para significar o conhecimento e a sensibilidade de um indivíduo a questões que afectam a comunidade. Ex.: fala-se de consciência social quando nos referimos às preocupações de alguém com os problemas sociais, de consciência ecológica para referir a sensibilidade às questões desse tipo, etc. O termo refere-se, portanto, a um domínio cognitivo, um conhecimento ou um saber reflexivo (saber que se sabe = ser consciente de), e designa uma função ligada ao funcionamento dos neurónios cerebrais, mas cuja natureza ainda está em investigação. Em linhas gerais, pode dizer-se que é a percepção pelo sujeito daquilo que se passa nele mesmo ou fora dele. No contexto da Ética designa a percepção que o agente, enquanto autor da acção, tem de si mesmo.

**Contrato social** – conceito político que justifica racionalmente a origem da autoridade política. Consiste numa hipótese de um pacto originário entre os seres humanos para conviver ordenadamente e com garantias de segurança. Nesse contrato, os indivíduos atribuem voluntariamente ao Estado o poder de estabelecer a soberania e a lei. Segundo John Locke (no *Estado de Natureza*, ninguém tinha poder para garantir o cumprimento da *Lei Natural*, nem existia nenhuma autoridade para julgar com imparcialidade os transgressores; por isso, os indivíduos decidiram abdicar de certas liberdades e celebrar um *Contrato Social* através do qual cedem o seu poder ao Estado, incumbindo-o de fazer e executar as leis necessárias à preservação dos direitos de todos, constituindo assim a *Sociedade Civil* e o Estado. Nos termos do *Contrato Social*, o Estado assume as obrigações de assegurar o respeito pela lei natural, repor a ordem infringida, punindo os infractores, fazer as leis necessárias para garantir o bem comum, impor o cumprimento das leis, proteger os direitos individuais, governar segundo as leis estabelecidas, julgar e fazer reinar a justiça, defender a paz, a segurança e o bem comum e respeitar a finalidade para que foi instituído, não exercendo o poder de modo absoluto e discricionário. John Rawls também se serve do conceito de Contrato Social para legitimar os princípios da justiça de cuja aplicação depende a constituição de uma sociedade quase justa. A legitimidade universal destes princípios básicos (o *Princípio de Iguais Liberdades Básicas*, o *Princípio da Diferença* e o *Princípio de Lealdade de Oportunidade*) assentava no facto de terem sido escolhidos e reconhecidos consensualmente através de um acordo ou *Contrato Social* celebrado numa situação imaginária inicial a que Rawls chamou Posição Original. Na Posição Original, os seres humanos, estando em condições ideais de igualdade (pois, a coberto do véu de ignorância, cada indivíduo, por não saber se será favorecido ou desfavorecido pelas contingências naturais e sociais e por estar preocupado em promover os seus interesses), escolheria para todos o que cada um pretendia para si próprio. Esta escolha feita em condições de imparcialidade (dado que ninguém está em condições de escolher de forma a beneficiar os seus interesses), garantia a universalidade (dado que é aceite e reconhecido por todos como sendo a escolha que melhor serve os seus interesses) dos princípios básicos da Justiça.

**Darwin, Charles (1809-1882)** – cientista inglês que desenvolveu a teoria da evolução das espécies ou evolucionismo. Também propôs, juntamente com Alfred Wallace, a teoria da selecção natural das espécies. Obra principal: *A Evolução das Espécies* (1859).

**Decisão** – conceito que expressa uma opção da vontade por uma determinada acção.

**Definição** – do latim *definire*, significa etimologicamente «pôr ou assinalar limites; determinar ou precisar o significado que o conceito (significado) e o termo (significante) expressam. A definição, do ponto de vista da lógica, consiste em determinar com rigor a compreensão exacta de um conceito, isto é, explicitar e especificar o seu significado. Esta explicitação permite situar o conceito em relação a outros conceitos, classificando-o e distinguindo-o. Faz-se enumerando as qualidades essenciais dum termo (definição nominal) ou objecto (definição real), dando-nos deles uma noção tão clara e precisa que saibamos exactamente o seu significado, identificando o que ele é, para o distinguir do que ele não é.

**Democracia** – sistema de organização política que se baseia na soberania do povo. A democracia nasceu na Grécia e foi definida por Aristóteles como um sistema justo governado por muitos, pois o poder era exercido por representantes escolhidos em assembleias.

**Demonstração** – domínio da comunicação que trata de organizar um discurso segundo as regras da lógica. Demonstrar significa justificar logicamente uma tese apresentada no início de um discurso oral ou escrito. Na comunicação entre as pessoas, é inseparável da argumentação.

**Descartes, René (1596-1650)** – filósofo e cientista francês, criador da célebre dúvida metódica que consiste em considerar, provisoriamente, todos os conhecimentos passíveis de dúvida até encontrar um que seja absolutamente seguro e irrefutável. Escreveu sobre matemática e física, sendo o criador da célebre frase *Penso, logo existo*, que considerava uma resposta definitiva a toda a espécie de dúvida ou objecção que os cépticos pudessem formular, pois tratava-se, segundo ele, de uma afirmação evidente por si mesma. Foi também defensor do dualismo antropológico, segundo o qual a alma é completamente independente



do corpo. A sua fama prolongou-se até aos nossos dias. No final do século XX, António Damásio, célebre neuro-cientista português, escreveu uma obra (*O Erro de Descartes*) onde contestou, do ponto de vista científico, que a razão seja a primeira das verdades e que haja um dualismo alma-corpo. (ver *Dúvida*)

**Desejo** – estímulo de natureza biológica ou social que impele o indivíduo a realizar algum acto sem que no processo intervenha claramente uma decisão do próprio. Um acto realizado sob impulso de um desejo é um acto não voluntário.

**Dever** – é um conceito ético que pode ser entendido como um imperativo, isto é, como uma ordem a que o indivíduo terá de se submeter e que assume duas dimensões:

- a) Uma dimensão subjectiva, traduzindo um sentimento de respeito devido à lei imposta pela consciência moral.
- b) Uma dimensão objectiva, traduzindo uma obrigação de submissão e acatamento dessa lei (devido à pressão social).

**Discurso** – conjunto coerente de raciocínios/argumentos com vista à defesa de uma determinada tese.

**Dúvida** – termo que designa uma incerteza ou perplexidade perante o conhecimento ou reconhecimento de algo. O termo foi tornado célebre pelos cépticos, que não reconhecem aos seres humanos capacidades para alcançar conhecimentos seguros ou verdadeiros. Descartes (ver *Descartes*) tornou célebre o conceito de «dúvida metódica», defendendo a sua utilização como método para superar as posições dos cépticos e demonstrar a possibilidade de alcançar conhecimentos fiáveis.

**Etimologia** – estudo da verdadeira significação das palavras. Disciplina que determina a origem das palavras e a evolução do seu sentido e da sua forma. Quando a Filosofia recorre à etimologia (como o faz com frequência) é geralmente para fazer surgir uma questão do que para afirmar simplesmente uma filiação.

**Empírico** – do grego *empeiria*, designa o que é «relativo à experiência». Diz-se do conhecimento que deriva da experiência sensorial sem ter sido submetido a uma análise crítica mais rigorosa e exigente.

**Empirismo** – no contexto da gnosiologia, o termo designa o conjunto de teorias que defendem que a experiência sensorial é a única fonte válida de produção de conhecimentos, embora aceite que os dados empíricos são posteriormente organizados pela razão.

**Epistemologia** – palavra de origem grega: *episteme* «ciência» + *logos* «estudo». A partir do século XVIII, veio substituir a palavra gnosiologia para referir o ramo da Filosofia que se dedica ao estudo dos problemas do conhecimento científico. A palavra passou a ser utilizada muitas vezes em substituição da palavra gnosiologia (ou em paralelo com ela), aplicando-se sobretudo ao estudo dos problemas relacionados com o conhecimento científico.

**Espinosa, Baruch (1632-1677)** – filósofo judeu de origem portuguesa, radicado em Amesterdão depois da fuga dos pais devida à perseguição da Inquisição. É o autor de uma concepção panteísta do mundo e de uma concepção determinista da liberdade.

**Estado** – é o conjunto das instituições que exercem o poder político, tendo em vista a concretização dos fins que a comunidade definiu como bons. É constituído por:

- a) Sistema Jurídico (Constituição política e códigos jurídicos-civil, penal, comercial, etc.), cuja função é regular a vida social tendo em vista a realização do bem-estar colectivo, estabelecer a ordem da legalidade, através de normas reguladoras, impostas coercivamente a todos os membros da sociedade, definir os procedimentos para a resolução de conflitos tendo em vista alcançar os fins considerados ideais pelo conjunto da sociedade e o bem-estar colectivo.
- b) Governo, ao qual compete exercer o poder executivo, propor acções para a realização dos fins definidos pela comunidade e gerir os conflitos.
- c) Tribunais, que têm de julgar os comportamentos individuais e colectivos verificando se estão de acordo com as leis, sancionando os desvios e repondo a legalidade.

- d) Polícia, a quem compete zelar pela segurança interna e pela aplicação das decisões dos Tribunais.
- e) Forças Armadas, cuja missão é garantir a segurança externa no quadro dos Tratados Internacionais. Segundo Aristóteles, o Estado é superior ao cidadão, porquanto a colectividade é superior ao indivíduo, e o bem comum superior ao bem particular. Só através do Estado se realiza a satisfação de todas as necessidades, pois o ser humano, sendo naturalmente um ser vivo social (da *polis*, ser político), não pode aperfeiçoar-se sem o apoio da comunidade. O *telos* ou fim último do Estado é proporcionar o conjunto dos meios necessários à formação moral dos cidadãos, pois o fim último da política é a virtude, por isso, o Estado é também um organismo moral, condição e complemento da actividade moral individual.

**Estado de Direito** – designação atribuída ao *Estado Moderno* fundado na base da divisão tripartida dos poderes:

- a) Poder legislativo.
- b) Poder executivo.
- c) Poder judicial, cuja função é vigiar e punir, isto é, zelar pelo cumprimento das leis produzidas pelo poder legislativo, castigando os infractores e repondo a legalidade.

**Experiência** – vivência em que cada um mergulha, que compromete e faz vibrar todo o ser de quem a vive e que tem um registo essencialmente pessoal (ainda que possa ocorrer em grupo), e cuja intensidade pode ser maior ou menor. Diz-se da vivência consciente, distinguindo-a do processo mental que lhe pode estar associado. Conforme o facto predominante na vivência, pode afirmar-se que há vários tipos de experiência: sensorial, religiosa, amorosa, intelectual, etc.

**Fenómeno** – aquilo que aparece, tanto aos sentidos como à consciência. Para Kant, é todo o objecto de experiência possível, em oposição ao *númeno* (a coisa em si). Agora o fenómeno, em relação ao *númeno*, seria o aspecto da coisa em si susceptível de apreensão sensível (e portanto de ser autenticamente conhecido), pois integra nas nossas intuições *a priori* do espaço e do tempo.

**Fenomenologia** – conceito tornado famoso a parti de Husserl, que designa o estudo dos estados de consciência experimentados enquanto tais, sendo, portanto, um estudo das estruturas da consciência do sujeito cognoscente. Consiste numa proposta metodológica, que implica a decisão de suspender voluntariamente qualquer juízo sobre a realidade, fazendo o que Husserl designou *epoché*, i.e., uma suspensão temporária dos juízos sobre o mundo, colocando este entre parêntesis, tentando ir à raiz fundamental dos fenómenos e procurando estudá-los no seu estado puro, a fim de descobrir a chamada intencionalidade da consciência do sujeito.

**Filosofia** – deriva das palavras gregas *philo* «amor» e *sophia* «sabedoria» e significa «amor à sabedoria». Foi criado por Pitágoras para significar a atitude daquele que busca o conhecimento e a sabedoria. Por isso, podemos concebê-la como:

- a) Actividade intelectual de procura do conhecimento que expressa uma determinada atitude face ao mundo em que vivemos, àquilo que somos e/ou queremos ser. São características desta atitude a curiosidade, o desejo de conhecer e a capacidade de problematizar.
- b) Conhecimento, isto é, como resultado da actividade intelectual de filosofar, ou seja, como o conjunto das respostas que se foram constituindo como teorias acerca do mundo, do ser humano e da própria vida, cuja aceitação depende da sua originalidade e da qualidade dos argumentos usados na sua justificação. É neste sentido que se fala na filosofia de Platão, de Aristóteles, de Descartes, de Kant, etc.
- c) Actividade prática de procura da sabedoria, na medida em que visa encontrar novas maneiras de conceber o mundo e a vida; definir o projecto da nossa existência, decidir o que queremos ser e busca o auto-aperfeiçoamento.

Costumam apresentar-se como características que dão especificidade à Filosofia as seguintes: autonomia – na medida em que os filósofos fazem um uso próprio da razão, independentemente de dogmas,



preconceitos e ideias feitas; radicalidade – na medida em que procura os fundamentos ou a origem e o fim último de todas as coisas; historicidade – embora os filósofos desenvolvam uma reflexão pessoal inserida na história do pensamento, respondem a problemas marcantes da sua época, ainda que as suas respostas possam perdurar para além do seu tempo; universalidade – na medida em que, apesar da historicidade, as reflexões dos filósofos abordam problemas que dizem respeito a toda a humanidade.

**Geocentrismo** – de geo «terra», teoria que colocava a Terra no centro do Universo, afirmando que o Sol rodava em torno do nosso planeta; baseava-se nas afirmações do filósofo grego Aristóteles e na interpretação literal de alguns textos bíblicos. Foi defendida pela Igreja Católica durante a Idade Média e esteve na origem de um conflito entre a Igreja e a comunidade científica, quando esta, no início da época moderna, começou a substituir o geocentrismo pelo heliocentrismo.

**Gnosiologia** – teoria clássica dos problemas do conhecimento em geral. A partir do século XVIII começou a ser utilizada com mais frequência a palavra epistemologia quando se pretende referir, em especial, os problemas do conhecimento científico.

**Hegel, G. W. (1770-1831)** – filósofo do idealismo alemão, criador do método dialéctico e da noção do fim da História. O seu método consistia em construir uma lógica que desse conta do movimento do real (devir) que, na sua unidade globalizante, consiste numa luta e unidade de contrários. Para Hegel, a realidade é uma manifestação do Espírito que, numa espécie de interacção temporal, se serve das paixões humanas para realizar a sua obra. Foi o grande defensor da ideia segundo a qual a História, sendo a realização do Espírito ao longo do tempo, consiste num constante progresso da Humanidade para a liberdade e para o saber.

**Heteronomia** – contrário de autonomia. Deriva das palavras gregas *hetero* «outro» e *nomos* «lei», significando, por isso, o carácter da acção que segue uma norma proveniente de uma autoridade exterior ao indivíduo (como Deus, a polícia, as leis civis, as normas de comportamento social, etc.). É, por isso, um conceito ético-moral que expressa a incapacidade de alguém se reger pela própria consciência, isto é, de ter um auto-domínio e possibilidade de estabelecer as leis do seu próprio agir (ver *Kant*).

**Historicidade** – termo usado para referir a marca do tempo histórico deixada em qualquer obra humana. Ex.: a historicidade dos valores refere-se ao conjunto de condicionantes existentes na época em que determinado valor foi criado (ver *Valor*).

**Hobbes, Thomas (1588-1679)** – político e filósofo inglês de grande importância na visão antropológica e política do ser humano. Na sua obra *Leviathan* defende que o Homem no estado natural, sem a educação e influência da sociedade, tem como fim único a própria sobrevivência; como tal, cada homem constitui-se «lobo do Homem» (*homo homini lupus*), usando a força e a fraude como armas principais. Para evitar essa luta, os seres humanos, por meio de um contrato social, criaram a sociedade e comprometeram-se a respeitar a autoridade e as leis do Estado.

**Homem de bem/bom cidadão** – segundo Aristóteles, o fim último da política é fazer coincidir as características de homem de bem (dimensão ética) com as características de bom cidadão (dimensão política), o que equivale a promover por outros meios (através da educação e da participação cívica) a prática da virtude, proporcionando ao indivíduo a realização da sua natureza que é social e política.

**Homero (cerca de 800 a.C.)** – poeta épico grego, a quem se atribui a autoria dos poemas *Ilíada* e *Odisseia*.

**Hume, David (1711-1776)** – filósofo escocês defensor do empirismo. Agnóstico em matéria de religião. Obras principais: *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, *Diálogos Sobre a Religião Natural*.

**Ironia** – simulação, crítica com sentido invertido, oculto que geralmente não leva a propostas positivas, mas pelo contrário revela faltas. Em Filosofia, este termo foi introduzido e bem exercitado por Sócrates que afirmava nada saber para melhor fazer sobressair as contradições ou a ignorância do seu interlocutor na discussão sobre um determinado assunto. Neste sentido socrático, a ironia ou também conhecida

como a «falsa ignorância» ou «ignorância fingida» pode ser tomada um método de ensino da Filosofia, em que o mestre dá toda a iniciativa ao aluno.

**Imperativo categórico** – conceito criado por Kant no quadro da sua filosofia ética, que significa a determinação de uma acção – como necessária em si mesma, isto é, absolutamente desinteressada. É uma espécie de mandamento que «obriga» o sujeito moral a submeter-se ao dever: «age apenas segundo uma máxima tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal».

**Indivíduo** – o termo indivíduo contrapõe-se a entidades colectivas, significando o que é «indivisível», o que não pode separar-se nas suas diversas partes componentes.

**Intenção** – a intenção traduz o que o agente da acção quer fazer. Remete para uma rede de conceitos que aparecem interligados: agente, intenção e motivo. O termo é sinónimo de projecto, referindo-se àquilo que nos propomos fazer ou ao propósito da acção, implicando, portanto, a tomada de consciência do sentido dos nossos actos. A intenção refere-se ao sentido da acção (ao valor particular que atribuímos a uma acção), ao objecto da decisão e à estratégia escolhida para o concretizar. No domínio da acção moral, é a intenção (que somente o agente ou a própria pessoa conhece), que determina a moralidade da acção, sendo acção moral apenas a acção cujo propósito seja respeitar as imposições da consciência em função da sua avaliação do que é permitido e do que é proibido.

**Justiça social** – este conceito ético-político designa o objectivo genérico que as sociedades estabelecem de atribuir a cada um o que por direito lhe pertence, traduzindo assim a vontade da sociedade de harmonizar o bem social (justiça legal) com o bem individual (justiça comutativa e distributiva), promovendo o princípio da igualdade.

**Kant, Immanuel (1724-1804)** – célebre filósofo alemão, considerado um dos mais importantes filósofos da época moderna europeia. Escreveu algumas obras que ainda hoje têm leitura obrigatória e onde se pode analisar a sua filosofia crítica, assim chamada por propor fazer uma análise profunda das condições de possibilidade do conhecimento, da acção e da estética, isto é, esclarecer as bases teóricas em que assentam quer o conhecimento possível, quer a acção moral, quer a arte. Obras principais: *A Crítica da Razão Pura* (sobre gnosiologia), *A Crítica da Razão Prática* (sobre ética) e *A Crítica da Faculdade do Juízo*. (ver *Deontologia, Imperativo Categórico, Dever, Lei moral, Autonomia, Postulados da Razão Prática, Juízo Estético, se Subjectivismo Estético*).

**Legalidade** – carácter das acções realizadas em conformidade com a norma ou lei estabelecida, quer moral, quer jurídica. Para Kant, no domínio moral, a simples conformidade com a norma não confere às acções valor moral.

**Lei moral** – segundo Kant, a lei moral é a regra universal, incondicional e absoluta que devemos seguir quando agimos. Esta lei, que segundo Kant se apresenta sob a forma de imperativo categórico, diz: «age apenas segundo uma máxima tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal». O imperativo categórico ordena que a acção respeite sempre esta lei universal: só devemos seguir regras particulares (a que chama máximas) que reconheçamos poderem ser aceites por todos os seres racionais. Esta exigência de universalização da máxima é a única forma de garantir a imparcialidade e a independência do agente em relação aos seus interesses particulares. É o respeito pela lei moral que torna a acção boa.

**Liberdade** – pode ter dois sentidos:

- a) Em sentido relativo, a liberdade é a capacidade humana de auto-determinação, pois a vontade humana, embora condicionada, pode e tem de fazer opções. Refere-se à capacidade/possibilidade de agir num quadro de constrangimentos externos ou internos.
- b) Em sentido absoluto ou metafísico, expressa a possibilidade ideal de agir na ausência de qualquer coacção e constrangimentos, isto é, a possibilidade de fazer o que se quer independentemente das circunstâncias e das condições concretas em que decorre a nossa integração no mundo. Trata-se



**Poder executivo** – um dos três poderes em que assenta a organização dos Estados Modernos e cujo exercício compete ao Governo que deve exercer o poder, gerindo os conflitos e propondo acções para a realização dos fins definidos pela comunidade.

**Poder judicial** – um dos três poderes em que assenta a organização dos Estados Modernos, cujo exercício compete aos Tribunais, cuja função é vigiar e punir, isto é, zelar pelo cumprimento das leis produzidas pelo poder legislativo, castigar os infractores e repor a legalidade.

**Poder legislativo** – um dos três poderes em que assenta a organização dos Estados Modernos, cujo exercício compete ao Parlamento e, por delegação, ao Governo; consiste em produzir leis, regulamentos e códigos.

**Polis (Cidade-estado)** – designação atribuída à comunidade social e política da Grécia: uma comunidade dialógica auto-suficiente, orientada para um fim (promover a qualidade de vida e o bem comum, proporcionar aos cidadãos a satisfação dos interesses comuns, proporcionar ao indivíduo a realização da sua natureza), organizada politicamente para realizar o seu fim, coesa e estável graças a laços afectivos de amizade (base da cooperação e do empenhamento cívico) e à prática da justiça (base do funcionamento harmonioso da comunidade).

**Política** – etimologicamente, é a actividade ou arte de governar a *Pólis* (Cidade-estado). É a ciência (vertente teórica) e a arte (vertente prática) de gerir os assuntos da comunidade, a que os gregos da Época Clássica chamavam *polis* (cidade), garantindo as condições para a satisfação das necessidades humanas. Como ciência, investiga e teoriza sobre: os princípios da arte de governar, as constituições políticas, os fundamentos filosóficos da vida em comunidade, os princípios e os fins que devem orientar as relações da comunidade internacional e, ainda, as estratégias e tácticas possibilitantes da realização dos fins definidos. Como arte ou actividade prática compete-lhe: realizar os fins que uma dada comunidade definiu como bons, encontrar os meios adequados para alcançar esses fins, harmonizar os conflitos entre os interesses particulares e os interesses colectivos e gerir as relações externas com outras comunidades. Segundo Aristóteles, as actividades jurídica e política estão unidas à moral, pois o fim último (*telos*) da política é a virtude, isto é, a formação moral dos cidadãos. Contudo, a política é distinta da moral, pois enquanto esta se destina à educação do indivíduo, aquela destina-se à educação da colectividade.

**Racionalismo** – no contexto da gnosiologia, o termo designa o conjunto de teorias que defendem que a razão é a única fonte válida de produção de conhecimentos.

**Radicalidade** – de *radix*, «raiz» designa aquilo que na Filosofia é a procura dos fundamentos ou da origem e fim último de todas as coisas.

**Responsabilidade** – deriva etimologicamente da palavra latina *respondere*, que significa «responder e ter a obrigação de prestar contas pelos actos praticados». A responsabilidade pode assumir diferentes formas: responsabilidade civil – referindo-se ao compromisso de ter de responder perante a autoridade social; responsabilidade moral – referindo-se à obrigação da pessoa de assumir as suas acções e de responder perante a nossa própria consciência.

**Ser social** – o indivíduo que só se desenvolve e cria a sua natureza na inter-relação com os outros.

**Significado** – conceito usado em Linguística e na Filosofia da linguagem para distinguir o que, num signo linguístico, diz respeito ao conteúdo ou à definição de um signo. O significado de um termo é estabelecido pela sua definição. O significado de um termo reporta-se ao nível de compreensão racional que uma frase, uma proposição, um gesto ou uma acção nos podem transmitir. Fala-se, ainda, do significado de algo quando somos capazes de definir ou indicar os mecanismos de causa e efeito que



levam à compreensão da sua ocorrência. Porque é que alguém faz isto ou aquilo? Vamos integrar um comportamento num contexto psicológico, histórico, sociopolítico ou natural, procurando conhecer as causas que o desencadearam. Por isso, para a Filosofia da linguagem significado é o que é dado a entender pelas frases ou pelas coisas. Assim, as coisas e as palavras têm sentido quando têm significado, porque não há mais sentido para além do que as palavras ou as coisas querem dizer às pessoas. Assim, dizemos que «as nuvens significam chuva» (quando vemos nuvens compreendemos que pode chover), ou «este anel tem imenso significado para mim», quando alguém dá valor afectivo a esse anel.

**Signo** – diz-se dos sinais capazes de expressar o significado das coisas e de o transmitir aos outros. É a correlação de uma forma significante com um significado. Cada signo liga o plano da expressão, ou plano significante, ao plano de conteúdo. O significante associa-se ao próprio significado por decisão convencional e, por isso, tem por base um código.

**Sofista** – do termo grego *sophia*, diz-se da pessoa cujo objectivo não é a busca da verdade, mas vencer uma discussão em oposição aos filósofos os quais estão comprometidos com a verdade. Platão foi o autor deste sentido pejorativo do termo sofista, em referência aos professores que, na Grécia Antiga, se dedicavam à preparação dos jovens que aspiravam tomar parte da vida pública e política das suas Cidades-Estados, ensinando-lhes, a troco de dinheiro (em oposição a Sócrates que ensinava gratuitamente), vários métodos de vencerem as disputas. Platão chamava-os de charlatães, «amigos das aparências», daí o termo sofisma, como argumento aparentemente verdadeiro, mas no fundo inválido e com conclusão inaceitável. Entretanto, o termo sofista, na sua origem, designa um profissional sem nada de pejorativo. Em suma, os sofistas foram sobretudo os primeiros mestres da arte de bem falar e de convencer, por isso foram os iniciadores da retórica. Contrariamente ao que se difundiu deles, os sofistas não só deixaram conhecimentos que hoje constituem património valioso de toda a humanidade como a criação da etimologia e da gramática, diferentes tipos de argumentos e a análise de provas, como também desenvolveram uma atitude crítica (e não conformista) sobre vários assuntos. Se é verdade que tiveram a protecção dos políticos da época, mais verdade ainda é que foram vítimas também da inimizade da sociedade ateniense, entre ela, de Sócrates e seus discípulos, não obstante o mesmo Sócrates fosse contado entre os sofistas. Os sofistas mais conhecidos foram Górgias (cerca de 485-380 a.C.) e Protágoras de Abdera (cerca de 480-411 a.C.). O primeiro inspirava-se no pensamento do filósofo naturalista Empédocles, já o segundo em Heráclito de Éfeso, a partir de quem Protágoras negava a verdade absoluta pois tudo estava em mudança perpetuada e defendia que o Homem era a medida de todas as coisas.

**Sujeito** – de um ponto de vista lógico, sujeito opõe-se a predicado, sendo aquilo de quem se afirma ou nega o predicado. De um ponto de vista metafísico, sujeito designa o suporte das vivências, o que permanece relativamente estável e unifica as vivências de alguém (está próximo do conceito de substância).

**Termo** – é a «roupagem convencional e simbólica do conceito», a expressão pela qual este se fixa e delimita ou, de forma mais simples, a expressão verbal de um conceito. De um ponto de vista lógico temos de distinguir termo e palavra, pois o termo pode ser constituído por mais do que uma palavra. Assim, «número primo», «ser vivo» ou «animal racional» são conceitos expressos por duas palavras, embora constituam apenas um termo.

**Tese** – é a posição que se defende num determinado argumento ou discurso. É aquilo que os argumentos defendem ou justificam.

**Tolerância** – a origem da palavra «tolerar» significa «suportar» e, por consequência, «aceitar»; aponta, pois, para uma atitude de diálogo e de aceitação das diferenças. O ser humano tolerante é aquele que é capaz de, em nome da razão e da moral, aceitar que o outro tenha uma convicção diferente da sua e que a possa manifestar.

**Triparticipação do poder** – (ver *Política, Estado de Direito, poder legislativo, poder executivo, poder judicial*)

**Validade** – qualidade formal que devem ter os nossos raciocínios/argumentos. A validade refere-se à forma ou estrutura do raciocínio, isto é, ao modo de articulação dos seus elementos constituintes.

**Valor** – aquilo que torna as coisas desejáveis e dignas de estima, orientando as escolhas das pessoas no seio de uma cultura. Padrão, modelo de ser ou de agir, que uma sociedade reconhece como ideal e, por isso, desejável. Os valores adquirem o seu sentido num determinado contexto histórico e cultural. O conceito valor pode ter várias acepções:

- a) Um significado técnico (o valor de uma mercadoria).
- b) O valor de uma incógnita (de uma equação matemática).
- c) Um significado afectivo (o carácter das coisas que nos merecem estima).
- d) Um significado moral (ao ser atribuído por alguém a uma atitude). São qualidades potenciais, isto é, qualidades que se distinguem das qualidades sensíveis das coisas, pois são atribuídas ao objecto por alguém em certas circunstâncias. O valor é sempre valor para alguém, isto é, está sempre referido a um sujeito, pelo que não há unanimidade na apreciação do valor das coisas (dos factos, dos comportamentos ou dos acontecimentos). Os valores apresentam a seguinte caracterização geral:
  - Polaridade – os valores apresentam-se sempre desdobradas, numa polaridade positiva e noutra negativa.
  - Hierarquização – os valores apresentam-se ordenados, pois há entre eles relações que implicam o estabelecimento de prioridades expressas em tábuas de valores, isto é, em escalas que cada pessoa, cada grupo social e cada sociedade e cultura estabelecem.
  - Historicidade – as avaliações diferem de acordo com o tempo e com os condicionamentos culturais.
  - Absolutividade e relatividade dos valores – há valores a que atribuímos um sentido impositivo de carácter absoluto; outros há que são valores relativos e específicos duma sociedade.

**Verdade** – do ponto de vista lógico, chama-se verdade à matéria ou conteúdo do raciocínio/argumento, isto é, à sua adequação com o real. A verdade relaciona-se com o conteúdo ou matéria de um argumento e implica, por isso, a referência à realidade, isto é, busca saber se há ou não adequação entre o que pensamos e dizemos acerca do Mundo e a natureza do próprio Mundo.

**Xenofobia** – aversão ou ódio aos estrangeiros.



**Unidade 1 – Introdução à Filosofia**  
Exercícios de consolidação p. 33

- |      |      |      |
|------|------|------|
| 1. C | 2. D | 3. D |
| 4. D | 5. D | 6. A |
| 7. B | 8. A | 9. C |

**Unidade 2 – A Pessoa como Sujeito Moral**  
Exercícios de consolidação p. 61

- |      |      |      |
|------|------|------|
| 1. A | 2. D | 3. B |
| 4. B | 5. B | 6. D |
| 7. D | 8. B |      |

**Unidade 3 – O Conhecimento e seus Elementos**  
Exercícios de consolidação p. 89

- |      |      |      |
|------|------|------|
| 1. C | 2. B | 3. D |
| 4. B | 5. B | 6. C |
| 7. B | 8. D |      |

**Unidade 4 – Introdução à Lógica**  
Exercícios de consolidação p. 108

- |      |      |      |
|------|------|------|
| 1. C | 2. D | 3. C |
| 4. C | 5. B | 6. C |
| 7. D | 8. C | 9. D |

**Anexo – avaliação final**

**Unidade 1 – Introdução à Filosofia**  
Teste pp. 111 e 112

- |       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 1. C  | 2. D  | 3. B  |
| 4. A  | 5. D  | 6. C  |
| 7. B  | 8. D  | 9. C  |
| 10. A | 11. B | 12. C |

**Unidade 2 – A Pessoa como Sujeito Moral**  
Teste pp. 115 e 116

- |      |       |       |
|------|-------|-------|
| 1. D | 2. B  | 3. C  |
| 4. A | 5. C  | 6. B  |
| 7. A | 8. D  | 9. E  |
| 10.  | 11. B | 12. B |

**Unidade 3 – O Conhecimento e seus Elementos**  
Teste pp. 118 e 119

- |       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 1. A  | 2. C  | 3. A  |
| 4. B  | 5. B  | 6. C  |
| 7. B  | 8. D  | 9. B  |
| 10. B | 11. C | 12. D |

**Unidade 4 – Introdução à Lógica**  
Teste p. 108

- |       |       |      |
|-------|-------|------|
| 1. C  | 2. C  | 3. C |
| 4. A  | 5. B  | 6. D |
| 7. B  | 8. A  | 9. D |
| 10. B | 11. A |      |

- Abbagnano, Nicola, *História da Filosofia*, vol. VI, Lisboa, Ed. Presença, 1992.
- Alves, Fátima; Arêdes, José; Carvalho, José. *Pensar Azul*, Filosofia 10.º ano, Texto Editores, LDA, 2007.
- Ayer, A. J., *O Problema do Conhecimento*, Lisboa, Ed. Ulisseia, s/d.
- Chambisse, Ernesto D. *Introdução à Teoria do Conhecimento* 3.ª versão, 1998.
- Confort, M. *Introdução ao Materialismo Dialéctico – a Teoria do Conhecimento*, Lisboa, Ed. Estampa, 1976.
- Dias, Rui dos Anjos, *Filosofia*, Livraria Almedina Editora, Coimbra, 1972.
- Duarte e Dias, *Filosofia do Conhecimento*, Lisboa, 1992.
- Firdusi, In *Antologia da Poesia Pérsica*, 1951.
- Gomes, Luisa C. e Figueiredo, Ilda, *Antologia Filosófica*, Livros Horizonte, Lisboa, 1983.
- Gorrao, A. e Morão, M., *Filosofia e Epistemologia*, 11.º ano, Lisboa, 1982.
- Hessel, J., *Teoria do Conhecimento*, 7.ª edição, Coimbra, Arménio Amado – Editora, 1987.
- Kant, I., *Crítica da Razão Pura*, 4.ª edição, Lisboa, Ed. Serviço de Educação, 1997.
- Marcelino, Isabel et al, *Sentidos do Saber – Introdução à Filosofia* – 11.º ano, Porto Editora, Porto, 1996.
- Popper, Karl. R., *Conhecimento Objectivo*, Edições Tecnos, Madrid, s/d.
- Reale, Giovanni Antiseri, Dário, *História de Filosofia*, volume II, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1992.
- Reis, Alfredo, *Filosofia* – 11.º ano.
- Santos, Helena M., LIMA, T. M., *O Saber e as Máscaras*, Filosofia 11.º ano, Porto Editora.
- Saraiva, A., *Filosofia*, Porto, Ed. Educação Nacional, s/d.
- Zeleny, Vindrich, *Dialéctica y Conocimiento*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1982.

ESG - JAC  
 BIBLIOTECA  
 2017





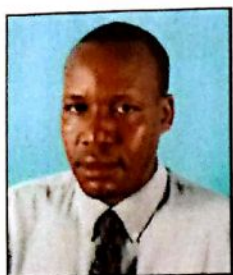
## Ernesto Daniel Chambisse

Mestre em Educação e Currículo pela PUC – São Paulo, Brasil, licenciado em Ciências Sociais, com especialidade em Filosofia, pela Universidade de Greifswald – Alemanha, e bacharel em Ensino de Psicologia.

Lecciona desde 1992, sucessivamente, as disciplinas de Introdução à Filosofia, Didáctica de Filosofia, Hermenêutica, Filosofia Africana, Filosofia Política e de Linguagem, na Universidade Pedagógica em várias Delegações.

Actualmente, ocupa o cargo de director da Universidade Pedagógica – Delegação de Gaza.

É autor de Manuais de Ensino da sua área disciplinar.



## José Francisco Cossa

Licenciado em Ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica. Presentemente frequenta o Mestrado em Educação/Ensino de Filosofia na Universidade Pedagógica.

Actualmente, é assistente universitário na Universidade Pedagógica.

Publicou «Os jovens perante o desafio da globalização» – Revista Boletim Salesiano (2001); «Que moral para os jovens hoje?» – Revista Boletim Salesiano (2001); «SIDA – Um problema humano ou problema natural?» – Revista Boletim Salesiano (2001); «A nova Torre de Babel» – Revista Boletim Salesiano (2002); «Crise de valores ou valores do nosso tempo?» – Revista Encontro do ISMMA (2004).

### 11.ª Classe

**Agro-Pecuária<sup>1</sup>**  
978-902-47-5500 4

**Biologia<sup>1</sup>**  
978-902-47-5475 5

**Desenho e Geometria Descritiva<sup>1</sup>**  
978-902-47-5484 7

**Educação Visual<sup>1</sup>**  
978-902-47-5502 8

**Geografia<sup>1</sup>**  
978-902-47-5477 9

**História<sup>1</sup>**  
978-902-47-5476 2

**Filosofia<sup>1</sup>**  
978-902-47-5483 0

**Matemática – Letras<sup>1</sup>**  
978-902-47-5481 6

**Física<sup>2</sup>**  
978-902-47-5479 3

**Inglês<sup>2</sup>**  
978-902-47-5482 3

**Matemática<sup>2</sup>**  
978-902-47-5480 9

**Português<sup>2</sup>**  
978-902-47-5474 8

**Química<sup>2</sup>**  
978-902-47-5478 6

**TIC<sup>2</sup>**  
978-902-47-5422 9

### 12.ª Classe

**Agro-Pecuária<sup>1</sup>**  
978-902-47-5498 4

**Biologia<sup>1</sup>**  
978-902-47-5489 2

**Desenho e Geometria Descritiva<sup>1</sup>**  
978-902-47-5495 3

**Física<sup>1</sup>**  
978-902-47-5501 1

**Geografia<sup>1</sup>**  
978-902-47-5493 9

**Filosofia<sup>1</sup>**  
978-902-47-5491 5

**Matemática – Letras<sup>1</sup>**  
978-902-47-5487 8

**Empreendedorismo<sup>1</sup>**  
978-902-47-5462 5

**Química<sup>1</sup>**  
978-902-47-5499 1

**História<sup>2</sup>**  
978-902-47-5488 5

**Inglês<sup>2</sup>**  
978-902-47-5490 8

**Matemática<sup>2</sup>**  
978-902-47-5486 1

**Português<sup>2</sup>**  
978-902-47-5485 4

**TIC<sup>2</sup>**  
978-902-47-5494 6

### Acesso ao Ensino Superior

**Matemática**  
978-902-47-6101 2

**Física**  
978-902-47-6102 9

**Química**  
978-902-47-6103 6

**Biologia**  
978-902-47-6104 3



<sup>1</sup> Livros no sistema de ensino

<sup>2</sup> Livros de apoio e consulta



## HINO NACIONAL

### Pátria Amada

Na memória de África e do Mundo  
Pátria bela dos que ousaram lutar  
Moçambique o teu nome é liberdade  
O sol de Junho para sempre brilhará.

### Coro

Moçambique nossa terra gloriosa  
Pedra a pedra construindo o novo dia  
Milhões de braços, uma só força  
Ó pátria amada vamos vencer.

Povo unido do Rovuma ao Maputo  
Colhe os frutos do combate pela Paz  
Cresce o sonho ondulado na Bandeira  
E vai lavrando na certeza do amanhã.

Flores brotando do chão do teu suor  
Pelos montes, pelos rios, pelo mar  
Nós juramos por ti, ó Moçambique  
Nenhum tirano nos irá escravizar.



	Texto Editores	978-902-47-5483-0
www.leya.co.mz	E-mail: info@me.co.mz	Ensino Secundário